RELATÓRIO DE

Gestão

2023 | 2025

Pontos de Inclusão Digital pelo Pará

RELATÓRIO DE Gestão 2023 | 2025

2025

2024
PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE
Ouro

LINGUAGEM
SIMPLES

TRANSPARÊNCIA
DIAMANTE

TRANSPARÊNCIA DO
PODER JUDICIÁRIO
1º lugar
Tribunal de Justiça do Pará
#TJPAéNota902
CNJ

2023
PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE
Prata

QUALIDADE EM
TRANSPARÊNCIA
DIAMANTE
2023

ÍNDICE

10 - 11
DESEMBARGADORAS E DESEMBARGADORES

12 - 13
APRESENTAÇÃO
Avanços e resultados: reflexões de uma gestão transformadora

14 - 115
Planejamento e Gestão

16 - 47
PREMIAÇÕES
TJPA é destaque nacional em gestão, eficiência e transparência

48 - 59
GESTÃO ESTRATÉGICA
Presidência aprimora produtividade, implementa políticas e fortalece estrutura judiciária

60 - 75
ORÇAMENTO E FINANÇAS
Transparência e modernização na gestão fiscal e orçamentária

76 - 77
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
Comitê Orçamentário de 2º Grau reforça compromisso com a eficiência na gestão pública

78 - 95
ADMINISTRAÇÃO
Gestão administrativa aprimora governança de contratos e bens

96 - 99
SUSTENTABILIDADE
Coordenadoria de Gestão Sustentável promove iniciativas ambientais e inclusão social

100 - 103
GESTÃO DE PESSOAS
Qualidade de vida e atenção à saúde fomentam desenvolvimento funcional

104 - 109
PARTICIPAÇÃO FEMININA
Comitê deliberativo avança na igualdade de gênero

110 -115
AUDITORIA INTERNA
Ações fortalecem governança administrativa

116 - 237
Tecnologia

118 - 145
INFORMÁTICA
Tecnologia e inovação impulsionam modernização

146 - 237
PAI D'ÉGUA
Laboratório mobiliza transformação pela inovação

238 - 285
Serviço Jurisdicional

240 - 243
PRODUTIVIDADE
Secretaria Judiciária movimenta mais de 38 mil processos

244 - 245
PRECATÓRIOS
Automatização aprimora eficiência no processamento

246 - 249
VICE-PRESIDÊNCIA
Atuação reforça compromisso com a agilidade e a produtividade

250 - 251
DISTRIBUIÇÃO
Central do 2º Grau emite mais de 7 mil certidões

252 - 253
MANDADOS JUDICIAIS
Central do 2º Grau distribui mais de 6 mil no biênio

254 - 257
PRECEDENTES E RECURSOS
Gestão judicial consolida eficiência na prestação jurisdicional

258 - 261
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Comissão analisa mais de 50 processos no biênio

262 - 265
LITIGÂNCIA
Cijepa se destaca por inovação e combate à litigância predatória

266 - 267
INTERESSE COLETIVO
Comissão reafirma compromisso com a Justiça social

268 - 277
JUIZADOS ESPECIAIS
Itinerâncias e jornadas de conciliação e julgamento marcaram atuação pelo Estado

278 - 285
NUPEMEC
Conciliação, mediação e Justiça restaurativa garantem resoluções adequadas dos conflitos

286 - 345
Infraestrutura

292 - 345
ENGENHARIA E ARQUITETURA
Investimentos garantem estruturas eficientes e acessíveis

346 - 453
Institucional

356 - 359
INTERINSTITUCIONAL
Cooperação aproxima Judiciário e sociedade

360 - 363
GESTÃO DA SAÚDE
Comitê Estadual de Saúde e NAT-Jus expandem atuação no Judiciário

364 - 367
OUVIDORIA AGRÁRIA
Iniciativas impactam pessoas no campo e na cidade

368 - 371
OUVIDORIA JUDICIÁRIA
Canal é voz ativa da sociedade

372 - 375
CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA
Atuação garante acesso aos direitos fundamentais

376 - 379
CIDADANIA
Comitê atua na promoção de direitos da pessoa idosa

380 - 381
ATENÇÃO À VÍTIMA
CEAV integra atendimento humanizado e inclusivo

382 - 385
PROTEÇÃO À MULHER
CEVID reforça políticas públicas e amplia parcerias no biênio

386 - 389
SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Comissão promove proteção de magistradas e servidoras no aprimoramento de medidas de segurança

390 - 395
INFÂNCIA E JUVENTUDE
CEIJ promove avanços em adoção, socioeducação e proteção a crianças e adolescentes

396 - 405
COMUNICAÇÃO
Mais de 12 mil materiais foram produzidos no âmbito do TJPA

406 - 407
PREVENÇÃO AO ASSÉDIO
Comissões asseguram ambiente de trabalho saudável

408 - 411
SISTEMAS CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO
GMF atua na ressocialização e na proteção de direitos

412 - 415
COMEÇAR DE NOVO
Ressocialização e inclusão transformam pessoas privadas de liberdade

416 - 419
GESTÃO DOCUMENTAL
Modernização e sustentabilidade direcionam atividades da Comissão de Avaliação Documental

420 - 421
GESTÃO DA MEMÓRIA
Resgate histórico conecta passado e presente

422 - 425
SÚMULA E REVISTA
Comissão atua na publicação de jurisprudências e em projetos de educação e cultura

426 - 431
EDUCAÇÃO JURÍDICA
Escola Judicial inova em formação do corpo funcional

432 - 435
INCLUSÃO
CPAI e NPAI impulsionam recursos de acessibilidade

436 - 439
COORDENADORIA MILITAR
Capacitações e serviços militares marcam atuação estratégica

440 - 443
AÇÃO SOCIAL
Comitê transforma vidas pela cidadania

444 - 449
MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO
Projeto garante uma década de proteção e educação

450 - 451
COMUNICAÇÃO INTERNA
CCIAM aprimora eficiência no apoio à magistratura

452 - 453
PORTA DE ENTRADA
Comitê orçamentário prioriza primeiro grau

DESEMBARGADORAS E DESEMBARGADORES

Desª. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Des. Roberto Gonçalves de Moura
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Desª. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Desª. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Desª. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Des. Constantino Augusto Guerreiro

Des. Ricardo Ferreira Nunes

Des. Leonardo de Noronha Tavares

Desª. Célia Regina de Lima Pinheiro

Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desª. Gleide Pereira de Moura

Des. José Maria Teixeira do Rosário

Desª. Maria Filomena de Almeida Buarque

Des. Luiz Gonzaga
da Costa Neto

Des. Mairton Marques
Carneiro

Desª. Ezilda
Pastana Mutran

Desª. Maria Elvina
Gemaque Taveira

Desª. Rosileide Maria
da Costa Cunha

Desª. Rosi Maria
Gomes de Farias

Desª. Eva
do Amaral Coelho

Desª. Kédima
Pacífico Lyra

Des. Amilcar Roberto
Bezerra Guimarães

Desª. Margui Gaspar
Bittencourt

Des. Pedro Pinheiro
Sotero

Desª. Luana de Nazareth
Amaral Henriques
Santalices

Des. Alex Pinheiro
Centeno

Des. José Torquato
Araújo de Alencar

Des. José Antônio
Ferreira Cavalcante

APRESENTAÇÃO

Avanços e resultados: Reflexões de uma gestão transformadora

A gestão do biênio 2023-2025 do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) encerra-se marcando a finalização de um ciclo de importantes transformações, resultado de um esforço contínuo que vem sendo consolidado ao longo de administrações anteriores. Este período reafirmou o compromisso do TJPA com a modernização, a inclusão e a transparência, consolidando sua posição como referência nacional em prestação jurisdicional e inovação tecnológica. Cada avanço alcançado reflete o trabalho incansável de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), que se dedicaram a construir uma Justiça mais acessível, eficiente e alinhada às expectativas da sociedade. Ao mesmo tempo, esse encerramento abre espaço para o início de uma nova etapa, em que a próxima gestão poderá dar prosseguimento às ações e metas estabelecidas, garantindo a continuidade do legado e a evolução constante do TJPA.

Em 2024, o TJPA conquistou Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Ouro, alcançando 80,2% dos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, a maior pontuação entre os Tribunais de médio porte nessa categoria. O prêmio foi instituído em 2019 pelo Conselho. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, o TJPA recebeu o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública, atingindo um índice de transparência de 99,58%, reafirmando sua liderança no Estado do Pará desde a primeira edição em 2022. Essas conquistas evidenciam o compromisso do TJPA com a eficiência e a transparência na prestação jurisdicional. A modernização foi outro pilar fundamental desta gestão. O TJPA destacou-se como líder na integração às ferramentas digitais desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Programa Justiça 4.0. Com isso, alcançamos 100% no Painel de Prontidão, que monitora e aprimora os serviços oferecidos pelo Judiciário, beneficiando diretamente a população paraense com maior celeridade e eficiência nos processos judiciais.

Avançamos, exponencialmente, no iGovTIC-JUD, índice que mede a maturidade institucional em tecnologia da informação. O TJPA alcançou nível de excelência em 2024, elevando da 62ª para a 9ª posição nacional. Isso evidencia o nosso compromisso com a transformação digital e a segurança dos dados. Outro marco significativo foi a integração pioneira do TJPA

ÉRIKA MIRANDA

ao sistema do Supremo Tribunal Federal (STF), utilizando o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Essa conquista posicionou o Tribunal como a primeira Corte de Justiça estadual a concluir a integração, modernizando a tramitação de processos e promovendo maior eficiência e segurança na comunicação entre as instituições judiciais.

A busca por uma comunicação mais inclusiva e fácil também foi premiada com o Selo Linguagem Simples do CNJ, certificação que reconhece nossos esforços para tornar as informações judiciais mais claras e acessíveis. Entre as iniciativas destacam-se a simplificação de mandados judiciais, série de vídeos explicativos e o desenvolvimento de ferramentas como o assistente virtual "Zé Preca", que facilita o acesso a informações sobre precatórios. Essa premiação reforça nosso compromisso com uma Justiça que dialoga de forma direta com a sociedade.

Além disso, implementamos o PIX como forma de pagamento de custas judiciais, uma iniciativa que amplia as opções de pagamento, que já podiam ser realizadas por meio de cartão de crédito e boleto, e proporciona maior agilidade na tramitação processual, facilitando o acesso dos cidadãos e das cidadãs aos serviços judiciais. Essas iniciativas demonstram o compromisso do TJPA com a modernização e a eficiência na prestação de serviços judiciais.

Encerramos esta gestão com a convicção de que os avanços alcançados fortalecem não apenas o TJPA, mas também a confiança da sociedade na Justiça paraense. O legado construído é de uma instituição comprometida essencialmente com a prestação de serviços de excelência.

Agradeço a todos e todas que contribuíram para estas realizações, reafirmando nosso compromisso com um Judiciário que promove a pacificação social e fortalece o Estado Democrático de Direito. Estamos certos de que as bases lançadas nesta gestão pavimentarão o caminho para novas conquistas, sempre em benefício da sociedade paraense.

Desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Biênio 2023-2025

RICARDO LIMA

Planejamento e Gestão

TJPA é destaque nacional em gestão, eficiência e transparência

O Poder Judiciário do Pará alcança reconhecimentos inéditos em premiações nacionais

TJPA conquistou Diamante no PNTP por dois anos consecutivos e liderou o Ranking de Transparência do CNJ com nota máxima em 2024

O processo de gestão tem-se aperfeiçoado e se consolidado no Poder Judiciário do Pará (PJPA). O Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DEPGE) promove a articulação entre todas as áreas responsáveis e pessoas envolvidas no processo. Entre os avanços, estão o incremento da transparência, a consolidação de painéis eletrônicos, a melhoria de processos de trabalho, da gestão de riscos e de controles, que contribuem para a entrega da melhor prestação jurisdicional e para resultados expressivos nas premiações que envolvem o tema.

Gestão da transparência: uma trajetória de excelência

O DEPGE, como setor responsável pela gestão da Transparência no PJPA, promove articulação com todas as áreas responsáveis e pessoas envolvidas no processo e prima pelo cumprimento e aprimoramento de cada item avaliado nas duas premiações que envolvem o tema, seja ela, o Ranking da Transparência, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seja o Levantamento Nacional de Transparência Pública, que faz parte do Programa Nacional de Transparência Pública, liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Ambos os certames têm como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados públicos.

Ranking da Transparência do CNJ

Em 2023, o PJPA ficou entre os 10 (dez) Tribunais Estaduais mais transparentes do País, de acordo com a avaliação do CNJ, tendo alcançado 97,07% da pontuação, satisfazendo 82 dos 84 itens de avaliação.

Equipes da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça receberam a categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade durante evento nacional

WILL MONTENEGRO

No ano de 2024, o TJPA obteve 102% de pontuação no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, com o cumprimento de 100% dos itens de avaliação e acréscimo de 2%, referentes à forma de apresentação e organização dos conteúdos publicados no Portal da Transparência.

Como ação inovadora e disruptiva, houve elaboração de um novo Portal da Transparência do TJPA, desenhado minuciosamente pelo DEPGE, com apoio da Secretaria de Informática e do Departamento de Comunicação, de forma a garantir uma melhor visualização e localização dos conteúdos, distribuídos por 10 (dez) temas centrais, que atendeu aos critérios da Portaria CNJ nº 25/2024, e que garantiu ao Poder Judiciário o bônus de 2% na premiação final do Ranking da Transparência do CNJ, ano 2024.

Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)

O PNTP é uma avaliação da transparência ainda mais abrangente, pois abarca todos os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, os Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas das três esferas de governo: União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, além de entidades da Administração Indireta Federal. Na avaliação de 2023, o PJPA alcançou a categoria Diamante, com o percentual de 97,57% da pontuação e cumprimento

de 100% dos itens essenciais, satisfazendo 74 dos 76 itens avaliados.

Na avaliação de 2024, mantendo o feito da edição de 2023, o TJPA alcançou a categoria Diamante, nível mais alto da premiação, figurando entre os 5 (cinco) Tribunais Estaduais mais transparentes do País, com o percentual de 99,58% e cumprimento de 100% dos itens essenciais.

No comparativo com os demais poderes paraenses avaliados, o TJPA foi o que obteve o melhor desempenho. Esse resultado expressivo também contribuiu para que o Pará figurasse como o Estado com o melhor índice de transparência do Brasil (89,98%), ficando acima dos 26 estados, incluindo o Distrito Federal.

Em 2024, o PNTP avaliou a transparência ativa de 7.370 portais da transparência.

Aprimoramento

Durante o biênio, para o aprimoramento do processo de gestão da Transparência, foi desenvolvido e executado plano de ação envolvendo diversos(as) agentes e setores do PJPA. Entre as ações planejadas para o fortalecimento do processo, estão:

- Desenvolvimento do Plano de Comunicação para o Biênio 2023-2025, elaborado pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística em parceria com o Departamento de Comunicação, no qual prevê ações de ampla divulgação do Portal da Transparência, do Ranking da Transparência e do Programa Nacional de Transparência Pública, tanto para o público interno, quanto para o público externo, e promoção da valorização de todos(as) os(as) envolvidos(as), que contribuem para a transparência ativa do PJPA;
- Realização nos dias 3, 4, 5, 10 e 14.7.2023, via plataforma Teams, do Curso de formação em Acessibilidade em Ambientes Virtuais, com carga horária de 20 horas-aula, que envolveu representantes das áreas diretamente relacionadas na gestão do portal, tais como Secretaria de Informática, Ouvidoria Agrária, Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, Departamento de Documentação e Informação e Escola Judicial, a fim de desenvolver habilidades de reconhecimento de conceitos, princípios, legislação, recomendações e normas da acessibilidade, além de aplicar tecnologias assistivas e avaliar automaticamente a acessibilidade na web;
- A partir de fevereiro de 2023, foi disponibilizado no portal da Escola, na categoria de formação continuada, para todos os(as) servidores(as), curso autoinstrucional "Tópicos relevantes da Lei de Acesso à Informação", com carga horária de 10 horas-aula, com vistas a expandir e solidificar o conceito relacionados à transparência entre a comunidade interna do PJPA;
- Disponibilização pela Secretaria de Informática, a partir de solicitação do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, de ferramenta de pesquisa, que possibilita busca geral de conteúdo em página específica (lupa) e de ferramenta para exportar conteúdo, com a possibilidade de geração de relatório em formato editável em todas as páginas de publicação no Portal Institucional do TJPA.
- Mapeamento dos processos de gestão da transparência, estabelecendo controles para a gestão das publicações da Transparência por cada área envolvida no PJPA, totalizando 13 processos mapeados. Os processos estão disponíveis para consulta no Sinad, repositório sistêmico de documentos normatizados.

Ainda no sentido de aperfeiçoar a gestão da Transparência, merece destaque a ação 9.1.1 – "Aprimorar o sistema de controle da gestão da transparência" presente no Plano de Gestão do biênio, que resultou no mapeamento do processo de publicação de conteúdos relativos à transparência ativa e contou com a participação das áreas administrativas envolvidas.

Em decorrência do mapeamento, foram construídos 12 fluxogramas, sendo 11 deles para descrever, de forma pormenorizada, a responsabilidade de cada unidade envolvida e 1 para demonstrar a gestão, no PJPA, da avaliação do Ranking da Transparência, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, e do Levantamento Nacional de Transparência Pública, realizado pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, certames que avaliam a transparência pública da instituição.

Além de prever responsabilidades e atribuições detalhadas em nível de tarefas, o mapeamento propicia que os(as) envolvidos(as) percebam o vínculo entre as atividades, ressaltando a interação entre os atores e seus produtos.

Outro ponto relevante desse trabalho é a instituição de mecanismos de controle, seja por meio de ferramenta de e-mail automatizado enviado de forma periódica aos setores envolvidos, de acordo com

a frequência/necessidade das publicações, seja pela checagem realizada mensalmente pelo DEPGE, nas páginas específicas, que veiculam conteúdos relativos à transparência ativa.

Dessa forma, consolida-se o processo de gestão da transparência do PJPA que, de forma consistente e qualificada, demonstra o compromisso da instituição em cumprir os preceitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e normativos correlatos, prestando a transparência ativa aos cidadãos e cidadãs que buscam informações, contribuindo, assim, com a confiabilidade que o órgão tem perante a sociedade.

Prêmio CNJ de Qualidade

Instituído desde 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade avalia os Tribunais do País em seu nível de eficiência, produtividade, gestão e organização de dados e na implementação de políticas judiciárias.

Ao longo das edições, vários critérios foram sendo aperfeiçoados e incluídos no regulamento da premiação, que é dividida em quatro eixos temáticos: Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia. Ao final da avaliação, os Tribunais que alcançarem os percentuais estabelecidos são premiados nas categorias "Excelência", "Diamante", "Ouro" e "Prata".

Na edição de 2023, o TJPA logrou a premiação Prata, com o percentual de 66,82% de cumprimento dos requisitos.

No Prêmio CNJ de 2024, o TJPA alcançou a premiação Ouro, feito inédito no histórico de sua avaliação, com o cumprimento de 80,20% dos requisitos, ou seja, um aumento de 13,38% em comparação ao resultado de 2023.

Tal resultado expressivo se concretizou nas avaliações dos eixos temáticos que compõem a premiação, com percentuais elevados de cumprimento. Em comparação ao prêmio de 2023, merece destaque o eixo Produtividade que passou de 36,75% para 59,86% em 2024. Outro eixo de destaque é o eixo transparência, que passou de 75% para 100%, seguido do eixo Dados e Tecnologia, que foi de 84,35% para 92% e do eixo Governança, que passou de 85,19% para 90,84% em 2024.

É interessante frisar que o Poder Judiciário do

Pará vem aprimorando seu desempenho de forma geral ao longo das avaliações anuais, logrando 56,03% em 2020, 57,43% em 2021, 64,07% em 2022, 66,82% em 2023 e 80,20% em 2024, apesar do aumento da complexidade da avaliação anualmente.

Impulsionamento

Dentre as ações desenvolvidas e que impulsionaram a premiação de 2024, como forma de garantir maior capilaridade e articulação das tratativas dos requisitos avaliados, merece destaque a instituição da Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade (COGESPRE), que realizou reuniões periódicas de gestão e acompanhamento da premiação em 2024. A COGESPRE foi instituída pela Portaria do TJPA nº 3955/23, e é formada por representantes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria Geral de Justiça, das Secretarias de Administração, de Informática, de Gestão de Pessoas e do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística que também exerce apoio técnico.

Além de apoiar as ações da referida comissão, o DEPGE elaborou materiais de trabalho para suporte e divulgação das iniciativas do prêmio, a fim de difundi-lo

ÉRIKA MIRANDA

Presidente do TJPA, Desa. Nazaré Gouveia, apresentou certificação no Tribunal Pleno

ao público interno.

Outra importante ação de difusão e de aderência do público interno aos critérios do Prêmio CNJ foi a criação do Prêmio de Desempenho e Inovação (PDI) 2024, no qual o DEPGE prestou apoio na elaboração da minuta do ato normativo instituidor, bem como é o setor responsável por realizar a apuração dos resultados finais.

No sentido de corroborar com a ação, foram realizados 12 webinários informativos e orientadores sobre o Prêmio CNJ de Qualidade e sobre o PDI, que envolveram todas as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário. Ademais, como inovação, foi estruturada e disponibilizada uma página web sobre o Prêmio CNJ em que consta publicado um painel de acompanhamento dos critérios de avaliação, com estimativas de pontuação (TJPA - Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade - Apresentação), conferindo ainda mais transparência à gestão da premiação.

Não obstante, o DEPGE por meio de sua assessoria técnica e de suas coordenadorias, detalhou os critérios da Premiação CNJ e disponibilizou novos indicadores no Painel de Gestão Judiciária, bem como prestou consultorias às unidades judiciais, com o objetivo de orientar e traçar planos individuais para alcance das metas do referido Prêmio.

Importa destacar que o DEPGE atua em todos os eixos temáticos, seja de forma direta, a exemplo do requisito do Ranking da Transparência, seja de forma indireta, dando suporte às unidades responsáveis pelo cumprimento dos requisitos.

No Eixo Governança, o Departamento atua na gestão e na conformidade dos documentos comprobatórios dos requisitos. Na edição de 2024, o DEPGE aprimorou a sistemática de validação e, além de orientar e revisar cada um dos documentos comprobatórios, montou grupo de conformidade interno para análise acurada, funcionando como uma dupla checagem das respostas, ação preliminar ao envio para o CNJ. Ao total, foram 81 evidências trabalhadas, que incluem atos normativos, links de acesso, declarações e relatórios do eixo governança, em sua maioria, mas também do eixo dados e tecnologia.

Já no Eixo Produtividade, o DEPGE atuou em conjunto com a alta gestão e com os grupos de trabalho especializados envolvidos na premiação. Realizou as já referidas consultorias, a fim de direcionar o desempenho das unidades judiciárias e apoiou ainda as ações de saneamento da base de dados do Poder Judiciário Paraense, ações com reflexos importantes na avaliação deste eixo e no Eixo Dados e Tecnologia.

Gestão de Dados no TJPA: Tecnologia e Eficiência na Prestação de Serviços Judiciais

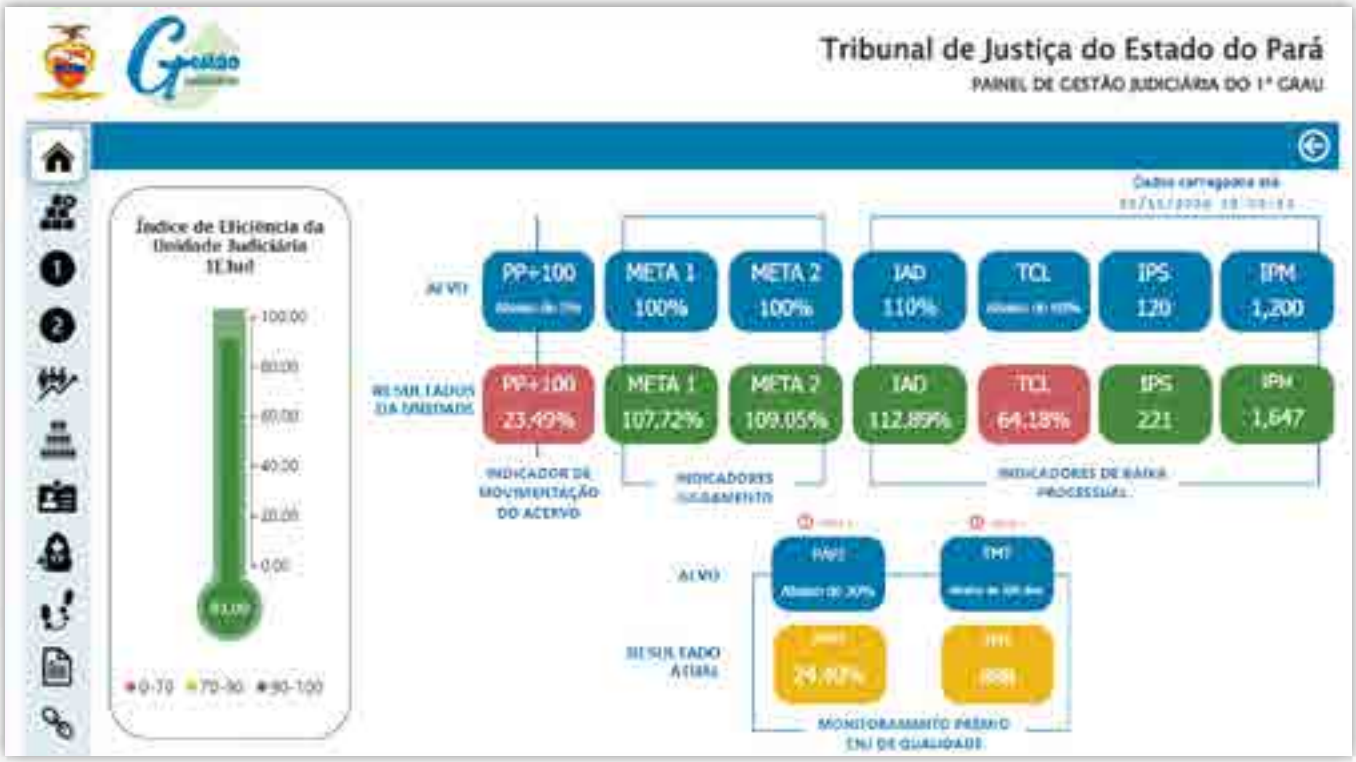
No biênio 2023 a 2025, a Coordenadoria de Estatística desenvolveu diversas ações objetivando aperfeiçoar e inovar o gerenciamento e a disponibilização de dados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Esse foco está pautado no contexto da evolução tecnológica que permeia todos os setores da sociedade, inclusive o setor público, e no objetivo de impactar positivamente na prestação jurisdicional por meio da transparência e da qualidade de dados relevantes para a gestão judiciária.

Destaca-se, como o principal produto das ações implementadas no biênio, o desenvolvimento de ferramentas de visualização e gestão de dados, consolidados em painéis eletrônicos, cuja implementação tem como princípio a gestão orientada por dados, disseminada na administração pública na atualidade e fortemente estimulada no Poder Judiciário pela atuação do Conselho Nacional de Justiça, bem como, o incremento de funcionalidades de painéis implantados.

Entre 2023 e 2025, a Coordenadoria de Estatística desenvolveu 12 painéis, destacados nos quadros a seguir:

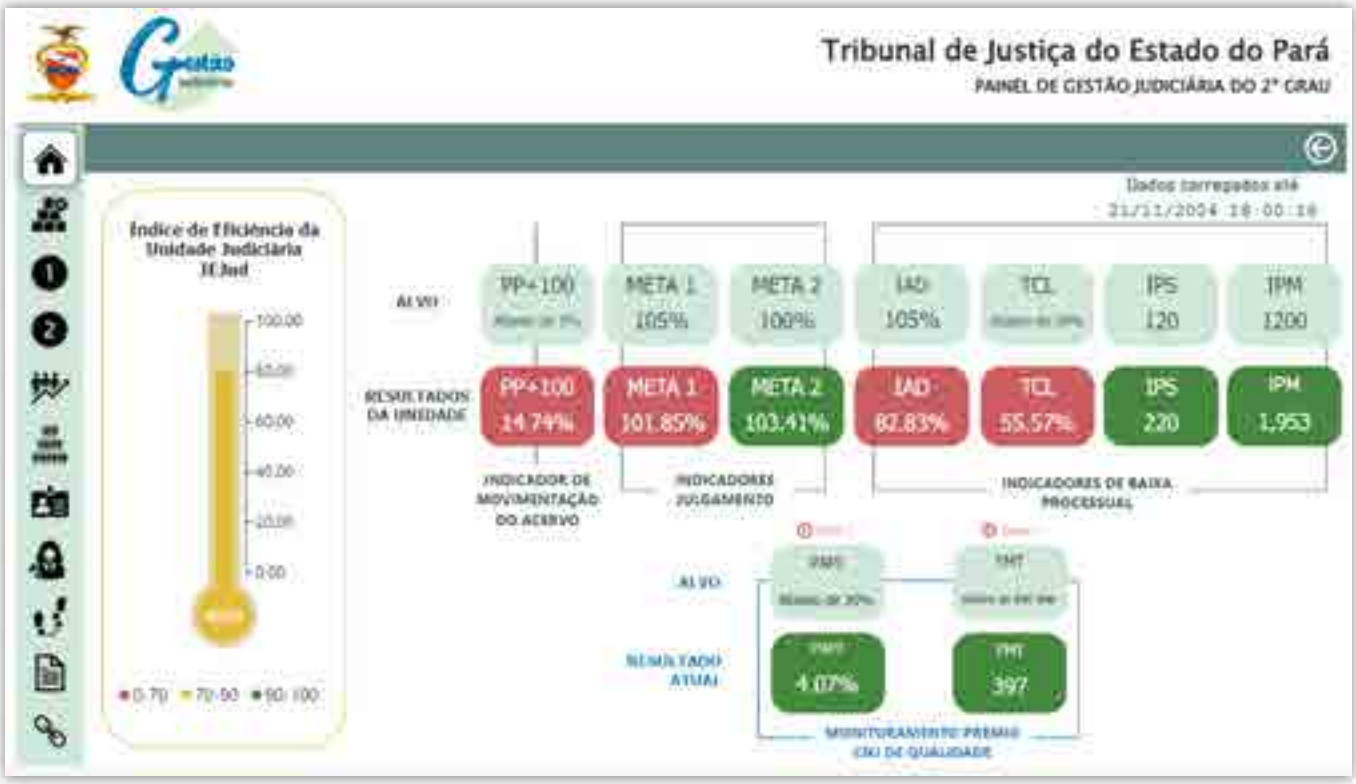
Painel de Gestão Judiciária do 1° Grau

Órgão/Público: TJPA/Interno TJPA



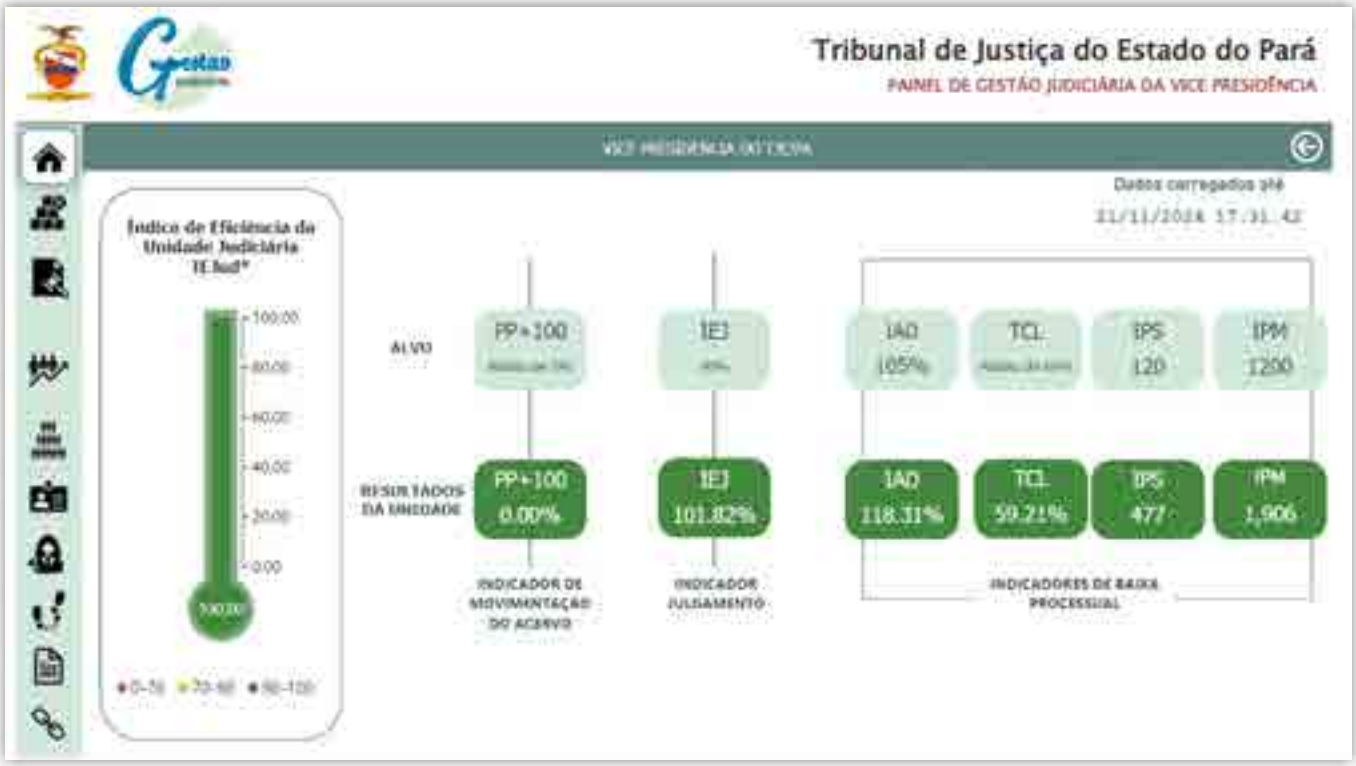
Painel de Gestão Judiciária do 2º Grau

Órgão/Público: TJPA/Interno TJPA



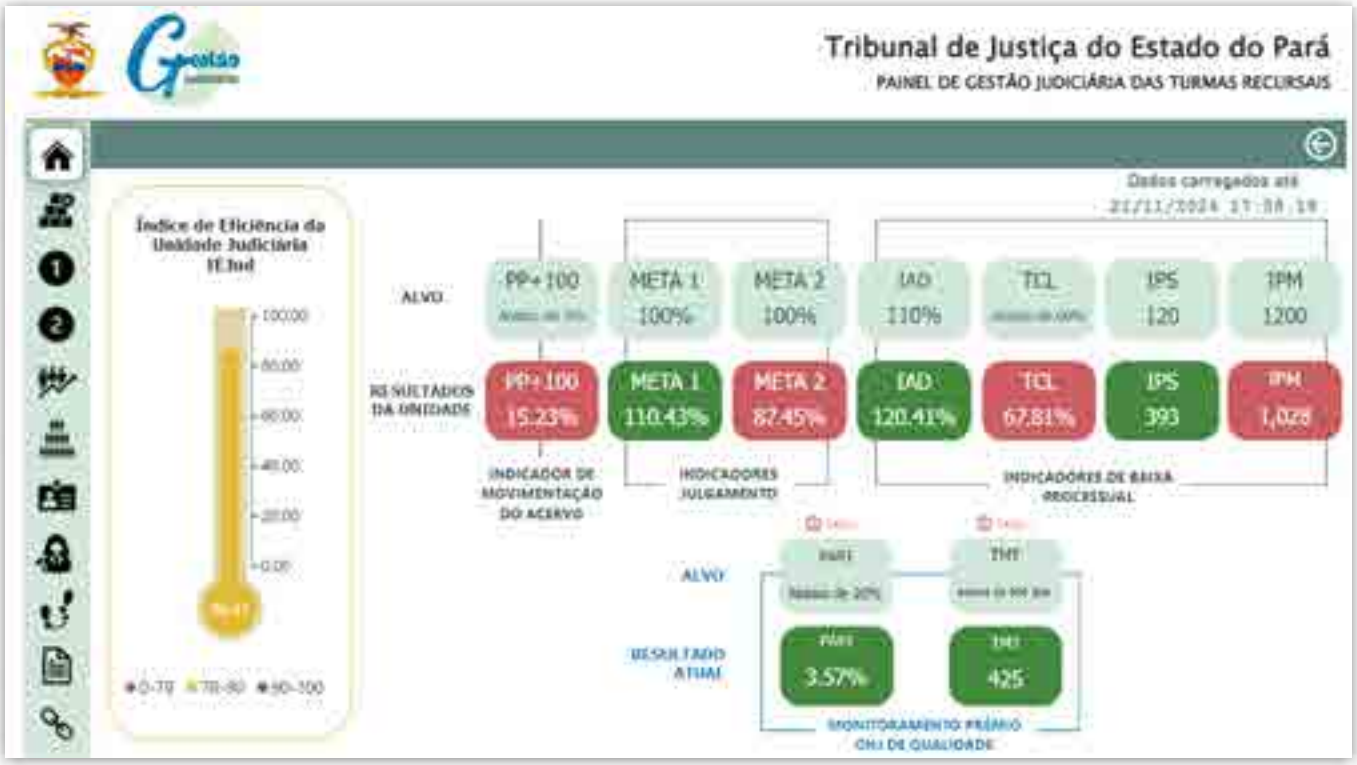
Painel de Gestão Judiciária da Vice-Presidência

Órgão/Público: TJPA/Interno TJPA



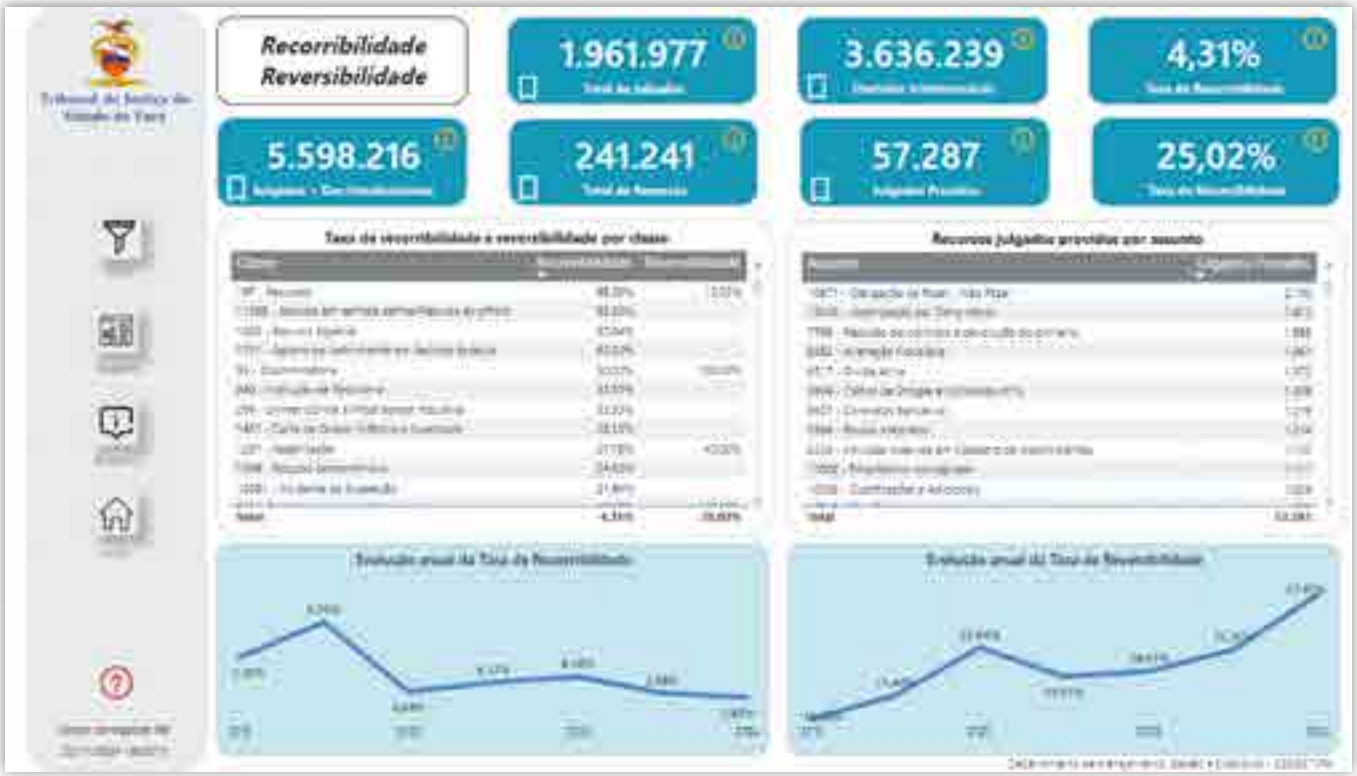
Painel de Gestão Judiciária das Turmas Recursais

Órgão/Público: TJPA/Interno TJPA



Painel de Recorribilidade e Reversibilidade

Órgão/Público: Cijepa/Interno TJPA

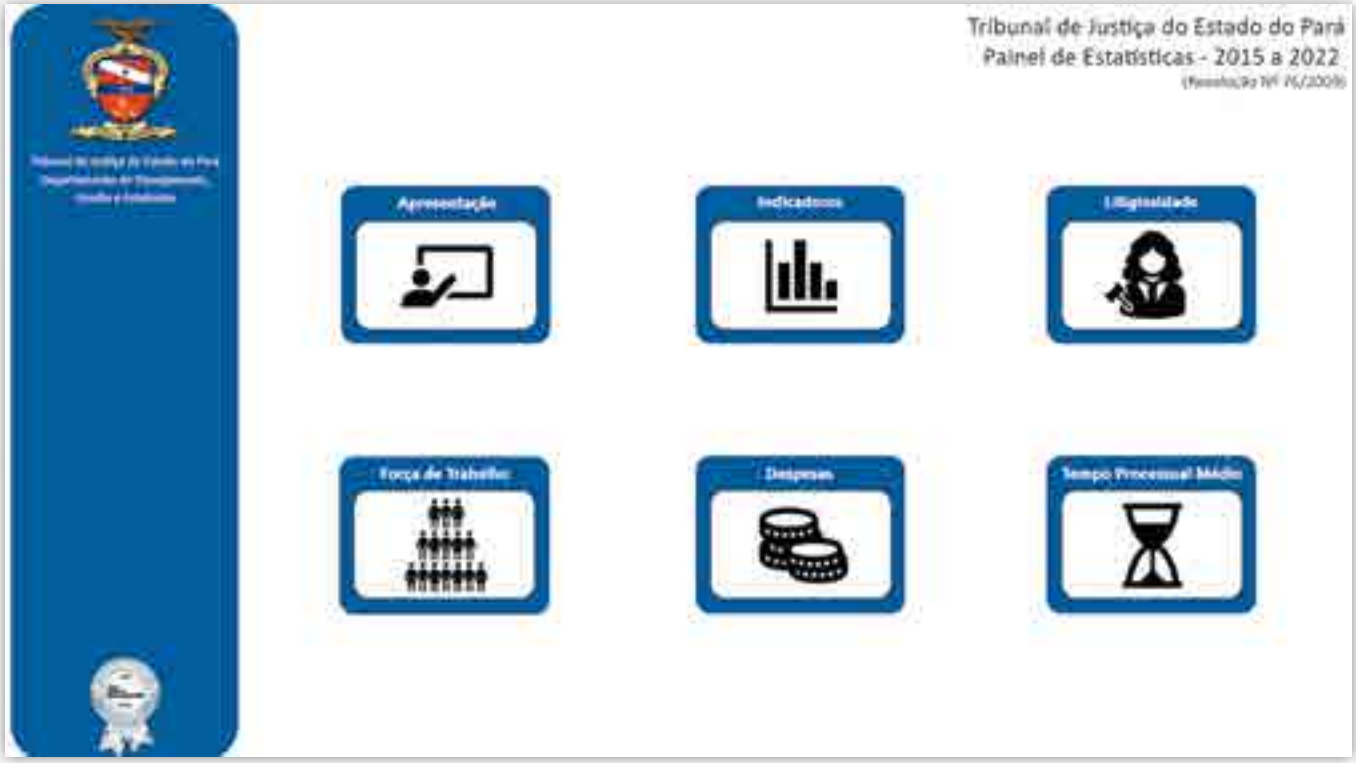


Painel de Indicadores Educacionais

Órgão/Público: EJPA/Interno TJPA e Externo

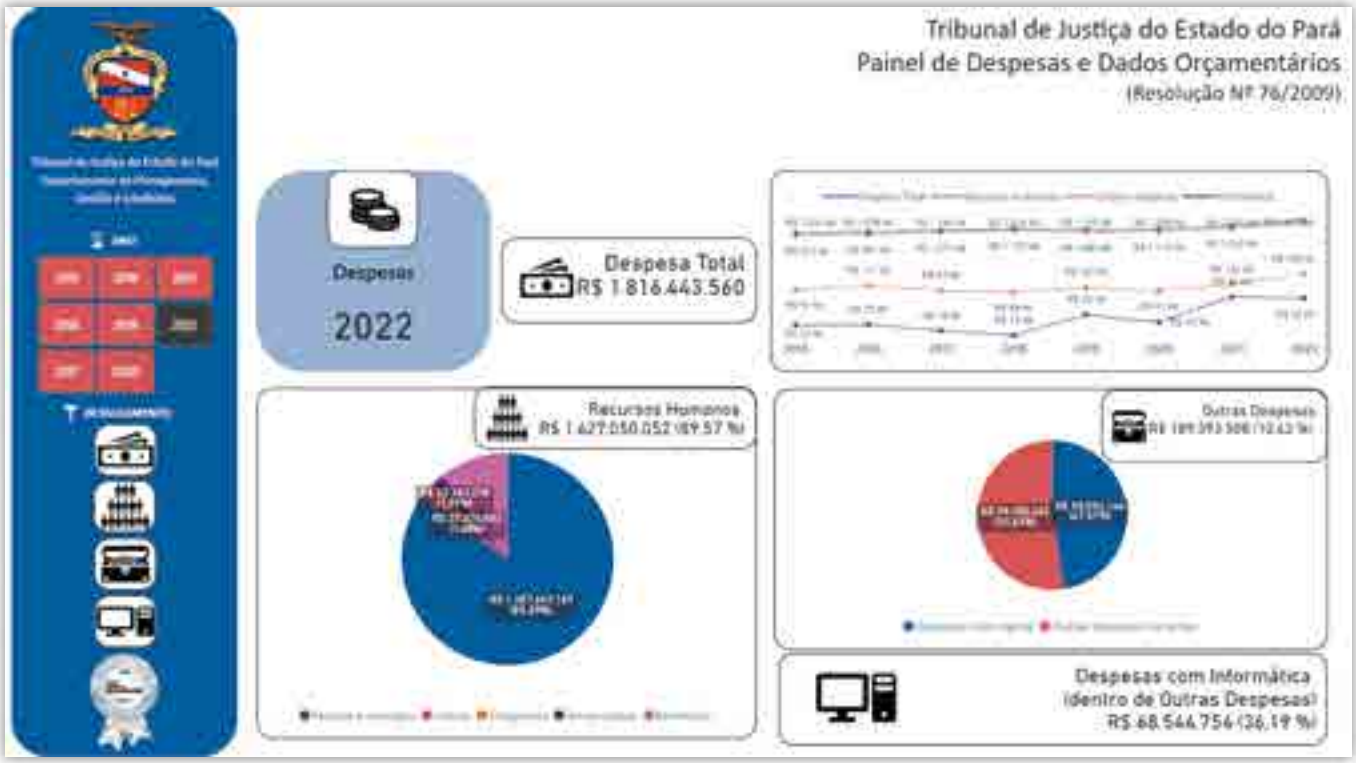
Painel de Estatísticas

Órgão/Público: DEPGE/ Interno TJPA e Externo



Painel de Despesas Orçamentárias

Órgão/Público: DEPGE/ Interno TJPA e Externo



Painel de Histórico do Acervo

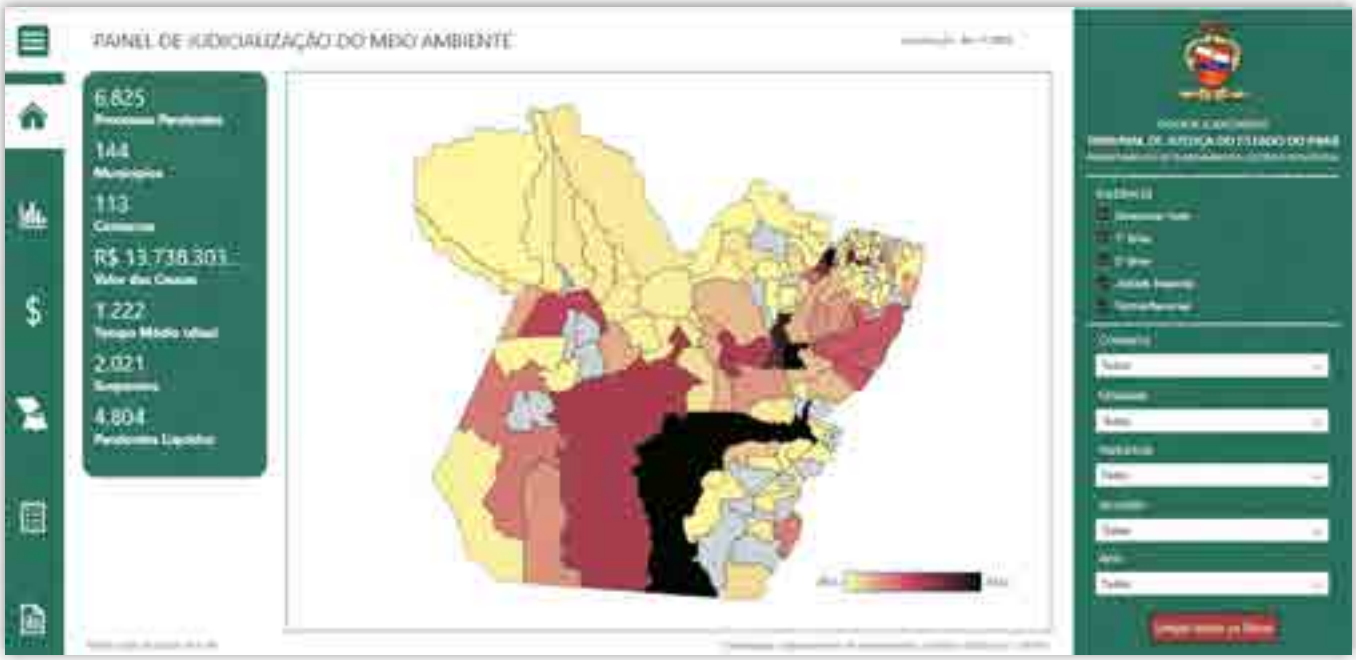
Órgão/Público: DEPGE/Corregedoria Geral de Justiça

Painel Estatístico de Violência Doméstica contra a Mulher e Crianças e Adolescentes

Órgão/Público: CNJ e TJPA/ Interno TJPA e Externo

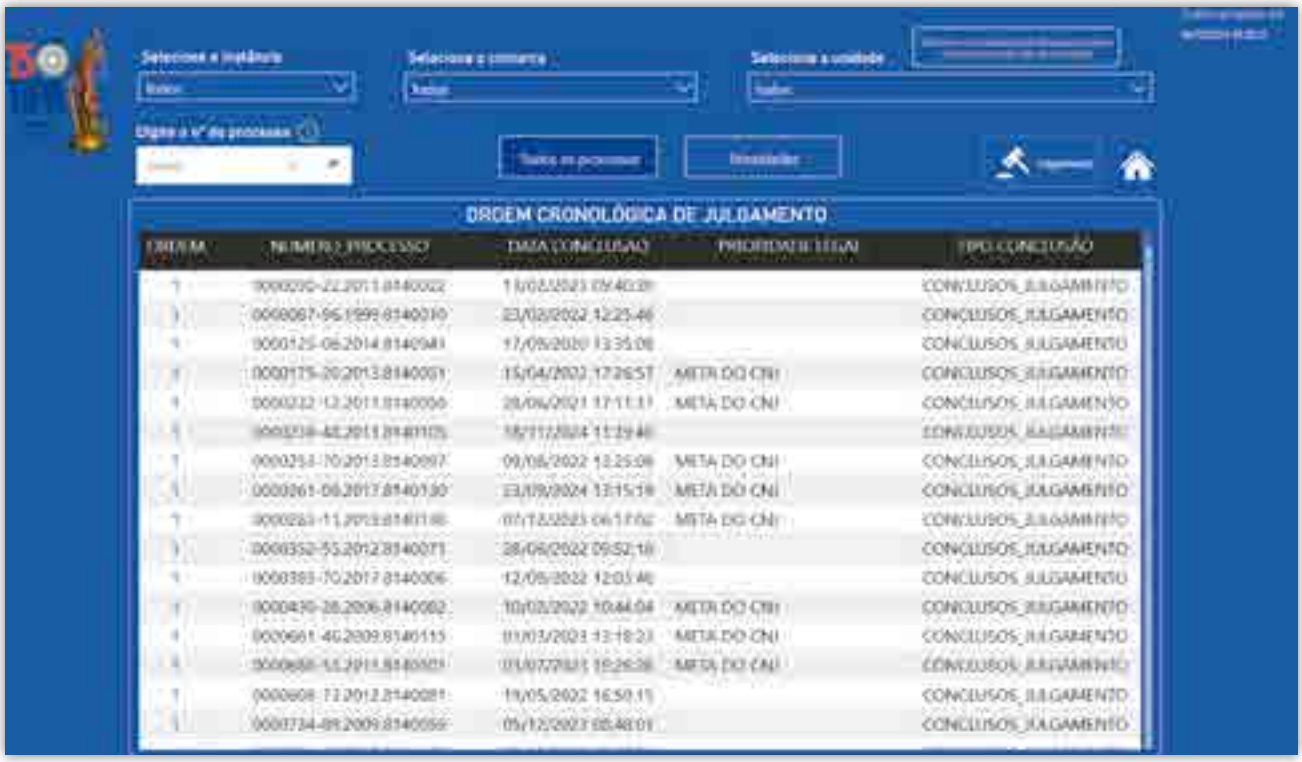
Painel de Judicialização do Meio Ambiente

Órgão/Público: DEPGE/ Interno TJPA



Relatório de Ordem Cronológica de Processos Conclusos para Julgamento

Órgão/Público: CNJ e TJPA/ Interno TJPA e Externo



Embora, de uma forma geral, todos os painéis terem evoluído nesses últimos dois anos, dois painéis tiveram incrementos importantes de funcionalidades: o Painel de Gerenciamento de Mandados e o Painel de Gestão de Atividades. No Painel de Gerenciamento de Mandados foi incluído o filtro de classe e de prioridades, permitindo uma melhor gestão e maior celeridade no cumprimento de mandados, uma vez que facilitou a triagem dos mandados, suprindo uma lacuna do Sistema PJe, devido à facilidade de trabalhar com todos na distribuição de mandados ao longo do tempo e a exportação de relatórios específicos.

No Painel de Gestão de Atividades houve o acréscimo da análise de produtividade para a gestão e avaliação do desempenho individual de servidores(as). Essa análise vai proporcionar ao gestor uma ferramenta para a análise objetiva do desempenho com base na produção do servidor, contribuindo para a otimização da força de trabalho, impactando na celeridade processual e nos indicadores de desempenho do TJPA.

Paralelamente à implementação de painéis, a Coordenadoria de Estatística atuou na capacitação e na difusão da cultura da gestão orientada por dados por meio da realização de workshops e consultorias. Esses eventos consistem em uma apresentação detalhada dos indicadores que compõem o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária (IEJUD) e de todas as funcionalidades do Painel de Gestão Judiciária, culminando com a elaboração de um plano de ações com metas operacionais.

No biênio 2023 - 2025, a Coordenadoria de Estatística realizou 124 eventos de capacitação do Painel de Gestão Judiciária, atendendo a unidades judiciárias de 1º e 2º Graus, tendo como público magistrados(as) e servidores(as) lotados(as) nessas unidades e em Unidades de Processamento Judicial (UPJs).

Ressalta-se que os painéis de visualização e gerenciamento de dados têm papel relevante na melhoria contínua da prestação jurisdicional, sendo que no último biênio houve uma ampliação do uso dessas ferramentas de modo que elas passaram a fazer parte do dia a dia de magistrados(as) e servidores(as) das unidades judiciárias.

Atualmente estão em funcionamento 16 painéis, disponibilizados para os públicos interno e externo do

Tribunal. A manutenção do funcionamento e da atualização dessas ferramentas é realizado pela Coordenadoria de Estatística que atua no gerenciamento e no suporte dos painéis, garantido a disponibilização e a aplicação dessas ferramentas nas atividades operacionais do TJPA.

Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJUD

Em 2024, o desempenho das unidades judiciárias no Índice de Eficiência da Unidade Judiciária (IEJUD) apresentou resultados expressivos, refletindo avanços significativos na eficiência e na qualidade da prestação jurisdicional. Das 364 unidades avaliadas, 263 (72%) alcançaram pontuação superior a 90 pontos, posicionando-se na faixa de excelência (verde). Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo 1º Grau, no qual 235 unidades atingiram essa faixa, seguidas por 16 do 2º Grau e 12 das Turmas Recursais.

Distribuição das unidades por faixa de IEJUD-2024

FAIXAS DE IEJUD	1º GRAU	2º GRAU	TURMA RECURSAL	TOTAL GERAL
Verde (acima de 90 pontos)	**235**	**16**	**12**	**263**
Amarelo (entre 70 e 90 pontos)	**62**	**9**		**71**
Vermelho (abaixo de 70 pontos)	**24**	**6**		**30**
Total Geral	**321**	**31**	**12**	**364**

FONTE: COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA

A análise detalhada revela que 92,5% das unidades do 1º Grau obtiveram pontuação acima de 70 pontos, enquanto 73% superaram os 90 pontos. No total, apenas 30 unidades (8%) ficaram abaixo de 70 pontos (faixa vermelha), indicando o esforço da maioria das unidades em melhorar o desempenho, e com reflexo em seus indicadores.

Quantidade de unidades de alto desempenho no IEJUD-2024

DESEMPENHO	1º GRAU	2º GRAU	TURMA RECURSAL	TOTAL GERAL
IEJUD = 100 pontos	**76**	**5**	**2**	**83**

FONTE: COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA

Oitenta e três unidades atingiram a pontuação máxima de 100 pontos, representando o ápice do desempenho no IEJUD. Dessas, 76 pertencem ao 1º Grau (23% do total dessa instância), 5 unidades do 2º Grau (17% do total da instância) e 2 unidades das Turmas recursais (17%). Esses números reforçam o compromisso das unidades judiciárias em alcançar padrões elevados de eficiência, medidos pelo significativo esforço de movimentação do acervo e produtividade verificados em todo o ano de 2024.

Gestão de Processos e Riscos

Conforme prevê a Portaria nº 293/2022-GP, do Tribunal de Justiça do Pará, e em decorrência do trabalho desenvolvido para o aprimoramento dos processos de trabalho e gestão de riscos e controles, foram publicados 44 novos documentos no Sistema Normativo Administrativo (Sinad) no biênio 2023-2025, elaborados em conjunto com a Coordenadoria de Contratos e Convênios (COCCS), Coordenadoria Geral de Arrecadação (CODAR), Coordenadoria de Saúde (COSAU), Departamento de Ensino e Pesquisa (DEEPE), Departamento Financeiro (DEFIN), Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DEPGE), Divisão de Controle de Processos Administrativos (DVCOP), Divisão de Obras (DVOBR) e Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS).

Encontra-se discriminado abaixo, o quantitativo geral por tipo de documentação publicada e Unidade Administrativa responsável.

Quantidade de documentação por área demandante

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	UNIDADE										
	COCCS	CODAR	COSAU	DECOM	DEEPE	DEFIN	DEPGE	DVCOP	DVOBR	NATJUS	TOTAL GERAL
Fluxograma	1	1	2			2	17		6	1	30
Formulário								1			1
Instrução de trabalho								2			2
Manual				1			1				2
Modelo							2	3			5
Riscos e Controles		1	1		1		1				4
Total Geral	1	2	3	1	1	2	21	6	6	1	44

FONTE: SINAD

Destaca-se ainda, a publicação da Declaração de Apetite a Riscos do PJPA, por meio da Portaria nº 843/2024-GP, de 1/2/2024, anexada à Política de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Pará, além do Manual de Gestão de Riscos.

Plano Anual de Contratações

Conforme diretrizes da Resolução CNJ nº 347/2020 e da Resolução PJPA nº 19/2022, o Plano é elaborado no ano anterior e revisado ao longo do exercício de vigência. O Plano Anual de Contratações é construído de forma colaborativa e é submetido à apreciação e aprovação da alta gestão para publicação no portal institucional.

Em 2023, o Plano iniciou sua execução com 303 contratações, sendo que ocorreram 42 inclusões e 39 exclusões, devidamente autorizadas pela Presidência, no decorrer do ano.

Já em 2024, foram previstas inicialmente 326 contratações, sendo que 34 foram incluídas e 39 excluídas, com anuência da Presidência, ao longo da execução durante o exercício.

Tais alterações refletem o caráter dinâmico do planejamento e sua adaptação às mudanças de cenário durante o exercício, que devem ser devidamente alinhadas ao orçamento do TJPA.

Em virtude da entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, está havendo uma transição na elaboração e execução do Plano Anual de Contratações, que poderá acarretar atualizações e adaptações nos próximos exercícios.

Avanços estratégicos no TJPA: Metas e expansão judiciária

O Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) tem prosseguido com êxito, em virtude do esforço conjunto da Presidência, da Corregedoria Geral de Justiça e da Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais.

O PIB foi instituído pela Portaria do TJPA nº 4.590/2019, com a finalidade de padronizar e uniformizar as movimentações processuais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), devido à necessidade de garantir a realização correta das movimentações de baixa processual pelas unidades judiciárias, de forma que a sua produtividade fosse refletida fidedignamente no Relatório Justiça em Número.

Em 2021, tornou-se um programa permanente com a publicação da Portaria nº 1705/2021-GP, posteriormente alterada pela Portaria nº 1051/2023-GP, estabelecendo metas de baixa para todas as unidades do Estado, regra de cálculo com destaque para o resultado do Índice de Eficiência Judiciária (IEJUD), que passou a funcionar como um bônus para as unidades com índice acima de 70 pontos.

Na mesma Portaria, ficou instituído o Grupo de Auxílio e Monitoramento (GAM), tendo como atribuições o suporte técnico e operacional às unidades judiciárias, monitoramento da evolução das baixas processuais e disponibilização de relatórios, bem como a certificação das unidades com o Selo "Unidades de Alta Produtividade".

O Programa é monitorado e gerenciado diariamente, com possível produção de achados informados à Coordenação do GAM, à Presidência do Tribunal e as unidades judiciárias. Ademais, foi criado o Portal PIB para orientar as unidades judiciárias participantes no acesso a normativos, dúvidas frequentes, contatos, resultados por unidade judiciária, entre outras informações importantes sobre a matéria.

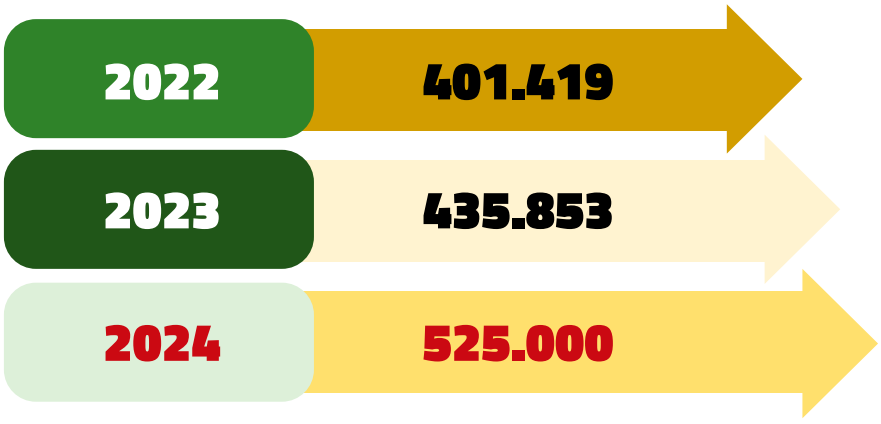
Painel do Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB)

FONTE: COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS

Ao longo de 2024, as unidades monitoradas no Programa baixaram 477.940 ações, acima da meta acumulada no ano de 407.051, com cumprimento acumulado de 117,42%.

O esforço realizado pelas unidades de 1° Grau (unidades de justiça comum, juizados e Turma Recursal), no âmbito do PIB, somado ao trabalho desenvolvido no 2° Grau, deverá assegurar recorde de baixas para o TJPA em 2024, quando a instituição deverá contar aproximadamente 525 mil baixas.

Evolução das baixas no programa, por exercício



FONTE: COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS

Programa de Acompanhamento Permanente - PAP

O 4° Fórum Nacional das Corregedorias, em seu Glossário e Esclarecimentos determinou em sua Diretriz Estratégica 1, que fosse desenvolvido projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maiores dificuldades em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) editou o Provimento n° 05/2021-CGJ, que regulamenta o Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais (PAP), executando Plano de Ação para cumprimento da Diretriz Estratégica.

A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas (COCIM), subsidiando o Plano de Ação da CGJ, elaborou relatórios e efetuou o monitoramento diário de produtividade de 11 Unidades Jurisdicionais que apresentaram maior dificuldade em atingir a Meta 2 ao longo de 2021 e mais 10 unidades ao longo de 2022.

Em 2023, a Corregedoria Geral de Justiça, pelo Provimento n° 003/2023-CGJ, alterou o Provimento n° 05/2021-CGJ, acrescentando o inciso IV ao artigo 3° e incluindo o acervo paralisado como item a ser acompanhado no Programa de Acompanhamento Permanente.

A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas produziu solução customizada de acompanhamento dos resultados para a Corregedoria Geral de Justiça, visando não apenas ao monitoramento das unidades avaliadas no PAP, mas aos resultados de todas as unidades judiciárias do Estado, para fins de produção de achados capazes de iniciar algum trabalho pontual ou mesmo correcional em unidades específicas, dependendo dos resultados que apresentarem em relação às Metas Nacionais, nível de processos paralisados ou quantidade de baixas em relação aos casos novos (IAD).

Em 2024, foi realizada a atualização do PAECOR, painel com demonstração de indicadores-chave de todas as unidades judiciárias do Estado, disponível no site da Corregedoria Geral de Justiça.

Painel de Monitoramento de Resultados do PAP

FONTE: SITE DO TJPA.

Metas Nacionais

META 1 (Produtividade)

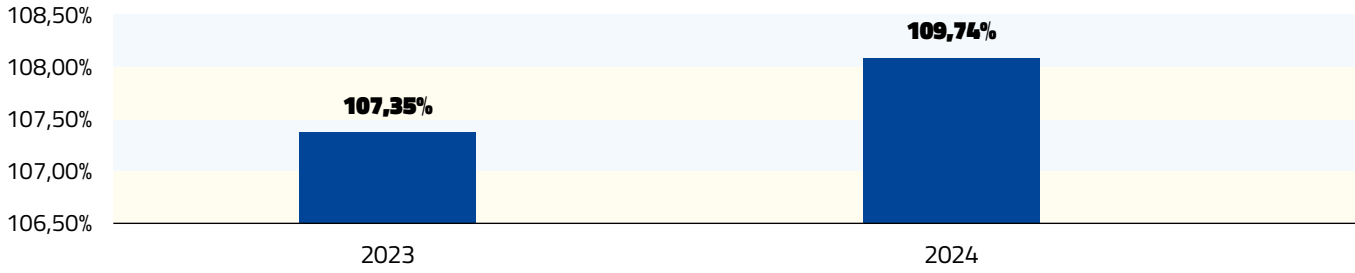
O TJPA julgou 108,36% dos processos distribuídos entre janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, considerando o resultado de todos os segmentos de justiça: 1° Grau, 2° Grau, Juizados e Turmas Recursais.

SEGMENTO	PROCESSOS RECEBIDOS ENTRE JANEIRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2024	PROCESSOS JULGADOS ENTRE JANEIRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2024	GRAU DE CUMPRIMENTO
1° Grau	**490.888**	**542.731**	**110,56%**
Juizados Especiais	**122.500**	**131.241**	**107,13%**
2° Grau	**102.341**	**100.725**	**98,42%**
Turma Recursal	**33.670**	**37.325**	**110,85%**
Total	**749.399**	**812.022**	**108,36%**

FONTE: DEPGE/COCIM

As unidades judiciárias do 1º Grau receberam quase 491 mil processos nos últimos 2 anos, enquanto os Juizados Especiais apresentaram demanda processual superior a 122 mil novas ações no mesmo intervalo de tempo. Considerando todos os segmentos, o Tribunal de Justiça do Estado recebeu mais de 746 mil casos novos. No mesmo período, foram julgados pelos segmentos de justiça do Estado do Pará mais de 811 mil processos.

Evolução do Grau de Cumprimento da Meta 1
Biênio 2023-2025

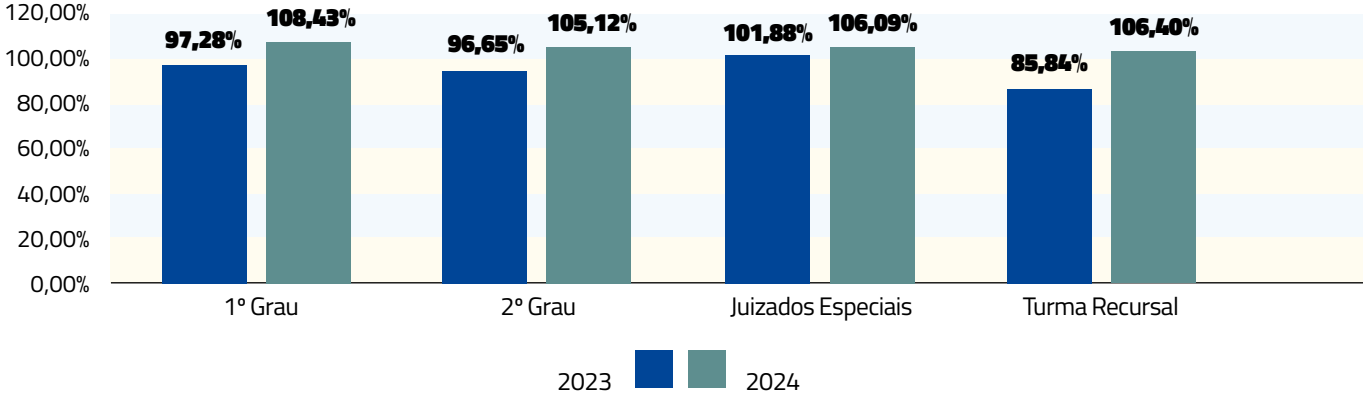


FONTE: DEPGE/COCIM

META 2 (Celeridade)

Em 2024, o TJPA cumpriu 108,43% do objetivo de julgamento de processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau, segmento que possui o maior volume de processos mais antigos. Todos os demais segmentos cumpriram a meta 2 em 2024.

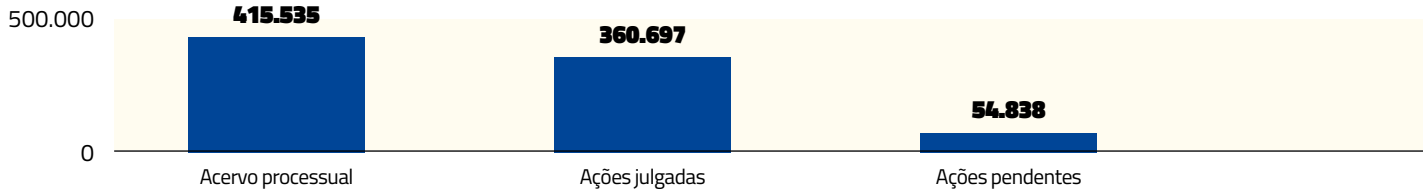
Evolução do Grau de Cumprimento da Meta 2
Biênio 2023-2025



FONTE: DEPGE/COCIM

Levando em consideração apenas o resultado do 1º Grau em 2024, esse segmento julgou 360.697 ações antigas, ou seja, 86,8% do acervo, sendo que a necessidade de julgamento desse segmento era de 80,0%, de acordo com o Glossário de Metas 2024.

Meta 2 de 2024
Resultado final do 1° Grau

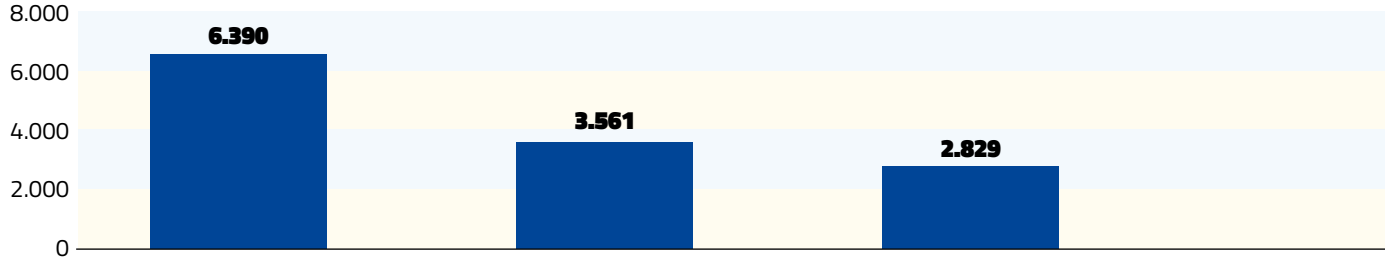


FONTE: DEPGE/COCIM

Em 2024, o CNJ estipulou uma submeta 2, na qual os Tribunais deveriam julgar todas as ações distribuídas até 2010.

Ao todo, o TJPA identificou 6.390 ações distribuídas até 2010, e julgou 55,7% desse total, restando o julgamento de outras 2.829.

Meta 2 + 14
Resultado final

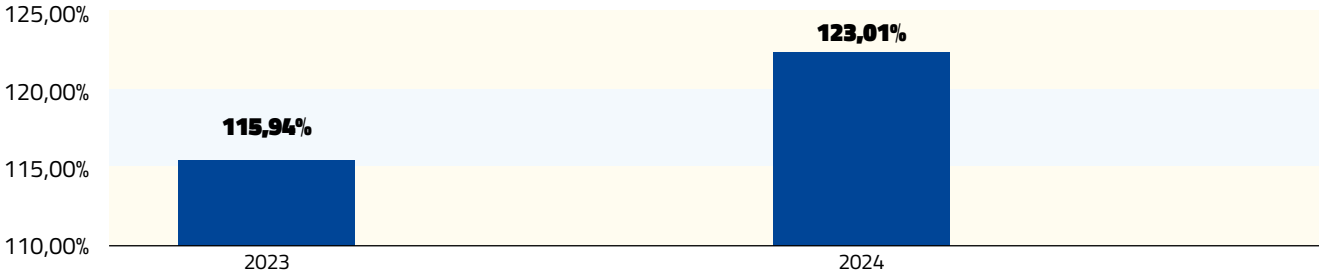


FONTE: DEPGE/COCIM

META 4 (Corrupção – Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública)

O TJPA julgou 80% dos processos de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020. Esse resultado equivale a um grau de cumprimento da meta igual a 123,01%, contra 115,94% de 2023.

Meta 4 de 2024
Resultado final



FONTE: DEPGE/COCIM

Considerando a soma das ações no 1º Grau, 2º Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais, foram julgadas 4.595 ações de um acervo total de 5.747 processos distribuídos até 2020.

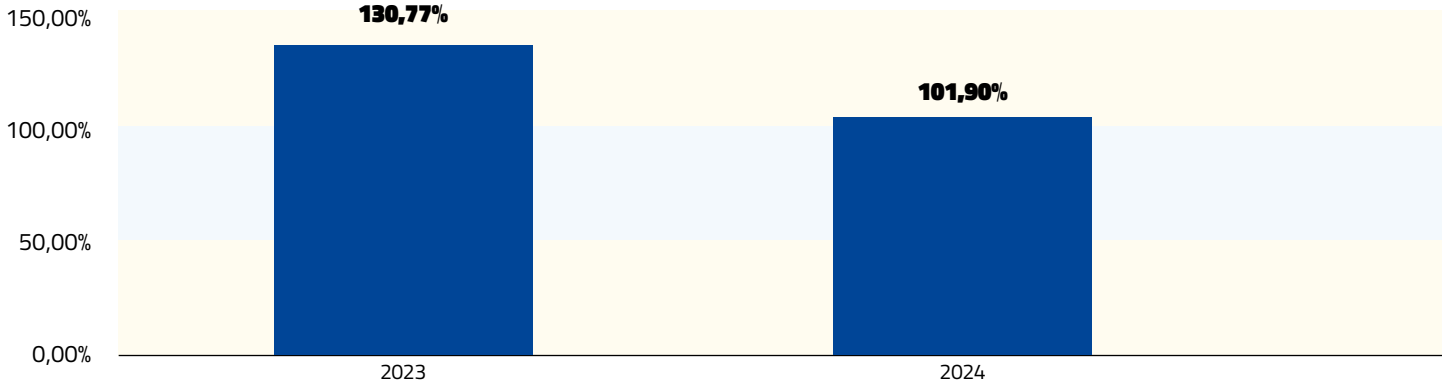
META 8 (Violência Doméstica e Feminicídio)

Até dezembro de 2024, foram julgados 68 casos de feminicídio pendentes de julgamentos e distribuídos até 31/12/2020 e 13.950 dos casos de violência doméstica distribuídos até 31/12/2020. A Meta 8 – Feminicídio foi cumprida em 106,67% e a Meta 8 – Violência Doméstica foi cumprida em 101,90%

Meta 8 – Feminicídio
Resultado final

FONTE: DEPGE/COCIM

Meta 8 – Violência Doméstica Resultado final



FONTE: DEPGE/COCIM

META 10 (Ações Ambientais)

O TJPA julgou 1.494 processos da Meta 10 até o mês de dezembro relacionados a ações ambientais distribuídas até 31/12/2023, obtendo 148,52% de cumprimento no ano.

Meta 10 - Ações Ambientais

FONTE: DEPGE/COCIM

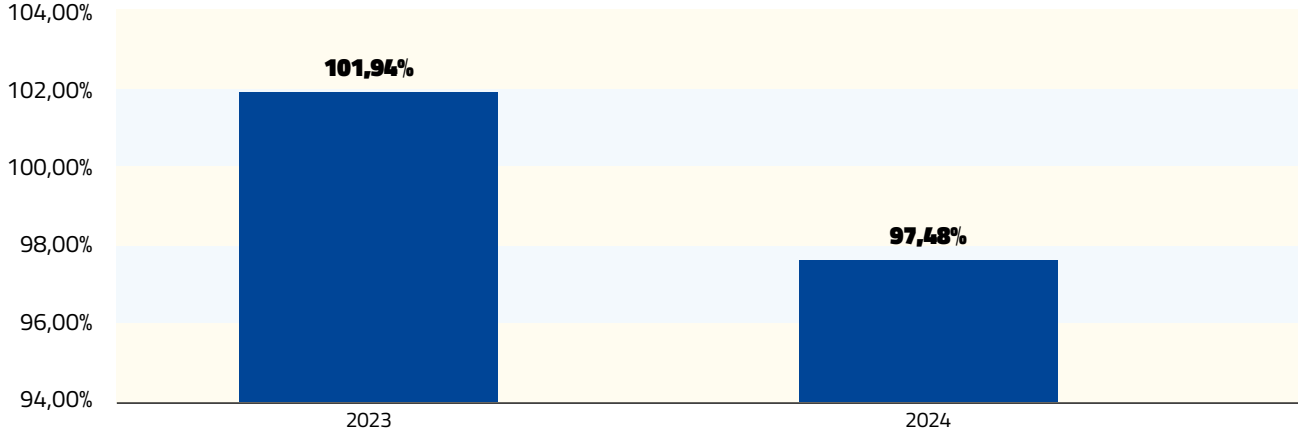
META 11 (Infância e Juventude)

O TJPA julgou 6.358 processos da Meta 11 relacionados a ações de conhecimento nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional distribuídos até 31/12/2022 no 1º Grau (unidades de justiça comum), obtendo 97,48% de cumprimento da meta.

TJPA obteve 148,52% de cumprimento da Meta 10 de Ações Ambientais

RICARDO LIMA

Meta 11 – Infância e Juventude
Resultado final



FONTE: DEPGE/COCIM

Outras metas nacionais aplicáveis ao TJPA

META 3

Até o momento da elaboração desse relatório, o TJPA tinha cumprido 100% de cumprimento da Meta 3 de 2024, segundo o Painel de Metas do CNJ, com 38.109 conciliações realizadas e com Índice de Conciliação de 18,52%. O objetivo dessa Meta em 2024 era superar o Índice de Conciliação em 1% o resultado do ano anterior.

META 5

A Meta 5 de 2024 tinha como objetivo reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida de processos de conhecimento do Tribunal em relação ao resultado de 2023. Ao final de 2024, a taxa do TJPA alcançou 60,63% contra 62,42% de 2023, permitindo ao Tribunal alcançar o percentual de 102,14% de cumprimento da Meta 5.

META 9

Na Meta 9 de 2024, que trata de inovação no Poder Judiciário, o TJPA articulou com outros Tribunais e cadastrou na Plataforma RENOVAJUD dois projetos relacionados à Meta, um deles articulado com o TRT8 e TRE-PA (Hub Pará Inova Jus) e outro com o TRE-PA (Circuito Judiciário Sustentável). A Meta em 2024 tinha como foco a implantação de dois projetos oriundos do laboratório de inovação, cujo desenvolvimento contou com a participação de pelo menos um laboratório de outro Tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0

A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas acompanha a produtividade dos Núcleos de Justiça 4.0 focados em Metas Nacionais. Em 2024, existiam 3 Núcleos com esse direcionamento:

- Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 2
- Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 4
- Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 10

O Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 2, coordenado pelo juiz Thiago Fernandes, produziu 4.670 sentenças no ano, sendo composto por 8 magistrados(as).

O Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 4, coordenado pela juíza Mônica Maciel Fonseca, produziu 372 sentenças no ano, sendo composto por 7 magistrados(as).

O Núcleo de Justiça 4.0 – Meta 10, coordenado pelo juiz André Filocreão, produziu 372 sentenças no ano, sendo composto por 6 magistrados(as).

Havia ainda, em 2024, mais dois Núcleos de Justiça 4.0 focados em matérias específicas:

- Núcleo de Empréstimo Consignado e Contrato Bancário, Matérias de Saúde e Violência Doméstica: Produziu 5.395 sentenças em 2024, sendo coordenado pelo juiz Francisco Walter Rego Batista.

- Núcleo de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, Arrendamento Mercantil e Fazenda Pública: Produziu 10.992 sentenças no ano, e é coordenado pelo juiz David Jacob Bastos.

Expansão judiciária e reorganização estratégica

A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas realizou 140 análises diversas de expansão dos serviços e readequação de competências, com os seguintes resultados:

ESTUDOS/ANÁLISES	QUANTITATIVOS	RESULTADOS
Transformação de varas	**3**	● Transformação da Vara do Juizado Cível de Acidentes de Trânsito em 3ª Vara do Juizado Cível de Fazenda Pública de Belém ● Transformação da 3ª Vara do Tribunal do Júri em 4ª Vara de Violência Doméstica de Belém ● Transformação dos Juizados Cível e Criminal de Altamira em Vara do Juizado Cível e Criminal de Altamira
Expansão de cargos para o Desembargo (2º Grau)	**10**	6 novas vagas devem ser preenchidas de imediato, sendo as demais de acordo com a disponibilidade orçamentária
Elevações de entrância	**3**	Ananindeua, Marabá e Santarém
Criação de Turmas Recursais Permanentes	**12**	3 Turmas Cíveis e Criminais e 1 Turma exclusiva de Fazenda Pública
Alterações de Competência	**6**	● Redefinição de competência da 1ª e 2ª Varas Cíveis e Empresariais de Icoaraci ● Redefinição de competência da 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém (atual Vara de Infância e Juventude de Santarém) ● Redefinição de competência da 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém (atual Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal de Santarém) ● Redefinição de competência da 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém (para receber ações relacionadas à Lei nº 14.193/2021) ● Redefinição de competência das varas de juízo comum de Conceição do Araguaia ● Redefinição de competência da 13ª Vara Criminal de Belém (atual Vara de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária)

Seguem listadas as análises e os estudos mais relevantes produzidos pela Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas no biênio 2023-2025:

1.1. Transformação da 3ª Vara do Tribunal do Júri em 4ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

1.2. Transformação do Juizado Cível de Acidentes de Trânsito de Belém em 3ª Vara do Juizado de Fazenda Pública de Belém;

1.3. Alteração da competência das duas varas cíveis e empresariais de Icoaraci;

1.4. Encaminhamento para Comissão de Organização Judiciária de Proposta de Criação de Cargos de Juiz Substituto de 2º Grau;

1.5. Atualização de estudo para criação de nova unidade judiciária em Salinópolis;

O processo de gestão da transparência vem ao longo do tempo se aperfeiçoando no Judiciário

RICARDO LIMA

1.6. Atualização do estudo sobre Comarcas de Difícil Provimento (Ação 3.4.1 do atual Plano de Gestão);

1.7. Ajuste do Índice de Carência de Varas (ICV), de forma a eliminar a contagem de unidades existentes em cada comarca, os CEJUSCs, juizados adjuntos e Termos Judiciários, tendo em vista não possuírem juiz(a) titular ou servidores(as) lotados(as);

1.8. Análise de alteração de competência da 3ª Vara Criminal de Icoaraci, para que fique exclusiva de violência doméstica;

1.9. Análise de reorganização da execução penal no Estado, por meio da criação de dois Núcleos de Justiça. Um direcionado a condenados em regime fechado e semiaberto, com a criação do Núcleo de Justiça 4.0 – Execução Penal, que concentraria o acompanhamento de todos esses processos no Estado; e outro focado em réus com medidas de segurança, que necessitam de cuidados em saúde mental, a ser denominado Núcleo de Justiça 4.0 – Medidas de Segurança;

1.10. Análise de criação da 2ª Vara de Óbidos;

1.11. Análise de criação da 2ª Vara Criminal de Redenção, exclusiva para ações de violência doméstica, tribunal do júri e execução penal;

1.12. Análise de criação de novas unidades exclusivas de família e de violência doméstica em Castanhal;

1.13. Análise de criação de Vara de Família na Comarca de Marabá;

1.14. Análise de criação de nova unidade judicial em Tomé-Açu;

1.15. Análise de transformação da 1ª Vara de Inquéritos de Belém na Vara do Juiz das Garantias;

1.16. Análises diversas a respeito do equilíbrio/desequilíbrio na distribuição envolvendo unidades com competências semelhantes.

Índice de Carência de Varas

Em 2024, a Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas sugeriu adequação no Índice de Carência de Varas (ICV), de forma que a média de casos novos por vara fosse obtida pelo número de casos novos da Comarca dividido pelo número de unidades, excluindo-se do cálculo os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), Termos Judiciários e Juizados Adjuntos.

Essa sugestão foi aprovada durante a 41ª Sessão do Pleno do Tribunal, posteriormente publicada na Resolução nº 13/2024 do TJPA, que alterou a Resolução nº 18/2022.

Publicidade

O ICV passou a ser disponibilizado para toda a sociedade, por meio do Portal da Transparência do TJPA, facilitando o acesso a esse instrumento de planejamento do Tribunal que procura alocar os recursos de expansão judiciária naquelas Comarcas com maior demanda, grande contingente populacional e alta atividade econômica.

Classificação das Unidades Judiciárias a partir do ICV

ORDEM (2024)	COMARCA	CASOS NOVOS (2021 A 2023)	N° DE UNIDADES	MÉDIA DE CASOS NOVOS POR UNIDADE (2021 A 2023)	PIB A PREÇOS DE MERCADO 2021 (R$1.000)	POPULAÇÃO (IBGE – CENSO 2022)	ICV 2024
1	Belém	**364.425**	**92**	**3.961**	**33.467.126**	**1.303.403**	**0,7052**
2	Breu Branco	**6.569**	**1**	**6.569**	**794.309**	**45.712**	**0,6101**
3	Parauapebas	**33.636**	**7**	**4.805**	**49.763.040**	**267.836**	**0,5829**
4	Itaituba	**16.371**	**3**	**5.457**	**3.558.050**	**156.846**	**0,5297**
5	Novo Repartimento	**5.571**	**1**	**5.571**	**1.117.034**	**60.732**	**0,5140**
6	Oriximiná	**5.080**	**1**	**5.080**	**2.278.575**	**68.294**	**0,4687**
7	Monte Alegre	**5.071**	**1**	**5.071**	**807.340**	**60.012**	**0,4629**
8	Mocajuba	**4.992**	**1**	**4.992**	**452.082**	**27.198**	**0,4467**
9	Marabá	**44.103**	**11**	**4.009**	**13.959.634**	**298.493**	**0,4380**
10	Salinópolis	**4.786**	**1**	**4.786**	**641.901**	**44.772**	**0,4304**
11	Marituba	**13.580**	**3**	**4.527**	**2.578.541**	**111.785**	**0,4238**
12	Tomé-Açu	**4.651**	**1**	**4.651**	**1.040.635**	**67.585**	**0,4230**
13	Breves	**8.823**	**2**	**4.412**	**1.144.481**	**138.860**	**0,4156**
14	Cametá	**8.816**	**2**	**4.408**	**1.393.690**	**134.184**	**0,4147**
15	Óbidos	**4.475**	**1**	**4.475**	**965.930**	**52.229**	**0,4016**
16	São Geraldo do Araguaia	**4.495**	**1**	**4.495**	**1.003.439**	**37.087**	**0,4001**
17	Alenquer	**4.229**	**1**	**4.229**	**895.120**	**83.494**	**0,3839**
18	Ananindeua	**55.940**	**18**	**3.108**	**8.939.830**	**478.778**	**0,3790**

FONTE: PORTAL DO TJPA

Produção/Atualização de Ferramentas de Análises

Em 2024, o PJPA instituiu o Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa e designou integrantes através das Portarias nº 567/2024-GP, e nº 568/24-GP.

Por força de previsão contida na Portaria 567/2024-GP, a Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas criou o Painel da Pessoa Idosa em Foco, com informações sobre quantidade de processos pendentes, casos novos, quantidade de dias em tramitação, entre outras informações. O Painel encontra-se publicado no site do Comitê.

Painel da Pessoa Idosa em Foco

FONTE: PORTAL DO TJPA

Em 2024, a COCIM desenvolveu ferramenta de gerenciamento dos inquéritos em tramitação no TJPA, posteriormente publicado no site da CGJ, com o nome InvestCrimCor. A ferramenta possibilita consultas por comarca, unidade, órgão de origem e número de origem do procedimento.

Painel InvestCrimCor

A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas atualizou, como procedimento de rotina anual, os Painéis de Metas e de Processos pendentes de metas, de acordo com as novas regras descritas no Glossário de Metas do CNJ.

Painel da Metas Nacionais

FONTE: PORTAL DO TJPA.

Painel de Ações Pendentes das Metas Nacionais

FONTE: PORTAL DO TJPA.

Plano de Gestão do Biênio 2023-2025

O Plano de Gestão 2023-2025 foi aprovado por meio da Portaria nº 1454/2023-GP, que dispõe sobre a instituição do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, sendo esse colegiado atualizado por meio da Portaria nº 5190/2023-GP, de 30 de novembro de 2023.

O Plano de Gestão, com periodicidade de dois anos, é instrumento de alinhamento institucional e tem a função de orientar e direcionar os demais planos ou ações operacionais, principalmente no desdobramento dos objetivos do Plano Estratégico.

Foram 163 ações, desdobradas em 648 etapas, com a participação de aproximadamente 200 magistrados(as) e servidores(as). A execução do plano é monitorada pelo Sistema de Monitoramento do Planejamento (SIMPLAN), enquanto a avaliação ocorre nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), realizadas quadrimestralmente. Todas as ações previstas foram concluídas, atingindo 100% de execução.

Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental, que demonstra a disponibilidade de recursos que serão utilizados e apresenta, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração.

O Poder Judiciário do Estado do Pará totalizou 76 ações no PPA 2020-2023, divididas em 3 unidades orçamentárias: FRC (1 ação), FRJ (51 ações) e TJPA (24 ações).

Em 2023, a Coordenadoria de Gestão Estratégica participou do processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. O plano está estruturado em programas, diretrizes, eixos, objetivos e ações orçamentárias. Em linhas gerais, estão previstas 66 ações distribuídas nos 2 referidos programas.

Gestão Participativa

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em parceria com outros Tribunais Estaduais, por meio da Rede Nacional de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, realizou, em 2023, consulta pública para receber sugestões da sociedade e dos(as) operadores(as) de direito sobre o que deve ser priorizado pelos Tribunais brasileiros em 2024. A consulta contou com a participação de 6.312 respondentes. A categoria com maior percentual de participação foi de servidores(as) (72,91%), seguida da categoria de cidadão(ãs) (10,98%). Em linhas gerais, 43,21% dos(as) respondentes afirmaram possuir conhecimento básico acerca das metas nacionais do Poder Judiciário.

Em 2024, participaram da consulta 8.786 pessoas. A categoria com maior percentual de participação foi de servidores(as) (70,25%), seguida da categoria de cidadão(ãs) (16,33%).

O Tribunal de Justiça do Pará também realizou uma audiência pública para discutir sobre a proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025, e contou com a participação de 289 pessoas entre servidores(as), magistrados(as), advogados(as), defensores(as) públicos(as), membro do Ministério Público e cidadãos(ãs).

Adicionalmente, foi realizada uma reunião com servidores(as) e magistrados(as) para discutir sobre a Proposta Inicial de Metas Nacionais para 2025. Participaram 1.121 servidores(as), 175 magistrados(as) de 1º Grau, 7 magistrados(as) de 2º Grau, além de 1 terceirizado(a) e 3 estagiários(as), totalizando 1.307 participantes.

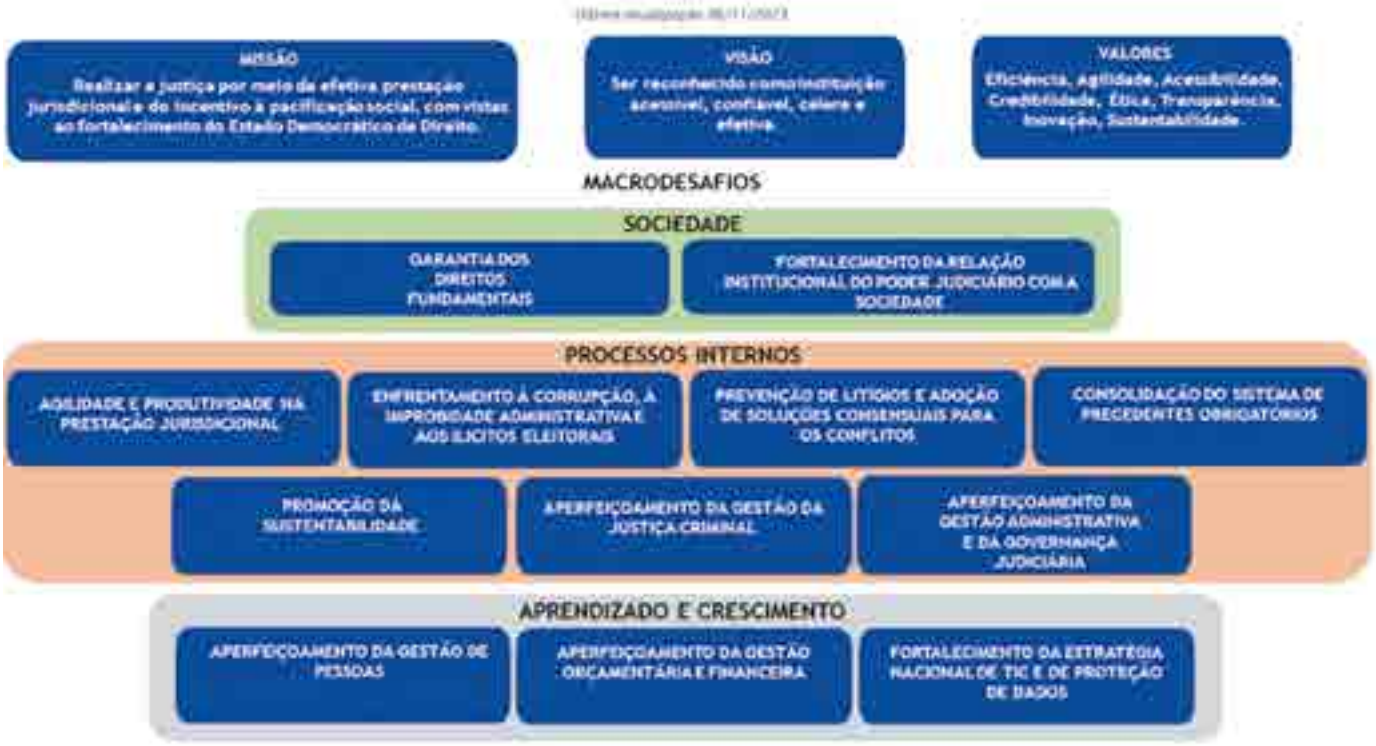
Foi disponibilizada até 17 de janeiro de 2025 a pesquisa de avaliação do Poder Judiciário do Estado do Pará 2024, realizada bianualmente.

Atualização do Painel de Monitoramento do Plano Estratégico 2021-2026 e do Painel de Monitoramento dos Programas, Projetos e Ações Institucionais

Em 2023, foram realizadas atualizações do Painel de Monitoramento do Plano Estratégico 2021-2026 e do Painel de Monitoramento dos Programas, Projetos e Ações Institucionais.

O Painel de Monitoramento do Plano Estratégico teve alteração na sua página inicial, que passou a disponibilizar o Mapa Estratégico do TJPA.

Painel de Monitoramento do Plano Estratégico 2021-2026



FONTE: CANAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJPA, DISPONÍVEL NO PORTAL DO TJPA.

Já o Painel de Monitoramento dos Programas, Projetos e Ações Institucionais passou a disponibilizar informações detalhadas de cada uma das iniciativas, tais como: objeto, escopo, cronograma, orçamento, dentre outras. O objetivo do incremento foi proporcionar maior transparência no acompanhamento do que vem sendo desenvolvido na instituição.

Painel de Monitoramento dos Programas, Projetos e Ações Institucionais

FONTE: CANAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJPA, DISPONÍVEL NO PORTAL DO TJPA.

Consultorias às Unidades Judiciárias

Trata-se de ação do Plano de Gestão 2023-2025 que tem por objetivo dar suporte às unidades judiciárias para melhorar seus indicadores de desempenho. Em 2023, foram realizadas 110 consultorias às unidades judiciárias e, em 2024, foram realizadas, até outubro, 174, totalizando 284 consultorias, superando a meta de 100 consultorias estabelecida ao biênio.

Projetos Institucionalizados

Em 2023, foram institucionalizados 9 projetos de diversas áreas do Tribunal.

A seguir, é apresentada a relação dos projetos institucionalizados, com detalhamento da área responsável e macrodesafio correlato.

Projetos Institucionalizados em 2023

AÇÃO	RESPONSÁVEL	MACRODESAFIO
Museu Criança	Leiliane Sodré Rabelo e Rodolfo Silva Marques	Garantia dos Direitos Fundamentais
Pop Rua Jud TJPA - doação de alimentos	Juiz Célio Petrônio D'Anunciação	Garantia dos Direitos Fundamentais
Descarte Consciente TJPA	Evelise de Oliveira Rodrigues	Promoção da Sustentabilidade
ALMOXARIFADO INCLUSIVO TJPA: do descarte à educação	Evelise de Oliveira Rodrigues	Promoção da Sustentabilidade
Pesquisa de satisfação "Acesso Biblioteca Digital"	Josiane de Oliveira Neves	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Museu Judiciário de Portas Abertas	Claikson Mendonça Duarte	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
Revolução Agrária	Desembargador Mairton Marques Carneiro	Garantia dos Direitos Fundamentais
Mutirão Processual Penal em Audiências de Acordo de não Persecução Penal	Juiz Rômulo Nogueira de Brito	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Acesso à Justiça: Zane Rer Imukatu Har Wà.	Juíza Mírian Zampier de Rezende	Garantia dos Direitos Fundamentais

FONTE: SIMPLAN – COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Em 2024, foram institucionalizados 13 projetos de diversas áreas do Tribunal.

Segue a relação dos projetos institucionalizados, com detalhamento da área responsável e macrodesafio correlato.

Projetos Institucionalizados em 2024

AÇÃO	RESPONSÁVEL	MACRODESAFIO
Sensibilizando para a Paz	Juíza Guísela Haase de Miranda Moreira	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
A Nominação Padrão de Etiquetas no PJe: O Combate ao Uso Indiscriminado	Juiz André Monteiro Gomes	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Exposição virtual Reconhecendo memórias: 150 anos TJPA- o acervo da Biblioteca Des. Antônio Koure	Josiane de Oliveira Neves	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Treinamento de usuário - programa de mediação, e orientação ao usuário no acesso aos serviços e produtos da biblioteca,	Josiane de Oliveira Neves	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Ilhas de hidratação para água, café e chá	Vicente de Paula Barbosa Marques Júnior	Promoção da Sustentabilidade
SEMEAR	Evelise de Oliveira Rodrigues	Promoção da Sustentabilidade
"REGULARIZAR" – Projeto Permanente de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnio	Garantia dos Direitos Fundamentais
RANDU - Conexões Culturais na Adoção Internacional	Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnio	Garantia dos Direitos Fundamentais
Gerador de Projetos	Juiz João Valério de Moura Júnio	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
Posto Avançado de Solução de Conflitos - Pasc	NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
SAREF	Juiz Flávio Oliveira Lauande	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça criminal
A Utilização do Aplicativo Microssoft Bookings para dar Concretude ao Artigo 70 da Lei 9099/95: A Intimação das Partes à Audiência Preliminar Diretamente na Delegacia de Polícia	Juiz André Monteiro Gome e Servidor Daniel Fontes Pereira	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Falando sobre Nat-Jus	Juíza Kátia Parente Sena	Garantia dos Direitos Fundamentais

FONTE: COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Presidência aprimora produtividade, implementa políticas e fortalece estrutura judiciária

Comissões, anteprojetos de lei e ações voltadas para celeridade e inovação marcam a atuação do Gabinete no TJPA

Ao longo dos anos de 2023 e 2024, o Gabinete da Presidência com seus Juízes(as) Auxiliares do Tribunal de Justiça do Pará desempenhou um papel fundamental no aprimoramento da produtividade, na implementação de políticas públicas e no fortalecimento da estrutura do Poder Judiciário estadual. Com foco na celeridade e na inovação, a equipe liderou comissões estratégicas, elaborou anteprojetos de lei e integrou comitês voltados para desafios contemporâneos.

Mais de 12 mil expedientes administrativos despachados entre 2023 e 2024, aumento de 37% no período

Participação em comissões e grupos de trabalho

Os juízes auxiliares atuaram em frentes importantes, como a Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Gestão do Teletrabalho e Comissão de Concurso Público. No âmbito dos grupos de trabalho, destacaram-se iniciativas voltadas para a implementação do juiz das garantias, reestruturação organizacional e ação em prol de meninas e mulheres do Marajó.

Além disso, foram criados grupos de trabalhos específicos para desenvolver soluções de inteligência artificial e automação; fortalecer a equidade e diversidade no Judiciário; enfrentar os assédios moral e sexual no ambiente de trabalho; para a elaboração de Programa voltado à prevenção, à orientação e ao apoio de mulheres em situação de violência doméstica do Poder Judiciário do Estado do Pará; implementar melhorias nos sistemas de emissão de certidão;

Criação de novas Turmas Recursais, atualização do PCCR e cargos de desembargadores(as) aprovados para fortalecer a estrutura do Judiciário

RICARDO LIMA

reestruturação organofuncional do Poder Judiciário do Estado do Pará; estabelecimento da lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial; para regulamentação do Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA); executar procedimentos necessários ao saneamento das incongruências existentes no BNMP; e alteração da Resolução nº 16/2016 que trata do Plantão Judiciário.

Comissões

- Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito do Poder Judiciário do Pará (COGESPRE);
- Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Comissão de Gestão do Teletrabalho;
- Comissão de Concurso Público destinada à organização, acompanhamento e execução do certame para a seleção de residentes jurídicos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Comitês

- Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios;
- Comitê de Governança da área de TIC;

RICARDO LIMA

Nova Sala de Reunião da Presidência durante Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

- Comitê de Governança de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Comitê de Crises Cibernéticas;
- Comitê Gestor Local da Primeira Infância;
- Comitê Gestor do Programa Amigo da Justiça.

Grupos de Trabalho

- Grupo de Trabalho para a implementação de melhorias nos sistemas de emissão de certidão;
- Grupo de Trabalho para Reestruturação Organofuncional do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Grupo de Trabalho para condução da eleição dos membros do Comitê de Equidade e Diversidade do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Grupo de Trabalho para estabelecimento da lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial – UPJs e das equipes multidisciplinares do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Grupo de Estudo para análise, definição e implementação de soluções de Inteligência Artificial e Automação com vistas a trazer resultados exponenciais ao Poder Judiciário do Estado do Pará;
- Grupo de Trabalho para condução da eleição dos membros das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual;
- Comissão Especial para promover estudos e sugerir ações comemorativas referentes ao sesquicentenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (150 anos);
- Grupo de Trabalho para regulamentação do Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 2º, §2º, da Resolução nº 526 do CNJ;
- Grupo de Trabalho para atuação como pontos focais das ações em âmbito de saneamento do BNMP 2.0;
- Grupo de Trabalho para executar, juntamente com as unidades judiciárias, os procedimentos necessários ao saneamento das incongruências existentes no BNMP;
- Grupo de Trabalho implementação do juiz das garantias;
- Grupo de Trabalho para alteração da Resolução nº 16/2016 do TJPA que trata do Plantão Judiciário;
- Grupo de Trabalho para a elaboração de Programa voltado à prevenção, à orientação e ao apoio de mulheres do Poder Judiciário do Estado do Pará, em situação de violência doméstica;
- Grupo de Trabalho para executar, juntamente com as unidades judiciárias, os procedimentos necessários à implementação do Projeto "Ação para Meninas e Mulheres do Marajó".

Avanços legislativos e administrativos

- Criação de três novas Turmas Recursais Permanentes, viabilizada pela Lei nº 10.195, sancionada em outubro de 2023;
- Elevação à terceira entrância das Comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém, regulamentada pela Lei Complementar nº 179/2024;
- Criação de dez cargos de desembargadores, por lei, para fortalecer o Tribunal;
- Reestruturação da Secretaria de Informática, por lei;
- Anteprojeto de Lei para criação da Vara de Juizado na

O Gabinete da Presidência e seus juízes auxiliares atuaram em diversas frentes de trabalho na gestão

RICARDO LIMA

Comarca de Itaituba;

- Minuta de Resolução para criação do 3º Juizado da Fazenda Pública;
- Minuta de Resolução que institui o juiz das garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Para melhorar o desempenho do corpo funcional diante do aumento da demanda processual e da carga de trabalho, foram propostos os seguintes Anteprojetos de Lei no âmbito do Poder Judiciário do Pará:

- **Prêmio de Desempenho e Inovação:** Proposta de premiação anual para magistrados(as) e servidores(as), enviada à ALEPA;
- **Licença Compensatória:** Direito para magistrados(as) de 1º e 2º Graus pelo acúmulo de jurisdição, regulamentado pela Lei nº 10.196, de 27/10/2023;
- **Atualização do PCCR:** Revisão do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores(as).

Inovação e eficiência no Judiciário

Para dar maior celeridade aos expedientes administrativos, a Portaria nº 823/2023 do TJPA delegou a prática do processamento e autorização de determinados processos de trabalho às Secretarias Administrativas do Tribunal. Como resultado, mais de 12 mil expedientes foram despachados entre 2023 e 2024, representando aumento de 37% em relação a 2023.

O Gabinete também liderou projetos como a Contadoria do Juízo Unificada (CONJU), que otimiza os cálculos judiciais, e regulamentou a nomeação de peritos técnicos em processos cíveis e penais, elevando a eficiência das decisões judiciais.

ÉRIKA MIRANDA

Governador Helder Barbalho sanciona lei de elevação das Comarcas à 3ª Entrância

ÉRIKA MIRANDA

Cerimônia de evelação à 3ª Entrância da Comarca de Santarém

Cerimônia de elevação à 3ª Entrância da Comarca de Ananindeua

ÉRIKA MIRANDA

Cerimônia de elevação à 3ª Entrância da Comarca de Marabá

ÉRIKA MIRANDA

Presidentes de Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal reunidos no XII Consepre, realizado de 2 a 5 de outubro de 2024, em Belém

RICARDO LIMA

Corregedor Nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, promoveu palestra durante o XII Consepre em Belém

RICARDO LIMA

Conselheira do CNJ, Daiana Nogueira de Lira, abordou as questões judiciais em saúde durante o XII Consepre em Belém

RICARDO LIMA

Presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, recebeu medalha comemorativa dos 150 anos de instalação do TJPA durante agenda em Belém

ÉRIKA MIRANDA

"Diálogos da Magistratura" com a presença do presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, e do presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Frederico Mendes Junior

RICARDO LIMA

XII Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça foi realizado na sede do TJPA

ÉRIKA MIRANDA

Conselheira do CNJ, Renata Gil (ao centro), durante a 2ª edição da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, em dezembro de 2024

ÉRIKA MIRANDA

Presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, ao lado do coordenador dos Juizados Especiais, desembargador Leonardo Tavares, na abertura da 2ª edição da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó

Abertura de lançamento da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, em agosto de 2024

ÉRIKA MIRANDA

Abertura da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó na Comarca de Salvaterra

ÉRIKA MIRANDA

A ativista e modelo Luiza Brunet acompanhou a 1ª edição da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, em agosto de 2024

ÉRIKA MIRANDA

Capacitação realizada em escola durante a 1ª edição da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, em agosto de 2024

Transparência e modernização na gestão fiscal e orçamentária

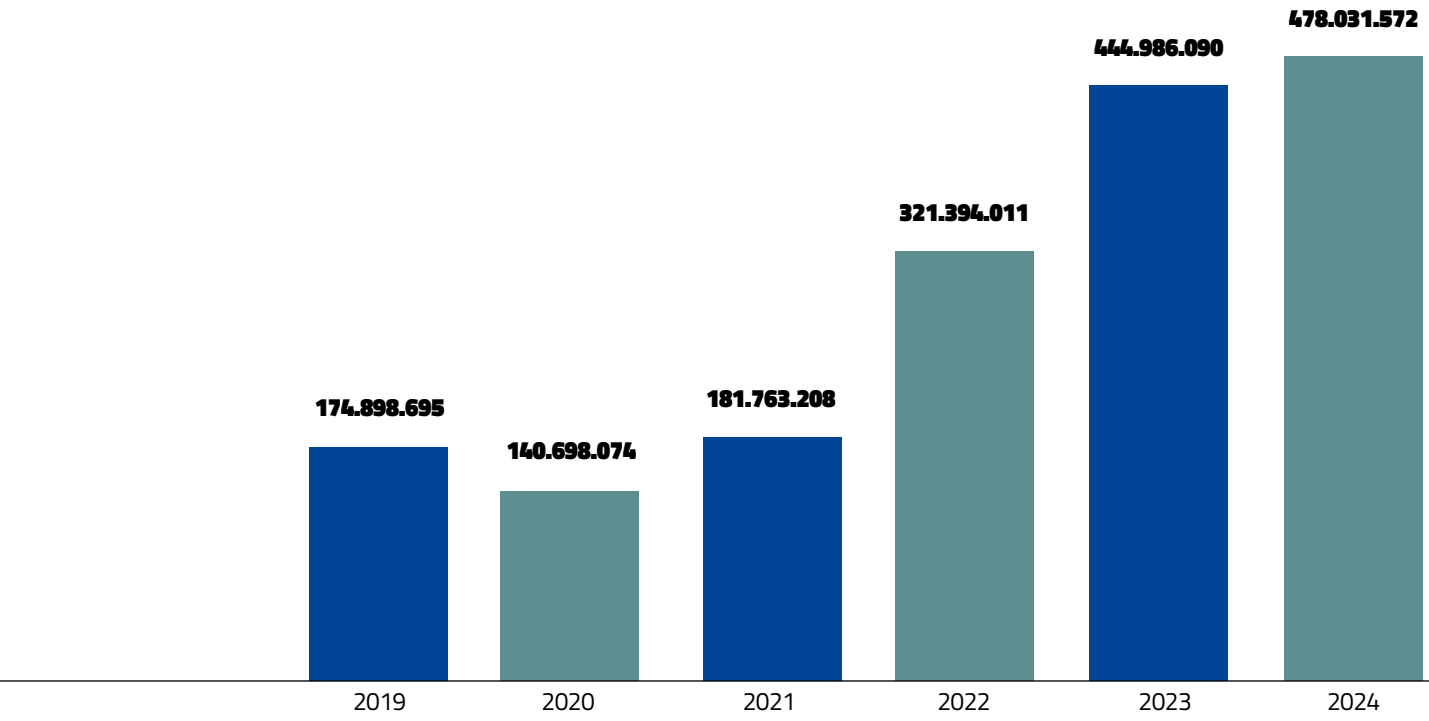
Resultados expressivos e modernização da gestão financeira e orçamentária marcam o biênio 2023-2025

> ***Implantação de sistemas automatizados ampliou transparência e agilidade na execução orçamentária***

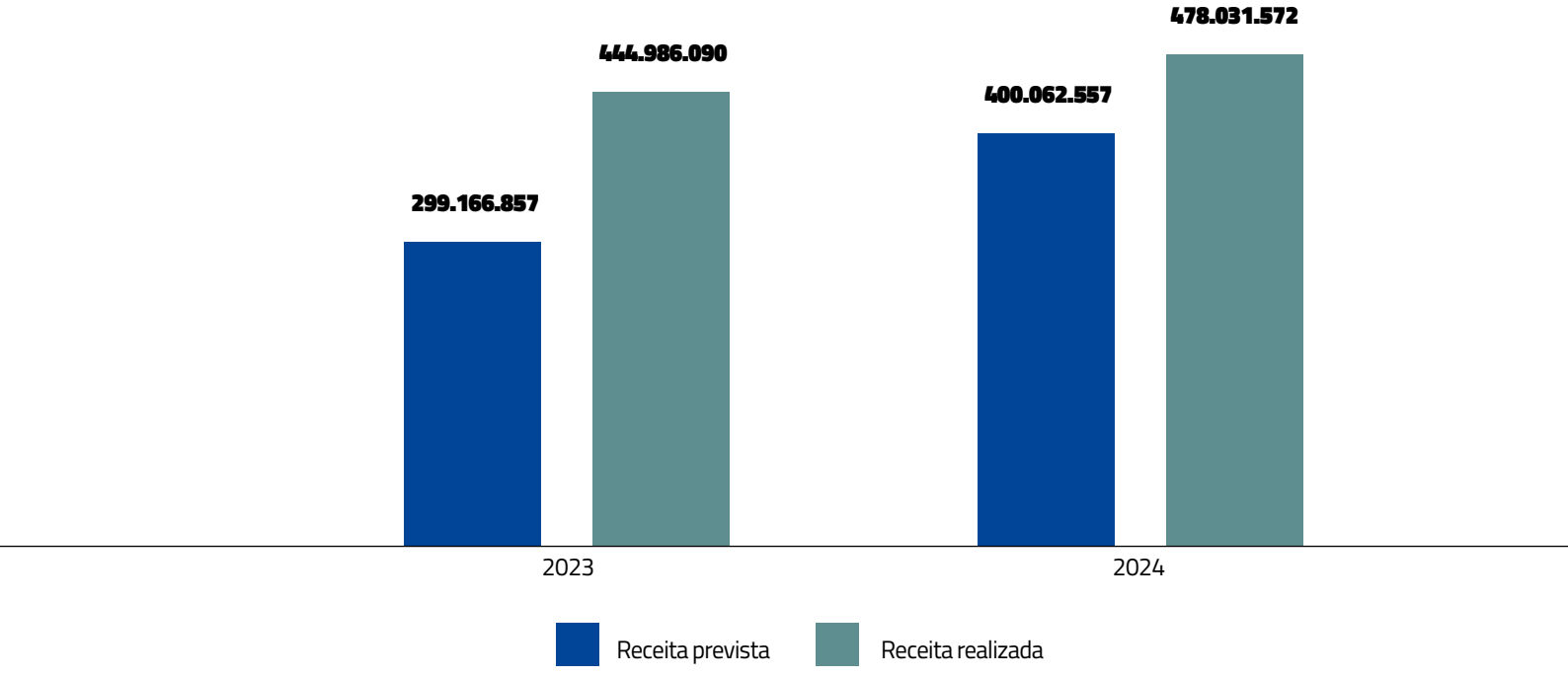
A política de gestão fiscal, orçamentária e financeira do Poder Judiciário do Estado do Pará foi desenvolvida considerando as premissas de sustentabilidade no desenvolvimento das ações da política judicial, manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro e de transparência das contas públicas.

Nesse sentido, foram implementadas inovações por meio de um conjunto de medidas de aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão, de ampliação do conhecimento do quadro de servidores(as) e atualização tecnológica dos sistemas de suporte à gestão orçamentária e financeira, que resultaram na melhoria da performance das receitas próprias e transferidas, de modo a fazer frente às despesas de custeio, investimentos e pagamento de pessoal necessárias ao cumprimento da missão do Poder Judiciário, conforme se demonstra a seguir:

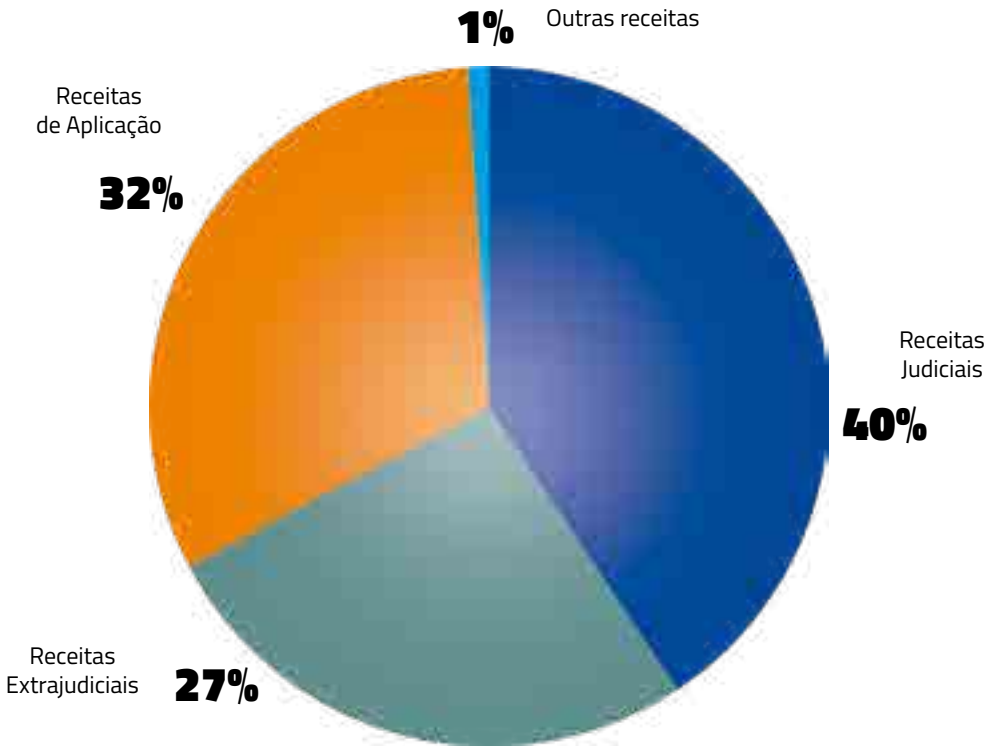
Receita realizada – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, 2019 a 2024



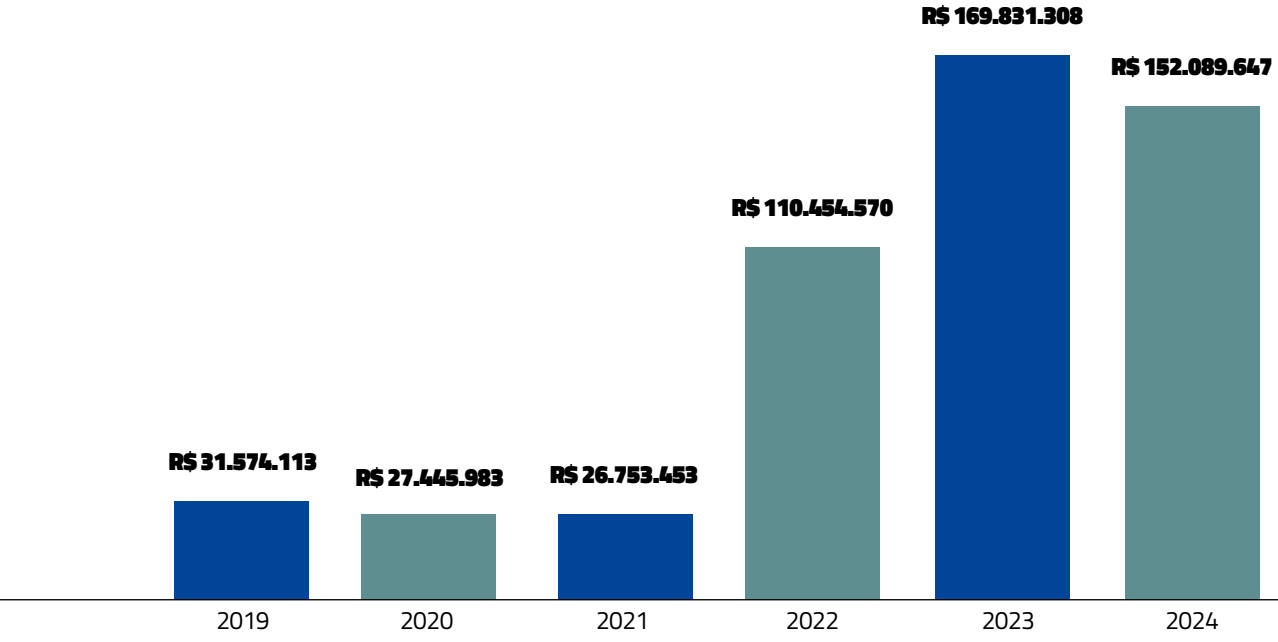
Receita prevista e realizada – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, 2024



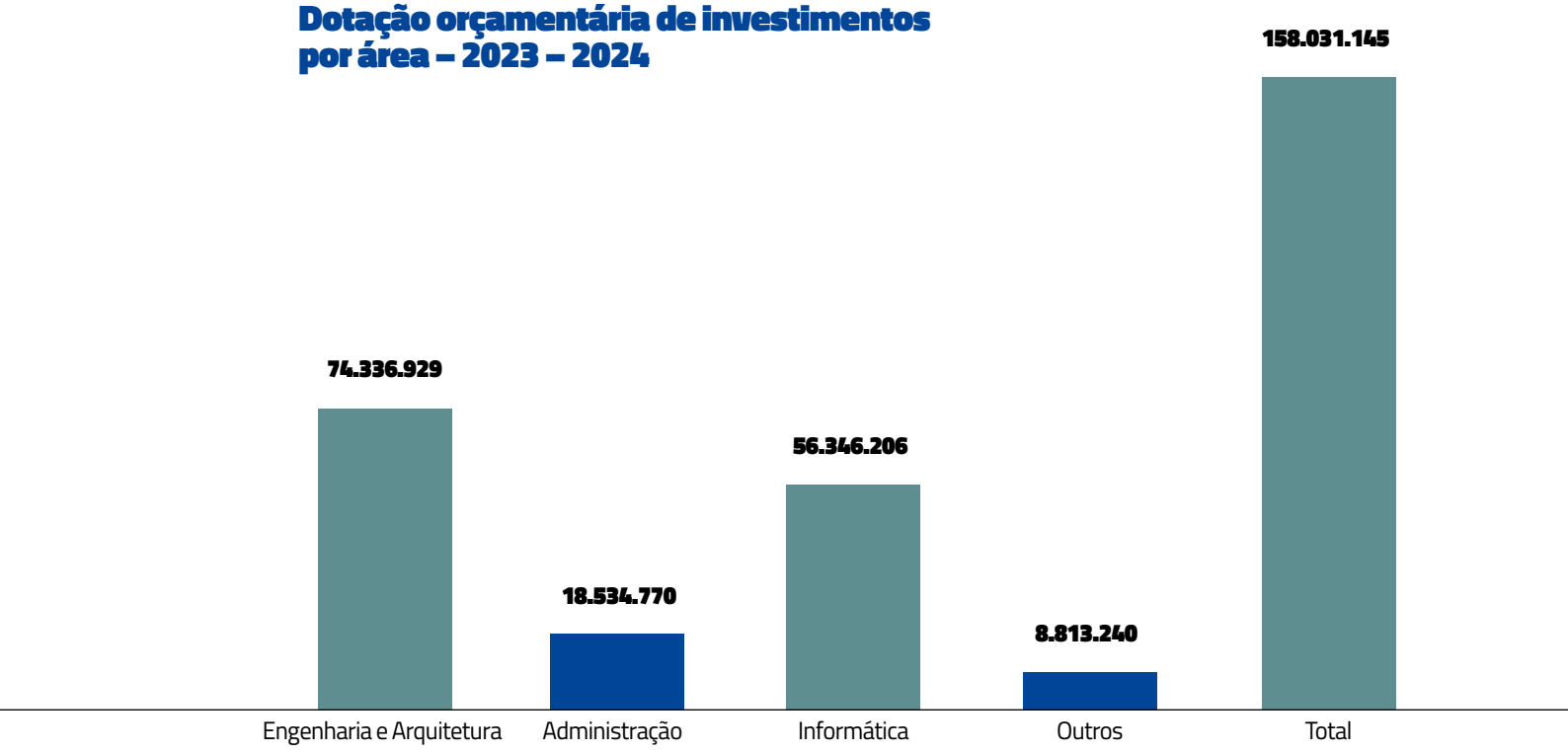
Composição da receita realizada – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, 2024



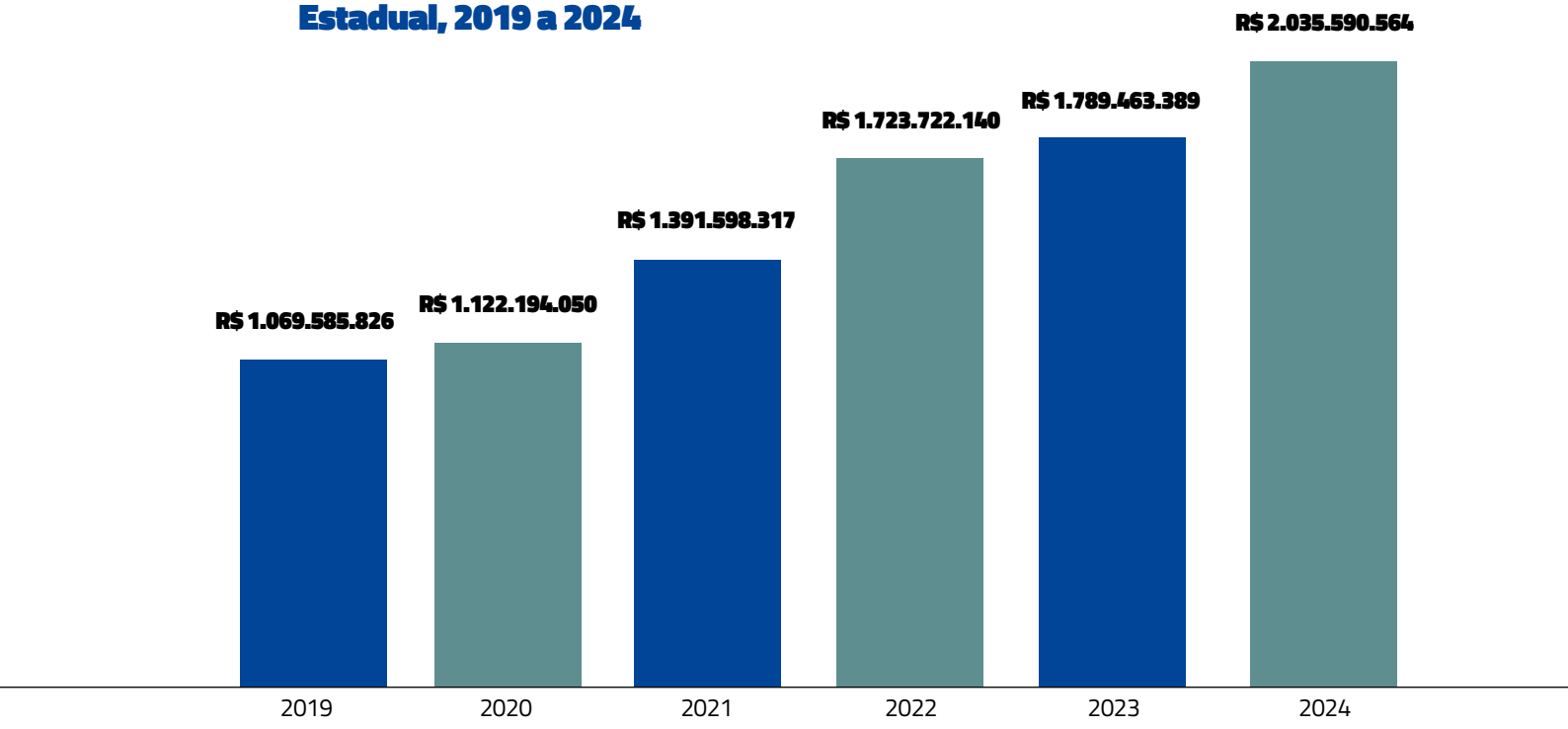
Receita de aplicações – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, 2019 a 2024



Dotação orçamentária de investimentos por área – 2023 – 2024



Receita realizada – Cota Tesouro Estadual, 2019 a 2024



Modernização e gestão responsável

A performance alcançada na gestão orçamentária e financeira da receita própria e transferida constitucionalmente pelo Poder Executivo estadual, no biênio 2023-2025, permitiu, além dos investimentos e do custeio das despesas de caráter continuado com a folha de pagamento de magistrados(as) e servidores(as), priorizar o pagamento de 100% dos valores integralizados dos Passivos Funcionais, reconhecidos administrativamente a magistrados(as), servidores(as), exonerados(as), beneficiários(as)/herdeiros(as) e aposentados(as) do Poder Judiciário Paraense, ultrapassando o valor de R$ 700 milhões, conforme se demonstra a seguir:

Quadro demonstrativo de pagamentos de passivos funcionais

	RECURSOS TESOURO (R$)		IGEPPS (R$)		TOTAL ANUAL (R$)	
DESCRIÇÃO/ANO	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Ativos	**288.750.227,38**	**227.888.890,58**			**288.750.227,38**	**227.888.890,58**
Exonerados	**3.398.156,24**	**1.988.447,27**			**3.398.156,24**	**1.988.447,27**
Beneficiários/ herdeiros	**821.232,99**	**33.523.690,12**	**15.258.783,35**	**22.492.411,90**	**16.080.016,34**	**56.016.102,02**
Aposentados		**11.215.620,68**	**67.704.160,78**	**29.521.712,55**	**67.704.160,78**	**40.737.333,23**
Total de pagamentos realizados	**292.969.616,61**	**274.616.648,65**	**82.962.944,13**	**52.014.124,45**	**375.932.560,74**	**326.630.773,10**

FONTE: SGP/SEPLAN/TJPA

A maior parcela de pagamentos, autorizados neste biênio, refere-se a magistrados(as) e servidores(as) em atividade, com o pagamento das rubricas de indenização de licença-prêmio, férias não usufruídas por necessidade de serviço e retroativos do Adicional de Tempo de Serviço (ATS), perfazendo 74% dos passivos indenizados.

Os(as) aposentados(as) tiveram a segunda maior participação em pagamentos integralizados no período 2023-2024 (72%) dos recursos pagos com o IGEPPS, nas mesmas rubricas pagas aos ativos, licença-prêmio, férias e ATS.

Atualização remuneratória

Além da quitação de passivos funcionais no biênio, foram concedidas nos termos das legislações autorizativas (Lei Federal e Lei Estadual 9.857/2023), o reajuste do subsídio da magistratura paraense, em 18%, fracionado anualmente entre 2023 a 2025, sendo concedido no primeiro ano 6% sobre o valor da época (1/4/2023) e 5,66% em 1/2/2024, sobre o valor reajustado do ano anterior e o restando de 5,36% em 1/2/2025, majorando assim, o subsídio (teto) da magistratura paraense de R$ 35.462,22 para R$ 41.846,40 ao final de 2025.

Nesse sentido, os(as) servidores(as) obtiveram os reajustes pactuados e concedidos no biênio, no percentual acumulado de 11,19%, conforme a data-base, ficando 1,07 pontos percentuais acima da inflação (10,12%) do mesmo período (maio/22 a abril/23 e maio/23 a abril/24), ensejando a recomposição do

poder aquisitivo de magistrados(as) e servidores(as), frente ao cenário inflacionário dos últimos dois anos. Esses reajustes foram aprovados pelas Leis Estadual nº 9.955/2023 e nº 10620/2024, em 6,91% o vencimento de 2023 e 4,00% o de 2024.

Seguindo a linha dos benefícios concedidos no biênio para recuperação da cesta de alimentos, frente o aumento dos preços dos produtos necessários à subsistência, o Auxílio Alimentação foi reajustado em 25% no primeiro mês de 2023 e 20% em 2024, majorando em R$ 2.500,00 e R$ 3.000,00, respectivamente, os valores do benefício, concedidos a magistrados(as) e servidores(as) que fazem percepção ao direito.

Outros fatores de importante repercussão orçamentária e financeira que visam à motivação do desempenho e à garantia da prestação dos serviços judiciais, autorizadas na atual gestão e que tiveram suas ações aprovadas no colegiado, destaque: Criação de 10 Gabinetes de 2º Grau, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) de servidores(as), Elevação à terceira entrância de Ananindeua, Marabá e Santarém e o Bônus anual de Produtividade, Desempenho e Inovação (PDI).

Planejamento integrado

O Plano Plurianual de Trabalho (PPA), é um dos principais instrumentos de planejamento do Poder Judiciário estadual, define as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo a serem executadas e subsidia a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, na elaboração do PPA 2024 – 2027, foi adotado um modelo inovador, por meio da modernização tecnológica da ferramenta de elaboração do Plano, no qual se efetuou a compatibilização detalhada entre os principais instrumentos de planejamento, quais sejam, Planejamento Estratégico, Plano de Gestão do biênio 2023-2025, Plano Anual de Contratações e a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Como principais resultados e impactos dessa construção integrada entre os instrumentos de planejamento, foi possível dimensionar as entregas da prestação jurisdicional, viabilizar maior capacidade de acompanhamento e destinação dos recursos públicos e aperfeiçoar a capacidade de planejamento orçamentário e financeiro do Poder Judiciário.

Essas medidas foram resultantes da atuação conjunta entre a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, as Secretarias Administrativas do Tribunal de Justiça e o Poder Executivo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, conforme a seguir se detalha:

1. Identificação e compatibilização das ações previstas no Planejamento Estratégico do Sexênio e no Plano de Gestão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o milênio;
2. Mapeamento e compatibilização das ações previstas no Planejamento Estratégico do Sexênio 2021-2026 com o Plano de Gestão do Biênio 2023-2025 e com o Plano Anual de Contratações (PAC 2024);
3. Elaboração da matriz orçamentária regionalizada;
4. Construção da ferramenta automatizada de elaboração do PPA – 2024-2027 e da LOA -2024;
5. Identificação e criação da equipe de acompanhamento e suporte on-line durante o processo de elaboração;
6. Criação do Manual de Orientações para Elaboração do PPA 2024-2027 e LOA - 2024;
7. Realização de Oficina de Capacitação para as unidades executoras, visando à Elaboração do PPA 2024-2027 e LOA - 2024;
8. Alimentação do PPA no Sistema de Gestão e Planejamento do Poder Executivo;
9. Criação dos Gestores Operacionais Orçamentários e Portaria 5564/2023-GP de cada Unidade Executora do orçamento do Poder Judiciário Estadual para direcionar e facilitar a interlocução com a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças nos assuntos relacionados a planejamento e acompanhamento orçamentário;
10. Aperfeiçoamento do sistema GRP/Thema com uma nova rotina que faz encaminhamentos

automáticos mensais de relatórios referentes a execução orçamentária e suas alterações;

11. Implementação do projeto Monitora Orçamento, que consiste em reuniões bimestrais com cada Unidade Executora responsável pelo gerenciamento do orçamento das unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário estadual, visando o acompanhamento da execução orçamentária de forma mais eficiente.

12. Implementação de ferramentas interativas para consultas da execução orçamentária na página da Transparência, facilitando a consulta de usuários e cidadãos: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmU0ODUxZjAtNDc1Mi00MzRlLWI3NzMtNmU3OTA1M2FjZTBhIiwidCI6IjVmNmZkMTFlLWNkZjUtNDVhNS05MzM4LWI1MDFkY2VmZWFiNSJ9

13. Desenvolvimento de ferramenta interativa de gestão orçamentária, facilitando assim o pronto retorno aos questionamentos para conhecimento ou tomada de decisão: https://powerbi-geral.tjpa.jus.br/Reports/powerbi/ADM/Indicadores%20financeiros%20-%20SIAF?rs:embed=true

14. Fortalecimento da equipe do Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária, com incremento de pessoal, estruturação de tarefas e rotinas de monitoramento da execução orçamentária.

Implantação do Painel

Com a finalidade de aperfeiçoar o acompanhamento da execução orçamentária, com o apoio da Secretaria de Informática foi elaborado o painel de Despesas – Classificação Orçamentária, tendo como principal resultado a ampliação dos mecanismos de transparência dos dados relativos às despesas do Poder Judiciário para os jurisdicionados e usuários.

Painel de Informações Orçamentárias - Anexo II da Resolução nº 103/2009 – CNJ

No contexto do aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência do Poder Judiciário, foi realizado o aperfeiçoamento da transparência das informações orçamentárias, com a elaboração do Painel de Informações Orçamentárias - Anexo II, ferramenta que permite ao usuário realizar buscas customizadas dentro das variáveis delimitadas pelo modelo padrão exigido pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 102/2009.

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Nesse biênio, investiu-se ainda na modernização e aperfeiçoamentos no Módulo de Orçamento, do Sistema Integrado de Gestão Pública – GRP, sendo aperfeiçoadas e incrementadas novas funcionalidades e desenvolvidos processos de trabalho que irão propiciar a automatização mais completa de revisão do Plano Plurianual de Trabalho (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir do exercício de 2025, objetivando o aprimoramento nos processos e fluxos de atividades em parceria com as unidades executoras do Tribunal de Justiça.

Ressalta-se que a melhoria da usabilidade do sistema, o redesenho dos fluxos e processos de trabalho e a capacitação dos(as) servidores(as) são os pilares de base do desenvolvimento dessas atividades:

1. Mapeamento e identificação da matriz orçamentária regionalizada;
2. Identificação e levantamento dos pontos críticos a serem aprimorados no módulo;
3. Elaboração de cronograma de trabalho em conjunto com a empresa Pólis/Thema;
4. Realização de imersão durante o período de uma semana com as equipes estratégicas de gestão administrativa do Poder Judiciário e representantes técnicos da empresa Pólis / Thema, fornecedora da ferramenta GRP, visando à apresentação do Módulo e identificação das melhorias a serem implementadas;
5. Realização de ajustes e implementação de melhorias no módulo;
6. Elaboração do cronograma e realização de capacitações dos usuários dos sistemas e da equipe de gestão e execução orçamentária.

Aprimoramento da gestão financeira

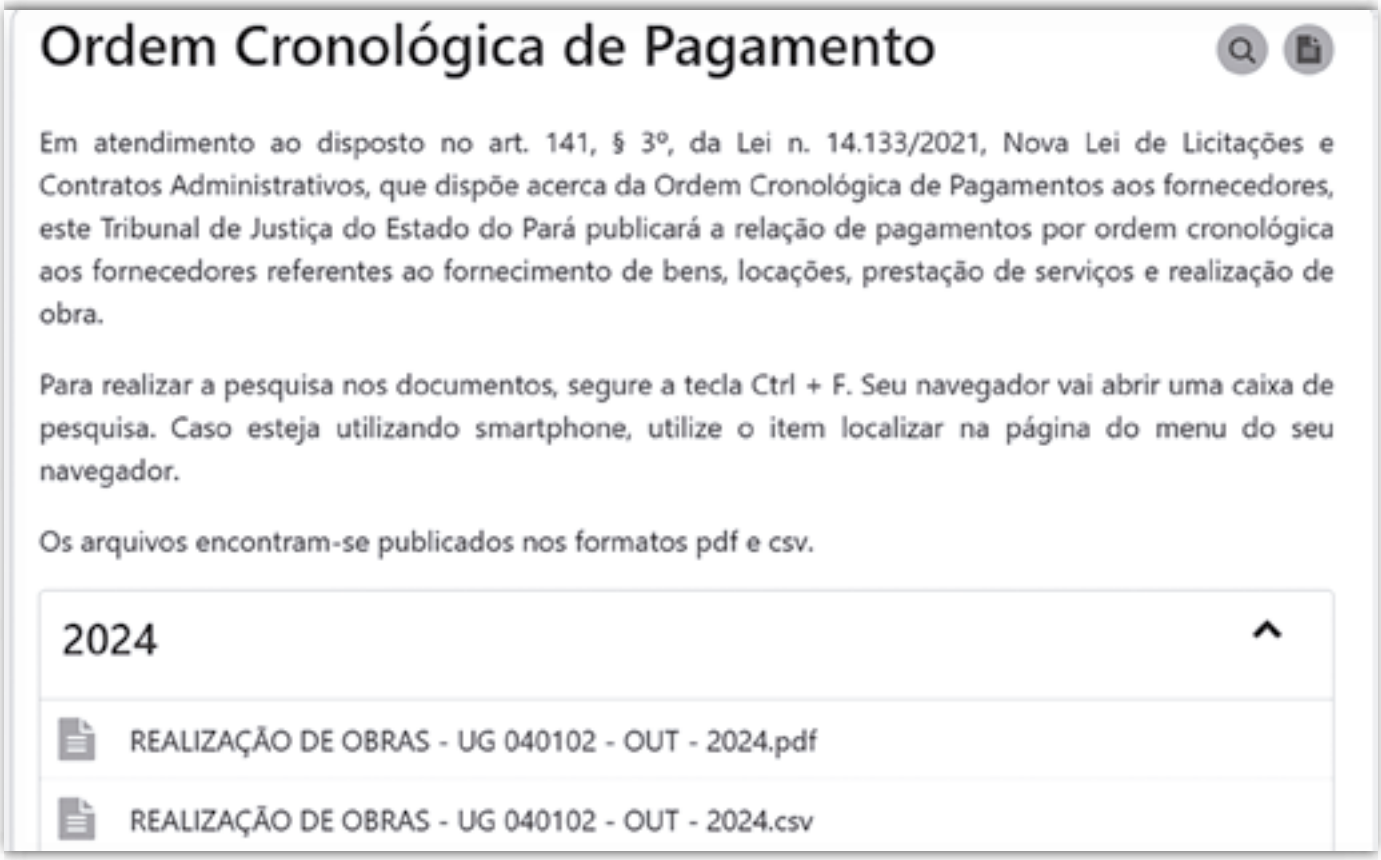
É uma atividade contínua e objetiva implementar mecanismos de aperfeiçoamento e ampliação das medidas de desburocratização, celeridade, transparência e controle na gestão financeira. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades no biênio 2023-2025:

1. Implementação de novos fluxos de trabalho na rotina de concessão de suprimento de fundos com a geração dos documentos NE, NL e OB; ocorrendo na própria unidade Serviço de Suprimento de Fundos. Isso otimiza duas etapas no processo de tramitação e mais duas no sistema de execução financeira;

2. Otimização de funcionalidades do módulo EFD--Reinf no GRP/TJPA com o envio automatizado de informações das retenções à Receita Federal e INSS;

3. Modernização no processo de pagamento de peritos com a implantação de funcionalidades automatizadas como a geração de relatórios, comprovantes e o envio de informações ao fisco;

4. Implementação da funcionalidade "Ordem Cronológica de Exigibilidade" para o pagamento de fornecedores do Poder Judiciário, possibilitando maior transparência no acompanhamento regular dos desembolsos, tendo como critério principal para habilitação a data de apresentação de documento fiscal ao TJPA;



5. Integração dos sistemas GRP/TJPA e SIAFE para o documento ordem bancária, ocasionando a eliminação de retrabalho na geração de registro de Ordem Bancária (OB) entre os dois sistemas;

6. Implementação do mapeamento de processo em parceria com o DEPGE, para a rotina de trabalho "pagamento de fornecedores", a fim de gerar a matriz de risco para o referido fluxo;

7. Implementação da rotina de envio da Prestação de Contas Quadrimestral da UG FRC ao TCE/PA pelo sistema e- Jurisdicionado, possibilitando maior eficiência na disponibilização de informações de valores de ressarcimentos à Corte de Contas;

8. Implementação de melhoria nos modelos de relatórios de execução orçamentária/financeira do Fundo de Registro Civil a fim de atender à necessidade de informação dos cartórios;

9. Conclusão de parametrizações finais e definição de modelos de relatórios para o módulo de Gestão de Custos do GRP/TJPA, possibilitando que a

partir do exercício de 2025 seja implementado o monitoramento dos centros de custos do Poder Judiciário;

10. Realização de capacitações institucionais com objetivo de conhecer boas práticas de outros órgãos da esfera pública nacional, resultando em incorporação de novas rotinas exitosas ao fluxo de gestão financeira do TJPA;

11. Implementação da integração entre o GRP/TJPA e o novo Sistema de Execução Financeira Estadual (SIAFE/PA) para os documentos de empenho e liquidação, possibilitando eliminação de retrabalho na utilização dos dois sistemas e maior eficácia no fluxo de rotinas;

12. Levantamento e identificação das normas e procedimentos de gestão que regulamentam as aplicações financeiras com recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, do Fundo de Apoio ao Registro Civil e da Cota do Tesouro Estadual;

14. Desenvolvimento e implantação de ferramenta de software para conciliação bancária de contas de depósitos judiciais e contas de precatórios, em parceria com a Secretaria de Informática, objetivando maior eficiência e controle na gestão dos depósitos judiciais por meio da automatização das rotinas de conciliação bancária;

15. Atualização e modernização dos sistemas de Depósitos Judiciais e Sistema de Precatórios em versão WEB, em parceria com a Secretaria de Informática, visando à implementação no exercício de 2025.

Modernização da Gestão de Investimentos

A gestão dos investimentos dos recursos financeiros é uma medida fundamental para aprimorar a gestão, aperfeiçoar o controle e maximizar o retorno financeiro, visando ao custeio das ações do Poder Judiciário.

Destacam-se as seguintes atividades realizadas em parceria com a Secretaria de Informática:

1. **Implantação de ferramenta de monitoramento das aplicações financeiras:**

a. Identificação, organização e monitoramento contínuo das Contas de Aplicação do TJPA;

b. Acompanhamento contínuo de Dados e Extratos Bancários das respectivas contas;

c. Alimentação de informações e geração de painéis gerenciais de acompanhamento;

d. Identificação e carga dos dados dos índices de mercado para análise de dados e geração de gráficos comparativos visando à identificação dos melhores índices de aplicações financeiras no mercado.

1.1. **Atualização das normas e procedimentos de gestão das aplicações financeiras:**

a. Identificação e parametrização das atuais normas legais que regulamentam as aplicações financeiras com recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, do Fundo de Apoio ao Registro Civil e da Cota do Tesouro Estadual;

b. Negociação junto ao Banco do Estado do Pará de melhores condições de remuneração das aplicações financeiras, especialmente com os recursos dos Depósitos Judiciais.

Aperfeiçoamento da Gestão Tecnológica da Arrecadação

A modernização tecnológica da arrecadação judicial e extrajudicial é uma medida fundamental para viabilizar o bom desempenho do recolhimento das taxas e custas que custeiam as atividades de prestação jurisdicional, tendo em vista maior abrangência de atuação, celeridade, segurança de procedimentos, conformidade jurídica e tributária, pertinentes à cobrança e ao recolhimento das taxas e custas judiciais e extrajudiciais.

No biênio, foram desenvolvidas as seguintes atividades em parceria com a Secretaria de Informática:

1. **Implementação de ferramenta de suporte à fiscalização judicial,** objetivou a automação do fluxo da fiscalização da arrecadação judicial, contribuindo para a melhoria da performance da arrecadação e da atuação da equipe de fiscais, ampliando a capacidade de fiscalização das unidades judiciais do Estado do Pará em relação à emissão de custas judiciais. Em 2024, resultou em fiscalização mais eficiente de 287 unidades judiciais, total de 9.166 boletos impulsionou à recuperação de receita em um montante de R$ 2.800.179,54;

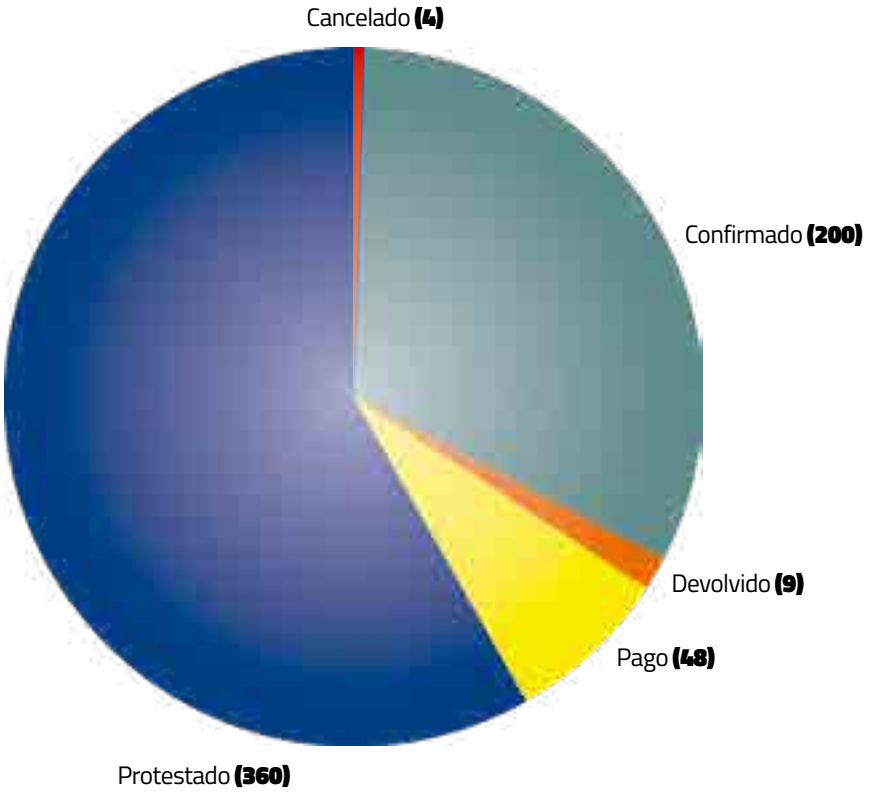
2. **Aperfeiçoamento do fluxo de controle de inadimplência de créditos extrajudiciais,** objetivou a criação do Painel de Inadimplência, que permitiu maior controle às serventias extrajudiciais sobre as

suas inadimplências referentes aos boletos não pagos e concedeu autonomia aos cartorários para atualizar a data de vencimento dos boletos e efetivar o respectivo pagamento de forma automatizada;

3. Automação do fluxo de retificação e cancelamento de dados transmitidos e/ou atos praticados e criação de sistema de auditagem, permitiu que os cartorários procedessem, de forma automatizada, aos procedimentos de retificação e cancelamento de selos, sem a necessidade de autorização prévia, tornando o fluxo muito mais célere e eficaz, conforme os termos do Provimento nº13/2023-CGJ;

4. Implementação da tecnologia PIX para pagamento de custas processuais e outras receitas arrecadatórias. Projeto realizado em parceria com o Banco do Estado do Pará de forma inovadora e pioneira no Estado do Pará, que disponibilizou aos usuários dos serviços judiciais a facilidade de pagamento das custas judiciais pela modalidade pagamento instantâneo (PIX). A implementação da nova tecnologia resultará na modernização do sistema de pagamento de custas do TJPA e oportuniza aos usuários maior segurança e comodidade no pagamento;

5. Criação de ferramenta de envio para protesto de débitos provenientes dos serviços judiciais e extrajudiciais, objetivou a integração entre o sistema de arrecadação e de processo judicial do TJPA com a Central de Protesto (Cenprot), no intuito de viabilizar o envio automatizado de débitos do TJPA a protesto. Implantada no decorrer do exercício de 2024, já possibilitou uma recuperação significativa de receita ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, conforme se verifica a seguir:



Total Título(s):
621

Saldo Total:
R$ 1.331.760,98

FONTE: SEPLAN

Estrutura Normativa da Arrecadação

Com o propósito de ampliar a abrangência das prestações de contas e regulamentar os procedimentos a serem utilizados por agentes até então não abarcados expressamente por esta obrigação, como, o interventor, o gestor temporário e o delegatário, foram realizadas atividades visando sobretudo a melhoria dos procedimentos de controle interno de arrecadação e maior agilidade com a automação dos fluxos operacionais, no biênio de 2023/2025:

1. **Publicação da Nova Lei de Emolumentos - Lei nº 10.257/2023.** Objetivou a modernização da legislação estadual sobre emolumentos devidos em razão da prestação de serviço notarial e registral. Dentre os benefícios advindos com a nova lei estão: a maior conformidade ao ordenamento jurídico pátrio; disponibilização de novos serviços à população; e aumento da Justiça tributária em atenção ao princípio da capacidade contributiva, a partir da abertura de faixas de valor para definição do valor dos emolumentos.

2. **Publicação da Nova Lei de Reorganização das Serventias Extrajudiciais do Estado do Pará – Lei n.º 10.538/2024.** Marco na reorganização das serventias extrajudiciais do Estado do Pará, trazendo benefícios aos usuários do serviço público notarial e registral, tais como: reorganização e modernização das serventias, visando maior eficiência no provimento das vagas por meio de concurso público; otimização e adequação dos serviços; maior segurança jurídica dos atos notariais e registrais; maior adequação da organização dos serviços extrajudiciais aos termos do art.5º c/c art.26 da Lei nº 8.935/94 e art.7º, §2º da Resolução nº 80/2009-CNJ;

3. **Publicação da Portaria n.º1.796/2023 do TJPA – Atualização do fluxo do PAC Extrajudicial.** Promoveu o aperfeiçoamento do fluxo de procedimento administrativo de cobrança de créditos extrajudiciais, possibilitando que o PJPA proceda à recuperação de seus créditos extrajudiciais com mais eficiência e eficácia.

4. **Publicação da Portaria n.º 2.848/2024 do TJPA. Regulamentou a dedução prioritária de custas judiciais sobre o valor da fiança.** Essa norma é de fundamental importância para o incremento na arrecadação de custas processuais e na uniformização dos procedimentos de quitação e baixa dessas custas. Além disso, a Portaria n.º 2.848/2024 também funciona como um instrumento de conscientização sobre a necessidade de observar os procedimentos nela previstos, inibindo, com isso, evasão na arrecadação de custas processuais.

Implementação do Programa de Avaliação da Maturidade da Gestão Fiscal

No biênio, tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão fiscal, orçamentária e financeira do Poder Judiciário, foi adotado um conjunto de medidas visando à avaliação dos fluxos e processos de trabalho pela mensuração do grau de maturidade existente frente à necessidade da implementação contínua de melhorias, conforme a seguir:

1. Articulação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), visando à compreensão da metodologia desenvolvida pelo Banco;
2. Estudo para compreensão da metodologia e ferramentas utilizadas no MD-Gefis/BID;
3. Desenvolvimento de metodologia e ferramenta própria para avaliação da Maturidade Fiscal das unidades da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças – MD-GEOFPJ;
4. Aplicação da Metodologia e avaliação do grau de maturidade identificado;
5. Elaboração de Plano de Ação para incremento da Maturidade Fiscal das unidades, a partir dos resultados do diagnóstico, visando ao planejamento de melhorias a ser implementado a partir do exercício de 2025.

Mecanismos automatizados de gerenciamento e aferição dos custos da política administrativa e judicial

Em continuidade as ações de melhoria da qualidade dos gastos do Poder Judiciário, visando à implementação dos mecanismos de gerenciamento e aferição dos custos de execução administrativa e judicial de forma mais eficiente e efetiva, foram desenvolvidas

em parceria com as unidades administrativas do TJPA as seguintes atividades:

1. Instituição do Núcleo e da Comissão de Gestão de Custos;
2. Identificação e mapeamento dos itens de custos;
3. Composição dos Centros de Custos;
4. Implementação de melhorias no módulo de gestão de custos do sistema GRP, em parceria com a empresa Pólis/ Thema;
5. Capacitação da equipe integrante da Comissão de Gestão de Custos em parceria com a EJPA e com a Empresa Pólis/Thema;
6. Definição e composição dos Centros de Custos do Poder Judiciário;
7. Elaboração de modelos de relatórios gerenciais;
8. Definição do modelo de monitoramento.

Aprimoramento da gestão estratégica e a governança corporativa do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro

O aprimoramento da governança corporativa envolve o desenvolvimento de mecanismos de fortalecimento da gestão fiscal, orçamentária e financeira do Poder Judiciário, por meio do mapeamento e redesenho dos processos e fluxos de trabalho, aprimoramento da estrutura de organização, aperfeiçoamento dos sistemas de suporte e pela capacitação dos(as) gestores(as) e servidores(as) que integram as unidades administrativas que atuam de forma integrada e colaborativa, com vistas à melhoria da gestão e governança necessárias à prestação dos serviços aos jurisdicionados.

Neste sentido, foram desenvolvidas diretamente e em parceria com as Secretarias Administrativas, com a Secretaria de Informática, com o Departamento de Planejamento Gestão e Estatística, com a Escola Judicial e com Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Gestão do Governo Federal, conforme se detalha a seguir:

1. Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Gestão e Inovação do Governo Federal, objetivando adesão à Rede de Parcerias da União Transfere.Gov e ao Módulo Obrasgov.br. Com essa adesão, o TJPA passou a integrar o Elo Justiça da Rede de Parcerias da União, visando desenvolver, por meio da governança colaborativa, ações voltadas à melhoria da gestão das parcerias, que envolvam a colaboração mútua e o interesse público e recíproco. O objetivo é a melhoria da governança e gestão das parcerias da União, das transferências de recursos públicos viabilizadas por meio do sistema Transferegov.br.;
2. Elaboração de projetos de captação de recursos em parceria com a Secretaria de Informática (Marajó Conectado); Energia Fotovoltaica, em parceria com SEA e; Modernização do Sistema de Arquivo em parceria com a SEAD;
3. Redesenho e mapeamento dos processos de trabalho de arrecadação judicial e extrajudicial, em parceria com o DEPGE;
4. Redesenho e mapeamento dos processos de concessão de prestação de contas e suprimentos de fundos, em parceria com o DEPGE;
5. Automatização dos processos de prestação de contas e suprimento de fundos, em parceria com a Secretaria de Informática;
6. Redesenho dos processos de trabalho de elaboração do Plano Plurianual de Trabalho - PPA 2024-2027 e da Lei Orçamentária Anual- LOA 2024;
7. Redesenho dos processos e fluxos de pagamento de indenizações de férias de magistrados(as), em parceria com a divisão de assuntos técnicos e jurídicos da Presidência e com a Secretaria de Gestão de Pessoas;
8. Modernização na disponibilização das informações de execução orçamentária e financeira no portal da Transparência, contribuindo para o reposicionamento do TJPA entre os Tribunais de Justiça mais bem avaliados;

Realização de workshop para elaboração do PPA e da LOA

UCHÔA SIVA

9. Implementação em parceria com a EJPA do programa de formação de equipes de performance em gestão fiscal, orçamentária e financeira, com a realização de oficinas e cursos de curta e média duração;

10. Realização de Oficina de Capacitação para elaboração dos instrumentos de planejamento PPA e LOA 2024-2027;

11. Capacitação dos(as) gestores(as) e servidores(as) em governança orçamentária;

12. Capacitação dos integrantes da Comissão de Gestão de Custos, em sistema de gestão de custos e informações de custos;

13. Capacitação dos(as) servidores(as) em execução orçamentária e financeira;

14. Capacitação dos(as) servidores(as) da arrecadação judicial e extrajudicial em Fiscalização de Emolumentos;

15. Mentoria em gestão da arrecadação judicial e extrajudicial;

16. Capacitação dos(as) servidores(as) da arrecadação judicial e extrajudicial em Direito Notarial e Registral;

17. Capacitação dos(as) servidores(as) em novos padrões internacionais de contabilidade, em parceria com a Escola Judicial;

18. Capacitação dos(as) servidores(as) em gestão financeira e fluxo de caixa, em parceria com a EJPA.

Formação de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Gestão e Inovação

UCHÔA SIVA

Judiciário formaliza a transferência de kits de informática à ARPEN

UCHÔA SIVA

Comitê Orçamentário de 2º Grau reforça compromisso com a eficiência na gestão pública

Avanços estratégicos e propostas financeiras aprimoram a gestão judiciária

O Comitê Orçamentário de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) consolidou um modelo de gestão pautado pelo planejamento estratégico e pela busca por inovações na governança judiciária.

Entre os resultados apresentados, o Comitê destacou a realização de quatro reuniões técnicas (duas em cada ano), com foco na análise da execução orçamentária e na formulação de propostas para atender às demandas e necessidades do Poder Judiciário. Os encontros, que contaram com a participação de membros e especialistas, abordaram desde o detalhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) até a identificação de demandas urgentes.

O primeiro encontro se encontra na íntegra no Portal do Tribunal de Justiça, no link: https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/. Nele foram apresentados os parâmetros programáticos e financeiros para o exercício de 2023. Na segunda reunião foi apresentado relatório da execução orçamentária do exercício financeiro de 2023 e da LOA de 2024, em link que se encontra na íntegra no Portal do Tribunal de Justiça do Estado, no: https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=b926110dcff-8da7578a8

Proposta de aquisição de inteligência artificial para gabinetes de desembargadores(as)

No primeiro encontro de 2024 foi feita a apresentação do relatório da execução orçamentária do exercício financeiro de 2024 e apresentação da Lei Orçamentária Anual de 2025. Além disso, os membros do Comitê formularam propostas de melhoria para o Poder Judiciário, as quais foram votadas e aprovadas por unanimidade. O resumo das propostas segue abaixo:

- Aquisição de licenças da ferramenta de inteligência artificial denominada Chat GPT para todos os gabinetes de Desembargadores;
- Criação formal do Grupo de Assessoramento e Suporte do 2º Grau – GAS, tendo em vista que este

Comitê propôs a necessidade de criação formal do Grupo de Assessoramento e Suporte do 2º Grau (GAS)

ÉRIKA MIRANDA

setor se encontra funcionando, vinculado à Secretaria Judiciária;

- Reativação do Setor de Autuação, tendo em vista os frequentes problemas causados pela autuação equivocada dos processos criminais, os quais acabam retardando a sua tramitação. Também foi proposto que todas as sessões do Poder Judiciário sejam transmitidas com a utilização do tradutor de Libras;
- Reativação do Setor de Autuação ou criação de uma Central de Triagem dos Recursos Cíveis e Criminais que chegam neste Tribunal.

Os debates e a íntegra das propostas, contendo a justificativa, os resultados, os impactos esperados, bem como os meios de execução e o custo estimado constam da ata da primeira reunião. O encontro foi gravado e se encontra na íntegra no Portal do Tribunal de Justiça, no link: https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#on-demand/watch/?v=6dcce3fd221af00c73c3

Na segunda reunião foi apresentado relatório da execução do orçamento do exercício financeiro 2024 e o detalhamento do nível de aderência orçamentária. A reunião se encontra na íntegra no Portal do Tribunal de Justiça do Estado no link: https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=0c9d3969f84e7b43f53b

Propostas importantes foram votadas e aprovadas, como a aquisição de licenças de inteligência artificial (Chat GPT) para os gabinetes dos(as) desembargadores(as) e a criação formal do Grupo de Assessoramento e Suporte do 2º Grau (GAS). Também foram aprovadas medidas como a reativação do Setor de Autuação ou a criação de uma Central de Triagem para otimizar a tramitação de processos cíveis e criminais.

Gestão administrativa aprimora governança de contratos e bens

Inovação na gestão de contratos, logística e infraestrutura promovem economia e excelência nos serviços do Judiciário

A Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) consolidou avanços significativos na gestão administrativa e na governança nas contratações. A implementação de projetos inovadores, o aperfeiçoamento legislativo e o uso estratégico de painéis interativos marcaram o período, resultando em maior eficiência, transparência e economia.

No biênio 2023-2025 as principais atividades desenvolvidas e os respectivos resultados foram:

Projeto Bem de Perto gerou economia de R$ 923 mil com otimização de recursos e doação de bens inservíveis

Painéis informativos

A Secretaria de Administração, por meio de suas subunidades, atendendo à necessidade de aprimorar a visualização de seus dados, desenvolveu Painéis de Informações relativas às suas contratações e à gestão dos serviços, os quais estão sob sua responsabilidade.

Dentre os painéis desenvolvidos há informações relativas às licitações realizadas, valores homologados e economizados, instrumentos formalizados, controle de veículos, abastecimento, imóveis, gestão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, dispensas de licitação, controle orçamentário para verificação do fracionamento de despesas.

A iniciativa tem como pretensão permitir a análise mais cristalina dos dados, implicando a tomada de decisões mais assertivas. Assim, com a implantação dos painéis reduz-se a margem de erro, contribuindo para uma gestão mais eficiente e estratégica.

Dentre as principais realizações, podemos citar:

Painel de Licitações

Painel de Gestão das Contratações

Painel de Correspondências

Painel de Dispensas de Licitação

Painel de Dispensas de Licitação

Painel de Informações dos Instrumentos de Contratos e Parcerias Formalizados

Aperfeiçoamento legislativo

A Secretaria de Administração atuou de forma alinhada ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), priorizando o aperfeiçoamento da gestão administrativa e a governança judiciária. O foco principal foi promover a transição para o novo regime de licitações (Lei nº 14.133/2021), com a revisão e elaboração de normativos internos e a padronização de instrumentos administrativos.

Neste contexto de mudança legislativa, as subunidades da Secretaria de Administração construíram modelos baseados tanto nas novas diretrizes legais quanto na experiência adquirida em contratações anteriores, com foco em pontos críticos que demandavam maior atenção. Para um resultado mais eficiente, foram realizadas reuniões com diversas unidades requisitantes, garantindo um processo colaborativo e inclusivo.

Os artefatos e normativos estão disponíveis na página da Secretaria de Administração, permitindo que as unidades requisitantes os acessem e utilizem nos seus processos de contratação.

- **Publicação de Normativos:** Portarias e instruções normativas voltadas à regulamentação de processos de licitação e contratos administrativos.

> Instrução Normativa nº 001/2023-GP: Regulamentação da fase de planejamento das contratações.

> Instrução Normativa nº 001/2024-GP: Regulamentação das parcerias sem transferência de recursos financeiros.

> Instrução Normativa nº 002/2024-GP: Regulamentação da fase de seleção do fornecedor.

> Instrução Normativa nº 003/2024-GP: Regulamentação do processo administrativo sancionatório e a dosimetria para aplicação de penalidades.

- **Parecer Jurídico Referencial:** Publicação do Parecer Jurídico nº 001/2024, incluindo listas de verificação e monitoramento contínuo.
- **Orientações Jurídicas:** Publicação de guias sobre alterações contratuais e contratações diretas.
- **Padronização de Artefatos e Minutas:** Criação e aprovação de modelos institucionais para editais, documentos de oficialização da demanda, termos de referência e estudos preliminares.

Projetos inovadores

A Secretaria de Administração implementou projetos inovadores que otimizaram a gestão de compras e a logística de distribuição de materiais: a Ação Compra Certa e a Entrega Programada.

A implementação da Ação Compra Certa, com a elaboração e publicação da Portaria nº 3185/2023 – GP, foi uma das principais realizações do período. Essa ação centralizou e padronizou o processo de aquisição de materiais, promovendo maior poder de negociação com fornecedores e, consequentemente, redução de custos. Além de gerar economia significativa, a padronização garantiu maior agilidade nas compras e maior previsibilidade no atendimento das demandas.

Já a Ação Entrega Programada reorganizou a logística de distribuição, implementando entregas parceladas e regionalizadas. Esse modelo reduziu os custos de transporte, otimizou o estoque e garantiu uma distribuição mais sustentável, especialmente nas unidades judiciárias localizadas no interior do Estado.

Com a finalização do primeiro ciclo de distribuição de materiais foi possível identificar que esta ação trouxe uma transformação na logística de distribuição dos materiais do Tribunal. Essa iniciativa permitiu o agendamento e a regionalização das entregas, otimizando o transporte e reduzindo custos logísticos. Com um planejamento de entregas mais eficiente e sustentável, a ação reduziu o tempo de espera das unidades judiciárias e administrativas, além de diminuir o impacto ambiental relacionado ao transporte de mercadorias. Esse novo modelo também permitiu um controle mais preciso do estoque e melhor distribuição dos materiais nas unidades localizadas em áreas remotas.

Essas ações são exemplos de inovação e eficiência na gestão pública, gerando economia e melhorando a qualidade dos serviços prestados pelo TJPA.

Houve também a implementação do projeto denominado Observatório, com vistas a permitir maior controle das ações relativas aos imóveis, veículos e serviços sob a responsabilidade da SEAD.

O Observatório, na seara dos serviços, permitiu o acompanhamento dos contratos de energia, água e esgoto, bem como, dos serviços de terceirização de mão de obra, identificando as Comarcas contempladas, com a visualização das informações em um mapa do Estado, individualizando as informações por Comarca.

Na seara dos imóveis, o Observatório é um catálogo de imóveis desta Corte. O catálogo ofereceu diversas vantagens para o público interno, otimizando o acesso às informações sobre o patrimônio imobiliário do Tribunal. Estão entre os principais benefícios:

1. **Centralização de Informações:** Todas as informações sobre os imóveis cadastrados estão organizadas em ambiente web, permitindo acesso rápido e fácil pelo público interno.

2. **Transparência e Controle:** O catálogo promove maior transparência na gestão dos bens patrimoniais, permitindo que o público interno visualize o status de cada imóvel, sua localização, uso e situação administrativa.

3. **Redução de Consultas Manuais:** O modelo virtual elimina a necessidade de buscas manuais demoradas em arquivos físicos ou dispersos, economizando tempo e recursos.

O levantamento de imóveis cadastrados no sistema do Tribunal, no modelo Oráculo, resultou no seguinte panorama:

- **17 –** Sedes e Fóruns na Região Metropolitana de Belém (RMB);
- **10 –** Juizados Especiais localizados na capital e na RMB;
- **12 –** Prédios de Apoio na capital e RMB;
- **115 –** Prédios/ fóruns no interior do Estado;
- **37 –** Residências Oficiais;
- **2 –** Juizados no interior;
- **2 –** Prédios de apoio no interior;
- **28 –** Terrenos no interior;
- **4 –** Terrenos na RMB.

Total de imóveis cadastrados: **227**

Na seara dos Transportes, o Observatório se constitui numa ferramenta inovadora de baixo custo, criada com a plataforma gratuita My Maps, da Alphabet. Este banco de dados visual interativo oferece aos gestores(as) e servidores(as) uma interface intuitiva e de fácil acesso para consulta de informações essenciais, como a lotação de veículos oficiais, dados cadastrais, taxas de combustível e alocação de motoristas e motociclistas por Comarca.

Alinhada às diretrizes de modernização administrativa e governança do Tribunal de Justiça do Pará, a ferramenta otimiza o gerenciamento da frota, promovendo eficiência operacional, transparência e suporte ágil à tomada de decisões estratégicas.

Outro projeto que se mostrou exitoso foi o denominado Bem de Perto, que está alinhado ao Planejamento e Gestão Estratégica, conforme a Resolução do TJPA n.º 02/2023, no macrodesafio do Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, e na iniciativa estratégica de Aperfeiçoar a Infraestrutura do Poder Judiciário.

O Projeto Bem de Perto representou um importante avanço no processo de estruturação das Comarcas, no que diz respeito ao mobiliário utilizado, garantindo uma prestação jurisdicional eficiente alinhada com as demandas das regiões mais afastadas da capital paraense, gerando economia à Corte com atendimentos pontuais, adequados aos ambientes, direcionados de forma assertiva, o que contribui decisivamente para, além da geração de economia, uma diminuição da geração de resíduos nas Comarcas do TJPA.

O Projeto Bem de Perto foi executado principalmente no interior do Estado, com o objetivo de identificar necessidades, otimizar recursos e melhorar a infraestrutura disponível. A iniciativa alcançou resultados significativos, promovendo benefícios diretos às Comarcas visitadas e gerando economia aos cofres públicos.

Principais realização do Projeto Bem de Perto

- Comarcas interior/ Região Metropolitana visitadas: **113**
- Termos visitados: **5**
- Necessidades detectadas: **1.291**
- Bens inservíveis doados: **1.548**
- Bens substituídos: **782**
- Bens consertados: **817**
- Economia gerada com o projeto: **R$ 923.210,00**

Outro projeto que foi significativo para a melhoria da gestão foi a implantação do eCarta, sistema de automação de cartas no Processo Judicial Eletrônico – PJe, regulamentado pela Portaria Conjunta nº 4/2021-GP/VP/CGJ.

O serviço consiste na recepção e envio de arquivos eletrônicos entre o TJPA e os Correios, com o objetivo de promover as comunicações dos atos processuais destinadas às partes, possibilitando o envio de correspondências digitais aos Correios (realizado pelas Secretarias Judiciais do TJPA), além da devolução dos avisos de recebimento das correspondências (ARs), em tempo real, por meio das imagens dos ARs anexadas aos autos, eliminando a devolução de avisos de recebimento físicos e a rotina de entrega das correspondências nas agências dos Correios, maximizando a eficiência, além de minimizar custos com os serviços postais (economicidade).

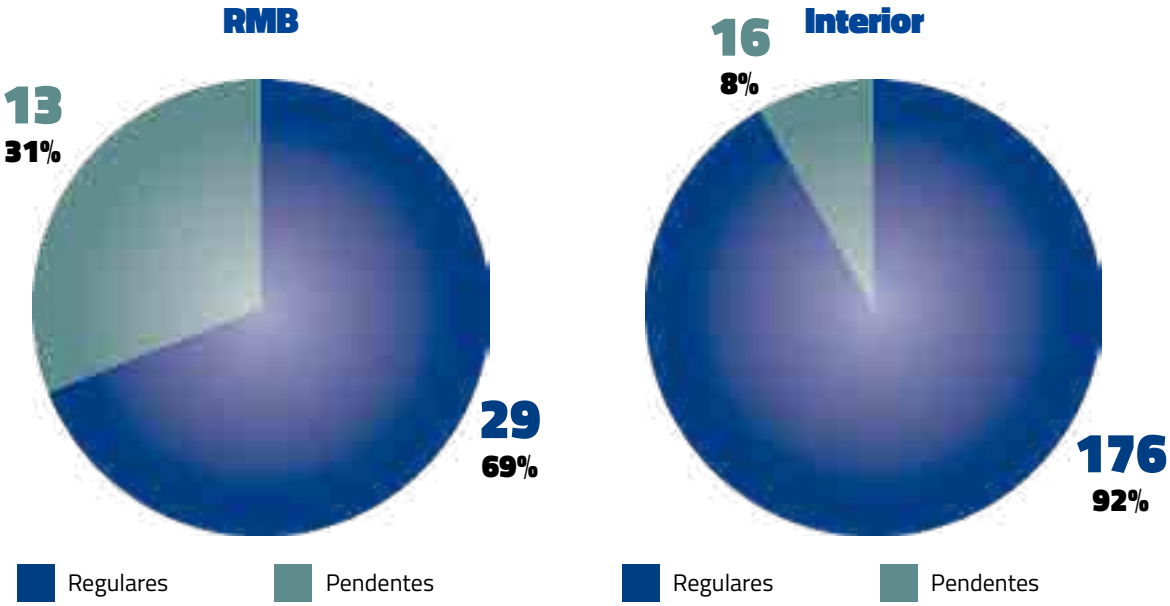
Em linhas gerais, os projetos inovadores foram os seguintes:

1. **Ação Compra Certa**
2. **Entrega Programada**
3. **Bem de Perto**
4. **Observatórios**
5. **Sistema e-carta**

Regularização documental e fiscal dos bens imóveis

A Secretaria de Administração está empreendendo esforços no sentido da regularização dos bens imóveis utilizados pelo Tribunal de Justiça. Dessa forma, dos imóveis disponibilizados à atividade jurisdicional, mais de 80% já possuem regularização.

No ano de 2024, deu-se início à regularização fiscal e abertura de inscrição imobiliária para os imóveis que não possuíam, tendo sido alcançado até o momento os seguintes resultados de execução: na capital do total de 42 imóveis, 29 estão com sua situação regularizada. Já no interior do Estado, do total de 192 imóveis, 176 já estão com sua situação regularizada. Com isso, os percentuais de regularização fiscal são os seguintes: 69% capital e 92% interior.



FONTE: SEAD

Transparência

A Secretaria de Administração, em conformidade com os princípios de transparência, publicidade e eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, priorizou o desenvolvimento de Painéis de Informações, conforme já indicado na abertura desta seção Administração.

A publicação contínua e atualizada das informações produzidas pela SEAD é uma prática que contribui diretamente para o cumprimento das metas do Ranking de Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) da ATRICON.

Em 2023, essas ações foram determinantes para que o TJPA alcançasse o Nível Diamante no PNTP da ATRICON, com um índice de 97,57%, e obtivesse 97,07% de conformidade com os requisitos de transparência do CNJ. Em 2024, o desempenho foi ainda mais elevado: o TJPA manteve o Nível Diamante da ATRICON, atingindo um índice de 99,58%, e alcançou a nota máxima de 102% no Ranking de Transparência do CNJ.

A Secretaria de Administração desempenhou um papel significativo nesse processo, sendo responsável por 42 pontos no Ranking de Transparência do CNJ, referentes a 17 itens distribuídos no tema licitações, contratos e instrumentos de cooperação, do total de 217 pontos possíveis, organizados em 86 itens. Isso evidencia a relevância do trabalho da Secretaria de Administração na promoção da transparência e no atendimento aos critérios estabelecidos pelos órgãos de controle e avaliação.

UCHÔA SIVA

Evento alusivo ao Dia do Arquivista promovido pela Divisão de Arquivo

Capacitações

O conjunto de informações apresentado evidencia o esforço da Secretaria de Administração na capacitação dos servidores(as), com foco em temas estratégicos como a Nova Lei de Licitações. Este relatório analisa os principais resultados descritos na imagem, destacando o impacto dessa iniciativa no aperfeiçoamento institucional.

- **Mais de 256 inscrições:** Adesão significativa de servidores(as), evidenciando o interesse em aprimorar suas competências para o desempenho de suas funções.
- **100% dos servidores(as) capacitados(as):** Oferta de cursos e treinamentos foi abrangente, cobrindo todo o quadro de servidores(as) da SEAD. Esse dado reflete uma política inclusiva de desenvolvimento organizacional.
- **Mais de 500 horas de capacitação:** Inclui uma variedade de atividades, como cursos, palestras, congressos, encontros e oficinas. Esse volume demonstra um compromisso substancial com a formação continuada.

A escolha da Nova Lei de Licitações como tema central reflete uma estratégia alinhada às mudanças legislativas e normativas. Este foco prepara os servidores(as) para atuar de acordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021, promovendo conformidade e eficiência.

Impactos Positivos

- Oportunidade de aprendizado atualizado e relevante para as atividades desempenhadas;
- Melhoria nas habilidades técnicas dos servidores(as) em temas críticos para a administração pública;
- A capacitação em larga escala e focada em legislações específicas potencializa a qualidade dos serviços ofertados pela SEAD;
- Preparação para minimizar riscos em processos administrativos, especialmente no âmbito de contratações públicas;
- O alinhamento dos(as) servidores(as) com as novas regulamentações gera maior segurança jurídica e eficiência administrativa.

O programa de capacitação promovido pela SEAD, com destaque para o enfoque na Nova Lei de Licitações, reflete um compromisso com o desenvolvimento organizacional e a excelência no serviço público. A abrangência e a quantidade de horas dedicadas à formação demonstram uma estratégia bem planejada, com impactos significativos na modernização e conformidade das práticas administrativas.

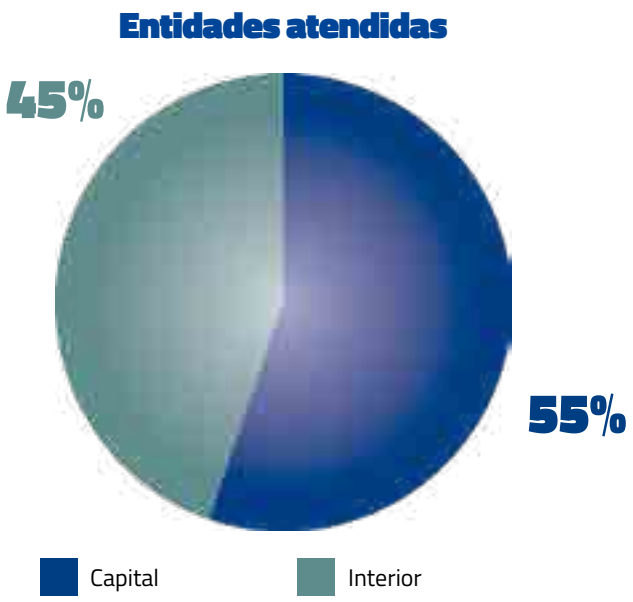
Doações

A Secretaria de Administração promoveu nos anos de 2023 e 2024 a doação de bens irrecuperáveis e antieconômicos declarados inservíveis às atividades do TJPA. As doações foram realizadas em favor de instituições filantrópicas legalmente habilitadas conforme os ditames da Lei nº 8.666/1993, em 2023, e nº 14.133, em 2024. Nos exercícios 2023 e 2024 foram atendidas 188 instituições, públicas e privadas, sendo 66 da capital e 40 do interior do Estado, em percentuais 62% das instituições são da capital e 38% do interior do Estado do Pará, as quais receberam em doação 10.625 bens inservíveis.

Do total de bens doados, 7.232 foram de equipamentos de Tecnologia da Informátcia, 68% do total geral: CPUs, monitores, impressoras, notebook's, leitores de código de barras e nobreak's. Os demais 3.393 foram móveis e equipamentos em geral. Com isso, além desta capital, puderam desfazer-se dos bens inservíveis 26 Comarcas do interior do Estado. Esta ação possibilitou a desocupação dos espaços físicos que eram utilizados para guarda de tais bens nas seguintes Comarcas: Abaetetuba, Acará, Afuá, Altamira, Anapu, Baião, Bragança, Bujaru, Cachoeira do Arari, Chaves, Curionópolis, Curralinho, Igarapé-Açu, Ipixuna do Pará, Jacareacanga, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Portel, Porto de Moz, Redenção, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Ulianópolis, Uruará e Xinguara.

Entidades atendidas na capital e interior do Estado

EXERCÍCIO	TOTAL GERAL	CAPITAL	INTERIOR
2023	**106**	**66**	**40**
2024	**53**	**22**	**31**
Totais atendidos	**159**	**88**	**71**

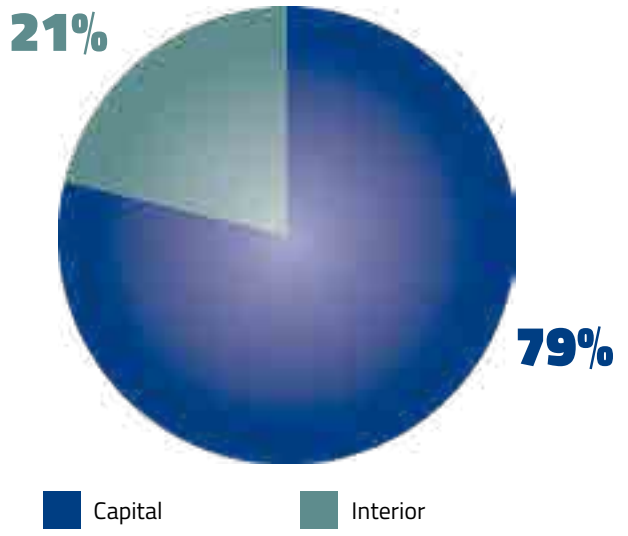


FONTE: SEAD

Quantidade de bens doados

EXERCÍCIO	TOTAL GERAL	CAPITAL	INTERIOR
2023	**10.625**	**8.528**	**2.097**
2024	**6.499**	**4971**	**1528**
Total bens doados	**17.124**	**13.499**	**3.625**

Bens doados



FONTE: SEAD

Tipo de bens doados

EXERCÍCIO	TOTAL GERAL	EQUIPAMENTOS DE TI	MÓVEIS EQUIPAMENTOS EM GERAL
2023	**10.625**	**7.232**	**3.393**
2024	**6.499**	**4.016**	**2.483**

Desperdício de comida

A Secretaria de Administração realizou um Acordo de Cooperação Técnica, a fim de combater o desperdício de alimentos e a fome das pessoas em situação de vulnerabilidade social e condições de insegurança alimentar, mediante destinação adequada do excedente de alimento próprio para o consumo humano e não comercializado pelo restaurante localizado no Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Pará, evitando geração de lixo e aumento de resíduos orgânicos.

A iniciativa está alinhada com a necessidade de se promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com a adoção de medidas sistemáticas para assegurar melhores condições para o exercício de direitos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, como é o caso das pessoas em situação de vulnerabilidade social e em condições de insegurança alimentar e nutricional, que necessitam de alimentos de qualidade aceitável para se nutrir adequadamente.

A medida se constitui, ainda, como uma ação da Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades (Programa Pop Rua Jud), visando a atender às disposições da Resolução nº 425 do CNJ e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, principalmente ODS nº 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável, "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável" e ODS nº 12.3 "até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita".

A ação tem como medida principal a doação de alimentos e conscientização contra o desperdício, a fim de elevar o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), indicador de desempenho dos Tribunais na área de sustentabilidade e que também incentiva a adoção de boas práticas.

Além disso, o Acordo de Cooperação Técnica firmado está alinhado à Resolução nº 25, 15/12/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, que tem como princípio o conceito multidimensional de sustentabilidade, destacando-se, no caso, principalmente, os pilares ambiental, econômico e social, bem como visa à promoção de inclusão social e adequada gestão dos resíduos gerados, evitando o desperdício de alimentos e combatendo a fome de pessoas em situação de vulnerabilidade social e em condições de insegurança alimentar, e, consequentemente, evitando a geração de lixo e o aumento de resíduos sólidos.

Projetos Museu Criança, Justiça na Escola e Museu de Portas Abertas

Neste biênio, a Secretaria de Administração ampliou as ações dos projetos Museu Criança (SMDH – Portaria nº 735/2023) e Justiça na Escola (Divisão de Biblioteca – Portaria nº 2831/2022), iniciados em 2022 – e premiados pela Escola de Governança do Estado do Pará (EGPA).

Em 2023, a partir do SMDH, foi institucionalizado o Projeto "Museu Judiciário de Portas Abertas" (portaria n° 3162/2023), que consiste em visitas mediadas a dois prédios do Poder Judiciário do Pará.

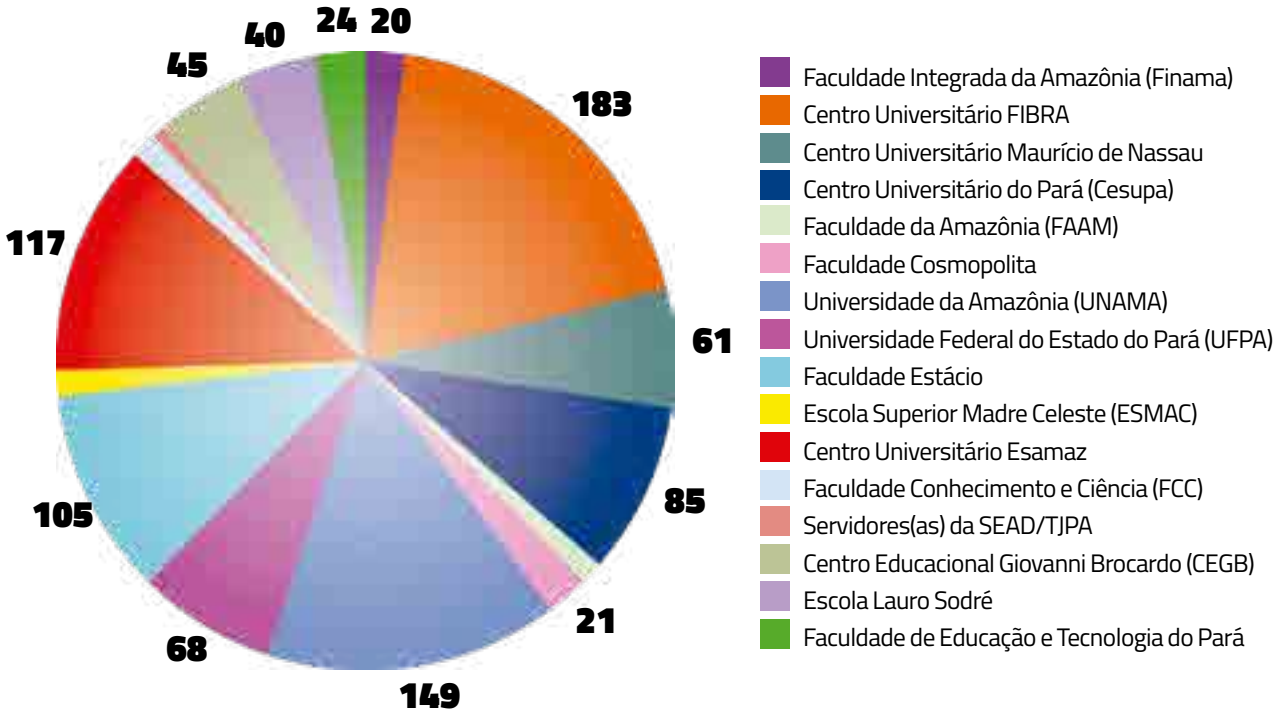
Os avanços são indiscutíveis, com reconhecimento interno e externo – e com impacto social nos diferentes públicos, não somente reforçando a imagem do Judiciário paraense, mas viabilizando espaços de consulta a acervo, documentos e memória da instituição.

O fortalecimento do relacionamento do TJPA com a sociedade foi reforçado por meio do projeto "Justiça na Escola", que atendia às escolas Cordeiro de Farias e Albanízia. Em 2024, foi incluída a Escola Lauro Sodré, desempenhando um papel essencial na aproximação do Judiciário com a comunidade escolar, proporcionando aos alunos não apenas o conhecimento sobre temas jurídicos, mas também uma vivência prática por meio de palestras, júris simulados e concursos de redação. A discussão de temas como meio ambiente, justiça climática, fake news e crimes virtuais demonstrou um esforço para engajar os jovens em questões contemporâneas e essenciais para a formação cidadã.

Além disso, o Concurso Estadual de Redação dos 150 anos do TJPA e a exposição e seminário comemorativos dos 150 anos do TJPA foram fundamentais para envolver a comunidade na celebração da história do Tribunal. Essas ações não só promoveram a memória institucional do TJPA, mas também estimularam a reflexão sobre a importância do Judiciário para a sociedade paraense. O seminário, a exposição itinerante e o concurso de redação proporcionaram espaços de discussão e engajamento com a sociedade, ampliando o alcance da atuação do Judiciário para além dos Tribunais.

Projeto Museu de Portas Abertas – 2023

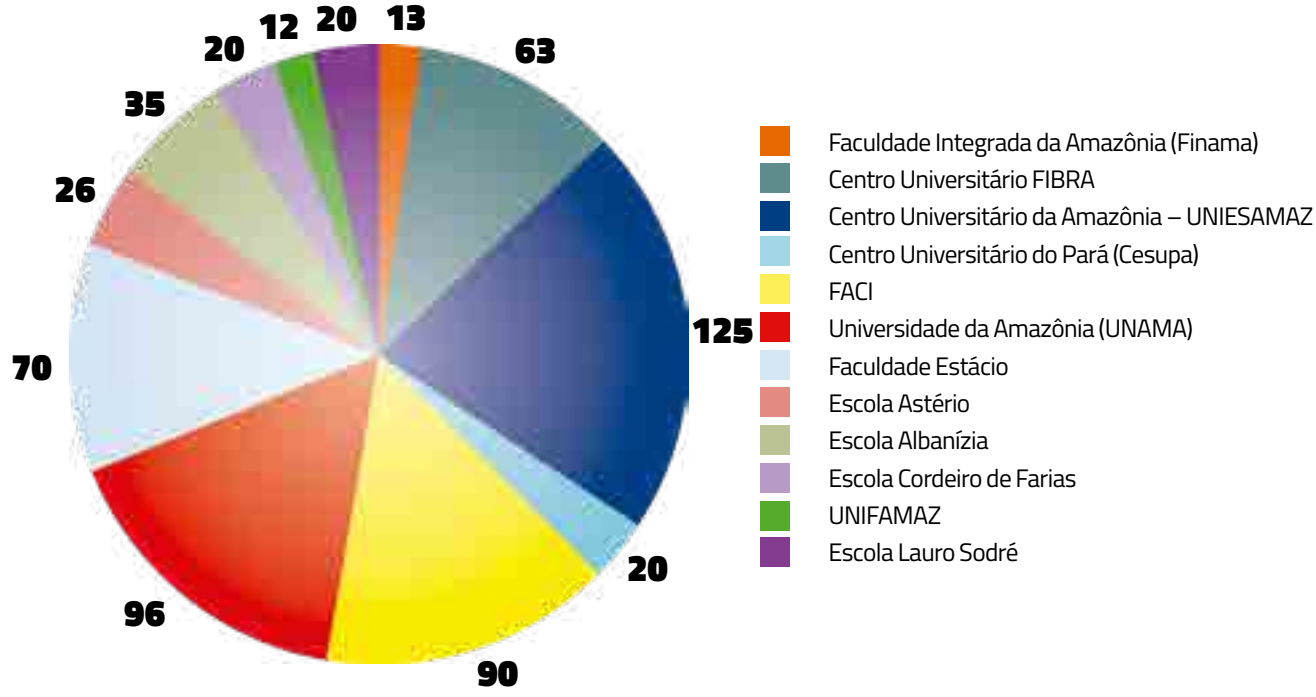
Visitas mediadas divididas por Instituição de Ensino



Em 2023 foram recebidos **918** visitantes.

Projeto Museu de Portas Abertas – 2024

Visitas mediadas divididas por Instituição de Ensino



Em 2024 foram recebidos **590** visitantes

UCHÔA SIVA

UCHÔA SIVA

Museu Judiciário de Portas Abertas e Museu Criança são projetos desenvolvidos pela SEAD

RICARDO LIMA

Ecoponto instalado em uma das entradas do edifício-sede do TJPA para o recolhimento de diversos materiais, incentivando o descarte consciente

Coordenadoria de Gestão Sustentável promove iniciativas ambientais e inclusão social

As iniciativas implementadas pela COGES reforçam o compromisso do TJPA com a preservação ambiental, a sustentabilidade e a redução de emissões de CO2

Mais de 7.331 toneladas de papel e 38.560 kg de resíduos sólidos foram reciclados no biênio, promovendo economia circular e inclusão de cooperativas

Criada em 2024 por meio da Lei nº 10.626, a Coordenadoria de Gestão Sustentável (COGES) efetivou sua atuação na promoção da sustentabilidade e redução de impactos ambientais no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Subordinada à Secretaria de Administração, a COGES implementou diversas ações e projetos ao longo do biênio.

Principais ações e resultados

Semanas do Meio Ambiente:

- Realização de plantio de mudas de ipê-amarelo no edifício-sede;
- Distribuição de 80 sementes para plantio caseiro, incentivando a redução de CO2;
- Dias "D" para descarte consciente de resíduos eletrônicos e domésticos, em parceria com o Instituto Descarte Correto de Manaus.

Feira da Agricultura Familiar é um dos projetos desenvolvido pela COGES

Campanhas de Conscientização:

- Produção de cards sobre sustentabilidade e temas conexos para manter a sensibilização sobre a temática;
- Campanha "Volta às Aulas" arrecadou 1.463 itens de escrita usados e enviou 648 kg de livros para reciclagem, evitando a emissão de 1.366 toneladas de CO2;
- Projeto Almoxarifado Inclusivo destinou 5.600 itens de material de expediente a 9 escolas públicas de Belém.

Coleta Seletiva e Inclusão Social:

- Tratamento adequado de 38.560 kg de resíduos sólidos, beneficiando 5 cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

DIVULGAÇÃO

Gestão de Resíduos e Reciclagem:

- Eliminação de processos: 7.331 toneladas de papel recicladas, fomentando a economia circular;
- Descarte ambientalmente adequado de 3 toneladas de bens apreendidos, em parceria com o Setor de Armas e Bens Apreendidos.

Apoio à Agricultura Familiar:

- Realização de 15 feiras em fóruns de Belém e Ananindeua, incentivando o consumo local.

Calendário Sustentável:

- Produção artesanal de 3.600 calendários reutilizando materiais, distribuídos ao corpo funcional.

Qualidade de vida e atenção à saúde fomentam desenvolvimento funcional

Avanços tecnológicos e políticas de saúde marcaram o biênio 2023-2025 na Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) desempenhou um papel crucial no fortalecimento e modernização da gestão de pessoas, alcançando resultados expressivos em diferentes áreas.

Inovações na gestão de pessoas

Em 2023, a SGP deu início à implantação do Modelo de Gestão por Competências, que mapeou 462 unidades judiciais para identificar competências e necessidades de desenvolvimento.

Neste biênio, a iniciativa foi efetivada e complementada por oficinas voltadas às unidades judiciárias, avaliação de necessidades de desenvolvimento e adoção da Resolução nº 06/2024 do TJPA, que estabeleceu o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas para 2024-2026. Este marco orienta ações e aprimora as práticas administrativas.

Em paralelo, a implementação da Portaria nº 1543/2024-GP trouxe melhorias significativas ao aplicar a Resolução CNJ nº 219/2016. Esta medida define um padrão de lotação de pessoal nas UPJ's, com base em critérios como produtividade dos(as) servidores(as), demanda judicial e acervo processual, calculados para definir a Lotação Paradigma (LP) de cada unidade, emitindo uma distribuição mais eficiente de servidores(as) conforme a demanda judicial e acervo processual.

A Secretaria de Gestão de Pessoas liderou a modernização do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) do Poder Judiciário

As Oficinas de Inovação Lotação Paradigma, conduzidas em parceria com o LAB Pai D'égua, reforçaram esse movimento de otimização.

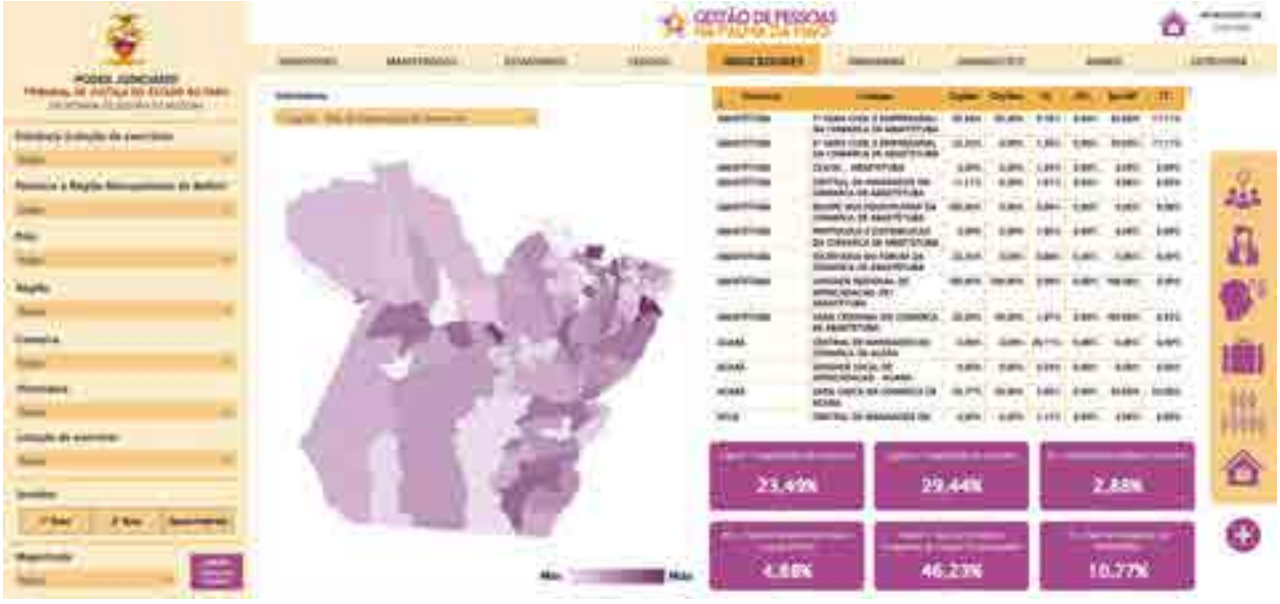
Tecnologia e modernização

A tecnologia também foi destaque, com a SGP implementando o projeto "Gestão de Pessoas na Palma da Mão", que trouxe uma visão estratégica e integrada

das atividades da área, facilitando a tomada de decisões e otimizando os processos internos.

Esta solução tecnológica implementada pela SGP, em resposta à crescente demanda por agilidade e eficiência, além de aprimorar a organização e transparência dos dados, alinhou-se aos princípios de eficiência e transparência, basilares para a Administração Pública, demonstrando o compromisso do Tribunal com a modernização e a excelência na prestação jurisdicional.

O sistema MENTORH também foi aprimorado. Novos módulos foram criados, como Avaliação de Desempenho, CadastroWeb e confecção de crachás. A inovação também impactou a segurança de dados, com o Projeto Garantir, suspendendo automaticamente logins de rede não utilizados e modernizando o Portal de Magistrados(as) e Servidores(as).



Realização da Corrida e Caminhada do TJPA em parceria com a AMEPA

AIRTON NASCIMENTO

Qualidade de vida e saúde

A Coordenadoria de Saúde liderou iniciativas como webinários, lives, ginástica laboral, campanhas educativas e programas de vacinação, reduzindo os afastamentos por doenças e promovendo uma cultura de prevenção e cuidado com a saúde.

O programa Saúde Itinerante destacou-se ao levar ações preventivas para Comarcas do sul do Pará, promovendo o rastreamento de doenças e cuidados preventivos com foco em hipertensão e diabetes por meio do programa Hiperdia.

A contratação de um novo plano de saúde para magistrados(as) e servidores(as) foi outro desafio superado pela SGP, que, com planejamento estratégico, equilibrou qualidade e sustentabilidade financeira.

A integração das ações internas, com o Departamento de Comunicação, a Coordenadoria da Sustentabilidade e as parcerias externas, garantiu que a Política de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida fosse uma realidade concreta para os servidores(as) e magistrados(as) do TJPA.

Valorizando pessoas

Para as políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras, a Secretaria de Gestão de Pessoas liderou a modernização do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) do Poder Judiciário, implementando mudanças significativas para otimizar a gestão de pessoas e alinhá-la às necessidades atuais do Judiciário paraense.

As principais alterações incluem a reorganização das áreas de atuação, a inclusão da lotação paradigma no redimensionamento do quadro de cargos, a regulamentação da função de Diretor de Secretaria e a inclusão de avaliação psicológica nos requisitos para ingresso. O projeto também prevê a redução do interstício para progressão vertical, a reformulação da avaliação de desempenho e a implementação de um Programa de Qualificação Profissional. Essas medidas representam um avanço na valorização e desenvolvimento de servidores(as), impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade e modernizando a gestão de pessoas no TJPA.

Espaços dedicados ao corpo funcional para o aleitamento materno

RICARDO LIMA

Comitê Participação Feminina do TJPA participou de atividades itinerantes

UCHÔA SILVA

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Comitê deliberativo avança na igualdade de gênero

Ações estratégicas, eventos e propostas voltadas à equidade de gênero são fortalecidas no Poder Judiciário do Pará

O diagnóstico da força de trabalho do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) revelou que a força de trabalho no Tribunal encontra-se em nível paritário, sendo 50% de sua composição por mulheres e 50% por homens, ou seja, de um total de 5.701 servidoras e servidores, Desse total, 2.848 são do sexo feminino, enquanto 2.853 são do sexo masculino.

A distribuição da força de trabalho entre os graus de jurisdição demonstra que a participação feminina no 1° Grau é de 50,7%, enquanto no 2° Grau, o percentual feminino é de 54,8%, sendo que a participação de magistradas no 1° Grau é de 34,2% enquanto no 2° Grau, a participação de Desembargadoras é de 50%, o que demonstra que o TJPA encontra-se em conformidade com a atual política de paridade de gênero aprovada pela Resolução n° 525/2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os resultados da participação feminina em cargos de chefia apontam uma participação de servidoras no percentual de 50%, enquanto a participação de magistradas representou 27,6%. É importante destacar que a paridade na ocupação de cargos de chefia ocupados por servidoras foi item avaliado no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, em que o TJPA alcançou a pontuação desse requisito.

O diagnóstico apontou ainda a média da idade das servidoras, que é de 44 anos e dos servidores, que é de 46 anos e a média da idade das magistradas que é de 50 anos e dos magistrados que é de 48 anos.

TJPA atinge paridade de gênero no 2° Grau, com 50% de desembargadoras

Atividades

Dentre as atividades realizadas, o Comitê promoveu eventos de conscientização, como o Cine Debate "Sentidos do Estupro na Amazônia", seguido de debates sobre as percepções do Judiciário sobre a violência contra mulheres e meninas na Amazônia, que ocorreu em 24 de março de 2023, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Os diálogos foram facilitados pela diretora e roteirista do documentário, Mailô de Menezes Vieira Andrade e mediados pela juíza coordenadora do Comitê de Participação Feminina, Reijjane Ferreira de Oliveira. O evento foi ofertado a magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores, estagiárias e estagiários do TJPA, bem como ao público em geral.

Em maio de 2024, o Comitê Deliberativo de Participação Feminina no Poder Judiciário do Pará promoveu um cine debate com os(as) servidores(as) da Secretaria de Gestão de Pessoas. O cine debate exibiu o filme "Grandes Olhos", que retrata antigas práticas culturais, evidenciando os papéis sociais e o controle sobre comportamentos

Quantitativo de Magistradas(os) e Servidoras(es)

5.701

Mulheres e Homens

Quantitativo de Mulheres	Quantitativo de Homens
2.848	**2.853**
Magistradas e Servidoras	Magistrados e Servidores
Percentual de Mulheres	Percentual de Homens
50,0%	**50,0%**
Magistradas e Servidoras %	Magistrados e Servidores %

FONTE: PAINEL DA PARIDADE DE GÊNERO/TJPA.
REFERÊNCIA: NOVEMBRO/2024.

Quantitativo de Magistradas(os)

379

Mulheres e Homens

Quantitativo de Mulheres	Quantidade de Homens
136	**243**
Magistradas	Magistrados
Percentual de Mulheres	Percentual de Homens
35,9%	**64,1%**
Magistradas %	Magistrados%

FONTE: PAINEL DA PARIDADE DE GÊNERO/TJPA.
REFERÊNCIA: NOVEMBRO/2024.

Quantitativo de Servidores(as)

5.322

Mulheres e Homens

Quantitativo de Mulheres	Quantitativo de Homens
2.712	**2.610**
Servidoras	Servidores
Percentual de Mulheres	Percentual de Homens
51,0%	**49,0%**
Servidoras%	Servidores %

FONTE: PAINEL DA PARIDADE DE GÊNERO/TJPA.
REFERÊNCIA: NOVEMBRO/2024.

femininos em contextos patriarcais.

Após a exibição do filme uma discussão estimulou reflexão sobre os temas abordados, sua relevância na atualidade e a importância de reconhecer as questões de gênero que permeiam todas as formas de vivência das mulheres.

Webinários com líderes femininas de destaque e rodas de conversa também foram realizados. Em referência ao mês dedicado às lutas das mulheres, em 28 de março de 2023, o Comitê promoveu o Webinário "As Mulheres Gestoras e a Construção de Agendas para o Futuro", ministrado por mulheres que ocupam cargos de gestão, com o objetivo de fomentar o debate sobre a importância de se ter mulheres exercendo cargos de liderança e o compartilhamento de suas experiências, pensando em se ter uma agenda com questões afirmativas a serem efetivadas.

O Webinário teve como ministrantes a Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Diretora Geral da Escola Judicial do Estado do Pará; a professora Loiane Prado Verbicaro, pró-reitora de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará; a jornalista Franssinete Florenzano, presidente da Academia Paraense de Jornalismo; a professora Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo, reitora da Universidade da Amazônia (UNAMA); e a advogada Denise Pinheiro Santos Mendes, representante regional do Estado do Pará da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG).

Em 16 de agosto de 2023, foi realizada uma Roda de Conversa sobre a Recomendação nº 102/2021 do CNJ – Adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras, com o objetivo de discutir e elaborar proposições para a construção da política de enfrentamento à violência contra a mulher magistrada e servidora do TJPA. Participaram da mesa a juíza auxiliar da CEVID, Rubilene Silva Rosário; o juiz da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA, Cristiano Magalhães; a secretária de Gestão de Pessoas do TJPA, Camila Amado; e a psicóloga do Setor Psicossocial do TJPA, Yasmin Fukushima de Almeida para relatar como cada um de seus setores pode contribuir com atuações no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher vinculada ao TJPA. A roda de conversa contou com a presença de magistradas, servidoras e representantes da sociedade civil, que também colaboraram com suas sugestões, relatos e reivindicações.

Em julho de 2024, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, foi realizado o Webinário Política de Participação Feminina e o Prêmio CNJ Qualidade, envolvendo magistrados e magistradas, diretores e diretoras de secretarias, com a finalidade de apresentar a Política de Participação Feminina no Judiciário e suas implicações no Prêmio CNJ de Qualidade. No evento foi detalhado como o CNJ avalia os Tribunais na efetividade da política de paridade e demonstrada a contribuição dessa política no alcance da premiação.

Em maio de 2024, o Comitê promoveu uma Roda de Conversa para debater a avaliação sobre a aplicação das medidas protetivas e as inovações da Lei Maria da Penha (Lei 11.450), evento realizado em parceria com a Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Pará (CEVID), que teve por objetivo dialogar com as instituições parceiras no enfrentamento e combate à violência contra a mulher sobre mudanças na Lei Maria da Penha, entre as quais as da Lei 14.450/23, que entrou em vigor em 19 de abril de 2023 e que dispõe sobre medidas protetivas de urgência. A roda de conversa teve a abertura e encerramento realizados pela coordenadora da CEVID, Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, e contou com a participação da antropóloga Beatriz Accioly, coordenadora de Projetos, Pesquisa e Impacto, do Instituto Avon, que participou de um levantamento de dados junto ao Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Consórcio Lei Maria da Penha. Contou também com a participação da Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, a professora Luanna Thomaz; da Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – Seção Pará, integrante da Comissão Nacional da Mulher Advogada do CFOAB e Conselheira Seccional da OAB/PA, Natasha Vasconcelos; e foi mediada pela juíza auxiliar da CEVID, Rubilene do Rosário. Foram 140 participantes registrados.

Houve capacitações sobre julgamentos com perspectiva de gênero e direitos fundamentais, envolvendo mais de 170 concluintes, ministrado pela juíza coordenadora do Comitê de Participação Feminina, Reijjane Ferreira de Oliveira. O evento teve como público-alvo magistradas(os), servidoras(es), colaboradoras(es), estagiárias(os), das unidades judiciárias de competência cíveis e criminais.

Capacitações

- O Curso Saberes Transdisciplinares para o Julgamento com Perspectiva de Gênero, por meio da Escola Judicial Poder Judiciário do Pará, em novembro de 2023, foi destinado a magistrados, magistradas, servidores e servidoras do TJPA, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre as propostas de atuação presentes no Protocolo para o Julgamento com Perspectiva de Gênero e introduzir autoras e conceitos que possibilitassem a participação dos(as) cursistas, em um debate que se impõe àqueles(as) que se interessem pelo tema gênero, incluindo discussões sobre interseccionalidade, colonialidades, identidade de gênero, orientação sexual e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Teve por finalidade ainda, contribuir com a capacidade institucional do Poder Judiciário, para melhor lidar com os casos de violência contra mulheres e meninas.
- Em maio de 2024, foi realizado o Curso Julgamento com Perspectiva de Gênero no contexto da humanização do Poder Judiciário, destinado a magistrados e magistradas. O curso objetivou debater os Direitos fundamentais, com perspectiva de gênero, em consonância com o disposto na Recomendação CNJ nº 79/2020 e na Resolução CNJ nº 492/2023. Foram 40 magistrados(as) certificados(as).
- O curso Atuação Judicial com Perspectiva de Gênero foi realizado em junho de 2024 destinado a magistrados e magistradas do Poder Judiciário Paraense. O curso foi organizado pela Escola Judicial do Estado do Pará e ministrado pela professora Luana Tomaz de Souza. Foram certificados 52 concluintes.
- Entre os meses de abril a julho, foi realizado o Curso Diversidade, Alteridade e Direitos Humanos – Resolução CNJ nº 492/2023 destinado a Magistrados(as), dividido em 2 turmas, com a certificação de 81 concluintes. O Curso foi organizado pela Escola Judicial do Estado do Pará e ministrado pelo professor Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e pela professora Joice Graciele Nielsson.

Propostas

Propostas inovadoras foram encaminhadas à Presidência do TJPA. O Comitê Deliberativo de Participação Feminina encaminhou à Presidência do TJPA, quatro propostas deliberativas, com o objetivo de incentivar a participação feminina de forma efetiva.

Ações desenvolvidas pelo Comitê de Participação Feminina foram apresentadas em eventos

- Minuta de alteração da Resolução nº 05/2019, que regulamenta a remoção de servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará. A proposta visa a valorizar os servidores e servidoras que atuam nas Comarcas de difícil provimento e estabelecer critérios analíticos que orientem a atuação administrativa, sendo que especificamente em relação às questões de gênero, propôs-se que fosse assegurada a movimentação funcional temporária da servidora em situação de violência doméstica e familiar, bem como que a remoção desta fosse realizada, independentemente da substituição da mesma na unidade de origem.
- Recomendação de que pelo menos 56% dos cargos em comissão e de funções comissionadas sejam ocupados por pessoas do gênero feminino. De acordo

RICARDO LIMA

com o levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em agosto de 2022, para fins de pontuação na avaliação dos Tribunais brasileiros no Prêmio CNJ de Qualidade, o percentual de servidoras ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada em relação ao total destes cargos providos foi de 55%, sendo que no referido período o TJPA constava com 54% de servidoras ocupantes de cargos em comissão e de funções comissionadas, abaixo, portanto, do percentual de pontuação no certame.

- Recomendação para realização de estudo de viabilidade com fins de implantação de auxílio-creche. Essa recomendação se constitui como um mecanismo de proteção da maternidade, contribuindo para a melhoria do clima organizacional da Instituição, por se constituir em medida que estabelece melhor qualidade de vida no trabalho, incluindo aspectos de bem-estar, saúde, segurança física, mental e social.
- Minuta com a proposta de concessão de gratificação por regime especial de trabalho em favor de servidor(a) efetivo(a) lotado(a) na unidade judiciária, indicado(a) pelo(a) gestor(a), durante o afastamento da servidora, ocupante do cargo de Assessor de Juiz CJS-2, da respectiva unidade. Tal medida teve como finalidade precípua não inibir a seleção de servidoras do gênero feminino para provimento de cargos em comissão de assessoramento a(o) magistrada(o), pelo potencial afastamento decorrente de licença maternidade e, ao mesmo tempo, como estratégia de garantia à igualdade de gênero e não discriminação feminina.

Além disso, constitui-se como medida saneadora na busca por minimizar o desfalque da força de trabalho e o potencial acúmulo de serviço decorrente do afastamento da servidora e pela vedação da substituição funcional. Dessa maneira, possibilita que servidor(a) da própria unidade judiciária possa estender seu expediente diário em mais 2 horas, recebendo como retribuição uma gratificação de tempo integral.

Ações fortalecem governança administrativa

Gestão de riscos, monitoramento e revisão de manuais foram desenvolvidos pela Secretaria

A Auditoria Interna (SEAUD) do Tribunal de Justiça do Pará desempenhou papel fundamental na modernização e no fortalecimento da governança administrativa durante o biênio. Com base em diretrizes estratégicas, as ações realizadas visaram a aprimorar processos, monitorar atividades e garantir a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Priorização de auditorias com objetividade

A SEAUD revisou e atualizou a Matriz de Priorização de Objetos de Auditoria, uma ferramenta essencial para identificar processos prioritários e organizar o trabalho de auditoria, por meio de critérios de relevância (alinhamento com o Planejamento Estratégico e com o Plano de Gestão), materialidade, criticidade e riscos. O resultado foi incluído no Plano Anual de Auditorias para 2024, aprovado pela Presidência, oferecendo maior objetividade e transparência no monitoramento institucional.

Manual de Prestação de Contas revisado

A atualização do Manual da Prestação de Contas Anual de Gestão representou um avanço significativo.

Revisão e ampliação do Manual da Prestação de Contas Anual de Gestão envolveu 15 servidores(as) de múltiplos setores

Elaborado com a colaboração de 15 servidores(as) e de representantes das Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, Secretaria de Administração, Secretaria de Engenharia e Arquitetura e Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, sob a coordenação de servidoras do Núcleo Estratégico de Governança de Auditoria e Risco e da Divisão de Fiscalização e Monitoramentos. A revisão foi feita pelo titular da Secretaria de Auditoria Interna.

O documento agora conta com capítulos detalhados sobre competências, responsabilidades e procedimentos para a análise de informações enviadas ao Tribunal de Contas do Estado. Publicado em 2024, o novo manual orienta todas as unidades gestoras do TJPA no

Secretaria de Auditoria Interna participou de formações

cumprimento das exigências legais.

Gestão de riscos: prevenção e eficiência

No exercício de 2024, a Secretaria de Auditoria Interna concluiu o trabalho de identificação e avaliação dos riscos de auditoria (do tipo avaliação), o que permitiu a criação da Matriz de Riscos e Controles, acompanhada de um Plano de Ação, que detecta problemas com antecedência e implementa medidas para minimizar ocorrências indesejadas. A iniciativa reforça o papel da auditoria interna em agregar valor aos processos organizacionais.

Monitoramento mais eficiente

O Manual de Monitoramento de Auditoria, revisado e atualizado no segundo semestre de 2024, redefiniu os fluxos e controles no acompanhamento das recomendações emitidas pela auditoria. Com base em novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nas orientações constantes do Manual de Auditoria do Poder Judiciário, de 2023, com revisão de fluxo, controles e com o indicador de desempenho aprimorado para garantir maior efetividade na implementação das melhorias propostas.

ÉRIKA MIRANDA

Presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, em discurso durante a celebração dos 150 anos de instalação do TJPA, em fevereiro de 2024

RICARDO LIMA

Evento solene marcou o Sesquicentenário do Tribunal de Justiça do Pará, em 3 de fevereiro de 2024

RICARDO LIMA

Theatro da Paz foi o palco das celebrações dos 150 anos de instalação do TJPA, com entrega de medalha comemorativa, em fevereiro de 2024

ÉRIKA MIRANDA

Ministra do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, presidiu mesa durante a 1ª Cúpula Judicial Ambiental, em agosto de 2023

ÉRIKA MIRANDA

Em agosto de 2023, à época, presidente do STF, ministra Rosa Weber, a presidente do STJ, ministra Maria Thereza, e a presidente do TJPA no biênio 2023-2025, desembargadora Nazaré Gouveia

UCHÔA SILVA

O governador do Pará, Helder Barbalho, e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e ministro do STF, Flávio Dino, durante a 1ª Cúpula Judicial Ambiental da Amazônia, em Belém

RICARDO LIMA

Formação do Projeto Porto Seguro no Fórum Cível de Belém

UCHÔA SILVA

Equipe da Secretaria de Administração durante formação

UCHÔA SILVA

Professor Paulo Alves, referência em planejamento e governança, ministrou curso no TJPA

UCHÔA SILVA

Corpo funcional participou de formação de planejamento de compras públicas promovida pela Escola Judicial, em parceria com a Secretaria de Administração

RICARDO LIMA

EJPA promoveu curso sobre licitações e planos de logística sustentável para o corpo funcional

UCHÔA SILVA

Projeto Justiça na Escola da Sead, fez a interlocução com escolas públicas ao entorno da sede do TJPA

AIRTON NASCIMENTO

Tecnologia

Ponto de Inclusão Digital (PID) pelo Pará

INFORMÁTICA

Tecnologia e inovação impulsionam modernização

Adoção de inteligência artificial, modernização de sistemas e ampliação da conectividade foram investimentos estruturantes em tecnologia da informação

UCHÔA SILVA

A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) liderou uma transformação tecnológica, implementando projetos que aprimoram a prestação jurisdicional e a gestão administrativa. A adoção de inteligência artificial, modernização de sistemas e ampliação da conectividade marcam o biênio 2023-2025.

Modernização das salas de audiências

Com a instalação de equipamentos Polycom em 319 salas, o TJPA automatizou o processo de gravação e envio de arquivos para o sistema PJe. A medida reduziu custos, otimizou o tempo e aumentou a segurança nos registros das audiências.

Melhorias no PJE

Parâmetros dos bancos de dados e das aplicações foram ajustados. Além disso, houve melhoria no processo de bloqueio de robôs externos, incremento e segmentação da infraestrutura, e monitoramento de todos os componentes do sistema, diminuindo a lentidão no sistema e, consequentemente, ganho em produtividade.

Área de Tecnologia da Informação ficou em 9º lugar no País e 6º no segmento Estadual no iGovTIC-JUD em 2024

Integração e automação

Um marco foi a integração do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, eliminando a necessidade de plataformas externas para peticionamento eletrônico. Criado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), também se destaca a ferramenta Mandamus, voltada para a simplificação da gestão de mandados judiciais, à medida que preenche automaticamente os dados de devolução dos mandados no PJe.

Já a adoção do Domicílio Judicial Eletrônico permitiu

Secretaria de Informática celebrou a 9ª colocação do iGovTIC-JUD 2024

centralizar as comunicações entre o Judiciário e as partes, garantindo eficiência e transparência.

Inteligência Artificial em prol da Justiça

A adoção da tecnologia Ollama trouxe ao TJPA ferramentas de desenvolvimento de inteligência artificial baseadas em modelos de linguagem avançados. Essa tecnologia suporta soluções como sumarizadores e classificadores de documentos judiciais, promovendo maior assertividade e rapidez nos processos, de forma segura, autônoma e sem custos adicionais.

Expansão do suporte técnico e infraestrutura

O aumento em 40% da equipe de suporte técnico, associado à implantação de satélites de baixa órbita e melhorias na infraestrutura de rede, garantiu conectividade e eficiência nas Comarcas mais distantes do Estado. Além disso, iniciativas como o Projeto Reiniciar atualizaram os recursos tecnológicos em 3.566 máquinas, otimizando o desempenho e segurança.

Segurança da informação e sustentabilidade

A nova Política de Segurança da Informação incluiu medidas como autenticação multifator, bloqueio de portas USB e monitoramento contínuo via SOC (Security Operations Center). No campo da sustentabilidade, o uso de tecnologia hiperconvergente e computação em nuvem reduziu custos e aumentou a eficiência dos datacenters.

Capacitações e ferramentas inovadoras

Mais de 5 mil magistrados(as) e servidores(as) foram capacitados no uso do PJe e outras tecnologias. Ferramentas como o Codex, que consolida bases de dados processuais, e o aprimoramento do sistema CustaWeb com pagamento via PIX demonstram o compromisso do TJPA com a modernização e a acessibilidade.

Com uma gestão pautada pela inovação, a Secretaria de Informática do TJPA consolidou avanços significativos no biênio 2023-2025, transformando a experiência de Justiça no Pará.

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1. Reestruturação das salas de audiências

- **Atualização de Equipamentos:** O sistema de gravação de audiências foi atualizado com a introdução de equipamentos Polycom, que simplificaram e automatizaram o processo de captura e adição dos arquivos ao sistema PJe. Esses sistemas foram implantados em 319 salas de audiências até outubro de 2024. Os equipamentos Polycom são dispositivos multifuncionais com microfones e câmeras embutidos, projetados para ambientes de videoconferência e gravação.
- **Automação:** As gravações são automaticamente enviadas ao PJe, eliminando a etapa manual e garantindo maior agilidade e segurança. Essa automação reduziu o risco de falhas humanas e melhorou a confiabilidade dos registros. A modernização trouxe benefícios como a redução no tempo de upload das audiências para o PJe, redução de custo com equipamentos e maior qualidade audiovisual das audiências.

2. Melhorias em performance e estabilidade do PJe

O sistema recebeu melhorias que incluíram ajustes nos parâmetros dos bancos de dados e das aplicações, melhoria no processo de bloqueio de robôs externos, incremento e segmentação da infraestrutura, e o monitoramento de todos os componentes do sistema. Houve redução nas ocorrências de lentidão no PJe, aumentando a produtividade das unidades judiciais.

3. Novo sistema de certidão judicial

A Secretaria de Informática está desenvolvendo uma plataforma para a emissão de certidões judiciais. Com a nova ferramenta, será possível emitir certidões de forma on-line, a qualquer hora e lugar, com alguns cliques. Além disso, oferecerá funcionalidades como acompanhamento de andamentos e emissão de segunda via, reduzindo significativamente o tempo de espera pelas certidões e aumentando a satisfação dos usuários.

4. Implantação do Ollama

A implantação da ferramenta open-source Ollama on-premise com aceleração de GPU permite o desenvolvimento de novas tecnologias de Inteligência Artificial baseadas em Large Language Models (LLMs). Em contraste com outras opções como ChatGPT e Microsoft Copilot, o Ollama provê serviços de LLM de forma completamente local (on-premise), segura, autônoma, e sem custos adicionais, sem necessidade de contratos ou transferência de

informações. O Ollama será usado principalmente para apoiar novas soluções de IA do Tribunal, como sumarizadores, classificadores, entre outros.

5. Implantação do Mandamus

O Sistema Inteligente de Controle de Mandados, Mandamus, simplifica as rotinas de trabalho de oficiais de Justiça, contribuindo para maior celeridade, produtividade e sustentabilidade da prestação jurisdicional. O aplicativo elimina o tempo de preenchimento dos dados de devolução de mandados no PJe, enviando-os automaticamente. Funciona tanto on-line quanto off-line, permitindo o cumprimento de mandados mesmo sem internet.

6. Aprimoramento da pesquisa jurisprudencial

A nova ferramenta de pesquisa jurisprudencial do TJPA é um repositório público de decisões judiciais, combinando técnicas de processamento de linguagem natural com algoritmos avançados com o objetivo de tornar a pesquisa eficiente e precisa.

- **Análise Avançada de Dados:** Utiliza algoritmos sofisticados para processar grandes volumes de dados textuais;
- **Pesquisa Híbrida:** Combina pesquisa por dados estruturados e por linguagem natural;
- **Segmentação de Julgados:** Separa os julgados do Tribunal dos julgados das Turmas Recursais;
- **Filtros Refinados:** Permite aplicar diversos filtros após a busca inicial;
- **Pesquisa por Ementa e Inteiro Teor:** Permite pesquisar tanto na parte resumida da decisão quanto no texto completo.

7. Utilização de inteligência artificial em sistemas do TJPA

A Secretaria de Informática desenvolveu diversas ferramentas baseadas em IA para aumentar a produtividade.

- **Identificação de Decisões Interlocutórias Criminais:** Verifica se o magistrado recebeu ou não a denúncia;
- **Análise de Termos de Audiências:** Extrai dados importantes como a existência de um acordo e quem foram os mediadores/conciliadores;
- **Identificação de Medidas Protetivas:** Identifica os destinatários da medida e o tipo aplicado;
- **Identificação de Precedentes Obrigatórios:** Busca informações sobre o tema pelo qual o processo foi sobrestado;
- **Ajuste de Processos com Assuntos Genéricos:** Utiliza IA para extrair o assunto processual a partir das petições iniciais.

8. Berna

Implantado em acordo de cooperação com Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), o sistema realiza o agrupamento de petições iniciais através da identificação de fato, tese e pedido jurídico. O foco é a identificação de demandas predatórias e processos repetitivos pelo conteúdo da petição inicial, além de fornecer funcionalidade da busca por processos com petições iniciais similares.

9. Implantação de novo serviço de downloads de documentos do PJe

A partir da identificação de que a funcionalidade de geração e disponibilização dos documentos dos processos em arquivos, formato PDF, estava consumindo muitos recursos, foi adotado um novo serviço de downloads baseado em microserviço com controle de limites e acessos, obtido a partir de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

10. Domicílio Judicial Eletrônico

O TJPA foi o Tribunal com uma das implantações mais rápidas do Domicílio Judicial Eletrônico, uma ferramenta digital que facilita a comunicação entre o Judiciário e os jurisdicionados, que permite às partes que recebam informações e notificações de forma rápida e segura, eliminando a necessidade de papel e deslocamentos físicos.

11. Novos sistemas e melhorias no âmbito administrativo

a. **Zé Preca:** Aplicação destinada ao público externo para humanizar o acesso aos pagamentos

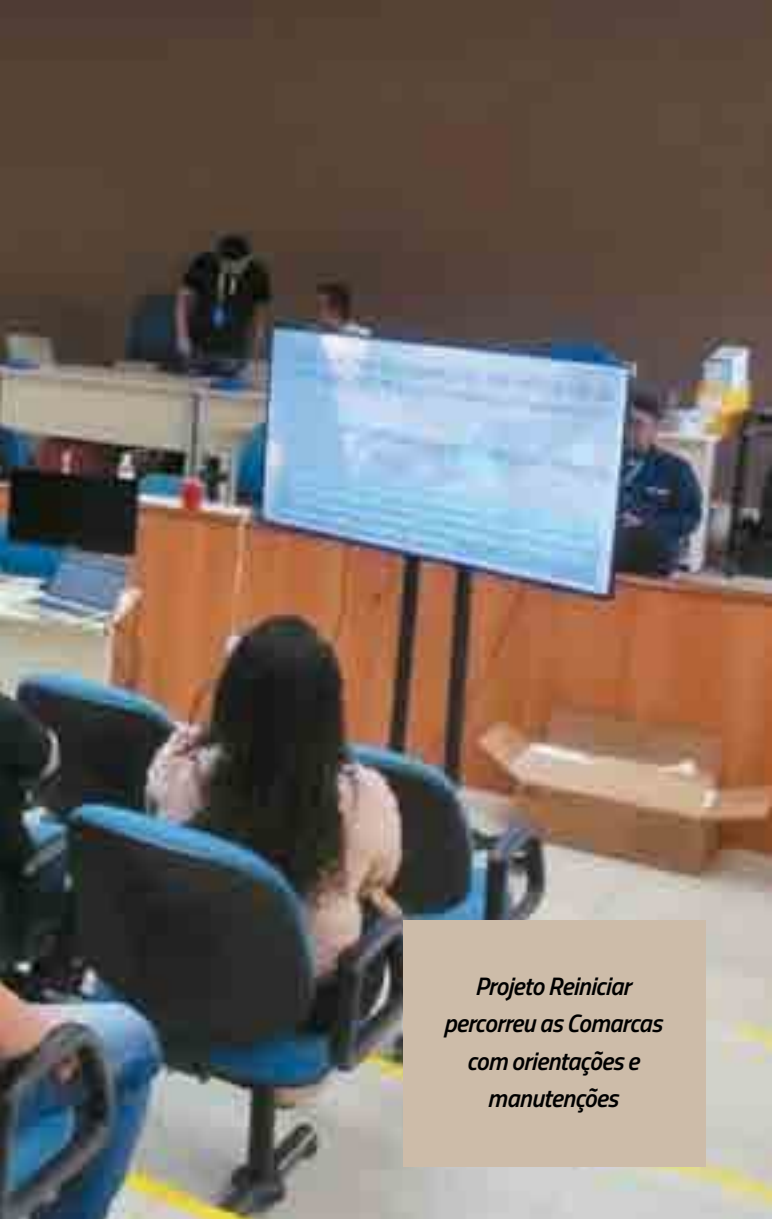
de precatórios. O José do Precatório do Estado do Pará, mais conhecido como Zé Preca, disponibiliza como funcionalidades a consulta de dinheiro a receber, a data de recebimento e o esclarecimento sobre dúvidas frequentes.

b. Botão do Pânico: Esse botão permite acesso para magistradas e servidoras do TJPA para denúncia de violência doméstica. Após acionamento desse recurso, a Coordenadoria Militar do Tribunal é notificada via e-mail com os dados da pessoa em risco, assim como localização no Google Maps, possibilitando uma atuação direcionada e rápida de acordo com os protocolos de segurança existentes.

c. Portal da Transparência 2024: O Portal da Transparência do TJPA foi reformatado em 2024, para adequá-lo às exigências do CNJ e da ATRICON. No portal há informações de amplo interesse da sociedade, segundo prevê a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações. A organização dele é composta de 10 temas, com objetivo de direcionar e simplificar a navegação na busca por conteúdo sobre Gestão; Audiências e Sessões; - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas; e Sustentabilidade e Acessibilidade.

d. Melhorias de Acessibilidade e Comunicação no Portal Externo: Foram feitas diversas melhorias de acessibilidade no Portal Externo do TJPA, com o objetivo de facilitar a utilização dos recursos de pessoas com deficiência.

Também houve o incremento na nota da ferramenta ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) e na aderência ao eMag (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme orientado



Projeto Reiniciar percorreu as Comarcas com orientações e manutenções

pela Resolução CNJ nº 401/2021.

Algumas das melhorias feitas foram: Zoom + e -, layout da página, ferramentas de filtragem nas páginas de notícias e páginas internas, inserção de atalhos nos mosaicos da página Home. Um Sistema de Gestão de Informações de Acessibilidade e Cadastro de Pessoas com Deficiência está em desenvolvimento com o intuito de melhorar as condições de acessibilidade e inclusão no PJPA.

e. **Formulário de Cadastro e de Recurso ao Procedimento de Heteroidentificação – ENAM:** Esses formulários foram desenvolvidos para atender o procedimento de heteroidentificação do TJPA, que é utilizado para os candidatos que se autodeclaram negros e desejam se inscrever no Exame Nacional da Magistratura (ENAN), conforme a Portaria nº 808/2024-GP.

Um sistema, que está em desenvolvimento, vai atender a todas as etapas deste processo, desde o cadastro nos formulários, votação da comissão, recurso da votação e resultado, possibilitando a automatização desse procedimento como um todo.

f. **Evolução do Sistema de Diário de Justiça Eletrônico (DJE):** Foi entregue nova versão do DJE que permite cadastrar novas matérias fazendo upload de arquivos word com o texto original, sem precisar fazer o copiar/colar com isso, as matérias são geradas com a formatação mais fidedigna do texto original.

Também o DJE evoluiu para permitir cadastrar matérias com mais de 100 páginas para permitir a publicação da Listagem e Edital de Eliminação Documental, em consonância com a Resolução nº 324/220, do CNJ e com o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário. Algumas listagens chegam a ter mais de 600 páginas.

g. **Evoluções do GRP-THEMA:** O sistema migrou para uma nova versão em nuvem (Cloud). Com isso, toda a instalação do GRP-THEMA fica em nuvem, fora do TJPA, que permite maior agilidade na atualização das novas funcionalidades e desonera a utilização de recursos de infraestrutura (Rede, Equipamentos, Banco de dados, licenças etc.) e de pessoal de TI do TJPA.

O GRP, a partir de 2023, com o início da utilização do SIAFE pelo executivo estadual, implantou as integrações de Empenho, Liquidação e Ordem de Pagamento de forma automatizada, evitando assim o retrabalho de fazer essas operações nos dois sistemas.

Está em fase de implantação a utilização do RFID (Radio Frequency Identification) no Módulo de Materiais, que vai permitir fazer o inventário do TJPA de forma mais eficiente, identificando os itens de patrimônio por leitores de rádio frequência.

Está em fase de desenvolvimento a adequação do Módulo de PPA, em conformidade com a elaboração por regiões e demais as peculiaridades do Estado do Pará, assim como as evoluções demandadas para os seus diversos módulos.

h. **Lista de Contatos do TJPA:** Foi disponibilizada para o cidadão a nova consulta de contatos do TJPA no portal externo. É uma consulta dinâmica em que poderá ser pesquisado os telefones das unidades do Tribunal de uma maneira amigável.

A pesquisa pode ser feita por Comarca e/ou Unidade,

além dos telefones é exibido também o endereço e o e-mail das Comarcas do TJ PA. Essa consulta substitui a Lista Telefônica do portal externo.

i. **Melhorias do CAPJUS:** Foram implementadas melhorias significativas no Cadastro de Pessoa Jurídica (CAPJUS) para atender à Resolução nº 393, de 28 de maio de 2021. As novidades incluem ajustes no fluxo de credenciamento do sistema, permitindo que os inscritos acompanhem com clareza o status do seu credenciamento. Com essas mudanças, o processo de credenciamento tornou-se mais transparente e eficiente, facilitando o acompanhamento e a gestão dos cadastros

j. **Atualização da versão do PERGAMUM integrada com RFID-BRASIL:** Foi disponibilizada uma nova versão do sistema PERGAMUM, que agora integra a tecnologia RFID-BRASIL. Essa integração possibilita a identificação do acervo bibliográfico através de leitores de rádio frequência, tornando o processo de catalogação e gerenciamento do acervo mais eficiente e preciso. A atualização do PERGAMUM permite controle mais rigoroso e ágil dos materiais bibliográficos.

k. **Nova biblioteca digital:** Durante o primeiro semestre de 2023, o DSpace foi atualizado para a versão 6.x, a qual trouxe diferenças arquiteturais significativas, como a separação entre frontend e backend, nova forma de personalização da aparência, otimizações e correções. Está em progresso atualização para a versão mais recente 8.x.

l. **Criação e reformulação de diversos hot-sites do portal externo do TJPA:** A atualização e modernização de diversos hot-sites do Portal visou a adequar os sites às normas e determinações vigentes, além de modernizar a interface e tornar a navegação mais intuitiva e amigável. As melhorias facilitaram o acesso às informações pelos usuários, proporcionando uma experiência mais eficiente e agradável. Os seguintes sites foram destacados nesse processo de reformulação:

- **CEIJ:** Atualização para melhorar a acessibilidade e a usabilidade, facilitando o acesso às informações e recursos.
- **Lab Pai d'égua:** Modernização do site para refletir as inovações e projetos desenvolvidos pelo laboratório, promovendo maior interação e engajamento dos usuários.
- **NUGEPNAC:** Reformulação para atender às necessidades do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas, com foco em melhorar a organização e a apresentação das informações.
- **LGPD:** Adequação do site às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo a conformidade com as normas de privacidade e segurança da informação.
- **Coordenadoria de Arrecadação:** Atualização para otimizar a navegação e o acesso às informações sobre arrecadação e gestão financeira.
- **Juizados Especiais:** Modernização do site para facilitar o acesso às informações e serviços oferecidos pelos Juizados Especiais, melhorando a comunicação com os usuários.

Central de Serviços de TIC está localizada em Belém (PA)

12. Integração do consumidor.gov.br com o PJe

Foi implementada uma integração entre a plataforma Consumidor.gov.br e o sistema de Processo

Judicial Eletrônico (PJe). Esta iniciativa visa a facilitar a interlocução direta entre consumidores e empresas, promovendo uma solução rápida e desburocratizada para os conflitos de consumo.

A plataforma Consumidor.gov.br, monitorada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, já demonstrou ser uma ferramenta eficaz, com uma taxa de resolução de 80% das reclamações registradas e um prazo médio de resposta de sete dias.

13. Automatizações no PJe

a. Processo de desarquivamento

Foi implementada uma funcionalidade que verifica quando houve pagamento de ato de desarquivamento em uma custa judicial. Nesse cenário, foi desenvolvida uma integração utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) que junta uma certidão comprovando o pagamento e envia o processo ao gabinete para que seja feita a minuta sobre o desarquivamento pelo magistrado.

b. Sentença sem resolução de mérito e trânsito em julgado

O trânsito em julgado é a instância final em que a decisão é proferida, sem que quaisquer das partes possam recorrer. Com a automação, a certificação do trânsito em julgado será realizada sem a necessidade de intervenção manual dos(as) servidores(as). O principal benefício é que o certificado pode ser emitido com apenas um clique. A responsabilidade pela utilização do novo sistema será dos(as) magistrados(as), que ao proferirem a sentença, ativarão o programa, para cálculo automático do prazo correto, certificará o trânsito em julgado e, por fim, encaminhará o processo para arquivamento.

c. Comunicação automatizada sobre recursos

Quando houver recursos de decisões, sentenças e acórdãos, haverá comunicação automática pelo sistema. A implementação envolveu a detecção dos movimentos "237 – Provimento" e "238 – Provimento em Parte" da Tabela Processual Unificada do CNJ e envio de mensagem por e-mail ao órgão julgador originário do processo no 1º Grau.

14. Novos fluxos no PJe

a. Execução Fiscal Nacional

No período compreendido entre 26/02 e 01/03/2024 foi realizada a 1ª Oficina de Imersão em Desenvolvimento de Fluxos da Execução Fiscal, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de criar um fluxo nacional de execução fiscal no Poder Judiciário.

Magistrados(as) e servidores(as) foram capacitados para o desenvolvimento de minifluxos e técnicas de automação de processos, dando, portanto, continuidade às ações que visam reduzir o contencioso tributário. No referido evento, foi explanado como o fluxo nacional de execução fiscal foi construído, sua adaptabilidade, suas automações já desenvolvidas e a facilidade na incorporação de novas rotinas, a fim de viabilizar o compartilhamento de inovações por todos os Tribunais que utilizarem o fluxo em seus respectivos PJes.

Nesse contexto, o TJPA implementou o fluxograma nacional aplicado ao rito das ações executivas fiscais no PJe, o qual tem o potencial para contribuir no cumprimento das metas relativas ao enfrentamento da alta litigiosidade tributária.

b. Contadoria do Juízo Unificada (CONJU)

Foi instituído o projeto-piloto da CONJU, conforme a Portaria nº 4724/2023, por meio do qual o Serviço de Contadoria passou a integrar uma nova estrutura organizacional, com o objetivo de otimizar e centralizar os serviços de cálculo judicial no âmbito das diversas esferas do Judiciário do Estado do Pará.

A CONJU funcionará como uma unidade auxiliar do juízo, atuando tanto no 1º quanto no 2º Grau de jurisdição, e será responsável pela elaboração dos cálculos judiciais relacionados à dívida líquida e certa, em processos de natureza cível, família, fazenda e execução fiscal, abrangendo todas as Comarcas do Estado do Pará, assim como as Varas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital. No entanto, não se incluirão processos de natureza criminal, perícia contábil, precatórios, requisições de pequeno valor, demais juizados especiais e Justiça militar.

c. Comissão de Soluções Fundiárias

Foi implementado um fluxo paralelo no PJe, permitindo o andamento simultâneo dos processos tanto na vara originária quanto na comissão. Essa abordagem agilizou significativamente a execução das atividades e acelerou a produção de resultados significativos.

15. Adequação do PJe à Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua – PopRuaJud

Adaptação sistêmica que permite ao Tribunal de Justiça abrir portas da Justiça aos mais vulneráveis, identificando as demandas desse grupo a fim de oferecer à população em situação de rua atendimento prioritário e sem burocracia, possibilitando o acesso à Justiça de modo célere, simplificado e efetivo.

16. Implantação do Saref

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) implantou uma nova tecnologia, o Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF), desenvolvido pelo TJDFT e agora integrado à PDPJ, a Plataforma Digital do Poder Judiciário. Com o SAREF, os apenados podem realizar suas apresentações de forma remota através de um celular com acesso à internet, utilizando como recurso principal o robô homologador para as homologações automatizadas.

A Secretaria de Informática, em parceria com o CNJ, desenvolveu a fase piloto do SAREF na Vara de Execução Penal de Santarém.

Atualmente, o sistema está sendo expandido para todas as Comarcas do Pará. As implantações foram concluídas nas Varas de Execuções Penais de Marabá, na VEPMA de Belém e na VEP de Belém.

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

1. Melhorias do SIGEMEC

O SIGEMEC é o sistema para gerenciar mediadores, conciliadores e facilitadores do TJPA. Foi disponibilizada a geração de arquivo com mediadores e conciliadores para envio ao MPM/CNJ a fim de atender determinação legal.

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

1. Miriti

Foi desenvolvida no TJPA e teve inspiração na IA Athos do STJ, que se dedica à comparação semântica de documentos jurídicos, disponibilizando funcionalidades de agrupamento automático de processos e busca individualizada a partir de similaridade. Esse recurso de comparação semântica viabiliza uma série de vantagens que auxiliam o Tribunal em suas atividades rotineiras, destacadamente a estabilização de jurisprudência e a identificação de matérias recorrentes que possam ser objeto de submissão ao rito dos recursos repetitivos, tanto o especial, quanto o extraordinário.

O trabalho foi realizado em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE).

2. Aprimoramento na gestão de precedentes judiciais qualificados e ações coletivas no PJe

Em trabalho conjunto com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) e Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), foram realizadas iniciativas visando ao aprimoramento na gestão de precedentes judiciais qualificados, quais sejam:

- Desenvolvimento de um novo web service para enviar as informações pertinentes aos precedentes judiciais qualificados formados no âmbito do TJPA, bem como dos processos sobrestados por força de precedentes, cumprindo a Resolução nº 444/2022 do CNJ. Integração do sistema PJe com o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para envio de informações e busca de dados para disponibilização nos movimentos do PJe.
- Otimização da busca de precedentes judiciais qualificados, formados no âmbito do TJPA, com a criação do Banco Estadual de Precedentes, com a possibilidade de pesquisa avançada, pelos usuários de âmbito interno e externo, dos seguintes precedentes: Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Incidentes de Assunção de Competência, Grupos de Representativos, Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei e Enunciados de Súmulas.

3. Integração do PJe com o STJ e o STF

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) se destaca como pioneiro ao integrar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) simultaneamente com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Essa iniciativa inovadora contou com o valioso apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a conexão com o STF e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) para o STJ, resultando em uma transformação significativa na tramitação de processos. Nesse cenário, pode-se destacar como principais benefícios: Acesso Simplificado e Agilidade Processual: A integração elimina a necessidade de plataformas externas, como e-STF e i-STJ, que anteriormente exigiam etapas adicionais para o peticionamento eletrônico. Agora, todos os procedimentos podem ser realizados diretamente pelo PJe, proporcionando maior agilidade e produtividade no manejo dos processos.

Unificação de Sistemas: Com o objetivo de harmonizar a tramitação processual, a integração permite que informações e documentos sejam compartilhados de forma fluida entre o PJe e os tribunais superiores.

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

1. Aparelhos Celulares para os Pontos de Inclusão Digital

Foram disponibilizados 40 celulares para apoio aos Pontos de Inclusão Digital, que são usados durante as atividades de prestação jurisdicional. Esses dispositivos auxiliam na inclusão digital e na melhoria do atendimento aos usuários dos serviços judiciais.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

1. Implantação de Kits Biométricos

O projeto "Identificação e Emissão de Documentação Civil" foi implementado com 124 kits biométricos, notebooks e monitores, instalados em 119 unidades judiciárias. Essa iniciativa visa a garantir o direito à cidadania e promover a reintegração social dessa população. Os kits biométricos foram doados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a implementação incluiu treinamento em todas as Comarcas do Estado.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

1. Painéis

A Secretaria de Informática desenvolveu diversos painéis e relatórios para monitoramento e auxílio à tomada de decisão.

- **Painel de Movimentações, Casos Novos e Baixas:** Analisa a evolução das movimentações e seus tipos, além de mostrar os casos novos e baixas mensalmente.
- **Painel de Saneamento para o DATAJUD:** Exibe relatórios que mostram inconsistências nos dados do Tribunal.
- **Painel de Análise de Distribuição Processual:** Detecta possíveis desequilíbrios na distribuição dos feitos.
- **Painel de Demandas Predatórias e Repetitivas com IA:** Agrupa petições iniciais por similaridade, fornecendo alertas sobre petições similares.
- **Painel de Análise de Conflitos de Competência:** Analisa os conflitos de competência discutidos e solucionados entre as instâncias do TJPA.
- **Painel de Acompanhamento da Judicialização da Saúde:** Analisa dados afetos à judicialização da saúde, identificando informações inéditas como medicamento solicitado e doença alvo do tratamento.
- **Painel de Incidentes Pendentes de Julgamento no SEEU:** Acompanha os incidentes de execução penal a vencer e vencidos.
- **Painel de Gestão dos CEJUSCS:** Consolida dados dos CEJUSCS, proporcionando uma visão ampla da atuação na prevenção de judicialização e resolução consensual de conflitos.
- **Painel de Indicadores das UNAJ:** Produz informações sobre o funcionamento das 116 UNAJs no Estado do Pará, apoiando a implementação de ações de aperfeiçoamento dos serviços executados.
- **Painel de Inteligência de Arrecadação:** Criação de um ambiente de inteligência no qual a equipe negocial de arrecadação obtém informações referentes à arrecadação judicial e extrajudicial, contemplando os níveis estratégico, gerencial e operacional.
- **Painel de Inadimplência:** não só permitiu um maior controle às serventias extrajudiciais sobre as suas inadimplências referentes a boletos não pagos, como deu autonomia aos cartorários para atualizarem a data de vencimento dos boletos e efetivarem o respectivo pagamento, demanda essa que vinha sendo atendida manualmente pelo Núcleo de Contadores da Coordenadoria de Arrecadação.
- **Relatório de Selos Não Declarados:** Toda busca e análise por selos não declarados pelas serventias dentro do SIAE foi revista, refatorada, otimizada e aperfeiçoada com aval do resultado pela Divisão de Arrecadação Extrajudicial (DVASE)

Desse modo, é possível ter os ganhos seguintes:

- **Aumento da Transparência:** Um relatório mais detalhado e bem estruturado proporciona uma visão clara e precisa das receitas não declaradas, permitindo que a administração do Tribunal e os stakeholders compreendam melhor as áreas que precisam de atenção.
- **Identificação de Oportunidades de Arrecadação:** Ao analisar os selos não declarados, é possível identificar fontes de receita potencial que não estão sendo exploradas, possibilitando um planejamento mais eficaz para aumentar a arrecadação.
- **Melhoria na Conformidade:** Um relatório aperfeiçoado pode destacar padrões de não conformidade, ajudando a identificar casos que exigem fiscalização ou auditoria. Isso contribui para a regularização de práticas e, consequentemente, para o aumento da arrecadação.
- **Aprimoramento na Tomada de Decisão:** Informações mais claras e completas permitem que gestores tomem decisões mais informadas, desde estratégias de arrecadação até o desenvolvimento de políticas públicas.
- **Eficiência Operacional:** A padronização e a otimização do relatório podem reduzir o tempo gasto em sua elaboração, permitindo que os recursos do Tribunal sejam direcionados para outras áreas críticas.

2. Precatórios

a. Envio Simplificado de Ofício Precatório

O Ofício Precatório é um documento formal que solicita o cumprimento de uma ordem de pagamento de precatório. Explicando os termos, um precatório é

expedido pelo Judiciário em favor de uma pessoa (física ou jurídica) que venceu uma ação contra o Estado ou Municípios.

b. Cálculo de Precatório

Foi implementado o cálculo dos precatórios de forma integrada no PJe acessível diretamente nos autos digitais. O trabalho envolveu a substituição de um módulo legado, desenvolvido em Delphi, por uma solução mais moderna e de melhor usabilidade.

Além disso, foram incluídas integrações para a consulta automática dos índices de correção mais utilizados, como o IGP-M e a Selic. Isso possibilita uma dinâmica de trabalho mais ágil e menos suscetível a erros decorrentes de preenchimentos manuais como era feito anteriormente.

c. Pagamento de Precatório

O TJPA concluiu a primeira etapa de modernização do Sistema de Pagamento de Precatórios, o qual está integrado ao Banpará e ao PJe. Essa fase consistiu na criação de uma nova arquitetura de código-fonte, com a reescrita do módulo inicial de emissão e assinatura de alvarás. O trabalho envolveu a substituição de um módulo legado, desenvolvido em Delphi em 2001, por uma solução em .Net Core, redesenhada para a plataforma web, conteinerizada, com novos recursos e maior desempenho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

1. Nivelamento de magistrados(as) e servidores(as) sobre o PJe

Foram realizados webinários detalhados sobre as principais funcionalidades do sistema, proporcionando uma compreensão aprofundada das ferramentas e processos. Esta iniciativa garantiu que magistrados(as) e servidores(as) estejam alinhados(as) com as melhores práticas, promovendo maior eficiência e assertividade no uso do sistema.

Neste biênio, houve um total de 5.464 servidores(as) e magistrados(as) participantes, incluindo profissionais de secretaria, gabinete e oficiais de Justiça.

O projeto elevou o nível de conhecimento técnico na instituição, reduzindo erros operacionais e melhorando o atendimento ao público.

2. Capacitações dos(as) servidores(as) de TIC

Foram realizadas diversas capacitações internas, em duas frentes: cursos realizados em parceria com a Escola Judiciária e cursos realizados através da plataforma corporativa de capacitações em TI denominada ALURA. Pela Escola Judicial, 488 servidores(as) foram capacitados em área do conhecimento como, Governança, Gestão e Processos, Datascience e Bancos de dados e Programação e Desenvolvimento de Sofware.

3. Melhorias do Promag

O Sistema Integrado de Movimentação de Carreira de Magistrado (Promag) teve melhorias relacionadas com a adoção de testes unitários automatizados. Essas modificações permitirão manutenções corretivas e evolutivas mais céleres, com menores chances de erros, assim como maior aderência às exigências de segurança da informação uma vez que foram utilizadas as tecnologias mais recentes disponíveis, no âmbito de desenvolvimento e infraestrutura.

Treinamento para utilização de kit de identificação biométrica

RICARDO LIMA

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1. **Aperfeiçoamento do CustaWeb:** O Sistema de Pagamento de Custas Judiciais foi reformulado, apresentando um ambiente mais moderno e funcional. As mudanças visam a facilitar a interação do jurisdicionado com os sistemas do TJPA, proporcionar aos usuários maior agilidade e aumentar a arrecadação própria do TJPA. Entre as principais mudanças estão:

a. Disponibilização de Pagamento de Custas Judiciais utilizando Pix

b. O layout do sistema passou por uma profunda evolução visando a simplificar a interação através de ícones bem-dispostos e telas limpas e funcionais. É mais eficiente em dispositivos móveis.

c. Contrato com o Banco do Estado do Pará permite o pagamento instantâneo PIX, feito através do uso de QRCode dinâmico.

d. Padronização dos Boletos emitidos por todos os sistemas de arrecadação

2. **Atualização semiautomática de boletos de custas judiciais:** Uma pessoa interessada pode utilizar a funcionalidade de atualização de boleto no portal de Custas On-line e então conseguir fazer o pagamento do valor atualizado pelo sistema.

3. **Flexibilização do meio de pagamento de custas judiciais:** Implementada possibilidade de pagamento de custas por qualquer meio de pagamento independentemente da maneira como a custa foi gerada. Antes a custa só poderia ser paga pelo meio em que havia sido gerada. As opções são Cartão de Crédito, Boleto e PIX.

4. **Pesquisa on-line de custas judiciais:** Aperfeiçoamento da consulta para utilizar CPF/CNPJ e inclusão de busca fonética. Isso potencializa a eficiência

Comarcas do interior receberam equipamentos de internet para reforçar disponibilidade

e acessibilidade do sistema, como se pode discorrer:

a. **Novo tipo de pesquisa:** Adicionado à pesquisa por CPF ou CNPJ para simplificar o processo de consulta pelos usuários. Muitas pessoas e empresas têm esses dados em mãos, o que elimina a necessidade de informações adicionais que poderiam ser mais difíceis de acessar. Isso torna o sistema mais amigável e acessível, especialmente para cidadãos que não estão familiarizados com procedimentos judiciais.

b. **Redução de Buscas sem resultado:** A inclusão da busca fonética é um recurso inovador que melhora significativamente a precisão das consultas. Muitas vezes, nomes podem ser digitados de forma incorreta ou com variações ortográficas. A busca fonética permite que usuários encontrem informações mesmo com pequenas discrepâncias na escrita, reduzindo a frustração e aumentando a eficácia da pesquisa.

c. **Aumento da Transparência:** A capacidade de consultar custas judiciais de maneira rápida e precisa contribui para a transparência do Judiciário. Cidadãos podem acessar facilmente informações sobre suas obrigações financeiras, promovendo um ambiente de maior confiança.

5. **Módulo de Fiscalização de Custas Judiciais:** Foi desenvolvido para facilitar a criação, o acompanhamento e a automação das tarefas relacionadas à fiscalização judicial, possibilitando o trabalho em diferentes fases: análise, fiscalização e pós-fiscalização. Essa ferramenta permite a fiscalização de quase todas as unidades com precisão e riqueza de detalhes, em contraste com a abordagem anterior.

6. **Protesto de Débitos Judiciais:** A integração entre os Sistemas de Arrecadação Judicial, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a Central de Protesto do Pará (CENPROT-PA) representa um avanço significativo na gestão de débitos judiciais. Este projeto, em colaboração com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Pará (IEPTB-PA), visa a viabilizar o envio e gestão automatizados de débitos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para protesto, promovendo uma série de benefícios que fortalecem tanto a arrecadação quanto a eficiência

administrativa. Pode-se destacar:

- **Automatização do Processo:** envia os débitos para protesto eliminando a necessidade de intervenções manuais, reduzindo o tempo e os recursos necessários para essa tarefa. Isso não apenas acelera o processo de protesto, mas também minimiza erros que poderiam ocorrer durante a inserção manual de dados;
- **Agilidade na Cobrança:** Com a integração dos sistemas, os débitos podem ser protestados de maneira mais rápida e eficiente, permitindo que o TJPA atue de forma mais eficaz na cobrança de dívidas;
- **Melhoria na Transparência:** O sistema integrado permite um acompanhamento mais claro e transparente dos débitos que foram enviados a protesto. Tanto os(as) servidores(as) quanto os(as) devedores(as) podem acessar informações atualizadas sobre suas obrigações, o que contribui para um ambiente de maior confiança na administração pública;
- **Facilidade de Acesso à Informação:** A integração com o PJe e a CENPROT-PA proporciona um acesso facilitado às informações sobre os débitos protestados. Isso beneficia os cidadãos e as empresas, que podem acompanhar a situação de suas dívidas de forma simples e direta;
- **Aprimoramento da Fiscalização:** A automatização e a centralização das informações permitem uma fiscalização mais rigorosa e eficaz dos débitos;
- **Integração de Dados para Análises mais Precisas:** Com dados coletados de forma automatizada, é possível realizar análises mais detalhadas sobre a inadimplência e o comportamento dos devedores. Isso pode informar decisões estratégicas e políticas públicas voltadas à melhoria da arrecadação;
- **Fomento à Regularização de Débitos:** Ao facilitar o processo de protesto, o sistema pode estimular os devedores a regularizarem suas pendências. A possibilidade de um protesto pode servir como um incentivo para que os cidadãos busquem soluções para quitar suas dívidas, promovendo uma cultura de responsabilidade fiscal.

7. **Vinculação de Custas Judiciais Iniciais na fase de protocolo do PJe:** Implementação de uma nova funcionalidade ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), que permite a vinculação das custas iniciais já na fase de protocolo. Esta melhoria traz diversas vantagens para os(as) usuários(as). Primeiramente, oferece maior transparência e segurança, pois as custas processuais estarão vinculadas ao processo desde o início, possibilitando uma verificação rápida tanto pelo PJe quanto pelo sistema Custas Web. Além disso, proporciona maior celeridade ao trâmite processual, eliminando a necessidade de intervenção das Secretarias em etapas posteriores ou o encaminhamento para uma Unidade de Arrecadação Judicial para conferência.

8. **Módulo Extrajudicial de Notas de Atos:** Implementação do cadastro, controle e utilização na prestação de contas das notas de atos praticados. Este desenvolvimento permitiu uma melhor utilização, visualização e gerenciamento das notas extrajudiciais.

9. **Módulo Extrajudicial de Retificação e Cancelamento:** Em conformidade com o Provimento nº 13/2023-CGJ, que regulamenta a retificação e o cancelamento de dados dos selos de segurança e fiscalização digitais nas serventias do Estado do Pará, foi possibilitado que os cartorários realizem, de maneira automatizada, esses procedimentos, tornando o fluxo de trabalho muito mais célere e eficaz.

10. **Atualização Semiautomática de Boletos de Arrecadação Extrajudicial:** Evitando o cálculo manual ou anotações pela contabilidade, traz vantagens, como descrito a seguir:

- **Redução de Erros:** A eliminação de cálculos manuais diminui significativamente a probabilidade de erros;
- **Agilidade no Processo:** A automatização do processo de atualização acelera a geração dos boletos;
- **Eficiência Operacional:** Com menos trabalho manual para a contabilidade, os profissionais podem se concentrar em tarefas mais estratégicas;
- **Menor Custo Operacional:** A redução do tempo gasto em atividades manuais e a diminuição da necessidade de retrabalho resultam em economia significativa nos custos operacionais do Tribunal;
- **Melhoria na Experiência do Usuário:** Para os cidadãos, a simplicidade e a rapidez na atualização dos boletos tornam o processo mais amigável, incentivando o cumprimento das obrigações financeiras.

11. **Desativação Global de Cartório Extrajudicial:** A desativação de um cartório, seguida pela transferência de seus selos e prestações de contas para outro cartório, representa um passo significativo na reestruturação da rede extrajudicial

do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Essa ação propicia:

- **Melhoria da Qualidade dos Dados:** Um dos principais objetivos da reestruturação é a eliminação de serventias com inconsistências de dados. A desativação de cartórios problemáticos e a integração de suas funções em unidades mais eficientes possibilitam a padronização e a correção das informações. Isso resulta em registros mais precisos e confiáveis, fundamentais para a tomada de decisões e para a transparência do sistema.
- **Aprimoramento da Governança:** Esse processo de reestruturação oferece uma oportunidade para melhorar a governança do sistema extrajudicial. Com um maior controle, o TJPA pode implementar melhores práticas de gestão, promovendo a accountability e aumentando a confiança da população no sistema judicial.
- **Impacto Positivo na Imagem Institucional:** Por fim, a reestruturação pode melhorar a imagem do TJPA perante a sociedade. A eficiência e a transparência adquiridas a partir dessa reorganização reforçam a confiança do público nas instituições, promovendo uma percepção de um sistema judiciário que se adapta às necessidades contemporâneas.

12. Cadastro de Tabelas, Títulos e Atos Extrajudiciais: O cadastro foi modernizado para cobrir todos os tipos de atos das tabelas, bem como reaproveitar cadastros existentes otimizando as consultas e o tempo de trabalho dos(as) servidores(as) responsáveis por mantê-lo. O reaproveitamento permite uma continuidade nas operações, uma vez que os(as) servidores(as) podem acessar rapidamente informações já registradas, facilitando o trabalho diário.

13. Prestação de Contas de Serventias Extrajudiciais Vagas: Aperfeiçoamento contemplando as seguintes ferramentas:

a. Atualização do SIAE para prestação de contas de serventias vagas com ajustes solicitados pela Divisão de Arrecadação Extrajudicial quanto ao controle de valores pagos anteriormente à retificação de prestação de contas;

b. Desenvolvimento de um módulo de exceção de prestação de contas para suportar as decisões proferidas pela Corregedoria que autorizem, em caráter excepcional e específico (por selo), o recebimento de prestação de contas de atos em discordância com os critérios originais. Por exemplo, atos com data de registro inferior à data da compra do selo. Este módulo é bem auditado e exige dados da decisão da Corregedoria para ser habilitado;

c. Implementação de prestação de contas postecipados com notas de tabelas diferentes;

d. Ajuste da prestação de contas de receitas e despesas quanto ao formato do relatório e ao local de verificação de comprovantes pelo lote vinculado.

14. Cancelamento de Termo de Parcelamento de Dívidas Extrajudiciais: Habilita a dívida original a ser cobrada novamente quando não há o cumprimento das obrigações acordadas, oferecendo diversos benefícios, tanto para a gestão financeira do órgão arrecadador quanto para a manutenção da responsabilidade dos devedores, dos quais podemos descrever:

- **Recuperação de Receitas:** O cancelamento permite que a dívida original volte a ser cobrada, o que é

ÉRIKA MIRANDA

Equipes das Coordenadorias de Atendimento ao Usuário, Aplicações e Suporte Técnico da Secretaria de Informática

crucial para a recuperação de receitas que, de outra forma, poderiam ser perdidas. Isso ajuda a manter a saúde financeira da instituição, garantindo que os recursos necessários para a operação sejam efetivamente arrecadados;

- **Incentivo ao Cumprimento das Obrigações:** Ao saber que o não cumprimento das obrigações acordadas pode resultar no cancelamento do parcelamento e na reativação da dívida original, os devedores são incentivados a cumprir com os pagamentos. Essa responsabilidade adicional pode melhorar a taxa de adimplência;
- **Facilidade na Gestão de Dívidas:** Essa funcionalidade simplifica o processo de gestão das dívidas, permitindo que a administração tenha maior controle sobre as obrigações financeiras dos devedores. Isso proporciona uma visão clara sobre quais dívidas estão sendo parceladas e quais estão em situação irregular;
- **Agilidade na Resolução de Pendências:** O cancelamento automático do parcelamento em caso de inadimplência agiliza a resolução de pendências. Em vez de processos longos e complexos para reativar dívidas, a funcionalidade permite que as dívidas sejam rapidamente reintegradas ao sistema de cobrança, facilitando a gestão do ciclo de arrecadação;
- **Melhoria na Transparência:** O sistema pode oferecer um histórico claro das obrigações e dos cancelamentos, promovendo a transparência nas operações de arrecadação. Isso é importante para a confiança da sociedade nas instituições, mostrando que há um controle rigoroso sobre as dívidas e os parcelamentos;
- **Apoio à Tomada de Decisão:** Os dados coletados a partir dessa funcionalidade podem ser utilizados para análises e relatórios, ajudando os gestores a entenderem melhor os padrões de inadimplência.

Isso pode informar políticas futuras e estratégias de cobrança mais eficazes.

- **Integração com Outros Processos:** O cancelamento de termos de parcelamento pode ser integrado a outros processos do sistema de arrecadação, como a atualização de registros de devedores e a geração de relatórios de cobrança. Isso aumenta a eficiência operacional e facilita a gestão do ciclo de vida das dívidas.
- **Responsabilidade Social:** Essa funcionalidade também pode ter um aspecto social positivo, pois incentiva os devedores a regularizarem suas situações financeiras, contribuindo para a Justiça fiscal e o bem-estar coletivo.

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. Expansão e Modernização do Parque Computacional

- **Distribuição de Monitores:** Em 2024, foram distribuídos 700 monitores, sendo 950 substituições e 250 adições. A previsão é que, até o final da gestão, mais 1.700 monitores sejam substituídos ou adicionados ao parque tecnológico.
- **Computadores de Alto Desempenho:** Foram alocados em áreas administrativas estratégicas, como engenharia, estatística e desenvolvimento de sistemas judiciais, resultando em ganhos significativos de eficiência. A idade média desses equipamentos é de aproximadamente 2 anos, com cerca de 80 unidades, das quais 50 foram adquiridas em 2023 e 2024.
- **Estações de Trabalho:** Foram incluídas mais de 700 estações de trabalho, incluindo notebooks e mini PCs, o que contribuiu para a melhoria da infraestrutura tecnológica e proporcionou maior mobilidade aos usuários. Atualmente, o TJPA gerencia aproximadamente 7.500 notebooks em seu parque computacional distribuídos nas Comarcas de Belém e do Interior. Com essa atualização, o parque de estações de trabalho teve uma redução em sua idade média, passando a ficar com 3,5 anos.

2. Nova Arquitetura de Ativos de Rede de Datacenter

- **Arquitetura ativo-ativo:** Implementação de uma arquitetura de datacenter ativo-ativo, permitindo melhor distribuição dos equipamentos/sistemas entre o Datacenter da Augustro Montenegro e o Container da Sede. Em caso de problema em um datacenter, podemos mover os sistemas para o outro, reduzindo interrupções e incrementando a disponibilidade dos serviços prestados.
- **Novos Equipamentos:** Instalação de 37 servidores HPE, 1 storage Huawei e 2 robôs de backup IBM. Esses novos equipamentos aumentaram a capacidade de processamento e armazenamento de dados, garantindo maior resiliência e disponibilidade dos sistemas do Judiciário.
- **Novos ativos de rede de datacenter:** Implantação de 22 switches de datacenter da arquitetura Spine-and-Leaf, que oferece menor latência, maior largura de banda e escalabilidade. Essa arquitetura oferece redundância, resiliência e suporte a novas tecnologias, sendo ideal para datacenters de alta performance. O Contrato 008/2023 prevê suporte e garantias aos equipamentos por 5 anos. A estrutura mais plana da arquitetura Spine-and-Leaf reduz o número de saltos que os dados precisam percorrer, resultando em menor tempo de resposta e maior desempenho.
- **Reformas Estruturais:** Pintura e documentação das conexões entre os ativos de rede e os ativos do datacenter, visando à melhor organização e resolução de incidentes. As reformas nos datacenters da Augusto Montenegro e do Prédio-Sede (Container) têm como objetivo preservar o investimento realizado e garantir a proteção dos ativos do datacenter.

3. Incrementos na comunicação de dados

- **Aumento da banda de Internet:** Substituição dos circuitos de 1 Gbps por novos de 2 Gbps, dobrando a capacidade de banda e melhorando a estabilidade e eficiência da rede. Essa atualização é essencial para suportar o crescente volume de tráfego e as demandas tecnológicas do Tribunal, garantindo uma rede mais estável e resiliente.
- **Uso de provedores locais:** Em diversas localidades do interior do Estado, o acesso à Internet é atendido de forma mais eficiente por empresas locais. Desta maneira, o Tribunal contratou provedores locais que fornecem conexão via fibra óptica para 69 localidades. Conexões via fibra óptica apresentam vantagens em relação às tecnologias concorrentes como rede sem fio e satélite pois possuem maior capacidade de transmissão, menor degradação de sinal e imunidade à interferência eletromagnética.
- **Implantação de satélites de baixa órbita:** Implantação de 100 antenas Starlink para garantir conectividade em todo o Estado. Essa solução melhora a comunicação interna e facilita o acesso a serviços essenciais.
- **Balanceamento automático dos links das unidades:** Essa tecnologia só foi efetivamente implementada após a contratação de provedores locais e circuitos satelitais para todas as Comarcas do Pará. A medida permite a utilização eficiente de múltiplos links, realizando o balanceamento de carga, aplicando pesos e desativando automaticamente um link problemático e reativando-o assim que o serviço é restabelecido.

4. Implantação de Arquitetura Hiperconvergente (HCI - Hyper-Converged Infrastructure)

- **Solução Nutanix:** Implementação de uma solução com replicação de dados entre os datacenters. A arquitetura hiperconvergente integra recursos de processamento, armazenamento e rede em uma única plataforma, simplificando a gestão e maximizando a eficiência dos recursos disponíveis. A replicação entre os datacenters garante alta disponibilidade e resiliência para as aplicações, possibilitando que elas sejam executadas no Datacenter A (Augusto Montenegro) ou no Datacenter B (Prédio-Sede). Isso permite continuidade de serviços em caso de falhas em um dos locais e facilita a distribuição de carga entre os datacenters, otimizando o desempenho e a confiabilidade do ambiente de TIC.
- **Foi realizada a Migração do PJE 2G para a infraestrutura Hiperconvergente:** A migração do PJe-1G também está prevista, ampliando os benefícios (eficiência, segurança, alta disponibilidade) para todas as camadas dos processos judiciais.

5. Contratação de Serviços de Computação em Nuvem

- **Flexibilidade e Escalabilidade:** Contratação de serviços de nuvem para complementar a infraestrutura atual, funcionando como um terceiro datacenter. A computação em nuvem oferecerá flexibilidade financeira significativa, pois o Tribunal pagará apenas pelos recursos efetivamente utilizados.

6. Aquisição de Aparelhos Telefônicos IP

- **Telefonia Integrada ao Teams:** Aquisição de 1.016 aparelhos telefônicos para suprir a demanda de novos ramais, permitindo uma experiência mais próxima das antigas linhas telefônicas. Esta aquisição contemplará 3 tipos diferentes de aparelhos, que serão disponibilizados para a alta gestão, magistrados(as) e demais colaboradores(as) que não utilizam o Teams.

7. Modernização da estrutura tecnológica para suporte e processamento dos dados de arrecadação

Todos os servidores de aplicação foram atualizados para utilizarem Windows Server e Red Hat Enterprise Linux mais recentes. Os projetos também foram adequados para utilização nas IDEs correntes. Tais medidas são basilares, em virtude da importância estratégica dos sistemas envolvidos.

8. Nova Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação (PSI), estabelecida pela Portaria nº 4592/2024, é mais abrangente e atualizada para as novas tecnologias, além de incorporar medidas contra as mais recentes ameaças virtuais.

Com a 9ª colocação, TJPA tem nível de maturidade de excelência

9. Migração do serviço de e-mail para a nuvem (Outlook)

Foi realizada a migração do serviço de e-mail do Exchange hospedado no Datacenter para a nuvem, utilizando a plataforma Outlook integrada ao Microsoft Azure. Essa transição trouxe benefícios como aumento da segurança e liberação de recursos tecnológicos anteriormente utilizados internamente.

10. Contratação de um serviço de SOC (Security Operations Center)

Contratação de um Security Operations Center (SOC), um centro avançado de operações de segurança cibernética que atua 24 horas por 7 dias para proteger a integridade dos sistemas e dados do Tribunal. O SOC, operado por uma equipe especializada e apoiado por tecnologias de ponta, oferece monitoramento contínuo, análise de incidentes e respostas imediatas a ameaças, assegurando que o TJPA esteja preparado para enfrentar os desafios de segurança no ambiente digital.

11. Aumento dos controles de segurança cibernética

A Secretaria de Informática adotou uma série de medidas que elevaram o nível de segurança, com o objetivo de alcançar a excelência na gestão da informação.

Entre as principais ações implementadas, destacam-se:

- Troca obrigatória de senha de rede a cada 60 dias, aumentando a resistência contra tentativas de invasão por hackers;
- Aprimoramento dos sistemas de identificação e bloqueio de sites e e-mails fraudulentos, visando a minimizar o risco de ataques de sites maliciosos e aplicativos nocivos;
- Implementação do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) para acesso à VPN e ao PJe, adicionando uma camada extra de proteção aos acessos remotos. Essa

medida está sendo estendida a outros sistemas, conforme determinado na Portaria 140/2024 do CNJ;

- Bloqueio das portas USB dos computadores e notebooks, evitando o uso de dispositivos de armazenamento externo (pendrive), que costumam ser vetores de contaminação por malware e vazamento de informações;
- Instalação de programa antivírus em todos os equipamentos (incluindo servidores);
- Limitação das permissões dos usuários, evitando instalação de programas não homologados, que podem introduzir vulnerabilidades no ambiente;
- Gestão remota dos equipamentos via Microsoft Intune, permitindo maior rapidez no atendimento, inclusive quando o servidor está em trabalho remoto;
- Implantação do Deep Discovery Inspector (DDI), equipamento que analisa toda a comunicação interna do TJ, procurando possíveis ameaças em tempo real, e categorizando os achados, para que a equipe técnica possa focar nos incidentes mais críticos.

Algumas dessas iniciativas foram aprovadas no âmbito do Comitê de Governança de Segurança da Informação, evidenciando o comprometimento da atual gestão com a segurança digital. Além disso, foi promovido o webinário "Diálogo sobre Senhas Fortes" e disponibilizado o curso autoinstrucional "Básico de Segurança Cibernética", ambos pela Escola Judicial.

12. Instalação de rede sem fio (Wi-Fi) em todas as unidades

Todas as unidades do Tribunal passaram a contar com duas redes sem fio distintas: uma dedicada às atividades internas do TJ ("Corporativo") e outra destinada ao público externo ("Visitantes").

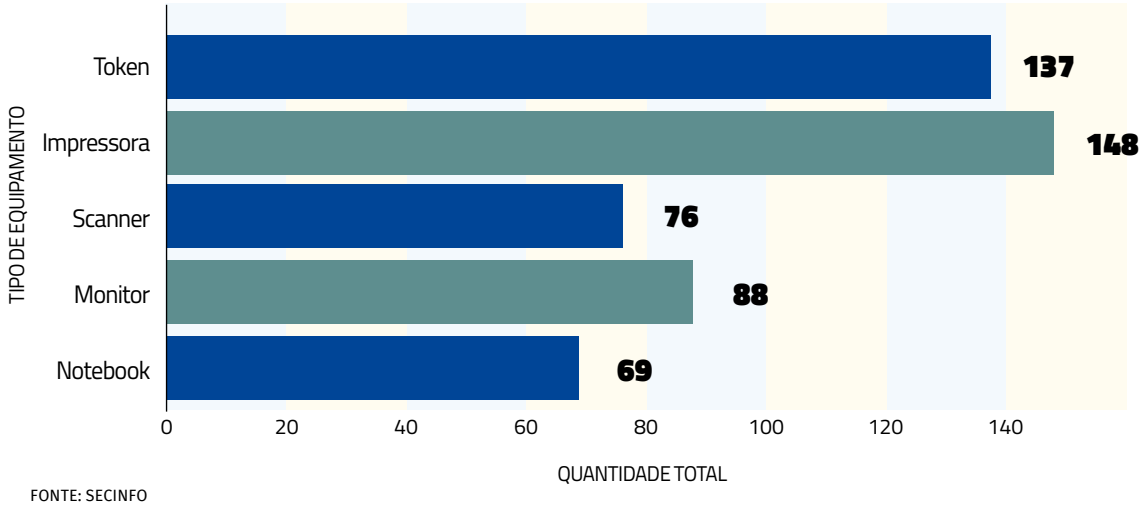
A separação em duas redes distintas garante a segurança dos dados institucionais que ficam protegidos de qualquer tentativa de acesso indevido proveniente da rede destinada para visitantes.

13. Projeto REINICIAR

O Projeto Reiniciar objetiva a modernização da infraestrutura de TI das Comarcas do interior do Estado. As ações incluem avaliação e atualização de recursos tecnológicos, manutenções preventivas e padronização dos ambientes de trabalho, garantindo maior segurança e eficiência. O suporte técnico local é otimizado, reduzindo o tempo de espera para resolução de problemas. O projeto também moderniza a infraestrutura de redes, com a instalação de novos pontos lógicos e Wi-Fi, e nivela o conhecimento dos usuários sobre sistemas institucionais. A distribuição de notebooks, monitores, scanners e impressoras impacta diretamente nas atividades das Comarcas, enquanto a atualização de 3.566 máquinas para Windows 11 assegura maior segurança e desempenho.

As salas de audiências receberam sistemas modernos de videoconferência e televisores, aprimorando áudio e vídeo. A interação com servidores(as) permitiu a identificação de necessidades específicas, promovendo melhorias contínuas e fortalecendo a qualidade dos serviços de TI.

Quantitativo de equipamentos distribuídos



FONTE: SECINFO

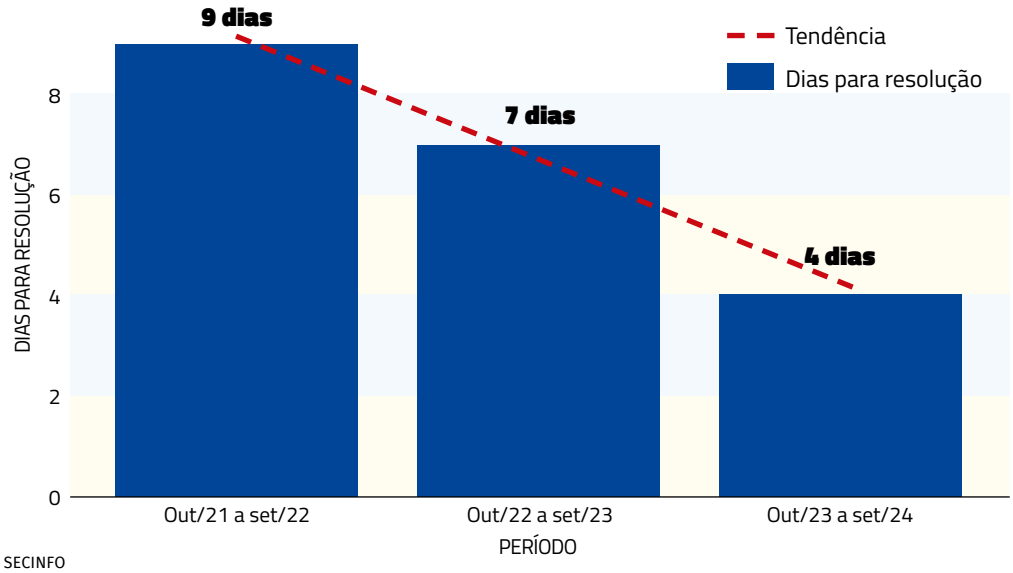
14. Expansão do Suporte Técnico

Com um novo contrato de serviços, a equipe de suporte foi ampliada em 40%, reforçando as operações tanto presencial quanto remotamente. Foram implementados níveis de atendimento (1° ao 3°) e capacitação contínua para os colaboradores terceirizados, garantindo alto nível técnico. No interior, polos judiciais agora contam com mais técnicos disponíveis, enquanto na capital, a central de serviços está instalada em Belém, promovendo eficiência operacional.

15. Aumento de Desempenho das Equipes de Suporte Técnico

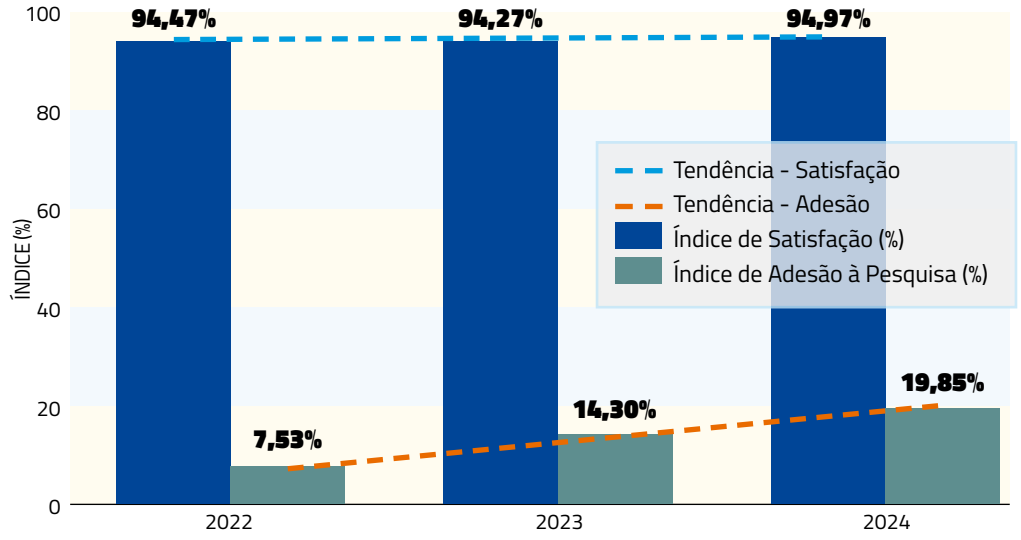
O índice de resolutividade dos chamados técnicos aumentou devido à otimização e à automação dos processos de atendimento, reduzindo o tempo médio de resolução de 9 dias no período de 2021-2022 para 4 dias em 2023-2024. A satisfação dos usuários também cresceu, impulsionada por feedbacks coletados em pesquisas.

Tempo médio de resolução dos chamados técnicos



FONTE: SECINFO

Índice de satisfação do suporte de TIC



FONTE: SECINFO

16. Novo contrato de serviços técnicos especializados

A nova contratação de fornecimento de serviços técnicos especializados (Contrato nº 010/2024) trouxe flexibilidade na aquisição de mão-de-obra técnica. Por meio desse contrato, foi possível manter uma equipe monitorando a infraestrutura e os sistemas durante 24 horas por dia; outra equipe realizou atendimentos relacionados a cabeamento (incluindo técnicos residentes em Santarém e Marabá); e uma terceira equipe atuou em atividades de infraestrutura. Ter essa mão-de-obra disponível para atividades técnicas permite que os analistas do TJ possam focar em projetos estratégicos, agregando valor aos serviços de TIC.

17. Expansão dos Canais de Atendimento

A Secretaria de Informática lançou o Chatbot do TJPA, acessível tanto pelo WhatsApp (para o público externo e interno) quanto pela plataforma Teams (exclusivamente para o público interno). Esse Chatbot é um software de robô conversacional que registra todas as mensagens enviadas pelos usuários, além de manter um histórico de atendimentos. Esses dados são armazenados e processados pelo sistema, permitindo que as respostas sejam adaptadas com base nos assuntos identificados em interações anteriores.

- **Benefícios Operacionais:** O Chatbot aprimora o atendimento, reduz o tempo de espera e oferece um canal de comunicação ininterrupto com informações mais simples e amigáveis. Ele também gera economia de recursos financeiros, possibilita a automação de processos, otimiza a resolução de dúvidas e facilita o acesso às informações, contribuindo para um aumento na satisfação do usuário.
- **Áreas de Atendimento:** Os atendimentos realizados pelo Chatbot estão relacionados à área de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo a abertura de chamados técnicos de informática, acesso a sistemas e outras demandas.

Atualmente o Chatbot conta com duas iniciativas, sendo a primeira relacionada ao atendimento de chamados técnicos, que são direcionados à Secretaria de Informática, e a segunda relacionada à Assistente Virtual Juciara, que é direcionado à Carta de Serviços disponibilizada ao público externo, como Consulta Unificada de Processos e Consulta à Audiências, dentre outros serviços.

18. Telefonia Integrada ao Teams

Foi realizada a implantação da telefonia integrada ao Teams, substituindo a telefonia fixa tradicional no âmbito do TJPA. Essa integração disponibiliza aos usuários que utilizam o Teams facilidades como caixa postal, conferência por voz e vídeo, transferência por nome, gravação e transcrição.

- **Mobilidade e Flexibilidade:** Os ramais podem ser utilizados em smartphones com o Teams, permitindo maior mobilidade e flexibilidade na comunicação. Até o momento, foram implantados 1.772 ramais (de um total de 2.000 disponíveis).
- **Capacitação:** Todas as unidades judiciais participaram de capacitação pelo de webinários, visando apresentar as principais funcionalidades do novo serviço de telefonia do TJPA.

19. Instrumentos de Monitoramento na Governança de TI

Para garantir que planos, projetos e objetivos sejam alcançados de forma eficaz, foram implementados instrumentos de monitoramento tais como dashboards, indicadores de desempenho, relatórios de progresso e revisões periódicas.

Esses instrumentos proporcionam visibilidade sobre o desempenho das operações, bem como a identificação precoce de riscos e problemas, permitindo que as lideranças tomem decisões informadas e ajustem estratégias conforme necessário.

20. Aperfeiçoamento da gestão da qualidade das aplicações

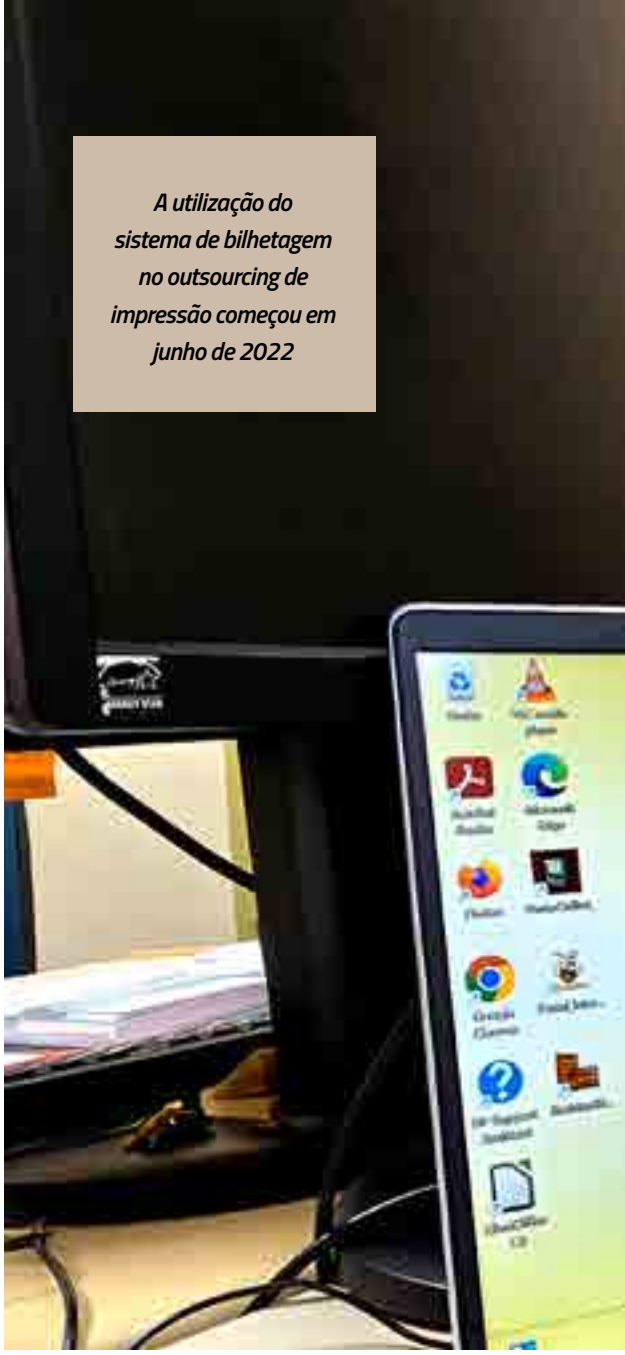
Foi definida uma nova versão do Processo de Desenvolvimento e Sustentação de Software, com o objetivo de facilitar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa atualização visa não apenas atender às exigências regulatórias, mas também proporcionar benefícios significativos tanto para o público interno do Tribunal quanto para o público externo.

Além disso, foram realizadas diversas ações de capacitação para servidoras e servidores da Coordenadoria de Aplicações, focadas nas boas práticas de testes unitários automatizados utilizando JUnit e XUnit, bem como testes funcionais com o uso do Selenium. Essas capacitações garantem que a equipe esteja preparada para desenvolver e manter aplicações de alta qualidade.

Outra iniciativa promoveu o uso de ferramentas como SonarQube e OpenShift, fundamentais para aprimorar a qualidade do código e a eficiência dos processos de desenvolvimento. O SonarQube permite a análise contínua da qualidade do código, identificando e corrigindo problemas de forma proativa. Já o OpenShift facilita a gestão de aplicações em contêineres, proporcionando maior flexibilidade e escalabilidade.

De forma complementar, também está sendo realizado um trabalho com a versão mais atual do GitLab para ampliação de esteiras de CI/CD (integração e entrega contínuas), tendo em vista a padronização e agilidade das operações.

Vale ressaltar que, dada a necessidade de gerenciamento do conhecimento, mais uma atividade prevê a implantação de uma plataforma chamada BookStack, a qual promoverá a centralização e a facilidade de obtenção de informações essenciais sobre a documentação dos sistemas, procedimentos e normativos.



A utilização do sistema de bilhetagem no outsourcing de impressão começou em junho de 2022

21. Atualização de Versão dos Bancos de Dados do PJe e DW

Em 2023, foi realizada a atualização dos bancos de dados PostgreSQL da versão 11 para a versão 15, garantindo melhor estabilidade e desempenho. Também foi atualizada a versão do banco de dados do DW de Oracle RAC 12c para Oracle RAC 19c, mantendo conformidade com o contrato de suporte atual e proporcionando acesso a atualizações, correções e suporte técnico.

22. Aperfeiçoamento da disponibilidade e qualidade dos dados do Codex

O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) em parceria com o CNJ que consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados.

Ele funciona como um data lake de informações processuais, que pode ser consumido pelas mais diversas aplicações: a produção de painéis e relatórios de inteligência de negócios (business intelligence); a implementação de pesquisas inteligentes e unificadas; a alimentação automatizada de dados estatísticos; e até mesmo o fornecimento de dados para a criação de modelos de Inteligência Artificial.

Nesse sentido, o TJPA conseguiu reduzir o tempo de latência, entre o cadastro de um processo ou documento localmente e o cadastro no ambiente nacional, aumentar o tempo de disponibilidade dos envios ao CNJ, assim como reduzir a quantidade de divergências com o que foi cadastrado no Datajud.

ÉRIKA MIRANDA

Expansão do Serviço de Outsourcing de Impressão

- **Fase 1:** A utilização do sistema de bilhetagem no outsourcing de impressão começou em junho de 2022, abrangendo o Prédio-Sede, o Fórum Criminal e o Fórum Cível, com um total de 390 impressoras implantadas. Esse sistema oferece vantagens em termos de controle, gestão e otimização dos recursos de impressão.
- **Fase 2:** Em março de 2024, foi realizada nova contratação do serviço para atender todas as unidades judiciárias do TJPA na Região Metropolitana de Belém, totalizando 487 impressoras instaladas em 58 locais. A expansão foi motivada pelo sucesso da primeira fase e visa melhorar a eficiência dos serviços de impressão.
- **Fase 3:** Está prevista a publicação de um edital para expandir o serviço para todas as 113 Comarcas do interior do Estado, com a instalação de 1.260 impressoras até abril de 2025. Esse modelo visa maior eficiência e redução de custos nos serviços jurisdicionais. A expectativa é que todo o parque de impressoras do TJPA opere sob o modelo de outsourcing, proporcionando uma economia anual estimada de R$ 995.750,00 apenas com papel.

ÉRIKA MIRANDA

Equipe da Coordenadoria de Suporte Técnico da Secretaria de Informática

ÉRIKA MIRANDA

Equipe da Coordenadoria de Aplicações da Secretaria de Informática

ÉRIKA MIRANDA

Equipe da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Informática

UCHÔA SILVA

Gabinete e assessoria da Secretaria de Informática do biênio

Laboratório ganha polos em Marabá, Santarém e Altamira, descentralizando a inovação no Estado

ÉRIKA MIRANDA

RICARDO LIMA

PAI D'ÉGUA

Laboratório mobiliza transformação pela inovação

Com 21 projetos e mais de 250 servidores(as) capacitados(as), Lab Pai D'égua estimula criatividade para solução de situações diárias

O Laboratório Pai D'égua consolidou, nos últimos dois anos, a sua posição como motor de transformação no Tribunal de Justiça do Pará. Entre 2023 e 2025, foram 21 projetos inovadores, 22 oficinas e um compromisso inabalável com a modernização dos serviços e a acessibilidade.

Painel de Litígios Climáticos surgiu a partir da Oficina de Inovação TJPA para a COP 30

Projetos por meio da criatividade fazem a diferença

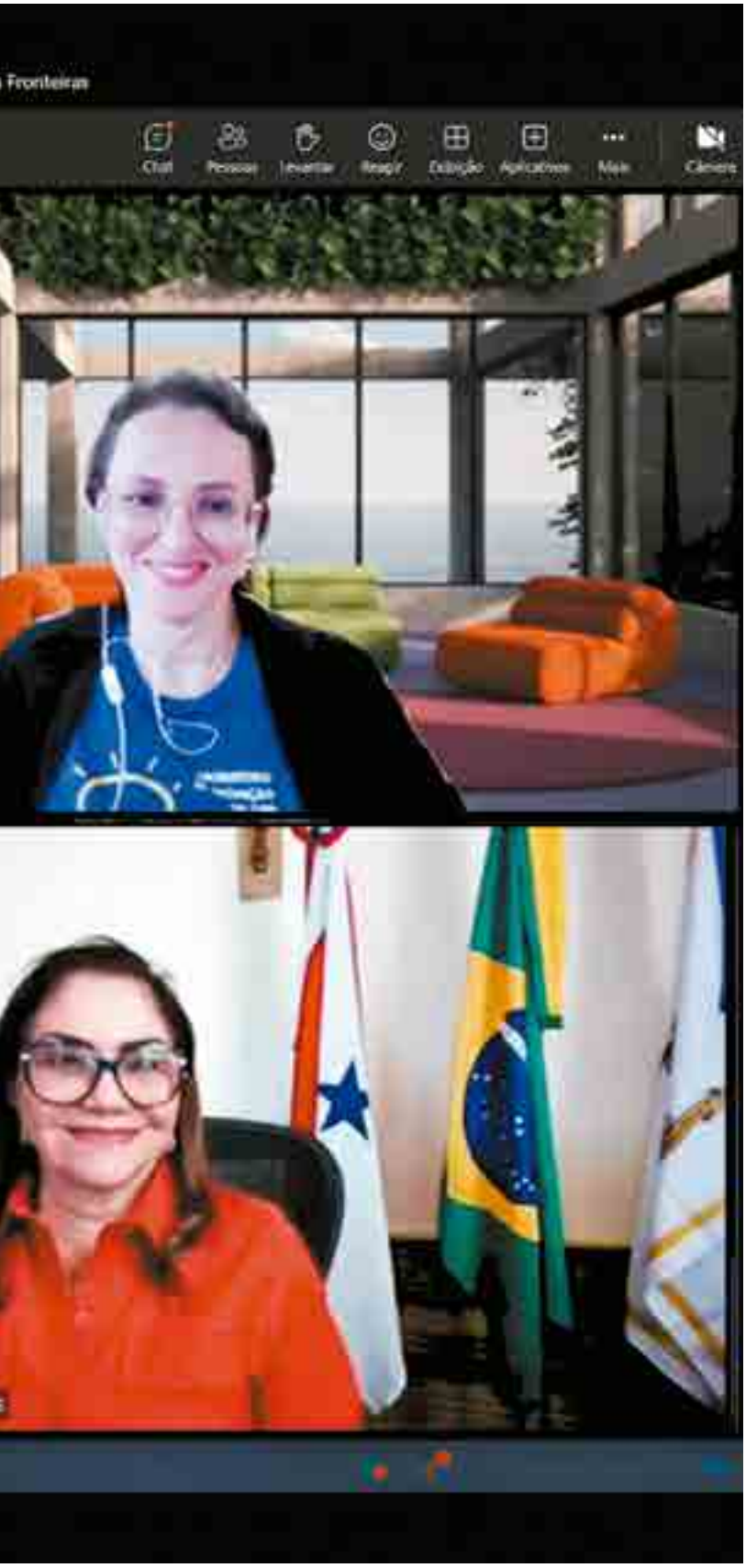
Entre as iniciativas desenvolvidas pelo laboratório, destacam-se o Circuito Judiciário Sustentável, que leva práticas de gestão de resíduos do TJPA para outros Tribunais, e o Banco de Prompts, uma plataforma web que otimiza o uso de inteligência artificial para aumentar a eficiência organizacional, no qual os próprios usuários podem cadastrar, buscar e avaliar prompts.

Também merecem menção os projetos "Visual Law nos Mandados do PJPA" e "Zé Preca", que aprimoram a comunicação do Judiciário com a sociedade. O primeiro criou uma identidade visual nos documentos expedidos pelo TJPA, tornando-os mais simples e atraentes, facilitando a compreensão dos jurisdicionados e a integração com o sistema PJe. Já o "Zé Preca" é um assistente virtual, criado em parceria com a Coordenadoria de Precatórios e o Departamento de Comunicação, que, por meio de linguagem regional, orienta e tira dúvidas do usuário em um chabot. A parceria com a Coordenadoria de Precatórios também resultou no Painel de Power BI, que informa a lista de ordem cronológica de precatórios requisitórios.

Outro destaque é o Projeto Fala Marajó!, que surgiu em uma oficina no Fórum de Portel. O podcast, em parceria com o Departamento de Comunicação, leva informações sobre direitos de meninas e mulheres à

A JUÍZA BÁRBARA *Souza Nunes, da Vara Única de Santa Cruz do Arari; a Desa. Maria de Nazaré e o juízes auxiliares da presidência, durante inauguração do PID da Comarca do Marajó*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



DIVULGAÇÃO / PRINT DE TELA

população do Arquipelágo de Marajó, além de orientar sobre canais de denúncia contra violências.

O Lab + Pai D'égua foi finalista do Prêmio de Inovação J.Ex. O projeto inaugurou extensões do laboratório em Marabá, Santarém e Altamira, permitindo que Comarcas do Interior desenvolvam suas próprias soluções de forma descentralizada, conferindo autonomia e disseminando a inovação.

O laboratório também instalou 45 Pontos de Inclusão Digital (PIDs), no biênio, do projeto Justiça Sem Fronteiras, que facilitam o acesso da população aos serviços judiciais em regiões distantes.

Painel de Litígios Climáticos, surgido a partir da Oficina de Inovação TJPA na COP 30; projeto Conecta PIDs (Sistema de controle de produtividade nos PIDs); E-JuriTJEPA: Sorteador Oficial do PJPA; Café com Inovação; Oráculo Transportes 2.0; PRECALC: Sistema de Cálculos de Precatórios integrado no PJE; Automação do PJE (Identificação de processos nos termos da Res. 524.2024), Prêmio de Inovação Pai D'égua; HUB de Inovação "Pará Inova Jus" são mais alguns dos projetos em gestação no laboratório.

Oficinas e capacitações

Em 2024, mais de 250 magistrados(as) e servidores(as) participaram de 22 oficinas que abordaram desde o uso de inteligência artificial até a formação de laboratoristas em Comarcas estratégicas. A oficina Toró de Prompts e a iniciativa Intimação Ágil – Bookings exemplificam o foco em soluções práticas e impacto imediato.

Reconhecimentos e prêmios

Os projetos do Laboratório Pai D'égua contribuíram para a conquista do Selo Linguagem Simples, concedido pelo CNJ. Projetos como o Visual Law nos Mandados do TJPA, que simplifica a comunicação jurídica, é um exemplo. O laboratório também cumpriu a Meta 9 do CNJ (integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário), sendo um dos critérios para a obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade.

Com uma atuação pautada na inovação, sustentabilidade e inclusão, o Laboratório Pai D'égua segue transformando a forma como a Justiça é entregue à sociedade no Pará.

DIVULGAÇÃO / PRINT DE TELA

***O MUNICÍPIO** de Trairão no sudoeste do Pará, recebeu o 3º Ponto de Inclusão Digital aberto pelo Judiciário em localidades remotas*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

ÉRIKA MIRANDA

DIVULGAÇÃO

***CASTELO** dos Sonhos, distrito de Altamira, recebeu o 4º PID instalado pelo TJPA, que fica a 154 quilômetros da Comarca de Novo Progresso, à qual está vinculado*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

DIVULGAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***O PID** de Vila Taboca, em São Félix do Xingu, realiza inclusive audiências trabalhistas, por força de convênio celebrado com o TRT da 8ª Região.*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

RICARDO LIMA

***PAU D'ARCO** foi o 6º município a receber o PID, que também opera por meio de convênios com o TRT da 8ª Região e o TRE-PA*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

DIVULGAÇÃO / PRINT DE TELA

***DISTRITO** de Casa de Tábua, em Santa Maria das Barreiras, recebeu o 7º PID instalado pelo Judiciário do Pará em locais de difícil acesso*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

CENTRO

RICARCDO LIMA

FOTOS: UCHÔA SILVA

***O OITAVO** PID do Judiciário paraense foi instalado no município de Cumaru do Norte, a 94 quilômetros da Comarca de Redenção, no sudeste do Pará*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

RICARDO LIMA

***O NONO** PID foi instalado em Bannach, o menor município do Estado, vinculado à Comarca de Rio Maria, a 75 quilômetros da sede*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***DÉCIMO** PID foi instalado em Aveiro, no Baixo Amazonas, ligado à Comarca de Itaituba, a 150 quilômetros de distância da Comarca*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

***A DESA. MARIA** de Nazaré Silva Gouveia dos Santos descerra a placa de inauguração do PID de Mojuí dos Campos, no Oeste do Pará*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

FOTOS: RICARDO LIMA

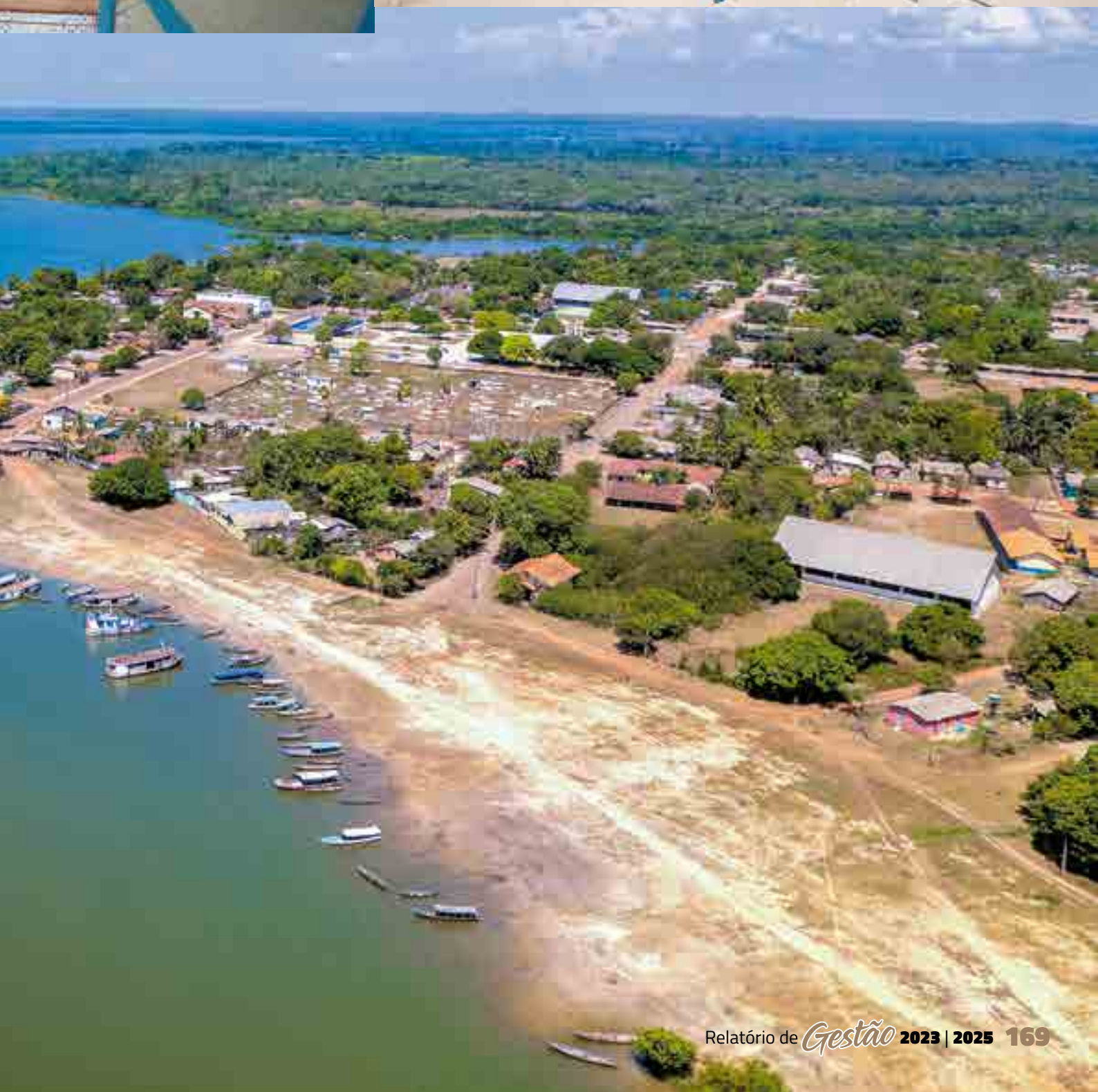
BELTERRA, *também no Oeste do Pará, recebeu o 12º PID instalado pelo Judiciário paraense*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***CURUAI,** distrito de Santarém, recebeu o 13º PID instalado pela presidente do TJPA*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



FOTOS: RICARDO LIMA

***COMUNIDADE** quilombola de Guajará-Miri, no município do Acará, fica mais próxima da Justiça com o 14º PID instalado pelo Judiciário*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

ÉRIKA MIRANDA

O 15º PID foi instalado no território indígena Alto Rio Guamá, na Aldeia Teko Haw, do povo Tembé, em Paragominas

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

Presidente do TJPA, desa. Nazaré Gouveia, fez saudação aos indígenas em tenetehara, idioma da família linguística tupi-guarani, durante a instalação do PID

FOTO: AIRTON NASCIMENTO

ÉRIKA MIRANDA

FOTOS: RICARDO LIMA

***DISTRITO** de Camburão, a 40 quilômetros de Alenquer, no oeste do Estado, recebeu o 16º PID*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***O 17º PONTO** de Inclusão Digital foi entregue à população do distrito de Curuá, na região oeste do Estado*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

A 18ª SALA *do PID foi instalada no distrito de Porto Trombetas, em parceria com a mineradora Rio do Norte*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: DIVULGAÇÃO

*A comunidade quilombola **JAUARI**, em Oriximiná, recebeu o 18º PID em substituição à sala no distrito de Porto Trombetas*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

EM CACHOEIRA

Porteira, distrito do município de Oriximiná, no oeste do Estado, foi instalado o 19º PID, em mais uma área quilombola

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

EU
DRUMMOND

ÉRIKA MIRANDA

FOTOS: RICARDO LIMA

BREJO GRANDE *do Araguaia, na Comarca de São João do Araguaia, sudeste do Estado, recebeu o 20º PID do Judiciário*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

MORENTA

FOTOS: RICARDO LIMA

ÉRIKA MIRANDA

***O MUNICÍPIO** de Bom Jesus do Tocantins, ligado à Comarca de Marabá, recebeu o 21º Ponto de Inclusão Digital*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

O 22º PID do Judiciário foi instalado no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará, na sede da Prefeitura

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

VILA CRUZEIRO, ***no município de Itupiranga, também no sudeste do Pará: população se mobilizou para a inauguração do 23º PID***

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***COMUNIDADE** de Terra Alta, nordeste do Pará, vinculada à Comarca de Curuçá, recebeu o 24º PID do Judiciário paraense*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***PRÓXIMO** à divisa com o Maranhão, o município de Cachoeira do Piriá recebeu o 25º Ponto de Inclusão Digital*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***DISTRITO DO FLEXAL** recebe o 26º Ponto de Inclusão Digital, em Óbidos, oeste do Pará*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

Distante 41 km da sede da Comarca de Santarém, a comunidade ***BOA ESPERANÇA*** *recebeu 27ª sala de Ponto de Inclusão Digital*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

A 28ª sala do Ponto de Inclusão Digital foi instalada no município de ***PALESTINA DO PARÁ***

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

FOTOS: UCHÔA SILVA

*O município de **PIÇARRA**, no sudeste do Pará, recebeu o 29º Ponto de Inclusão Digital*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

*O 30º Ponto de Inclusão Digital instalado em **SERRA PELADA**, em Curionópolis, no sudeste do Pará*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

FOTOS: UCHÔA SILVA

*Judiciário instalou 31º Ponto de Inclusão Digital na comunidade de **BOM JESUS**, no rio Jurauçu, em Porto de Moz*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

*A **COMUNIDADE PRIMAVERA**, também em Porto de Moz, recebeu o 32º Ponto de Inclusão Digital*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

Judiciário inaugurou 33º Ponto de Inclusão Digital no município de ***PLACAS***

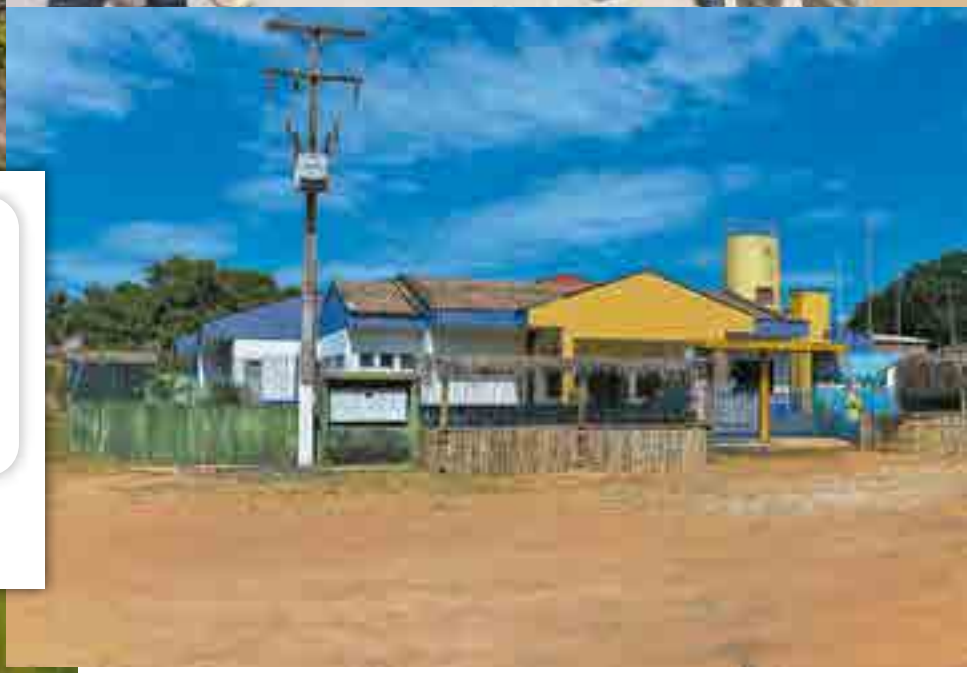
CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

***COMUNIDADE PARAUÁ** de Santarém recebe 34º Ponto de Inclusão Digital, o primeiro a ser instalado em uma reserva extrativista*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA



FOTOS: UCHÔA SILVA

***DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO** recebe 35º PID do Judiciário, cerca de 120 km de Itupiranga*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

Judiciário instalou 36º PID na VILA BELA VISTA, em Dom Eliseu

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

Um dos maiores assentamentos do País recebeu 37º PID do Judiciário, na ***VILA PISTA CIEX****, zona rural de Novo Repartimento*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: UCHÔA SILVA

*Judiciário instalou 38º PID no **DISTRITO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**. Comunidade é considerada uma das mais distantes da sede de Novo Repartimento*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

*A instalação da 39ª sala do PID ocorreu na **VILA DO MACAPÁ DA BARRETA**, distante 15 km da cidade de Vigia*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

*O 40º PID do Estado do Pará foi instalado na **VILA DE PORTO SALVO**, distante aproximadamente 20 km da sede de Vigia, com a presença da presidente do TJPA*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

FOTOS: RICARDO LIMA

***COMUNIDADE SÃO BENTO**, em Portel, no Marajó, recebeu 41º Ponto de Inclusão Digital*

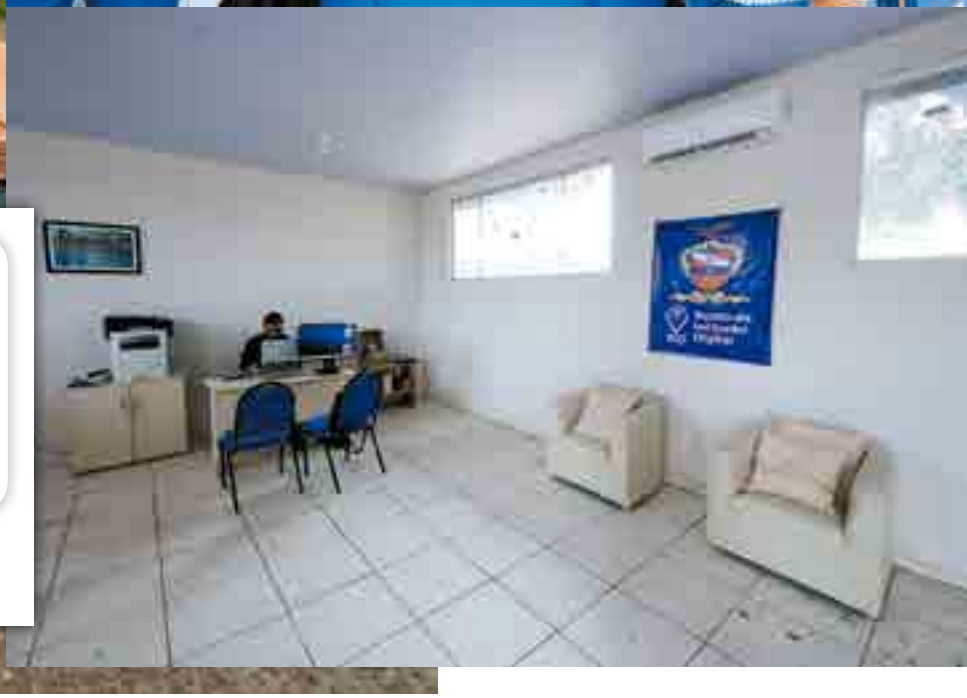
CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

***ÁGUA AZUL DO NORTE** recebeu o 42º Ponto de Inclusão Digital, localizado a aproximadamente 70 km da Comarca de Xinguara*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

FOTOS: RICARDO LIMA



*O 43º PID foi instalado no **DISTRITO DE BELO MONTE**, localizado a cerca de 300 km da Comarca de Novo Repartimento*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

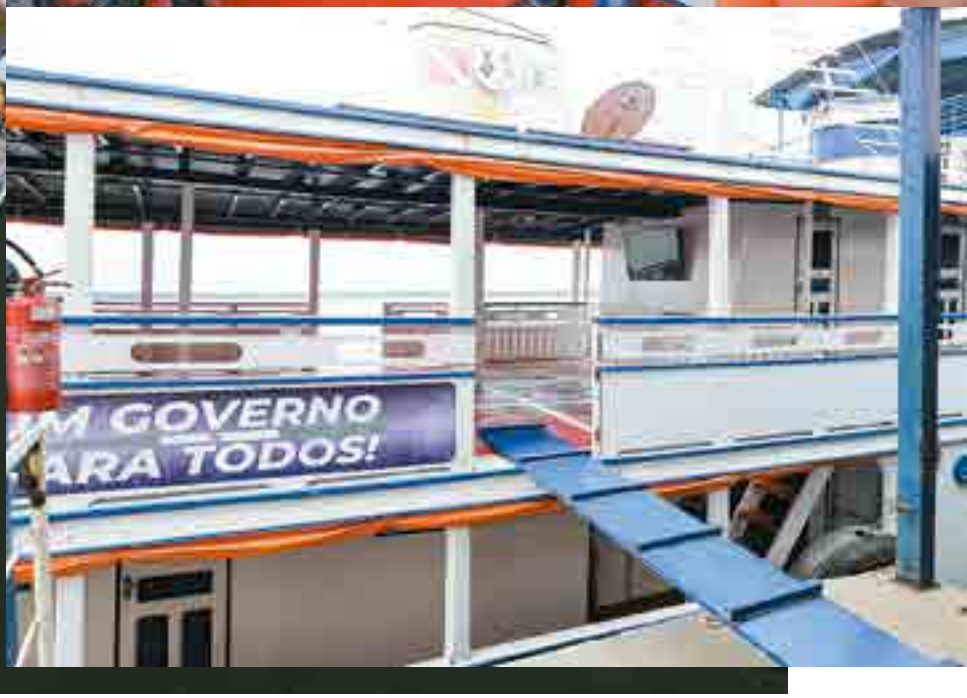
TRACUATEUA *recebeu o 44º Ponto de Inclusão Digital, distante cerca de 15 km da Comarca mais próxima, Bragança*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

*CNJ e TJPA instalaram **PRIMEIRO PID FLUTUANTE** do País em Portel. Foi o 45º Ponto de Inclusão Digital instalado no Estado*

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO


M GOVERNO
ARA TODOS!

Judiciário inaugura 46º Ponto de Inclusão Digital, na VILA DE ACANGATÁ, às margens do rio Camarapi, em Portel, no Marajó

CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO

FOTOS: RICARDO LIMA

RICARDO LIMA

Serviço Jurisdicional

José Antônio Ferreira Cavalcante ascendeu ao Desembargo em dezembro de 2024

ÉRIKA MIRANDA

Secretaria Judiciária movimenta mais de 38 mil processos

Quantidade de processos pautados no Tribunal Pleno e no Conselho da Magistratura ultrapassou os 600

142 editais de promoção e remoção na carreira da magistratura foram publicados, incluindo três editais para acesso ao Desembargo

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) conclui o biênio 2023-2025 com expressivos avanços em agilidade e produtividade, alinhados ao Planejamento Estratégico da Corte. O balanço reflete a dedicação ao fortalecimento institucional e à eficiência na prestação jurisdicional.

Destaques operacionais

Entre fevereiro de 2023 e outubro de 2024, a Secretaria Judiciária realizou:

- **83.323 tarefas** nos sistemas de tramitações processuais;
- **14.391 cadastros** de documentos;
- **38.482 processos** movimentados.

Movimentação processual e julgamentos

Foram pautados 611 processos em diferentes instâncias, sendo 267 no Tribunal Pleno (Videoconferência) e 237 no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, bem como 107 no Conselho da Magistratura. Além disso, foram julgados, três Processos Administrativos Disciplinares e uma sindicância em face de magistrados(as) com outro PAD em andamento.

Apoio à magistratura

Ao longo do biênio, 142 editais de promoção e remoção na carreira da magistratura foram publicados, incluindo três editais para acesso ao Desembargo.

Editais de Movimentação na Carreira da Magistratura paraense, julgados em 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias:

- 1ª Entrância: 47 Editais de Promoção e Remoção;
- 2ª Entrância: 47 Editais de Promoção e Remoção;
- 3ª Entrância: 45 Editais de Promoção e Remoção;

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA), foram realizados seis editais para preenchimento de vagas, abrangendo escolha de listas tríplices e membros substitutos.

- Edital TRE-PA nº 1/2023-SEJUD: Escolha da Lista Tríplice de Membro Substituto, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 22/3/2023, com a formação da lista tríplice;

- Edital TRE-PA nº 2/2023-SEJUD: Escolha de Juiz de carreira de 3ª Entrância – Membro Substituto, julgado pelo Tribunal Pleno em 26/7/2023;

- Edital TRE-PA nº 3/2023-SEJUD: Escolha da Lista Tríplice de Membro Substituto, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 24/1/2024, com a formação da lista tríplice;

- Edital TRE-PA nº 4/2023-SEJUD: Escolha da Lista Tríplice de Membro Efetivo, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 24/1/2024, com a formação da lista tríplice;

- Edital TRE-PA nº 1/2024-SEJUD: Escolha de Juiz de carreira de 3ª Entrância – Membro Substituto, julgado pelo Tribunal Pleno em 22/5/2024;

- Edital TRE-PA nº 2/2024-SEJUD: Escolha da Lista Tríplice de Membro Efetivo, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 18/9/2024, com a formação da lista tríplice

Produção do Grupo de Assessoramento

O Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do 2º Grau elaborou 9.123 minutas, atingindo 99% da meta estabelecida pela Presidência. O grupo prestou suporte direto a 22 gabinetes do 2° Grau, fortalecendo a gestão processual.

O grupo realizou o apoio aos seguintes gabinetes:

- Desembargador Ricardo Ferreira Nunes;
- Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto;
- Desembargadora Ezilda Pastana Mutran;
- Desembargador José Torquato Araújo de Alencar;
- Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes;
- Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento;
- Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt;
- Desembargador Constantino Augusto Guerreiro;
- Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha;
- Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira;
- Desembargador José Maria Teixeira do Rosário;
- Desembargadora Maria do Céo Maciel Coutinho;
- Desembargador Leonardo de Noronha Tavares;
- Desembargador Amílcar Roberto Bezerra Guimarães;
- Desembargadora Gleide Pereira de Moura;
- Desembargadora Luana Amaral Henriques Santalices;
- Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior;
- Desembargador Alex Pinheiro Centeno;
- Desembargador Mairton Marques Carneiro;
- Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha;
- Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque;
- Juiz Convocado Sérgio Augusto Andrade de Lima;

Avanços em precatórios

A Secretaria movimentou 124 processos de execução, expedindo 280 Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e 124 precatórios requisitórios. Há ainda 27 processos em fase final de execução, aguardando novas expedições.

Pesquisa e registro

Na Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudência, foram realizadas 1.704 pesquisas no 2º Grau e 1.192 nas Turmas Recursais. Já a Divisão de Taquigrafia produziu 257 horas e 15 minutos de degravações em 234 sessões.

SESSÕES (TRIBUNAL PLENO)	SESSÕES (CONSELHO DA MAGISTRATURA)	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	REUNIÕES ORDINÁRIAS
87 Sessões	**45 Sessões**	**84 notas**	**18 reuniões**
104 horas e 16 minutos de degravação	15 horas e 58 minutos de degravação	108 horas e 49 minutos de degravação	28 horas e 23 minutos de degravação

Secretaria Judiciária atua nas sessões do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura

UCHÔA SILVA

Integração com Cortes Superiores

Utilizando o Programa de Gestão de Peças Eletrônicas (GPE), foram enviados 4.135 recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), além de 5.530 recebimentos de decisões.

Gráfico do envio de recursos às Cortes Superiores

INDEXAÇÃO	ENVIO RECURSAL	RECEBIMENTO DE DECISÕES
STJ	**3.806**	**4.985**
STF	**350**	**545**

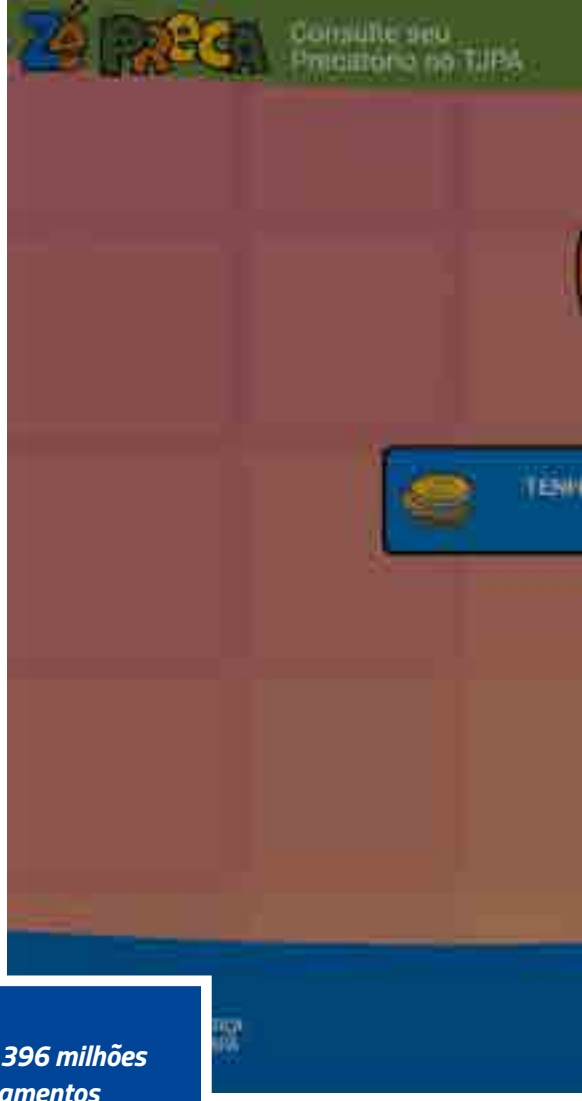
Modernização legislativa

Como parte do Plano de Gestão, foi encaminhada ao Gabinete da Presidência a minuta de alteração do Código Judiciário (Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981) para deliberação e encaminhamento à Comissão de Organização Judiciária (COJ), fortalecendo o compromisso com a otimização da estrutura judiciária.

A ação 3.2.1 foi incluída no Plano de Gestão do Biênio 2023/2025, no Macrodesafio "Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional" e na Iniciativa Estratégica: "Otimizar a Estrutura Judiciária"

Automatização aprimora eficiência no processamento

O projeto Zé Preca e os novos sistemas automatizados são os destaques da Coordenadoria de Precatórios



A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) encerra o biênio 2023-2025 com importantes avanços em sua gestão administrativa, alinhando-se ao Planejamento Estratégico do Tribunal e promovendo eficiência e inovação no processamento de precatórios.

Mais de R$ 396 milhões em pagamentos realizados durante o biênio, beneficiou milhares de jurisdicionados(as)

Iniciativas transformadoras

Dentre os destaques, a oficina "Acelera Precatórios", realizada em maio de 2024, impulsionou o engajamento de servidores(as) e viabilizou melhorias estruturais no setor. A implantação do sistema PRECALC, em outubro de 2024, modernizou o cálculo de precatórios, eliminando processos manuais e reduzindo o tempo de processamento.

O sistema, desenvolvido pela Coordenadoria de Precatórios, em parceria com a Secretaria de Informática e o Laboratório de Inovação Pai D'égua, possui interoperabilidade com o PJE.

A partir do uso do sistema PRECALC, o tempo necessário para a finalização de um cálculo ordinário diminuiu significativamente, já que não há necessidade de cadastramento de dados do precatório em um outro sistema, uma vez que a base de dados é a mesma utilizada no PJE.

Além disso, no sistema anterior havia a necessidade de manipulação de valores, somando-os manualmente na calculadora para posterior inserção deles nas planilhas seguintes, fato que foi dispensado com a função "autoinclusão", que dispensa quaisquer procedimentos manuais para a criação de uma nova planilha de atualização.

O Sistema de Depósitos Judiciais (SDJ) também foi migrado para uma plataforma web, saindo da plataforma Delphi e proporcionando maior agilidade e flexibilidade na expedição de alvarás de pagamento em precatórios.

Outro marco foi o desenvolvimento do projeto "José do Precatório (Zé Preca)", que aprimorou a comunicação com beneficiários por meio de uma linguagem

Zé Preca aprimorou a comunicação da Coordenadoria de Precatórios com jurisdicionados(as)

simples e acessível, além de ferramentas interativas de verificação de fraudes. A partir da criação do personagem, o site de precatórios se tornou mais interativo, sendo importante instrumento de checagem de fraudes, uma vez que possibilita ao(à) jurisdicionado(a) verificar acerca da existência de um precatório em seu CPF. Essa inovação rendeu ao TJPA o Selo Linguagem Simples 2024, concedido pelo CNJ.

Pagamentos e Resultados

Durante o biênio, a Coordenadoria de Precatórios realizou pagamentos expressivos. Em 2023, foram expedidos 2.622 alvarás, totalizando mais de R$ 232 milhões. Já em 2024, até novembro, foram expedidos 2.055 alvarás, somando mais de R$ 164 milhões. Esses números refletem o compromisso da gestão em garantir a efetividade dos direitos dos jurisdicionados.

Automatização e Eficiência

A utilização do Power Automate Desktop para automatizar tarefas repetitivas no PJE possibilitou maior dedicação dos servidores(as) a análises jurídicas complexas. Essa automação incluiu a emissão de certidões de inscrição e etiquetas, bem como o envio de processos para setores específicos, otimizando o fluxo de trabalho.

Gestão do Regime Especial

Em 2023, o Município de Quatipuru teve o regime especial de precatórios declarado extinto, seguido pelo Município de Itupiranga em 2024. Atualmente, apenas quatro municípios no Pará permanecem sob esse regime Aurora do Pará, Belém, Bom Jesus do Tocantins e Tucuruí, demonstrando avanços na regularização dessas pendências.

Des. Roberto Moura foi condecorado pelo Ministério Público pela atuação da Vice-Presidência

Atuação reforça compromisso com a agilidade e a produtividade

Vice-Presidência exerceu diversas atribuições institucionais e administrativas conforme o Regimento Interno e as normas em vigor

ÉRIKA MIRANDA

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) desempenhou um papel fundamental na gestão 2023-2025, conduzindo iniciativas de relevância institucional e administrativa que impactaram positivamente a prestação jurisdicional. Além de assumir atribuições previstas no Regimento Interno e normas vigentes, a Vice-Presidência liderou atividades que reforçaram o compromisso do TJPA com a agilidade e a produtividade.

Entre as principais funções exercidas, incluem-se:

- Substituição da Presidente do Tribunal em ausências e impedimentos;
- Superintendência da distribuição de feitos aos órgãos julgadores;
- Juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais;
- Coordenação de comissões como a de Organização Judiciária, Gestora de Precedentes e de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social.

Central de Distribuição

A Central de Distribuição do 2º Grau, sob a supervisão da Vice-Presidência, emitiu 7.034 certidões cíveis e criminais no período de fevereiro de 2023 a novembro de 2024. No exercício regimental da superintendência da distribuição de processos em 2º Grau de jurisdição no TJPA, foram despachados 164 processos referentes à distribuição no 2º Grau de jurisdição.

Outro destaque foi a atuação da Central de Mandados do 2º Grau, que recebeu 6.646 expedientes, cumprindo 5.776 deles

Central de Mandados

Outro destaque foi a atuação da Central de Mandados do 2º Grau, que recebeu 6.646 expedientes, cumprindo 5.776 deles, reafirmando o compromisso com a eficácia e celeridade no atendimento das demandas.

Avanços legislativos

Na presidência da Comissão de Organização Judiciária (COJ), a Vice-Presidência liderou 12 reuniões ordinárias e extraordinárias, resultando na aprovação de:

- **14 resoluções**;
- **5 emendas** regimentais;
- **4 anteprojetos** de lei;

Após esta etapa, foram aprovados:

- **13 Resoluções**;
- **3 Emendas** Regimentais;
- **8 Anteprojetos** de Lei;
- **1 Anteprojeto** de Lei Complementar;
- **1 Emenda** à Constituição do Estado do Pará .

Em novembro de 2024, durante a 12ª Reunião Ordinária da COJ, a comissão aprovou proposta que altera a Lei Estadual nº 10.257, regulamentando emolumentos dos serviços notariais e valores judiciais, além de fixar os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, encaminhada à Presidência para apreciação pelo Tribunal Pleno.

Direitos humanos em foco

A atuação da Vice-Presidência na Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social (CAJDHRS) foi outro pilar relevante. Além de promover o webinário "Violações dos Direitos Humanos e o Direito à Verdade" em 2023, a comissão se dedicou ao monitoramento de ações judiciais de grande repercussão social e fortaleceu a implementação de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos humanos, em alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Des. Roberto Moura participou do Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes

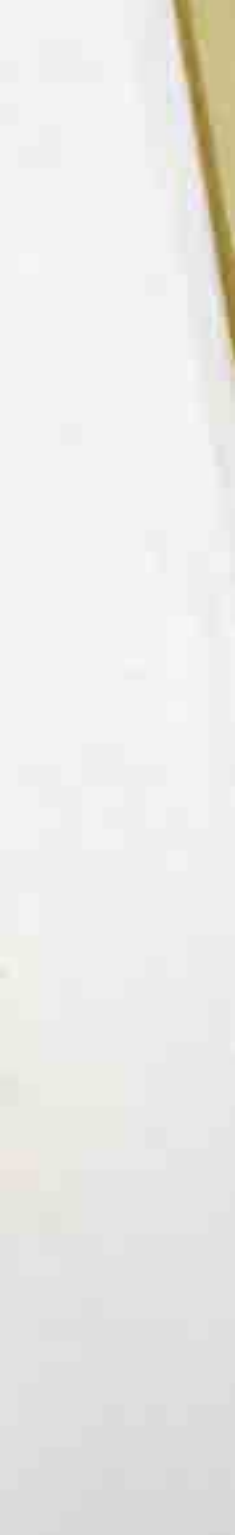
Emissões de certidões cíveis e criminais

	2023	2024
Janeiro	**299**	**424**
Fevereiro	**245**	**454**
Março	**254**	**238**
Abril	**358**	**344**
Maio	**286**	**276**
Junho	**259**	**275**
Julho	**392**	**346**
Agosto	**283**	**392**
Setembro	**350**	**245**
Outubro	**329**	**163**
Novembro	**393**	**175** (até dia 19)
Dezembro	**224**	
TOTAL	**3.702**	**3.332**

Durante o biênio, foram emitidas 3.332 certidões cíveis e criminais

Central do 2º Grau emite mais de 7 mil certidões

O trabalho é essencial para atender às necessidades do público e contribuir à celeridade processual



UCHÔA SILVA

A Central de Distribuição do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Pará conclui o biênio 2023-2025 com números que demonstram sua eficiência e compromisso com a agilidade na prestação jurisdicional. Durante o período, o setor manteve um ritmo constante na emissão de certidões cíveis e criminais, alcançando um total de 7.034 documentos emitidos.

Desempenho por ano

Em 2023, o setor registrou 3.702 certidões emitidas, com destaque para os meses de julho (392) e novembro (393), marcando os picos de produtividade.

Já em 2024, até 19 de novembro, foram emitidas 3.332 certidões, sendo que janeiro e fevereiro deste ano se destacaram como os meses mais produtivos, com 424 e 454 certidões emitidas, respectivamente.

Compromisso com a qualidade

Os dados apresentados reforçam o papel estratégico da Central de Distribuição do 2º Grau em garantir que o atendimento às demandas jurisdicionais seja realizado de forma ágil e eficiente. A emissão de certidões cíveis e criminais é uma etapa fundamental no processo judicial, e o desempenho do setor vai ao encontro da missão do Tribunal de Justiça do Pará.

Foram emitidas 3.702 certidões em 2023, com picos de produtividade em julho e novembro

O trabalho do setor é essencial para atender às necessidades do público e contribuir para a celeridade dos processos judiciais, em conformidade com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Pará. Os resultados alcançados são um reflexo direto do empenho da equipe em oferecer serviços de excelência à sociedade paraense.

Oficiais de Justiça atuam no cumprimento de mandados judiciais

ANO 2023

MANDADOS	DISTRIBUIDOS, REDISTRIBUIDOS E E-MAILS	DEVOLVIDOS (PJE E E-MAILS)	EM ANDAMENTO (NO PRAZO)	PENDENTE (FORA DO PRAZO)
PJE, Protololo e E-mail	**2.856**	**2.903**	**0**	**0**

ANO 2024 (Até 17/11/2024)

MANDADOS	DISTRIBUIDOS, REDISTRIBUIDOS E E-MAILS	DEVOLVIDOS (PJE E E-MAILS)	EM ANDAMENTO (NO PRAZO)	PENDENTE (FORA DO PRAZO)
PJE, Protololo e E-mail	**3.790**	**2.873**	**188**	**0**

Central do 2º Grau distribui mais de 6 mil no biênio

Setor destaca resultados expressivos no cumprimento de mandados judiciais e aprimoramento dos serviços

A Central de Mandados do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Pará foi responsável pelo gerenciamento e cumprimento de mandados de citação, intimação, notificação e ofícios, além de atuar diretamente nas Sessões Plenárias e Plantões Judiciários.

Indicadores de desempenho

Os números apresentados pela Central revelam um trabalho sólido e bem estruturado:

- 2023: Foram distribuídos, redistribuídos e enviados por e-mail 2.856 mandados, com 2.903 devolvidos sem pendências fora do prazo.
- 2024 (até 17/11): Foram contabilizados 3.790 mandados distribuídos ou enviados por e-mail, com 2.873 devoluções e 188 em andamento, todos dentro do prazo estabelecido.

Os dados foram extraídos do Painel de Gerenciamento de Mandados do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), além de registros internos de protocolos e e-mails, evidenciando a eficiência no fluxo operacional e na prestação jurisdicional.

Foram contabilizados mais de 3.790 mandados distribuídos, redistribuídos e enviados por e-mail em 2024

Compromisso com a qualidade

Durante a gestão, os esforços da Central de Mandados do 2º Grau concentraram-se na entrega de serviços ágeis, eficientes e alinhados à missão do Tribunal de Justiça: a prestação de serviços jurisdicionais para todos, de forma equânime, célere e, sobretudo, cada vez mais próxima do(a) jurisdicionado(a).

Magistrados(as) e servidores(as) do TJPA trocam experiências e participam de eventos institucionais

PRECEDENTES E RECURSOS

Gestão judicial consolida eficiência na prestação jurisdicional

A inovação nos sistemas de precedentes e recursos transforma a prestação jurisdicional no Tribunal de Justiça do Pará

O biênio marca avanços significativos na gestão judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), com destaque para as ações implementadas pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE), pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC) e pela Comissão Gestora de Precedentes e Ações Coletivas (COGEPAC). Essas unidades desempenharam papéis cruciais na otimização do Sistema de Precedentes.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais é responsável pelo assessoramento da Vice-Presidência na análise de admissibilidade dos recursos excepcionais

CREE: produtividade em números

A CREE, responsável pelo assessoramento da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA na análise de admissibilidade dos recursos excepcionais, registrou números expressivos durante o biênio. Foram recebidos 11.231 processos e realizadas 13.222 redistribuições, em cumprimento às metas estabelecidas no Macrodesafio Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional, durante o atual biênio 2023/2025, o que reflete o compromisso com a agilidade no atendimento às demandas judiciais.

Além disso, a equipe realizou 13.222 redistribuições de processos para os relatores originários, abrangendo retorno para diligências e devoluções após a realização de juízo negativo de admissibilidade ou de seu julgamento pelos Tribunais Superiores.

Nos processos recebidos pela CREE no biênio, foram apreciados 14.697 recursos, entre recursos extraordinários, recursos especiais, agravos internos e embargos de declaração. Também foram produzidas 13.993 minutas de provimentos judiciais, entre despachos ordinatórios, decisões de admissibilidade e votos em agravos internos apreciados pelo Tribunal Pleno.

NUGEPNAC: gerenciamento e saneamento de precedentes

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC), unidade responsável pela gestão da sistemática dos precedentes qualificados, destacou-se pelo gerenciamento de mais de 86 mil processos sobrestados em primeira instância, por meio do Painel Eletrônico de Gerenciamento de Processos Sobrestados, mantendo atualizadas as informações acerca dos processos sobrestados no âmbito do TJPA perante os bancos de dados nacionais, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Além desses, o NUGEPNAC ainda promove o gerenciamento, acautelados em tarefa própria no PJe, de 1.478 processos sobrestados em segundo grau, sendo 439 pela Vice-Presidência e 1.039 pelos respectivos relatores.

A unidade também promoveu ações de comunicação e capacitação, com 196 mensagens enviadas no projeto "Mala Direta" sobre tramitações em precedentes judiciais qualificados e 174 atendimentos diretos às unidades judiciais para orientar quanto aos procedimentos relativos a precedentes

O NUGEPNAC também apresentou informações em 829 autos processuais, diretamente no PJe, devolvendo os processos aos respectivos relatores e à Vice-Presidência, para as providências cabíveis; e ainda minutou 256 despachos ao Vice-Presidente, relativos aos processos sobrestados.

Em colaboração com a Secretaria de Informática, saneou cerca de 10 mil processos, na correção de

Formação é destinada ao corpo funcional que atua com precedentes judiciais

UCHÔA SILVA

movimentos e complementos de processos sobrestados por força de precedentes judiciais obrigatórios, tendo como base as informações contidas no Banco Nacional de Precedentes (BNP), assim contribuindo diretamente para os requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade de 2024.

COGEPAC: coordenação e estudos estratégicos

Sob a presidência do Vice-Presidente do TJPA, a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC) tem por atribuição coordenar o NUGEPNAC. No decorrer do biênio realizou seis reuniões ordinárias e elaborou 19 estudos preliminares para Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), 4 minutas de estudos preliminares à suscitação de Incidente de Assunção de Competência (IAC); 4 minutas de suscitação de IRDR; 4 minutas de suscitação de IAC; 2 minutas de decisão interlocutória em IRDR; 13 minutas de despacho em IRDR; 4 minutas de despacho em IAC; 6 minutas de acórdãos de admissibilidade de IRDR; 2 minutas de acórdão de inadmissibilidade de IRDR; 3 minutas de acórdãos de admissibilidade de IAC; 2 minutas de acórdão de embargos de declaração em admissibilidade de IRDR; 2 minutas de acórdãos de mérito de IRDR; e 2 minutas de acórdãos de mérito de IAC.

Além disso, foram desenvolvidas 17 pesquisas de dados de jurimetria sobre temas sugeridos à Comissão e minutas para 11 juízos de viabilidade de IRDR e 4 juízos de viabilidade de IAC, reforçando a capacidade analítica e a assertividade nas decisões judiciais.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Comissão analisa mais de 50 processos no biênio

COJ delibera e envia ao Tribunal Pleno todas as matérias relacionadas à organização judiciária no 1º e 2º Graus

UCHÔA SILVA

A COJ tem competência para propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do Judiciário; controlar e acompanhar projetos

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos (COJ) está prevista no artigo 51 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, competindo-lhe opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus, submetendo textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros; propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos encaminhados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

No ano de 2023, foram realizadas nove reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias pela COJ, possibilitando a análise de propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Após a apreciação da Comissão, uma proposta foi julgada prejudicada, uma proposição foi arquivada e as demais propostas foram encaminhadas ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 14

Tribunal Pleno aprecia feitos encaminhados pela COJ

Resoluções, 5 Emendas Regimentais e 4 Anteprojetos de Lei, a saber: Resolução nº 3, de 5 de abril de 2023; Resolução nº 4, de 5 de abril de 2023; Resolução nº 5, de 5 de abril de 2023; Resolução nº 6, de 5 de abril de 2023; Resolução nº 7, de 5 de abril de 2023; Resolução nº 8, de 12 de abril de 2023; Resolução nº 9, de 12 de abril de 2023; Resolução nº 10, de 12 de abril de 2023; Resolução nº 11, de 10 de maio de 2023; Resolução nº 13, de 16 de agosto de 2023; Resolução nº 14, de 8 de novembro; Resolução nº 15, de 8 de novembro de 2024; Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2023; Resolução nº 17, de 13 de dezembro de 2023; Emenda Regimental nº 29, de 17 de maio de 2023; Emenda Regimental nº 30, de 16 de agosto de 2023; Emenda Regimental nº.31, de 16 de agosto de 2023; Emenda Regimental nº 32, de 20 de setembro de 2023; Emenda Regimental nº 33, de11 de outubro de 2023; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei nº. 10.257, de 11 de dezembro de 2023; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o exercício

COJ encaminhou Resoluções, Emendas Regimentais e Anteprojeto de Lei ao Tribunal Pleno

cumulativo de jurisdição pelos(as) magistrados(as) de 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.196, de 27 de novembro de 2023; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a instituição do Prêmio de Desempenho e Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei nº 10.300, de 18 de dezembro de 2023; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de 3 Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Lei nº 10.195, de 27 de novembro de 2023.

No ano de 2024 foram realizadas 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária pela COJ, possibilitando a análise de propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Após a apreciação da Comissão, os referidos normativos foram encaminhados ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 13 Resoluções, 3 Emendas Regimentais, 8 Anteprojetos de Lei, um Anteprojeto de Lei Complementar e uma Emenda à Constituição do Estado do Pará, até o presente momento, a saber: Resolução nº 1, de 28 de fevereiro de 2024; Resolução nº 2, de 28 de fevereiro de 2024; Resolução

UCHÔA SILVA

nº 3, de 27 de março de 2024; Resolução nº 4, de 27 de março de 2024; Resolução nº 5, de 3 de abril de 2024; Resolução nº 6, de 8 de maio de 2024; Resolução nº 7, de 3 de junho de 2024; Resolução nº 8, de 3 de julho de 2024; Resolução nº 9, de 3 de julho de 2024; Resolução nº 10, de 17 de julho de 2024; Resolução nº 11, de 17 de julho de 2024; Resolução nº 12, de 17 de julho de 2024; Resolução nº 13, de 30 de outubro de 2024; Emenda Regimental nº 34, de 28 de fevereiro de 2024; Emenda Regimental nº 35, de 17 de julho de 2024; Emenda Regimental nº 36, de 31 de julho de 2024; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os serviços extrajudiciais notariais e de registro no Estado do Pará – Lei 10.539, de 20 de maio de 2024; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a reorganização dos serviços notariais e de registro, a desacumulação e a criação de serviços e serventias extrajudiciais no Estado do Pará – Lei 10.538, de 20 de maio de 2024; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.626, de 25 de junho de 2024; Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a alteração da estrutura de organização funcional da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.676, de 28 de agosto de 2024; Anteprojeto de Lei que altera a redação do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 189, do Código Judiciário do Estado); Anteprojeto de Lei que dispõe sobre alteração, expansão, reorganização funcional de renomeação da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Anteprojeto de lei que cria cargos de Desembargador na estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado do Pará, altera o caput do art. 17 da Lei Estadual nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, para fixar o número de Desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça, na forma do art. 155 da Constituição do Estado do Pará, e dá outras providências; Anteprojeto de lei que institui o novo Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração de servidores(as) do PJPA; Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre a elevação à terceira entrância das comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém – Lei Complementar nº 179, de 24 de outubro de 2024; e Emenda à Constituição do Estado do Pará (altera o art. 155 da Constituição do Estado do Pará, que trata da composição do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – nº 92, de 15 de outubro de 2024.

Ressalte-se que, na 12ª Reunião Ordinária da COJ realizada no dia 19/11/2024, foi aprovada, à unanimidade, pelos membros da Comissão, a proposta de Anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual nº 10.257, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Após a referida aprovação, a proposta referenciada foi encaminhada à Presidência desta Corte, com pedido de inclusão em pauta de julgamento do Tribunal Pleno.

Cijepa se destaca por inovação e combate à litigância predatória

Centro de Inteligência promove avanços estratégicos na Justiça paraense e consolida atuação nacional

O Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa) foi fundamental ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) como referência em agilidade e produtividade jurisdicional, prevenção de litígios e consolidação de precedentes obrigatórios.

Notas técnicas: agilidade e fundamentação

Ao longo do biênio, o Cijepa destacou-se na produção de Notas Técnicas, instrumentos essenciais para magistrados(as) em decisões estratégicas. Entre os destaques:

- Nota Técnica nº 08 (abril/2024): Elaborada em rede com outros centros de inteligência, abordou Demandas Predatórias, subsidiando o julgamento do Tema 1198 no Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Nota Técnica nº 09 (abril/2024): Focada no enfrentamento da alta litigiosidade tributária.
- Nota Técnica nº 10 (julho/2024): Adesão ao documento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para priorizar processos relacionados a pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

Essa produção rendeu 15 pontos ao TJPA na avaliação de governança do Prêmio CNJ de Qualidade, reforçando o impacto institucional do Cijepa.

Em parceria com a OAB-PA e magistrados(as), Cijepa combateu a litigância predatória, elaborando relatórios detalhados que identificaram advogados(as) com práticas abusivas

Inovação e combate à litigância predatória

Em parceria com a OAB-PA e magistrados(as),

Vice-Presidente, Des. Roberto Moura, durante Encontro Nacional dos Centros de Inteligência

ÉRIKA MIRANDA

o Cijepa combateu a litigância predatória, elaborando relatórios detalhados que identificaram advogados(as) com práticas abusivas. Esses relatórios foram enviados à OAB-PA, promovendo uma atuação preventiva e fortalecendo a ética profissional.

Além disso, o programa "Amigos da Justiça" iniciou tratativas com a concessionária de energia elétrica Equatorial para a formalização de um Termo de Compromisso voltado à implementação de ações para prevenir litígios e utilizar meios consensuais de solução de conflitos.

Também promoveu diálogos com grandes litigantes, como Bradesco, Unimed e Hapvida, buscando soluções integradas para reduzir o volume de processos.

Parcerias e comunicação ampliada

O Cijepa também inovou em sua comunicação com a reformulação de sua página na internet e a criação de uma conta no Instagram. Esses canais foram utilizados para divulgar projetos como a cartilha sobre demandas predatórias, explicando o fluxo de trabalho do centro de forma visual e acessível.

Diretora da Escola Judicial, Desa. Célia Pinheiro, e o juiz João Valério de Moura

ÉRIKA MIRANDA

Em parceria com o Laboratório de Inovação do TJPA (Lab Pai D'égua), o centro implementou práticas que uniram tecnologia e criatividade na gestão de litígios ambientais e na aplicação de precedentes.

Encontro Nacional: destaque em 2024

De 12 a 14 de novembro de 2024, Belém foi palco do 3º Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, organizado pelo Cijepa. Com mais de 200 participantes, incluindo desembargadores(as), ministros(as) e especialistas, o evento produziu uma Carta de Belém, que orienta ações estratégicas dos Centros de Inteligência no Brasil.

Esse encontro reforçou a liderança do TJPA em inovação e boas práticas, consolidando sua relevância no cenário nacional.

Estrutura reforçada e foco no futuro

Em 2024, o Cijepa passou por uma reestruturação significativa, que incluiu:

- Uma nova sala física para atendimento às demandas do setor.
- Uma equipe de assessoria com quatro servidores(as).
- Um grupo decisório composto por desembargadores(as).

Com essa estrutura, o Cijepa encerra o biênio preparado para os desafios futuros, reafirmando o compromisso do TJPA com uma Justiça ágil, ética e inovadora.

UCHÔA SILVA

Des. Luiz Neto durante evento nacional na sede do TJPA, em Belém

Comissão reafirma compromisso com a Justiça social

As ações da CAJDHRS refletem a promoção e a proteção dos direitos humanos, fortalecendo o alinhamento com as diretrizes nacionais e internacionais

Criada em 7 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 353/2014-GP, a Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social (CAJDHRS) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem como missão monitorar ações judiciais cíveis e criminais relacionadas a direitos humanos e questões de grande repercussão social que atentem contra os direitos humanos e outros de interesse coletivo, além de promover o compartilhamento de conhecimento com o apoio da Escola Judicial do Poder Judiciário.

Confira os destaques das atividades realizadas:

Ações incluem webinários, monitoramento de casos emblemáticos e revisões estratégicas para fortalecer o alinhamento com diretrizes nacionais e internacionais

Participação e monitoramento

- **Webinário sobre Violações de Direitos Humanos:** Em 24 de março de 2023, a CAJDHRS, em parceria com a Escola Judicial, promoveu o evento "Violações dos Direitos Humanos e o Direito à Verdade", destacando a importância do tema.
- **Relatório da Comissão Estadual da Verdade:** Em 31 de março, a Comissão esteve presente na Assembleia Legislativa do Estado do Pará para acompanhar a apresentação do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Estado do Pará.
- **Violência nas Escolas:** Em 11 de maio, participou de audiência pública sobre violência nas escolas, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes para a segurança no ambiente escolar.
- **Naufrágio da Lancha Dona Lourdes II:** Em 2 de outubro, integrou a reunião que abordou as responsabilidades

Des. Roberto Moura preside Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social do TJPA

RICARDO LIMA

e consequências desse trágico evento.

- **Diálogo com Movimentos de Luta pela Moradia:** Reunião realizada em 24 de maio no Edifício-sede do Poder Judiciário do Estado do Pará, com representantes da sociedade civil destacou as problemáticas relacionadas à moradia e ao déficit habitacional no Pará.
- **Monitoramento do Caso José Dutra da Costa:** Atendendo à solicitação da Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos, a Comissão acompanha a ação penal do Caso nº 12.673, denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2008.

Planejamento estratégico e alinhamento institucional

- **Revisão de Competências:** Em 2024, a CAJDHRS revisou a Portaria nº 353/2014-GP, atualizando sua composição e competências para adequá-las às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- **Unidade de Monitoramento e Fiscalização:** Discutiu-se a implementação de uma unidade dedicada a acompanhar as deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, reforçando o alinhamento com as normas internacionais.

Itinerâncias e jornadas de conciliação e julgamento marcaram atuação pelo Estado

Projetos agilizam cumprimento de metas, promovem medidas de pacificação em eventos esportivos e garantem presença do Judiciário nos principais balneários do Estado

Ação para Meninas e Mulheres do Marajó teve à frente a Coordenadoria dos Juizados Especiais

Mais de 3.200 atendimentos realizados no Projeto Ribeirinho Cidadão em Porto de Moz

A Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) destacou-se por ações voltadas à garantia dos direitos fundamentais e ao fortalecimento da cidadania. Com projetos inovadores e itinerantes, o órgão alcançou comunidades em locais de difícil acesso, reduziu o tempo de tramitação processual e promoveu a pacificação social.

Jornadas de Conciliação e Julgamento: Com audiências realizadas por videoconferência, as jornadas de conciliação alcançaram índices de efetividade de até 93%, garantindo celeridade e eficiência. Municípios como Redenção, Conceição do Araguaia e Cametá foram contemplados em 2024, com resultados expressivos na tramitação de processos.

Projeto Jornada de Conciliação, Instrução e Julgamento

Seu intuito é agilizar o cumprimento das metas preconizadas pelo CNJ e a redução do tempo de tramitação dos processos sob o rito da Lei 9.099/95. Importante destacar que as audiências foram realizadas por meio de videoconferência.

ÉRIKA MIRANDA

ANO	VARA/COMARCA	PERÍODO	RESULTADO
2023	2ª Vara Cível e Empresarial de Belém	15 a 19 de maio de 2023	Audiências: **420** Sentenças: **406** Decisões: **16**
	1º JVEC de Belém	22 a 25 de maio de 2023	Audiências: **100** Sentenças: **96** Decisões: **04**
	1º JVEC de Belém	19 a 23 de junho de 2023	Audiências: **155** Decisões: **04** Acordos: **151**
	12º JVEC de Belém	27 a 30 de junho de 2023	Audiências: **183** Sentenças: **178** Decisões: **05**
	São Féliz do Xingu	17 a 21 de julho de 2023	Audiências: **361** Despachos: **276** Sentenças: **64**

ANO	VARA/COMARCA	PERÍODO	RESULTADO
	Juizado Especial Cível e Criminal de Redenção	18 a 22 de setembro de 2023	Audiências: **370** Sentenças: **361** Decisão: **09**
	Vara de Juizado Criminal de Ananindeua	16 a 19 de outubro de 2023	Audiências: **92** Transações penais: **92** Composição civil: **03** Decisões: **36** Despacho: **01**
	10º JVEC de Belém	24 a 27 de outubro de 2023	Audiências: **100** Sentenças: **97** Despacho: **3**
2024	Colares e Vigia	26 a 28 de fevereiro de 2024	Processos previstos - **134** Audiências realizadas - **134** Sentenças - **74** Decisões – **60** Efetividade – **56%**
	Redenção	15 a 19 de abril de 2024	Processos previstos - **372** Audiências realizadas - **372** Sentenças - **292** Decisões – **129** Efetividade – **79%**
	10º JEC	06 a 10 de maio de 2024	Processos previstos - **125** Audiências realizadas - **98** Sentenças - **93** Decisões - **05** Efetividade – **94,7%**
	1º JEC	20 a 23 de maio de 2024	Processos previstos - **82** Audiências realizadas - **82** Sentenças - **74** Decisões -**08** Efetividade – **90%**
	Conceição do Araguaia	03 a 06 de junho de 2024	Processos previstos - **243** Audiências realizadas - **243** Sentenças - **206** Decisões – **37** Efetividade – **85%**

Agendas itinerantes levaram serviços à população

ANO	VARA/COMARCA	PERÍODO	RESULTADO
	Cametá	10 a 15 de junho de 2024	Processos previstos – **466** Extras - **53** Audiências realizadas - **466** Sentenças - **519** Decisões – **34** Efetividade – **93%**
	1º JEC	11 a 14 de novembro de 2024	Processos previstos - **66** Audiências realizadas - **66** Sentenças - **61** Decisões – **05** Efetividade – **92,5%**

Projeto Ribeirinho Cidadão

O Projeto Ribeirinho Cidadão realizou mais de 3.200 atendimentos em Porto de Moz, além de ações em Muaná, Melgaço e outras comunidades no Marajó. Já o Projeto Verão com Justiça e Cidadania levou serviços judiciais e educativos aos balneários do estado, somando mais de 3.340 atendimentos em Salinópolis apenas em 2023.

Visa atender populações residentes em locais de difícil acesso nos mais variados Municípios do estado, por equipe multidisciplinar, coordenada por Juízes de Direito, com vistas a oferecer a prestação jurisdicional e outros serviços públicos essenciais que possibilitem o exercício da cidadania.

Emissão de documentos foi ofertada nas ações

ÉRIKA MIRANDA

Atendimentos foram realizados pela equipe dos Juizados Especiais

ÉRIKA MIRANDA

ANO	PROJETO	LOCALIDADE	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2023	Projeto Ribeirinho Cidadão	Porto de Moz Comunidades: Itapeua, Boca do Leno, Bom Jesus e Marapi	20 a 24/03/2023	**3.221** atendimentos judiciais.
	Marajó 360° (ação em parceria com a DPE/Pa)	Muaná São Sebastião Curralinho Bagre Portel Melgaço Gurupá Afuá	23/08 a 21/09/2023	Audiências: **105** Despachos: **138** Decisões: **59** Sentenças: **552** Total de ações: **854**
	Projeto Ribeirinho Cidadão	Alenquer - Comunidade: Camburão Óbidos – Comunidade Flexal	25 a 29/09/2023	Atendimentos judiciais: **69** Atendimentos judiciais: **57** Total: **126**
2024	Projeto Mulheres e Meninas do Marajó	Salvaterra	20 e 21/08/24	Atendimentos judiciais: **33**
	Projeto Mulheres e Meninas do Marajó	Soure	22 e 23/08/24	Atendimentos judiciais: **226**

Equipe dos Juizados Especiais estiveram em Salinas durante as férias de julho

AGÊNCIA PARÁ

Projeto Verão com Justiça e Cidadania

O objetivo é estabelecer a presença do Poder Judiciário nos principais balneários do Estado, buscando a pacificação social, bem como o rápido atendimento de demandas relacionadas a crimes de menor potencial ofensivo, durante o mês de julho. O projeto tem a parceria do Ministério Público do Pará, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Fundação Parapaz, Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará (OAB-PA). Além da prestação de serviços judiciais, são realizadas ações educativas e de cidadania.

ANO	LOCALIDADE	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2023	Salinópolis	07, 08 e 09/07 14,15 e 16/07 21, 22 e 23/07 28, 29 e 30/7	Audiências: **76** Decisões: **20** Transações Penais: **16** Sentenças: **23** Orientações Jurídicas: **90** Atendimentos: **3.340** Notificações de advertência de perturbação do sossego:**103**
2024	Salinópolis	05 a 07/07/24 12 a 14/07/24 19 a 21/07/24 26 a 28/07/24	Audiências: **20** Decisões: **280** Transações Penais: **10** Sentenças: **180** Orientações Jurídicas: **24**

Esporte com Justiça esteve presente em eventos esportivos

Iniciativas de pacificação: O Projeto Esporte com Justiça garantiu a segurança em 110 jogos realizados em 2023 e 2024, promovendo medidas preventivas nos estádios da capital. Enquanto isso, ações do Projeto Mulheres e Meninas do Marajó reforçaram o apoio às populações vulneráveis em Salvaterra e Soure.

Projeto Esporte com Justiça

Tem o objetivo de promover medidas concretas de pacificação nos eventos esportivos realizados nos estádios da Capital, atuando na prevenção e repressão de crimes de menor potencial ofensivo, abrangidos pelo Estatuto do Torcedor – Lei n.10.671/2003.

ANO	FREQUÊNCIA NOS JOGOS	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2023	**53** jogos	**41** ocorrências *Considerar a data do último jogo, qual seja 01/10/23.
2024	**57** jogos	**67** ocorrências *Considerar a data do último jogo, qual seja 11/11/24

Essas iniciativas consolidam os Juizados Especiais do TJPA como um exemplo de eficiência e compromisso com a Justiça, tornando-a acessível a todas as regiões do Pará.

Conciliação, mediação e Justiça restaurativa garantem resoluções adequadas dos conflitos

Ampliação de CEJUSCs, iniciativas de Justiça restaurativa e ações de cidadania aproximam o Judiciário da população

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) fortaleceu a prevenção de litígios e promoveu soluções consensuais em diversas frentes.

Vinculado à Presidência, o NUPEMEC conta atualmente com 18 CEJUSCs: 10 deles localizados na Região Metropolitana e oito localizados nos Interiores, uma Coordenadoria de Justiça Restaurativa e uma Coordenadoria de Conciliação e Mediação.

Ampliação dos CEJUSCs: No período, foram instalados novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em municípios estratégicos como Redenção, Tucuruí, Altamira e Castanhal, além de unidades especializadas na capital, incluindo o CEJUSC Saúde. Essas iniciativas ampliaram significativamente o acesso à Justiça para comunidades urbanas e rurais.

Dezenas de casais oficializaram uniões em casamentos comunitários entre 2023 e 2024

Instalação de CEJUSCs

- Instalação do CEJUSC de Redenção, em 13/01/2023;
- Instalação do CEJUSC de Tucuruí, em 19/01/2023;
- Instalação do CEJUSC de Altamira, em 29/11/2023;
- Instalação do 1° CEJUSC de Castanhal, em 13/08/2024;
- Instalação do 4° CEJUSC da Capital, em 20/06/2024;
- Instalação do 6° CEJUSC da Capital – Saúde, em 11/07/2024.

Instalação do CEJUSC Castanhal

ÉRIKA MIRANDA

Conciliação

Um dos destaques do biênio 2023/2025 foi a realização de Semanas da Conciliação no âmbito da Justiça estadual, promovendo assim a cultura de Pacificação Social.

1. Semanas de Conciliação:

a) VI Semana Estadual da Conciliação – junho de 2023

b) XVIII Semana Nacional da Conciliação – novembro de 2023

c) VII Semana Estadual da Conciliação – junho de 2024

d) XIX Semana Nacional da Conciliação – novembro de 2024

Ações de cidadania e capacitação: Casamentos comunitários formalizaram a união de mais de 800 casais em 2024

Casamentos Comunitários

- NUPEMEC – **69 casais** – junho 2023
- NUPEMEC – **79 casais** – novembro 2023
- 1° CEJUSC de Paragominas – **30 casais** – junho 2024
- 1° CEJUSC de Redenção – **100 casais** – junho 2024
- 1° CEJUSC de Marabá – **120 casais** – junho 2024
- 1° CEJUSC de Tucuruí – **100 casais** – junho 2024
- 1° CEJUSC de Santarém – **250 casais** – junho 2024
- NUPEMEC – **101 casais** – novembro 2024

Capacitação

O núcleo também promoveu diversas ações de capacitação durante o biênio:

- 32 cursos de Justiça Restaurativa, capacitando

Ação Efetivando Direitos foi coordenada pelo NUPEMEC

magistrados(as), servidores(as) e a comunidade;

- 9 Cursos de Formação de mediadores e Conciliadores – 2023/2024 – público interno e externo;
- Curso de Aperfeiçoamento em mediação de família – 2023 – público: mediadores;
- Curso de Aperfeiçoamento em mediação empresarial – 2023– público: mediadores;
- Curso de Aperfeiçoamento em mediação de saúde – 2023 – público: mediadores;
- 2 Cursos de Gestão do CEJUSC nos Tribunais – 2024 – público: magistrados(as) e servidores(as);
- Curso de Formação de instrutores de Justiça Restaurativa – 2024 – público: interno e externo;
- 32 Cursos de Formação em Justiça restaurativa – 2024: público: interno e externo.

Ações Sociais

Diversas mobilizações levaram serviços essenciais a localidades e comunidades vulneráveis.

- **Projetos como o "Acesso à Justiça: Zane Rer Imukatu Har Wà"** atenderam a comunidades indígenas com serviços de documentação e mediação. Realizada para promover o acesso à Justiça às comunidades indígenas da etnia Tembé no Território Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), a ação incluiu a emissão de documentos civis, como RG, CPF e certificado de reservista, bem como a retificação de registros civis para inclusão dos nomes de ancestralidade da etnia. Além disso, foram realizadas audiências in loco, em 2023.
- A Ação Efetivando Direitos na Praça ofereceu 32

ÉRIKA MIRANDA

serviços de cidadania para a população, na Praça da Bandeira, em parceria com vários órgãos públicos e instituições privadas em junho de 2023.

- **1º CEJUSC da Capital -** Formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre TJPA e Faculdade Ideal, visando à instalação de um Posto Avançado de Solução de Conflitos (PASC), em outubro de 2024.
- **1° CEJUSC da Capital – Reativação do Projeto Conciliação nas Varas –** Parceria entre o 1° CEJUSC da Capital e as Varas de Família e Cíveis e Empresariais da Capital para a realização de pautas concentradas processuais, em 2023.
- **1º CEJUSC da Capital –** O Projeto Roda de Conversa, sobre questões de família para os pais, visou a sensibilizar os envolvidos em conflitos familiares sobre as questões que envolvem as demandas de família, antes das audiências, em outubro de 2024
- **2° CEJUSC da Capital – Mutirão de Processos de DPVAT –** Pauta concentrada virtual de perícia e conciliação em processos de DPVAT das Comarcas do Estado do Pará, em parceria com o escritório de advocacia Coelho de Souza e Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT – setembro e outubro de 2024.
- **2° CEJUSC da Capital – Projeto Contas em Dia –** Pauta concentrada das demandas de Superendividamento, envolvendo processos e reclamações pré-processuais, em novembro e dezembro de 2024.
- **4° CEJUSC da Capital – Ação de Cidadania:** "O Respeito e Justiça à pessoa idosa" – Parceria com a igreja Católica Nossa Senhora Aparecida, DPE e outras entidades públicas e privadas, visando ao oferecimento de serviços essenciais de saúde e orientação jurídica à comunidade, em especial aos idosos, em novembro de 2024.
- **1° CEJUSC de Ananindeua – Roda de Conversa –** Diálogo com os mediadores do CEJUSC visando ao aperfeiçoamento técnico, em abril de 2024.
- **1° CEJUSC de Ananindeua – Projeto Conversando a Gente se Entende**, em parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho – (SEMCAT), para a realização de palestras e pautas concentradas, em abril de 2024
- **1° CEJUSC de Ananindeua –** Realização do concurso de redação em parceria com a Escola Estadual Bezerra Falcão, abordando o tema: "Modo pacificador: Ative essa habilidade e modernize sua comunidade", em novembro de 2024
- **1° CEJUSC de Ananindeua – Premiação Mediador –** Foram premiados com troféus e certificados os três mediadores que mais realizaram mediações em 2024, em novembro 2024.
- **1º CEJUSC de Paragominas – Participação no Projeto "Acesso à Justiça: Zane Rer Imukatu Har Wà":** realizado para promover o acesso à Justiça às comunidades indígenas da etnia Tembé no Território Indígena Alto Rio Guamá (TIARG). A ação incluiu a emissão de documentos civis, como RG, CPF e certificado de reservista, bem como a retificação de registros civis para inclusão dos nomes de ancestralidade da etnia. Além disso, foram realizadas audiências in loco – 2023.
- **1° CEJUSC de Paragominas - Parceria CEJUSC e**

PROCON Municipal relativa à Semana do Consumidor 2024: Desenvolvimento de ações conjuntas na Semana do Consumidor 2024, promovendo a solução consensual de conflitos relacionados às relações de consumo, em 2024.

- **1° CEJUSC de Paragominas – Parceria CEJUSC e CDL:** O CEJUSC de Paragominas estabeleceu uma parceria estratégica com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município, visando a agilizar a resolução de conflitos envolvendo lojistas associados. A iniciativa busca promover segurança jurídica e celeridade nos processos de homologação de acordos, em 2024.
- **1° CEJUSC de Paragominas - Mutirão "Conflitos + Recomeços -** O CEJUSC, em parceria com a Agência de Saneamento de Paragominas (SANEPAR), desenvolveu o mutirão "Conflitos + Recomeços", com o objetivo de promover a resolução consensual de conflitos relacionados a débitos e serviços de saneamento, atendendo à população em busca de soluções mais rápidas e eficientes, em 2024.
- **1° CEJUSC de Paragominas - Mutirão "Negocie!" -** Em colaboração com a SANEPAR e o PROCON Municipal, o CEJUSC tem sido fundamental na execução do mutirão "NEGOCIE!", uma ação voltada para a negociação e regularização de débitos de consumo de água, em 2024.
- **1° CEJUSC de Redenção - Palestra "Formas Alternativas de Resolução de Conflitos" FESAR/AFYA -** Objetivou apresentar as formas alternativas de resolução de conflitos e conscientizar a sociedade quantos aos meios de solução de litígios. Público alvo: Acadêmicos de Direito e professores e demais operadores do Direito, em maio de 2023.
- **1° CEJUSC de Redenção - Exposição do CEJUSC na Feira Agropecuária -** A participação do Judiciário na feira do Agronegócio teve o objetivo de fortalecer e divulgar as Medidas Consensuais de Solução de Conflitos por meio do CEJUSC com utilização de um espaço adequado, muito bem organizado com sala específica para realizar atendimentos, em 2023.
- **1° CEJUSC de Redenção - Ação de Cidadania Pau D'arco –** O CEJUSC, em parceria com a Prefeitura Municipal, a Defensoria Pública do Estado do Pará, Ministério Público, realizou a Ação de Justiça e Cidadania no dia 12 de novembro de 2023, oferecendo vários serviços para o cidadão, com emissão de documentos, como a identidade e a certidão de nascimento. Além disso foram ofertados orientação jurídica e educação em direito, como também sala adequada para realizar atendimentos em mediação, em novembro de 2023.
- **1° CEJUSC de Redenção - Ação de Cidadania do Cumarú do Norte -** O CEJUSC realizou Ação de Justiça e Cidadania no dia 15 de novembro de 2023, em parceria com a prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, Defensoria Pública do Estado do Pará e Ministério Público, oferecendo vários serviços para o cidadão, com emissão de documentos, como a identidade e a certidão de nascimento, e outros, em novembro de 2023.
- **1° CEJUSC de Redenção - Instalação do PASC -** Posto Avançado de Solução de Conflitos na FIC 022/2022 ACT/CEJUSC/MUNICÍPIO. O objetivo do termo é a cooperação do Município na cedência de servidores(as)

Instalação do 4° CEJUSC da Capital com a presença do ministro do STF, André Mendonça

ÉRIKA MIRANDA

efetivos considerando a necessidade e adequação, em dezembro de 2023.

- **1º CEJUSC de Redenção - Projeto Piloto "CEJUSC Itinerante -** O projeto busca levar o acesso à Justiça e à cidadania aos moradores de localidades afastadas das Comarcas Signatárias, em 2024.
- **1º CEJUSC de Redenção - Participação no evento Agropecuário Quem Planta Colhe -** O CEJUSC participou do 4o. evento "Quem Planta Colhe", com objetivo de mostrar aos produtores rurais e à sociedade o potencial da agricultura desenvolvida no município, em março de 2024.
- **1º CEJUSC de Redenção - Ação de Cidadania Park Ambiental -** O CEJUSC realizou Ação de Justiça e Cidadania no dia 3 de novembro de 2024, oferecendo vários serviços para o cidadão, em parceria com a Prefeitura Municipal de Redenção, com a Defensoria Pública do Estado do Pará e Ministério Público, em novembro de 2024.
- **Coordenadoria de Mediação e Conciliação – I Congresso de Mediação e Conciliação: desafios, Inovações e Boas Práticas –** Evento que visou a fomentar a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses no âmbito Estadual, com uma análise aprofundada dos desafios e boas práticas na área e compartilhamento de experiências bem-sucedidas, em dezembro de 2024.
- **Coordenadoria de Mediação e Conciliação – Curso de Técnicas de Mediação de Conflitos para Conselheiros Tutelares –** Capacitação específica para atuação dos conselheiros junto à proteção de crianças e adolescentes , em 2025.
- **Coordenadoria de Mediação e Conciliação – Mediação Escolar –** Projeto direcionado às escolas públicas, através de parceria com a Secretaria de Educação – 2025.

Novas instalações do CEJUSC Tucuruí

ÉRIKA MIRANDA

Coordenadoria de Justiça Restaurativa

Iniciativas restaurativas e comunitárias

Projetos inovadores como o "Histórias de Família" e o "PAZcificando na Usina" promoveram a resolução de conflitos com foco na reparação emocional e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A participação no projeto "Meninas e Mulheres do Marajó" reforçou o compromisso do NUPEMEC com a inclusão e a Justiça social.

- **Termo de Cooperação Técnica com a SEDUC** - com o objetivo de formar 800 facilitadores(as) para atuar em situações conflituosas no âmbito escolar, como forma de prevenção ao conflito intraescolar e à violência juvenil – 2024.
- **Projeto Histórias de Família -** Atende a demandas processuais, com uso da metodologia do círculo de construção de paz e Justiça Restaurativa. Visa a proporcionar aos participantes a reparação de danos emocionais e o fortalecimento de vínculos familiares fragilizados pelo processo de ruptura conjugal – 2024.
- **PROJETO PAZcificando NA USINA -** Integrado às atividades desenvolvidas na Usina da Paz Cabanagem, o projeto é realizado pela Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) e pelo 2° CEJUSC – Casa de Justiça e Cidadania, com o atendimento das demandas da comunidade do entorno da Usina da Paz- Cabanagem, através das metodologias da mediação de conflitos e dos círculos restaurativos – 2023.
- **Atuação no Projeto Meninas e Mulheres do Marajó** - no Município de Soure e Salvaterra – 2024.

RICARDO LIMA

Infraestrutura

ÉRIKA MIRANDA

A presidente do TJPA, desª. Nazaré Silva Gouveia, recebeu, ao lado do vice-presidente do TJPA, des. Roberto Gonçalves de Moura, e do corregedor-geral de Justiça do Pará, des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, as chaves do imóvel ilustrado abaixo

Área do imóvel onde se encontra em execução o novo complexo judicial de 1º Grau e administrativo do Poder Judiciário do Pará

ÉRIKA MIRANDA

TJPA inaugura novas instalações do Fórum de Oriximiná

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração do novo Fórum da Comarca de São Félix do Xingu, com a presença do governador Helder Barbalho e da vice-governadora Hanna Ghassan

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração do novo Fórum da Comarca de Concórdia do Pará

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração da Vara de Juizado Cível e Criminal da Comarca de Altamira

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração da Sala de Juízes e Juízas Auxiliares da Capital no Fórum Cível de Belém

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração das novas instalações do NUPEMEC no Fórum Cível de Belém

ÉRIKA MIRANDA

Inauguração da unidade do Lab Pai D'égua na Comarca de Marabá

RICARDO LIMA

Inauguração da unidade do Lab Pai D'égua e CEAV na Comarca de Santarém

RICARDO LIMA

Novas instalações do CEJUSC da Comarca da Paragominas

UCHÔA SILVA

Instalação da 4ª Vara de Juizado da Fazenda Pública de Belém

Investimentos garantem estruturas eficientes e acessíveis

Reformas, construções e ações estratégicas reforçam a segurança e a acessibilidade dos serviços judiciais no Pará

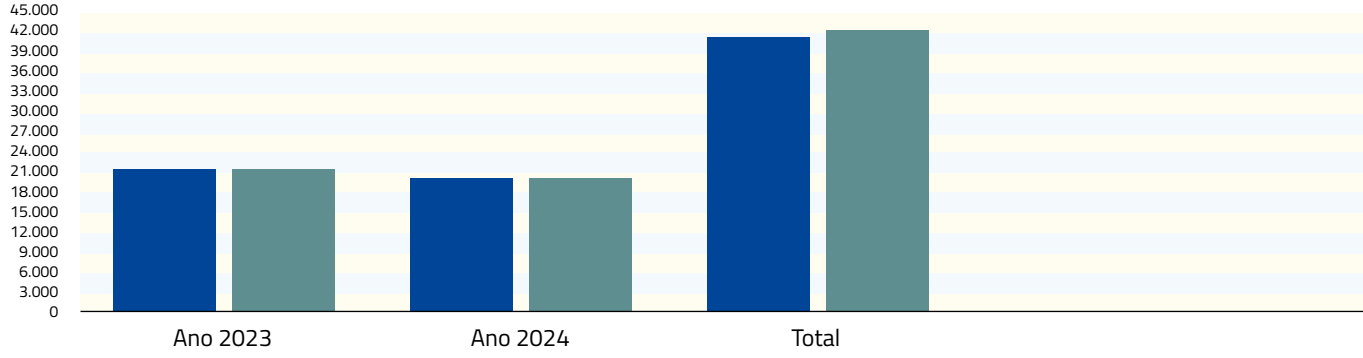
O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) avançou significativamente na modernização de sua infraestrutura, com reformas, ampliações e construções que abrangem Fóruns, sedes administrativas e laboratórios de inovação. As ações reforçam a prestação jurisdicional em regiões urbanas e remotas, além de promover maior eficiência e acessibilidade.

Foram investidos cerca de 19,3 milhões de reais em serviços de engenharia nos polos administrativos do interior do Estado

Quantitativo de expedientes tramitados via Siga-DOC pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura – SEA/TJPA

Ressalta-se que, no ano de 2023 e 2024, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA/TJPA) tratou de cerca de 42.000 processos, conforme gráfico a seguir:

Quantidade de Siga-Docs tratados pela Secretaria de Engenharia Anos 2023 e 2024



Entrega dos serviços de revitalização do Fórum de Vigia

ÉRIKA MIRANDA

ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$)	STATUS
01	Contrato 026/2022	Obra de reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum de Santarém-PA.	**581.972,27**	Concluída
02	Contrato 024/2022	Obra de reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum Criminal de Belém-PA.	**1.717.387,95**	Concluída
03	Contrato 081/2022	Obra de reforma do Fórum de Cametá-PA.	**587.163,72**	Concluída
04	Contrato 078/2022	Construção do novo Fórum de São Félix do Xingu-PA (ted Gov. do Estado).	**3.947.323,20**	Concluída
05	Contrato 088/2022	Obra de construção do muro de arrimo e drenagem do Fórum de Medicilândia-PA.	**1.047.135,29**	Concluída
06	Contrato 040/2022	Obra de construção do novo Fórum de Concórdia do Pará	**1.897.376,96**	Concluída
07	Contrato 058/2022	Obra de ampliação e reforma do Fórum de Oriximiná-PA	**2.619.181,55**	Concluída

ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$)	STATUS
08	Contrato 112/2023	Obra de reforma de imóvel para funcionamento da nova sede da Escola Judicial	**6.422.829,44**	Concluída
09	Contrato 022/2023	Construção do prédio anexo ao Fórum de Castanhal-PA	**6.567.268,70**	80% Executada
10	Contrato 113/2023	Obra de ampliação e reforma do Fórum de Tailândia	**3.346.442,93**	Concluída
11	Contrato 028/2024	Obra de reforma e ampliação do Fórum de Barcarena	**4.690.052,97**	66% Executada
12	Contrato 021/2024	Reforma parcial do Fórum da Comarca de Santarém	**1.235.766,71**	68% Executada
13	Novo contrato 094/2024	Obra de conclusão da construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá-PA.	**1.273.209,36** Valor da obra de conclusão	Concluída
14	Novo contrato 091/2024	Obra de conclusão da construção do novo Fórum de Salinópolis-PA (ted Gov. do Estado).	**2.938.182,84** Valor da obra de conclusão	Concluída
15	Novo contrato 041/2022	Obra de conclusão da construção do prédio anexo ao Fórum de Marituba-PA.	**2.088.274,00** Valor da obra de conclusão	Obra retomada em setembro de 2024 15% Executada Obra paralisada em 2023 com 54% executado
		Total	**40.959.567,89**	

DADOS OBTIDOS EM 16/12/2024 – CONTROLE DE OBRAS DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Obra de reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum de Santarém

Esta obra foi concebida em decorrência da necessidade de atualização e modernização das instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico da edificação, com a adequação às normas vigentes e consequentemente prover maior segurança aos jurisdicionados, servidores e magistrados. A obra teve um custo final de R$ 581.972,27e encontra-se concluída.

Obra de reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum Criminal de Belém

Esta obra foi concebida em decorrência da necessidade de atualização e modernização das instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico da edificação, com a adequação às normas vigentes e consequentemente prover maior segurança aos jurisdicionados, servidores e magistrados. A obra teve um custo final de R$ 1.717.387,95 e encontra-se concluída.

Obra de reforma do Fórum de Cametá

O Fórum da Comarca de Cametá, com área construída de 687,00 m², passou por reforma em sua infraestrutura hidrossanitária, drenagem, cobertura, incluindo também reorganização de espaços para a criação de banheiros acessíveis,

Ressalta-se que neste serviço foi priorizada a construção de caixa d'água com castelo elevado, cisterna e poço artesiano para o abastecimento de água potável do imóvel, pois anteriormente este sistema era precário devido à deficiência de abastecimento de água pelo ente municipal.

A obra teve um custo final de R$ 587.163,72 e encontra-se concluída.

Obra de construção do novo Fórum de São Félix do Xingu

O antigo Fórum de São Félix do Xingu possuía limitações em sua infraestrutura física, principalmente em relação à possibilidade de ampliação dos serviços prestados, bem como, à existência de barreiras físicas que dificultavam a acessibilidade da edificação. Então, o projeto do novo Fórum foi concebido e direcionado para atender a melhorias na prestação dos serviços jurisdicionais, além de questões estruturais.

A obra foi viabilizada através do Termo de Cooperação Técnica n. 002/2021 firmado com o Governo do Estado do Pará – assinado em agosto de 2021.

Ressalta-se que o custo da obra foi de R$ 3.922.497,13, com área de construção de 861,44 m² e urbanização de 271,58 m², com capacidade para funcionamento de duas varas, salão do júri, carceragem, sala do depoimento especial, serviços de apoio e banheiros acessíveis.

Obra de construção do muro de arrimo e drenagem do Fórum de Medicilândia

O bairro onde está localizado o Fórum de Medicilândia possui um perfil geológico com elevados desníveis entre as ruas. Na região do Fórum o desnível em relação ao terreno do vizinho que faz limite com os fundos do terreno é de aproximadamente 8,00 m. Diante dessa situação, visando a agir preventivamente, de forma a garantir a estabilidade do terreno onde está localizado o Fórum, fez-se necessária a construção de um muro de arrimo em concreto armado que tem a função de conter o talude existente, reforçando a segurança da estrutura da edificação contra qualquer movimentação do maciço de terra na divisa do terreno.

Foi realizada ainda obra de drenagem de águas pluviais, e a adequação do sistema de esgoto para que o efluente seja tratado por uma Estação de Tratamento de Esgoto compacta, uma vez que a utilização de sumidouro

como é atualmente, pode provocar erosão no terreno.

Ressalta-se que apesar do contrato se ter efetivado em dezembro de 2022, essa obra teve seu início adiado em virtude do período chuvoso. O custo é de R$ 1.047.135,29 com prazo de execução de quatro meses.

Obra de construção do novo Fórum de Concórdia do Pará

A antiga edificação onde funcionava o Fórum de Concórdia do Pará sofreu um incêndio em fevereiro de 2017, desde então a Unidade Judiciária vinha funcionado provisoriamente na antiga residência oficial da comarca que não dispunha de área suficiente para abrigar todos os ambientes necessários. Diante desta situação, a obra de construção do novo Fórum de Concórdia do Pará veio para solucionar este problema.

A obra de construção do novo fórum com 442,83 m² de construção contempla espaços para uma vara, salão do júri, sala de depoimento especial, banheiros acessíveis, entre outros ambientes necessários ao bom funcionamento da unidade judiciária.

O custo final da obra, retomada após rescisão contratual com a construtora inicialmente contratada, foi de R$ 1.816.835,16.

Obra de ampliação e reforma do Fórum de Oriximiná

Reforma Geral do Fórum atual, com área construída de 256,80m², e ampliação de sua infraestrutura através da construção de prédio Anexo aproveitando o mesmo terreno, com área construída de 491,54m².

A nova edificação contempla, além do espaço de uma vara, salão do júri, carceragem, sala de depoimento especial, banheiros acessíveis, entre outros ambientes necessários ao bom funcionamento do Fórum.

O custo da obra foi de R$ 2.619.181,55.

Obra de reforma de imóvel para funcionamento da nova sede da Escola Judicial

Considerando o aumento da população e dos negócios na Região Metropolitana de Belém e no Estado do Pará, o que reflete no crescimento significativo de demandas relacionadas à prestação jurisdicional e como consequência a necessidade de uma melhor qualificação de magistrados e servidores, visando ao fortalecimento da instituição e a excelência na prestação deste serviço, o TJPA vem investindo continuamente na qualificação do seu quadro funcional e na melhoria dos espaços de treinamento.

Diante desta necessidade de avanço, no sentido de poder contar com um espaço educacional próprio e adequado às atuais necessidades, é que o imóvel localizado na Rua Antônio Barreto foi adquirido.

O espaço possui uma infraestrutura adequada e moderna, viabilizando uma atuação mais ágil e eficiente do Poder Judiciário na região.

O custo da obra foi de R$ 6.422.829,44.

Obra de construção do prédio anexo ao Fórum de Castanhal

A infraestrutura física do Fórum de Castanhal atualmente não comporta mais adequadamente às necessidades de jurisdicionados, magistrados e servidores. Com o objetivo de ampliar a infraestrutura foram adquiridos imóveis adjacentes ao Fórum com o objetivo de viabilizar a execução da obra de construção do prédio anexo.

Atualmente a obra encontra-se 80% executada, estando com seu custo orçado em R$6.567.268,70.

Obra de ampliação e reforma do Fórum de Tailândia

A obra de ampliação e reforma do Fórum de Tailândia visa prover infraestrutura mais adequada e moderna ao público interno e jurisdicionado de forma geral. A ampliação e modernização da edificação trouxe condições mais adequadas à execução de tarefas, o que viabiliza uma atuação mais ágil e eficiente do Poder Judiciário na região.

O custo foi de R$3.346.442,93.

Obra de ampliação e reforma do Fórum de Barcarena

A obra de ampliação e reforma do Fórum de Barcarena visa a prover infraestrutura mais adequada e moderna ao público interno e jurisdicionado de forma geral. A ampliação e modernização da edificação trará condições mais adequadas à execução de tarefas, o que poderá viabilizar uma atuação mais ágil e eficiente do Poder Judiciário na região.

Atualmente a obra encontra-se 66% executada, estando com seu custo orçado em R$4.690.052,97.

Reforma parcial do Fórum da Comarca de Santarém

Com o aumento da população e dos negócios na região Santarém, a demanda pela prestação jurisdicional tende a crescer significativamente, necessitando também de uma melhor infraestrutura judiciária, com vistas ao desenvolvimento das atividades finalísticas de forma a atender às expectativas da população em relação à eficiência da justiça no Estado.

Especificamente no Fórum da Comarca de Santarém, diversos serviços de engenharia e manutenção preventiva e corretiva têm sido realizados nos últimos anos, necessitando, portanto, de intervenções mais significativas como forma de reduzir as demandas por manutenções, além de melhorar e adequar a edificação à realidade atual.

Custo orçado em R$1.235.766,71.

Obra de construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá

A construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá foi prevista principalmente em razão do Fórum atual se encontrar instalado na antiga residência oficial, adaptada para essa finalidade, não comportando o programa de necessidades de um Fórum em sua totalidade.

Com 643 m² de construção, a obra deste Novo Fórum contemplará espaços para instalação de duas varas, salão do júri, sala de depoimento especial, banheiros acessíveis, entre outros ambientes necessários ao bom funcionamento daquela unidade judiciária.

Atualmente a obra encontra-se 63% executada, tendo sido distratada em 2023 e retomada agora em agosto de 2024.

Obra de construção do novo Fórum de Salinópolis

O Fórum de Salinópolis possuia limitações de infraestrutura física principalmente em relação à possibilidade de ampliação dos serviços prestados, bem como, carência dos elementos de acessibilidade, tais como: elevadores, banheiros e circulações adequadas.

Então, foi concebido um projeto direcionado para as melhorias na prestação dos serviços jurisdicionais. As atividades propostas para a nova edificação abrangeram procedimentos afetos ao sistema da justiça comum e juizado especial. Nesse sentido, a obra de construção do novo Fórum veio como forma de ampliar a capilaridade, fortalecendo a prestação jurisdicional.

A obra foi viabilizada através do Termo de Cooperação Técnica n. 001/2021 firmado com o Governo do Estado do Pará, assinado em agosto de 2021.

O prédio final conta com uma área de construção de 1.583 m² e urbanização de 944 m², com capacidade para funcionamento de três varas, juizado especial; contemplando também espaços para salão do júri, carceragem, sala do depoimento especial, serviços de apoio, banheiros acessíveis e elevador.

Obra de construção do prédio anexo ao Fórum de Marituba

Em decorrência da existência de limitações em relação à infraestrutura física do Fórum de Marituba, sobretudo considerando o funcionamento de quatro Varas, a solução apresentada como forma de permitir a sua ampliação, foi a construção de um edifício Anexo I com 1.520 m² de área construída, de forma a contemplar espaços para mais três varas, salão do júri, carceragem, salas de depoimentos especial, CEJUSC, serviços de apoio, banheiros acessíveis, elevadores e outros setores.

Atualmente a obra encontra-se 54% executada, tendo sido distratada em 2023 e retomada agora em setembro de 2024.

Outras ações

ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
1	Ampliação e modernização da subestação elétrica do edifício-sede	Concluído
2	Instalação da CEVID na Casa Amarela II	Concluído
3	Criação de sala de apoio à amamentação no edifício-sede e Fórum Cível	Concluído
4	Modernização do Plenário Pojucan Tavares e sala de reunião da Presidência	Concluído
5	Serviço de impermeabilização da cobertura do Fórum Criminal	Concluído
6	Implantação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais	Concluído
7	Instalação do Laboratório de Inovação em Marabá	Concluído
8	Instalação do Laboratório de Inovação em Santarém	Concluído

ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
9	Instalação do Laboratório de Inovação em Altamira	Concluído
10	Revitalização da pintura externa: Prédio dos(as) desembargadores(as) e Anexo I	Concluído
11	Instalação do Laboratório de Inovação em Redenção	Em execução
12	Nova sede da Secretaria de Informática – adequação de prédio antigo Salesiano do Trabalho	Em execução
13	Modernização do sistema de refrigeração do edifício-sede	Em licitação

Ampliação e modernização da subestação elétrica do edifício-sede

Instalação da CEVID na Casa Amarela II

Criação de sala de apoio à amamentação no edifício-sede e Fórum Cível

Criação de sala de apoio à amamentação no Fórum de Ananindeua

Serviço de impermeabilização da cobertura do Fórum Criminal de Belém

Modernização do Plenário Pojucan Tavares, hall da Presidência, banheiros e Sala de Reunião

ANTES

DEPOIS

Implantação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais

Instalação do Laboratório de Inovação em Marabá

Instalação do Laboratório de Inovação em Santarém

Instalação do Laboratório de Inovação em Altamira

Revitalização da pintura externa: Prédio dos Desembargadores e Anexo I

Instalação do Laboratório de Inovação em Redenção

Nova sede da Secretaria de Informática – adequação do antigo prédio Salesiano do Trabalho

Centro de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário do Pará: Parte integrante do complexo Judiciário da Comarca da Capital

O Centro de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará foi concebido para atender à crescente demanda impulsionada pela transformação digital da sociedade e dos processos, que está sob a responsabilidade da Secretaria de Informática. É a primeira etapa do projeto do novo Complexo Judiciário da Comarca da Capital, situado à Av. Pedro Miranda, em área de 27.464,43m², que é composto também por dois novos edifícios de múltiplos pavimentos.

Os edifícios foram projetados pelo corpo técnico da Secretaria de Engenharia e Arquitetura para refletir o conceito de transparência do Poder Judiciário, tendo como premissa a sustentabilidade e a acessibilidade, em acordo com os objetivos estratégicos de promoção de justiça.

O Centro de Tecnologia e Informação do PJPA será alocado na antiga Escola Salesiana do Trabalho, contando com 2.656,84m² de área construída, em dois pavimentos. O projeto de revitalização buscou atender a necessidade de modernização das instalações e também conservar elementos históricos que marcam a arquitetura modernista no Pará, tal como o pátio posterior e o arco da fachada principal.

Nesse contexto, a nova instalação está apta a abrigar a equipe da Secretaria (exceto as equipes de apoio residentes nos edifícios) e a sua possível expansão, podendo, sem obras, ter incremento de até 50% do contingente em alguns setores. Na época da elaboração do projeto, 139 servidores(as) seriam transferidos para as novas instalações, hoje, nominalmente, a transferência será de 163 pessoas, sem que seja necessária qualquer intervenção, pois o prédio possui 198 postos de trabalho ativos, que possibilitam o trabalho integrado por projeto.

A arquitetura tanto permite a integração das equipes, como também o trabalho em espaços reservados, conta com quatro salas grandes para abrigar o Gabinete e a Governança, o Suporte Técnico, o Atendimento ao Usuário e as Aplicações, além de laboratório, depósitos, sala de múltiplo uso, sala de reunião, áreas de descompressão e convivência, áreas técnicas e de apoio.

A execução da obra é de responsabilidade de uma empresa terceirizada da Vale SA, tendo sido viabilizada pelo Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Pará, via Secretaria de Obras, através do Programa Estrutura Pará. Esta parceria resultou no atendimento de 94% do Índice de Gestão Ambiental, conforme legislação ambiental aplicável, referendando o sucesso da cooperação.

Salas de depoimento especial

A Secretaria de Engenharia e Arquitetura alcançou avanços significativos na criação e na adaptação de salas de depoimento especial, atendendo a uma demanda essencial para o aprimoramento das condições de atendimento e proteção de vítimas e testemunhas.

Com foco na humanização dos espaços e na implementação de infraestrutura moderna e eficiente, a Secretaria desenvolveu um projeto que não apenas garante a adequação técnica e funcional dos ambientes, mas também proporciona conforto e segurança aos(às) usuários(as). O projeto envolveu cuidados especiais com instalações elétricas e lógicas, além do mobiliário, respeitando normas e especificações técnicas detalhadas.

Cada sala de depoimento especial foi projetada para conter, no mínimo, um ponto elétrico e um ponto lógico de rede, que viabilizam a ligação dos equipamentos de vídeo, áudio e gravação, essenciais para o registro adequado dos depoimentos. Além disso, foi instalado um ponto elétrico próximo a uma das poltronas, destinado à ligação do notebook do técnico responsável pela operação dos equipamentos.

As salas também foram cuidadosamente mobiliadas, com peças diferenciadas que contribuem para a criação de um ambiente acolhedor e adequado à natureza sensível dos depoimentos.

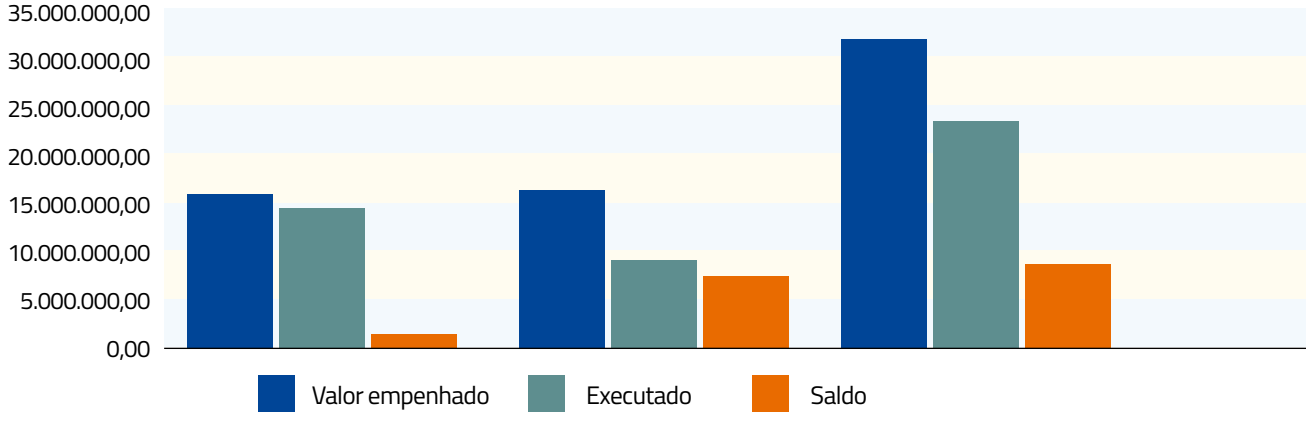
Até o momento, 21 salas de depoimento especial foram concluídas, atendendo de forma eficiente as necessidades dos tribunais. Além disso, outras sete salas estão programadas para serem entregues em janeiro de 2025, ampliando ainda mais a capacidade de atendimento e melhorando as condições de trabalho dos profissionais envolvidos nos processos judiciais.

Salas de depoimento especial do Estado do Pará

	COMARCAS / FÓRUM	SITUAÇÃO ATUAL	GESTÃO	TOTAL
1	Acará	Concluída	Biênio 2023-2025	
2	Afuá	Concluída	Biênio 2023-2025	
3	Almeirim	Concluída	Biênio 2023-2025	
4	Augusto Correa	Concluída	Biênio 2023-2025	
5	Aurora do Pará	Concluída	Biênio 2023-2025	
6	Barcarena	Concluída	Biênio 2023-2025	
7	Concórdia do Pará	Concluída	Biênio 2023-2025	
8	Garrafão do Norte	Concluída	Biênio 2023-2025	
9	Igarapé-Miri	Concluída	Biênio 2023-2025	
10	Medicilândia	Concluída	Biênio 2023-2025	
11	Mocajuba	Concluída	Biênio 2023-2025	
12	Mosqueiro (distrito)	Concluída	Biênio 2023-2025	
13	Rurópolis	Concluída	Biênio 2023-2025	28 salas
14	Salvaterra	Concluída	Biênio 2023-2025	
15	São Caetano de Odivelas	Concluída	Biênio 2023-2025	
16	São Félix do Xingu	Concluída	Biênio 2023-2025	
17	São Francisco do Pará	Concluída	Biênio 2023-2025	
18	São Geraldo do Araguaia	Concluída	Biênio 2023-2025	
19	Ulianópolis	Concluída	Biênio 2023-2025	
20	Oriximiná	Concluída	Biênio 2023-2025	
21	Portel	Concluída	Biênio 2023-2025	
22	Anapu	Concluída	Biênio 2023-2025	
23	Breu Branco	Concluída	Biênio 2023-2025	
24	Canaã dos Carajás	Concluída	Biênio 2023-2025	
25	Ourilândia do Norte	Concluída	Biênio 2023-2025	
26	Porto de Moz	Concluída	Biênio 2023-2025	
27	Rondon do Pará	Concluída	Biênio 2023-2025	
28	Limoeiro do Ajuru	Concluída	Biênio 2023-2025	

Serviços de Engenharia / Manutenção executados em 2023 e 2024

ANO	VALOR EMPENHADO	EXECUTADO	SALDO
2023	**15.678.633,10**	**14.298.444,38**	**1.380.188,72**
2024	**16.146.717,47**	**8.940.298,46**	**7.206.419,01**
Total	**31.825.350,57**	**23.238.742,84**	**8.586.607,73**

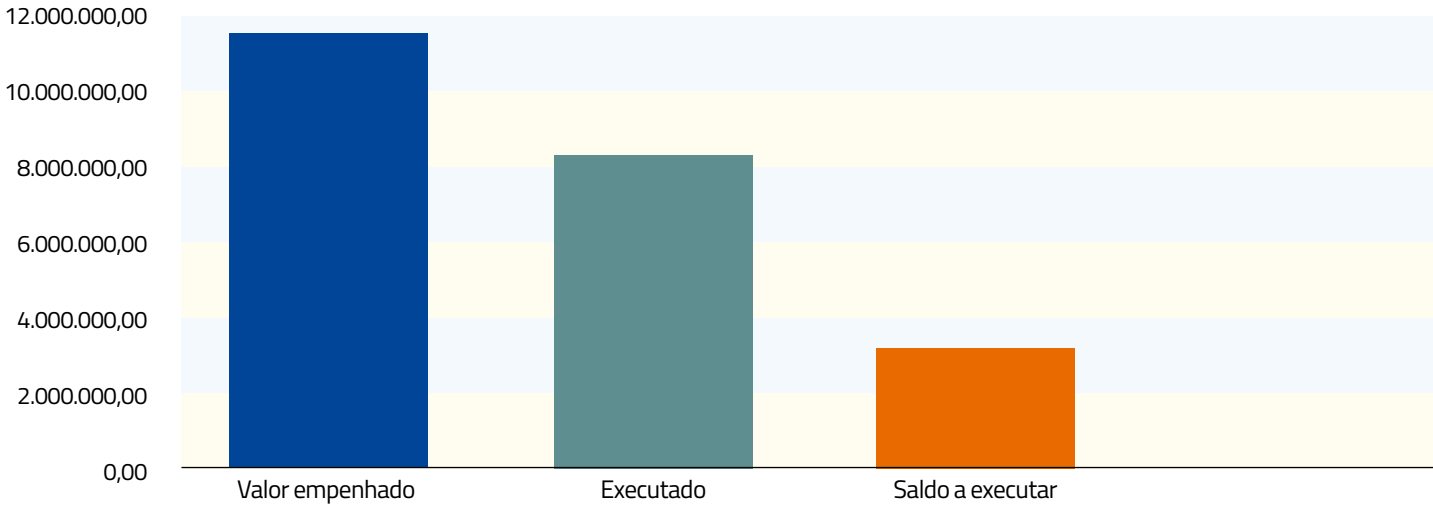


DADOS OBTIDOS EM 16/12/2024 DO CONTROLE DE NOTAS DE EMPENHO DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
(NESTE LEVANTAMENTO NÃO FORAM CONTABILIZADOS PAGAMENTOS RELATIVOS A OBRAS LICITADAS E SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

Serviços de engenharia / manutenção predial nos imóveis da Região Metropolitana

Em 2023 e 2024, nos prédios que compõem o Polo Administrativo Central – Região Metropolitana, foram empenhados serviços de engenharia/manutenção predial na ordem de 11,5 milhões de reais.

Serviços de Engenharia / Manutenção Predial Polo Central



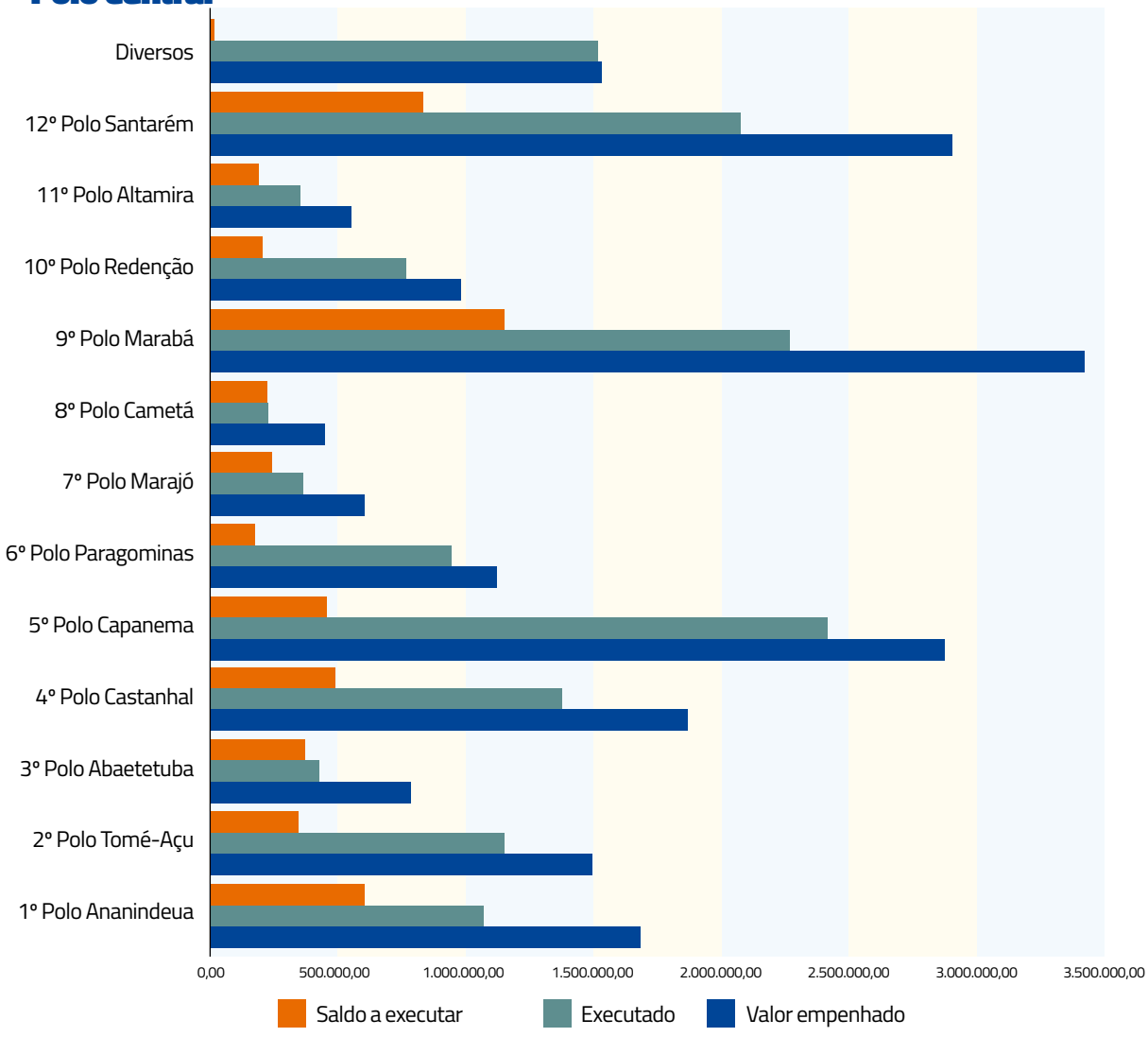
DADOS OBTIDOS EM 16/12/2024 DO CONTROLE DE NOTAS DE EMPENHO DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

(NESTE LEVANTAMENTO NÃO FORAM CONTABILIZADOS PAGAMENTOS RELATIVOS A OBRAS LICITADAS E SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

Serviços de engenharia / manutenção predial nos imóveis do interior do Estado

Em 2023 e 2024, nos prédios que compõem os Polos Administrativo do Interior do Estado, foram empenhados serviços de engenharia/manutenção predial na ordem de aproximadamente 20,2 milhões de reais.

Serviços de engenharia / manutenção predial
Polo Central



DADOS OBTIDOS EM 16/12/2024 DO CONTROLE DE NOTAS DE EMPENHO DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

(NESTE LEVANTAMENTO NÃO FORAM CONTABILIZADOS PAGAMENTOS RELATIVOS A OBRAS LICITADAS E SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

Serviços de engenharia/manutenção

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
01	Fórum de Mocajuba: reparos na cobertura do prédio e impermeabilização, pintura geral e serviços internos.	Executado
02	Fórum de Santa Izabel do Pará: adequação da fachada para passagem segura de presos, pintura, substituição de quadros elétricos, entre outros.	Executado
03	Fórum de São Caetano de Odivelas: substituição de toda a cobertura do prédio.	Executado
04	Fórum de Curuçá: limpeza de terreno, elevação do muro e pintura.	Executado
05	Fórum de Dom Eliseu: troca da cobertura com retirada da calha central e instalação de estrutura metálica.	Executado
06	Fórum de Mãe do Rio: pintura interna e externa.	Executado

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
07	Fórum de Peixe-Boi: recuperação de cobertura, troca de piso cerâmico de todo o Fórum e pintura geral.	Executado
08	Fórum Cível da Capital: recuperação do telhado.	Executado
09	Prédio-sede: adequação do espaço semienterrado com rebaixamento de piso para elevação de pé-direito.	Executado
10	Prédio-sede: revitalização do espaço destinado à Divisão de Transporte	Executado
11	Fórum Criminal: pintura da garagem	Executado
12	Fórum Cível: adequação de espaço para o novo NUPEMEC.	Executado
13	Fórum Cível: adequação de espaço para instalação da 15ª Vara Cível e Empresarial.	Executado
14	Almoxarifado central: pintura geral e revisão do telhado com impermeabilizaçãom de calhas.	Executado
15	Juizado do Marco: adequação de espaço para instalação do 2º CEJUSC.	Executado
16	Juizado da Pedreira: adequação de espaço para instalação da 5ª e 6ª Vara Cível.	Executado
17	Fórum de Rio Maria: revisão da cobertura com impermeabilização de lajes e calha, pintura interna parcial e pintura externa.	Executado
18	Fórum de Parauapebas: substituição total da cobertura do prédio, recuperação de forro, entre outros.	Executado
19	Fórum de Itupiranga: substituição total da cobertura do prédio, pintura geral interna e externa, recuperação de forro, elevação de muro, entre outros.	Executado
20	Fórum de Almeirim: pintura geral; substituição da cobertura e forro do prédio; adequação elétrica e lógica; substituição de piso e instalação de banheiro acessível.	Executado
21	Fórum de Terra Santa: pintura geral e recuperação da cobertura.	Executado
22	Fórum de Uruará: revisão da cobertura do prédio, pintura geral, entre outros.	Executado
23	Fórum de Santarém: pintura da fachada, recuperação de calçada externa com acessibilidade, nova infraestrutura de esgoto e substituição de telhado da lanchonete, entre outros.	Executado
24	Fórum de Prainha: pintura geral, construção de garagem, adequação elétrica e lógica, entre outros.	Executado
25	Fórum de Monte Alegre: construção de reservatório elevado, entre outros.	Executado
26	Fórum de Marabá: recuperação da pele de vidro da fachada; adequação do espaço do antigo arquivo para instalação do CEJUSC; adequação dos espaços da central de atermação, da secretaria e da equipe interdisciplinar; ampliação da copa do bloco do salão do juri; pintura geral; entre outros.	Executado
27	Fórum de São Geraldo do Araguaia: recuperação de toda a cobertura do prédio, substituição de forro com substituição de luminárias, pintura geral, entre outros.	Executado
28	Fórum de Santana do Araguaia: pintura geral, impermeabilização da cobertura, revisão elétrica e hidráulica.	Executado
29	Fórum de Redenção: pintura geral, revisão elétrica e hidráulica, entre outros.	Executado
30	Fórum de Igarapé Miri: pintura geral, adequação das instalações elétricas e de ambientes internos.	Executado
31	Fórum de Marapanim: troca de parte do telhado, recuperação do muro e calçamento, pintura geral, entre outros.	Executado
32	Fórum de Vigia: substituição de toda a cobertura, recuperação de calçada, entre outros.	Executado
33	Fórum de Paragominas: instalação do CEJUSC.	Executado
34	Fórum de Santarém Novo: pintura geral, acessibilidade, adequação de espaços entre outros.	Executado

Fórum de Mocajuba: reparos na cobertura do prédio e impermeabilização, pintura geral e serviços internos

Fórum de Santa Izabel do Pará: adequação da fachada para passagem segura de presos, pintura, substituição de quadros elétricos, entre outros

Fórum de São Caetano de Odivelas: substituição de toda a cobertura do prédio

Fórum de Curuçá: limpeza de terreno, elevação do muro e pintura

Fórum de Dom Eliseu: troca da cobertura com retirada da calha central e instalação de estrutura metálica

Fórum de Mãe do Rio: pintura interna e externa

Fórum de Peixe-Boi: recuperação de cobertura, troca de piso cerâmico de todo o Fórum e pintura geral

Fórum Cível da Capital: recuperação do telhado

Prédio-sede: adequação do espaço semienterrado com rebaixamento de piso para elevação de pé-direito

Prédio-sede: revitalização do espaço destinado à Divisão de Transporte

Fórum Criminal: pintura da garagem

ANTES

DEPOIS

Fórum Cível: adequação de espaço para o novo NUPEMEC

DEPOIS

Fórum Cível: adequação de espaço para instalação da 15ª Vara Cível e Empresarial

ANTES

DEPOIS

Almoxarifado Central: pintura geral e revisão do telhado com impermeabilização de calhas

ANTES

DEPOIS

Juizado do Marco: adequação de espaço para instalação do 2° CEJUSC

ANTES

DEPOIS

Juizado da Pedreira: adequação de espaço para instalação da 5ª e 6ª Varas Cíveis

Fórum de Rio Maria: revisão da cobertura com impermeabilização de lajes e calha, pintura interna parcial e pintura externa

ANTES

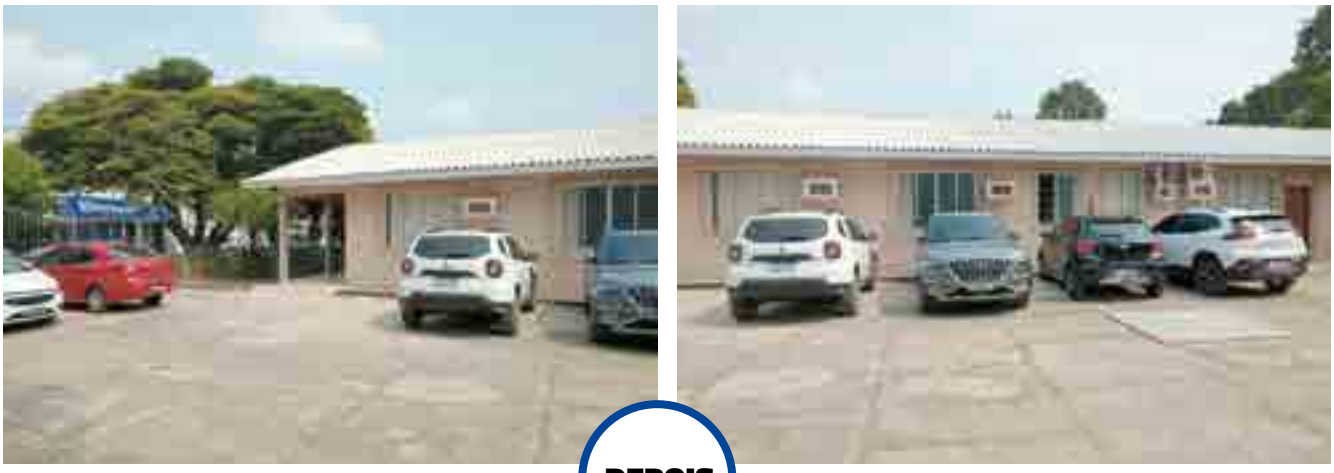
DEPOIS

Fórum de Parauapebas: substituição total da cobertura do prédio, recuperação de forro, entre outros

ANTES

DEPOIS

Fórum de Itupiranga: substituição total da cobertura do prédio, pintura geral interna e externa, recuperação de forro, elevação de muro, entre outros



Fórum de Almeirim: pintura geral, substituição da cobertura e forro do prédio, adequação elétrica e lógica, substituição de piso e instalação de banheiro acessível

Fórum de Terra Santa: pintura geral e recuperação da cobertura

Fórum de Uruará: revisão da cobertura do prédio, pintura geral, entre outros

Fórum de Santarém: pintura da fachada, recuperação de calçada externa com acessibilidade, nova infraestrutura de esgoto e substituição de telhado da lanchonete

ANTES

DEPOIS

Fórum de Prainha: pintura geral, construção de garagem, adequação elétrica e lógica, entre outros

ANTES

Fórum de Monte Alegre: construção de reservatório elevado, entre outros

Fórum de Marabá: recuperação da pele de vidro da fachada, adequação do espaço do antigo arquivo para instalação do CEJUSC, adequação dos espaços da central de atermação, da secretaria e da equipe interdisciplinar e ampliação da copa do bloco do salão do Júri

DEPOIS

DEPOIS

DEPOIS

Fórum de São Geraldo do Araguaia: recuperação de toda a cobertura do prédio, substituição de forro com substituição de luminárias, pintura geral, entre outros

Fórum de Santana do Araguaia: pintura geral, impermeabilização da cobertura, revisão elétrica e hidráulica

Fórum de Redenção: pintura geral, revisão elétrica e hidráulica, entre outros

DEPOIS

Fórum de Igarapé-Miri: pintura geral, adequação das instalações elétricas e de ambientes internos

ANTES

DEPOIS

Fórum de Marapanim: troca de parte do telhado, recuperação do muro e calçamento, pintura geral, entre outros

ANTES

DEPOIS

ANTES

DEPOIS

Fórum de Vigia: substituição de toda a cobertura, recuperação de calçada, entre outros

DEPOIS

ANTES

DEPOIS

Fórum de Paragominas: instalação do CEJUSC

ANTES

DEPOIS

Fórum de Santarém Novo: pintura geral, acessibilidade, adequação de espaços, entre outros

ANTES

DEPOIS

Institucional

UCHÔA SILVA

RICARDO LIMA

Ação da CEVID na praça Brasil, em Belém

RICARDO LIMA

Caminhada de Dia da Adoção promovida pela 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém

ÉRIKA MIRANDA

Dezenas de casais selaram a união no casamento comunitário na Comarca de Vigia

ÉRIKA MIRANDA

Ação social "Efetivando Direitos na Praça", coordenada pelo NUPEMEC, em 2023

Conselheiro do CNJ, ministro Vieira de Melo, visitou áreas de litígio fundiário em Benevides

UCHÔA SILVA

Mostra de Reinserção Social apresentou talentos de pessoas privadas de liberdade

ÉRIKA MIRANDA

Judiciário realizou a entrega simbólica de 2.506 equipamentos de informática a 28 instituições governamentais e não-governamentais

ÉRIKA MIRANDA

Estudantes sorteados com a edição comemorativa dos 150 anos de instalação do TJPA durante lançamento do concurso de redação

RICARDO LIMA

Equipamentos doados fizeram parte do parque tecnológico no processo de modernização, com avaliação feita pela Secretaria de Administração e pela Secretaria de Informática

ÉRIKA MIRANDA

Presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, durante o lançamento do concurso de redação pelo Sesquicentenário do TJPA

ÉRIKA MIRANDA

Exposição sobre os 150 anos de instalação do TJPA foi levada ao shopping Grão Pará

ÉRIKA MIRANDA

TJPA e TCM-PA assinaram acordo de Cooperação Técnica para trazer eficácia, eficiência e efetividade à responsabilidade na gestão fiscal

Juízes e juíza empossados(as) à 3ª Entrância

ÉRIKA MIRANDA

A presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, recebeu doação de 200 kg de alimentos não-perecíveis do Instituto de Direito Eleitoral e Político do Estado do Pará (IDEPPA) que foi repassada ao Estado do Rio Grande do Sul

RICARDO LIMA

Visita institucional do Conselho Nacional de Justiça para acompanhamento do Programa Justiça 4.0

UCHÔA SILVA

Vitaliciamento de juízes e juízas em Belém

TJPA aderiu ao Pacto Interinstitucional Pró-Equidade Racial, formulado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), que visa fomentar a isonomia no Estado por meio de uma atuação conjunta entre as instituições participantes, com foco em ações pedagógicas e orientadoras

ÉRIKA MIRANDA

TJPA e OAB-PA firmaram, em 2023, termo de compromisso de parceria institucional e cooperação para o enfrentamento das chamadas demandas predatórias

ÉRIKA MIRANDA

TJPA e Fasepa firmaram acordo de cooperação técnica para estabelecer colaboração essencial, a fim de implementar as audiências concentradas nas Unidades Socioeducativas de Belém e Região Metropolitana

ÉRIKA MIRANDA

Presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, entrega coletes balísticos a oficiais de Justiça

RICARDO LIMA

Vitaliciamento de juízes e juízas em Belém

UCHÔA SILVA

Presidente do TJPA, desembargadora Nazaré Gouveia, entregou Portarias de Remoção e Lotação a 12 juízes e juízas titulares nas Turma Recursais Permanentes

ÉRIKA MIRANDA

TJPA e a Prefeitura Municipal de Belém assinaram termo de cooperação técnica para custear despesas com o transporte dos oficiais de Justiça, quando o pedido for formulado pela Fazenda Pública Municipal em ações de execução fiscal processadas pelo Poder Judiciário do Pará

RICARDO LIMA

TJPA, 18 prefeituras, órgãos de segurança pública e proteção à mulher renovaram o compromisso para continuar fiscalizando o cumprimento de medidas protetivas, por meio da Patrulha Maria da Penha. Na ocasião, a Secretaria de Estado das Mulheres do Pará (SEMU) também aderiu ao acordo de cooperação técnica

Parcerias interinstitucionais e a celebração de acordos de cooperação técnica fortalecem a atuação conjunta entre Judiciário e a sociedade

UCHÔA SILVA

INTERINSTITUCIONAL

Cooperação aproxima Judiciário e sociedade

Objetiva facilitar o diálogo interno e entre órgãos para proporcionar o cumprimento de atos e agilização de rotinas

O Núcleo de Cooperação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará conclui o biênio com iniciativas que fortalecem a relação entre o Judiciário e a sociedade. O período foi marcado pela modernização da atuação institucional, ampliação das parcerias interinstitucionais e promoção de ações para melhorar a eficiência dos serviços judiciais.

Designação de juízes regionais e especializados

Com o aumento dos pedidos de cooperação, foram designados cinco juízes regionais e especializados para ampliar a atuação do Núcleo, atendendo de forma mais dinâmica e eficiente às demandas das diversas regiões do Pará. A medida promoveu um avanço na gestão dos pedidos, tanto em matérias especializadas quanto em auxílio regionalizado.

Divulgação e Promoção de Cooperação

Em 2023, o Núcleo realizou visitas institucionais, presenciais e virtuais, a órgãos internos e externos ao TJPA, incluindo instituições como a Universidade Federal do Pará, Varas de Família, Corregedoria Geral de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Tribunais de Contas do Estado e do Município. Essas ações visam a estimular a elaboração de acordos de cooperação técnica e protocolos de intenção para fortalecer a atuação conjunta.

Com o aumento dos pedidos de cooperação, foram designados cinco juízes regionais e especializados para atendimento de demandas

Atos concertados entre juízos

Foram implementados atos concertados entre diversos juízos, abrangendo desde as Varas de Família em Belém até ações integradas em Altamira, Redenção, Tucuruí e outras localidades. Esses acordos promoveram maior eficácia na resolução de conflitos e demandas judiciais específicas.

Projetos e parcerias

Participação em reuniões do Laboratório de Inovação sobre regulamentação da instalação dos Pontos de Inclusão Digital; a assinatura de Termos de Cooperação, como o que uniu o TJPA e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e a participação nas tratativas que culminaram com a criação da Rede de Cooperação, cujo termo foi assinado pelos Presidentes de Tribunais da Região Norte, no VIII Encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, em Manaus, destacaram-se entre as iniciativas do Núcleo. Outro marco foi a participação no evento "Judiciário Presente na Expo", em Redenção, realizado com o apoio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e da Coordenadoria dos Juizados Especiais, que aproximou o Judiciário da população por meio de serviços e homologação de acordos.

Atos concertados entre juízos

Os Juízos abaixo relacionados efetuaram, com orientação do Núcleo de Cooperação, atos concertados na forma dos arts. 66 a 69 do CPC e Resolução CNJ nº 350/2020.

JUIZOS COOPERANTES	OBJETO
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas de Família de Belém	Ato concertado envolvendo a mesma entidade familiar e distribuídos a partir deste ato para os juízos signatários
CEJUSC Redenção Juízo da Comarca de Conceição do Araguaia Juízo da Comarca de Santana do Araguaia	Ato concertado envolvendo a atuação do CEJUSC Redenção em atendimentos pré-processuais oriundos dos Municípios que integram o movimento forense das Comarcas que compõem a 13ª Região Judiciária, desprovidas de CEJUSC local
1ª a 3ª Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Altamira	Ato concertado envolvendo a mesma entidade familiar e distribuídos a partir deste ato para os juízos signatários
2ª a 4ª Varas da Fazenda da Capital	Permissão para que o Juízo da 4ª Vara da Fazenda da Capital requeira a instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR
1ª a 4ª Varas da Fazenda da Capital	Suscitação de conflito de competência de forma conjunta e cooperada
Vara Única de Breu Branco e CEJUSC Tucuruí	Implementar a realização de audiências de conciliação/ mediação cíveis de processos do JUÍZO 100% DIGITAL da Comarca de Breu Branco pelo CEJUSC de Tucuruí.

ÉRIKA MIRANDA

Participação no evento "Judiciário Presente na Expo", em Redenção, com o apoio do NUPEMEC e da Coordenadoria dos Juizados Especiais

Comitê Estadual de Saúde e NAT-Jus expandem atuação no Judiciário

Avanços incluem ampliação de capacitações e novos projetos estratégicos

O Comitê Estadual de Saúde e o Núcleo de Apoio Técnico às Demandas de Saúde (NAT-Jus/PA) desempenharam um papel essencial no fortalecimento do apoio técnico às demandas judiciais em saúde, consolidando sua relevância no sistema judiciário do Pará.

O número de solicitações de notas técnicas saltou de 60 (2018-2022) para 251 em apenas dois anos, refletindo maior confiança de magistrados(as) na ferramenta

Destaques de 2023

- **Participação em Eventos-Chave:**
- Curso "Acesso à Saúde: Teoria e Prática" – Palestra: "Medicamentos de Alto Custo". (março, Belém/PA).
- Congresso Paraense de Assistência Farmacêutica – Painel: "Judicialização do Acesso a Medicamentos no Pará: Desafios e Perspectivas" (abril, Belém/PA) .
- VI Jornada de Direito à Saúde (junho, Cuiabá/MT).
- Oficina 6-NATJUS (julho, Manaus/AM).
- III Fórum de Direito e Saúde (outubro, Belém/PA).
- Reunião da Coordenação do NAT-Jus/PA com a Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA) (abril, Belém/PA)
- Webinário "Tópicos Atuais Sobre a Judicialização da Saúde Suplementar" (maio, Belém/PA)
- Audiência Pública para elaborar e revisar os enunciados interpretativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o direito à saúde (maio, Belém/PA)
- Encontro do NAT-Jus/PA com o NAT-Jus/GO (novembro, Belém- PA)

- **Capacitações Locais e Regionais:**
- Oficina NAT-JUS Região Norte, promovida em parceria com o CNJ e o Hospital Sírio-Libanês.
- I Curso de Mediação em Saúde Pública e Suplementar, integrando plataformas on-line e magistrados(as).
- Workshop sobre Judicialização da Saúde, promovido

Oficinas capacitaram o corpo funcional nas questões judiciais de saúde

UCHÔA SILVA

pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA), em parceria com a Coordenadoria dos Juizados do TJPA e Turma Recursal da Fazenda Pública

- **Fortalecimento Institucional:**
- Lançamento do fluxograma de notas técnicas no sistema e-NATJUS para maior eficiência.
- Institucionalização do projeto "Falando sobre NAT-Jus/PA", facilitando o acesso de magistrados(as) ao núcleo.
- Aprovação do Plano Estadual ou Distrital de resolução adequada das demandas de assistência à saúde

Destaques de 2024

- **Continuidade e Expansão de Capacitações:**
- Oficina de apoio técnico à tomada de decisão judicial em Rondônia, em parceria com o CNJ e Ministério da Saúde.
- Participação em reunião on-line do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS)
- Participação no Webinário Jurisprudência do STJ em Saúde Suplementar e a Judicialização do Transtorno do Espectro Autista, organizado pela Escola Judicial do Estado de Roraima.

Formações foram realizadas em parceria com o Hospital Sírio Libanês

- Oficina para "Construção de Fluxos para Cumprimento de Ordens Judiciais em Demandas de Saúde Pública", com o Comitê Estadual de Saúde do Estado do Pará.
- Oficina de elaboração do Plano de Ação do Comitê Estadual de Saúde do Estado do Pará
- Participação em congressos, incluindo o II Congresso Farmacêutico do Pará e o Congresso COUNI.
- Palestra: Os Desafios na Solução de Demandas da Saúde sob a Perspectiva dos CEJUSC´s e Juizados Especiais, durante a abertura da VIII Semana Estadual de Conciliação do Judiciário e da I Semana Nacional dos Juizados Especiais no Pará
- Encontro sobre NAT-Jus, realizado em parceria com a Escola Judicial do Estado do Pará,

UCHÔA SILVA

- **Inovação e Integração:**
- Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) especializado em saúde, em convênio com a Procuradoria Geral do Estado.
- Aprovação e publicação do Plano Estadual para resolução de demandas de saúde, atendendo à Resolução CNJ nº 530/2023.

Desde sua implementação, o NAT-Jus/PA tornou-se uma ferramenta indispensável para os(as) magistrados(as) do Estado. O crescimento expressivo no número de notas técnicas solicitadas evidencia a consolidação da confiança na ferramenta e sua importância no embasamento de decisões judiciais.

Iniciativas impactam pessoas no campo e na cidade

Avanços na mediação de conflitos de terras e no fortalecimento da cidadania no Pará

A atuação da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) foi marcada por iniciativas que reforçam a garantia de direitos fundamentais, a prevenção de conflitos e a promoção de soluções consensuais, consolidando a presença do Judiciário junto à sociedade.

320 casais foram atendidos em casamentos comunitários promovidos pela Ouvidoria Agrária no biênio

Avanços em 2023

Audiências e mediação de conflitos

A Ouvidoria promoveu audiências públicas nas cinco Varas Agrárias do Estado: Castanhal, Redenção, Marabá, Santarém e Altamira. Esses encontros permitiram a identificação das necessidades regionais. Além disso, o Ouvidor Agrário esteve presente em reuniões operacionais para reintegrações de posse, como as das Fazendas Brasília, São Pedro e Fortaleza, em outubro de 2023.

O retorno das reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem foi um marco, somando seis encontros presenciais ao longo do ano. A Ouvidoria também contribuiu para debates da COP-30, em audiência realizada na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas.

Ações sociais e cidadania

Dois casamentos comunitários uniram 276 casais, totalizando 552 participantes, enquanto 300 cestas básicas foram doadas a comunidades vulneráveis das regiões agrárias. Em março, no Dia do Ouvidor, foram oferecidos serviços de emissão de documentos, acolhimento de demandas e consultoria jurídica, ampliando o acesso à cidadania.

Lançamento do Projeto "Revolução Agrária" e avanços em soluções fundiárias

ÉRIKA MIRANDA

Projetos e capacitação

O lançamento do Projeto "Revolução Agrária" e a realização de cursos sobre mediação de conflitos fundiários são ações que reforçam o protagonismo da Ouvidoria. O curso preparatório para mediadores, realizado em parceria com a Escola Judicial do Pará (EJPA), destacou-se entre as iniciativas educacionais.

Avanços em 2024

No segundo ano da gestão, a Ouvidoria intensificou a participação em oficinas e eventos nacionais, como a I Oficina de Soluções Fundiárias promovida pelo CNJ, em Brasília. A Comissão de Soluções Fundiárias realizou cinco reuniões, enquanto a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem ampliou sua agenda para oito encontros.

No mesmo ano, foram devolvidos 42 processos ao juízo de origem, dos quais 5 foram concluídos com acordo e 37 sem acordo.

Ações sociais como a 6ª edição do casamento comunitário, com distribuição de cestas básicas, que uniu 44 casais, e a emissão de documentos para regularização fundiária também ganharam destaque.

Na área de capacitação, a Ouvidoria sediou oficinas sobre inteligência artificial, promoveu cursos de formação de mediadores e conciliadores judiciais e participou do V Congresso Internacional de Direito Amazônico, da XXVI Jornada Jurídica da Fibra e do XVI Congresso Mundial de Direito Agrário.

Além disso, compilou relatórios das Visitas Técnicas realizadas no ano de 2024 pela Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) e lançou a segunda edição da revista da Ouvidoria Agrária, reafirmando o compromisso com a comunicação e a transparência.

Resultados obtidos

- Facilitação da regularização de imóveis rurais: trabalho desenvolvido em atendimento aos municípios das Varas Agrárias de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém;

- Fixação do homem no campo, por meio do trabalho na agricultura: o casamento comunitário é um dos incentivos;

- Diminuição dos conflitos em âmbito urbano e rural;

- Atuação na conscientização e capacitação dos pequenos produtores.

RICARDO LIMA

Ouvidoria Agrária promoveu casamentos comunitários

Canal é voz ativa da sociedade

É reafirmado o papel da Ouvidoria como ponte entre o Judiciário e a população, garantindo a inclusão e o acesso aos direitos fundamentais

Ações itinerantes levaram serviços essenciais a comunidades vulneráveis

A Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) consolidou-se como um importante canal de comunicação entre a sociedade e o Judiciário por meio do qual os cidadãos podem apresentar reclamações, críticas, elogios, solicitar informações e apresentar sugestões, visando à transparência e à prestação jurisdicional.

Sob a coordenação da Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, o órgão promoveu uma série de ações sociais, participou de eventos regionais e nacionais e lançou materiais informativos voltados à promoção dos direitos humanos.

Em 2023, a Ouvidoria esteve presente em encontros como o VIII Encontro Nacional do Colégio dos Ouvidores de Justiça, no Maranhão, e o I Encontro de Ouvidores Judiciais da Região Norte, em Roraima. Paralelamente, promoveu ações itinerantes como a "Efetivando Direitos", em parceria com o NUPEMEC, e iniciativas em Mosqueiro para regularização de documentos e emissão de títulos eleitorais.

No ano de 2024, destacou-se o lançamento da Cartilha "Direitos das Pessoas Idosas". A publicação contém informações claras e precisas direcionadas às pessoas idosas sobre seus direitos, maneiras de assegurá-los e os principais canais de atendimentos. Referida cartilha fora distribuída à população durante Ação Social ocorrida no dia 09/11/2024, em parceria com o NUPEMEC e o Comitê das Pessoas Idosas do Tribunal

Ouvidoria Judiciária promoveu atividades de aproximação com a sociedade

UCHÔA SILVA

de Justiça do Estado do Pará.

A ação em alusão ao Dia da Mulher, realizada em Belém em parceria com o Governo do Estado do Pará, ofereceu serviços médicos, odontológicos e apoio logístico a mulheres em situação de vulnerabilidade na Praça da República. Durante a ação, foi realizada uma caminhada organizada pela Coordenadoria de Saúde do TJPA, com a participação da Banda do Corpo de Bombeiros, e apresentação de cantores locais durante toda manhã de domingo.

Outra frente importante foi a distribuição de cartilhas e materiais educativos sobre direitos das mulheres e combate à violência doméstica, em ações como o projeto Meninas e Mulheres do Marajó.

Participação em eventos

As servidoras das Ouvidorias Judiciária e da Mulher participaram da Abertura da 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em 6 de março de 2023; da Roda de Conversa Avaliação sobre a Aplicação das Medidas Protetivas e as Inovações da Lei Maria da Penha em 11 de maio de 2023 e da Abertura da 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em 16 de agosto de 2023.

Além disso, a equipe participou dos cursos: Gestão em Ouvidoria, oferecido de forma virtual pela ENAP em 08 de fevereiro de 2023; Salve uma Mulher oferecido de

Ouvidorias Judiciária e da Mulher promoveram articulação com outras ouvidorias

UCHÔA SILVA

forma virtual pela ENAP em 09 de fevereiro de 2023 e 25 de abril de 2023 e Certificação em Ouvidoria, oferecido de forma virtual pela ENAP em outubro de 2023.

As Ouvidorias Judiciária e da Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Pará estiveram presentes, sendo representadas pela desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, nos seguintes eventos:

- COCEVID e 1ª Reunião das Ouvidorias da Mulher, ocorrido em fevereiro de 2023, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- VIII Encontro Nacional do Colégio dos Ouvidores de Justiça e I Encontro Nacional do Colégio das Ouvidorias Judiciais da Mulher, ocorrido no período de 03 a 05/05/2023, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
- I Encontro de Ouvidores Judiciais da Região Norte, ocorrido no período de 24 a 25/08/2023, no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;
- Reunião Ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias do Poder Judiciário, de forma virtual, ocorrida em 29/08/2023, pelo site do Conselho Nacional de Justiça;
- IX Encontro Nacional do Colégio dos Ouvidores de Justiça, ocorrido no período de 04 a 05/10/2023, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- I Encontro da Rede de Ouvidores do Estado do Pará: O Desafio das Ouvidorias na Amazônia Paraense para Garantir o Acesso aos Serviços Públicos de Qualidade, que ocorrido no período de 21 a 22/11/2023, no Auditório da Corregedoria Geral de Justiça;
- II Encontro do Colégio das Ouvidorias Judiciais da Mulher, ocorrido no período de 21 a 24/11/2023, no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- Capacitação de Ouvidorias, que ocorrido nos dias 27 e 29/11/2023, no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.
- Durante a gestão de 2023, as Ouvidorias Judiciária e da Mulher promoveu, em 25/03/2023, ação social em alusão ao Dia do Ouvidor, contando com a participação das Ouvidorias do TCE, TRT, TRE (emissão de títulos eleitorais e regularização eleitoral), Ouvidoria Agrária do TJPA, Ouvidoria Geral do Estado do Pará, Ouvidoria e Posto de Atendimento da Defensoria Pública do Estado do Pará, Central de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis; emissão de documento de identidade em parceria com a Polícia Civil; agendamento para emissão de Certidão de Nascimento em parceria com a Casa de Justiça e Cidadania. Participou, de forma itinerante, da Ação Social Efetivando Direitos, promovida pelo NUPEMEC, em 17/06/2023 e da Ação Social promovida pela OAB/PA em 12/08/2023 em Mosqueiro/PA.

CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Atuação garante acesso aos direitos fundamentais

Órgão promoveu cidadania e garantiu direitos a milhares de paraenses

A Casa de Justiça e Cidadania reafirmou seu papel como um importante elo entre o cidadão e a ciadadã paraenses e o Judiciário, oferecendo serviços essenciais de forma ágil e gratuita. Entre as iniciativas estão o Projeto Pai Presente, exames de DNA, agendamentos e consultas processuais, viabilizados por meio de parcerias, como a retomada do acordo com a Defensoria Pública do Estado do Pará e a futura implementação de orientação jurídica gratuita, graças a um acordo em andamento com a Faculdade de Belém (FABEL).

As ações objetivam aproximar a Justiça das comunidades paraenses, promovendo soluções eficazes para conflitos e ampliando o exercício da cidadania.

Reconhecimento voluntário de paternidade beneficiou 74 famílias no biênio

Principais Resultados no Biênio 2023/2025

Projeto Pai Presente - CNJ/TJPA (2023)

Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	45
Entregas de Reconhecimentos aos Genitores	36
Coleta de Exames de DNA	1
Emissão de Carteiras de Identidade	30

Ações sociais 2023

A Casa esteve presente em várias ações comunitárias, destacando-se pela oferta de serviços essenciais e pela promoção da cidadania em diferentes localidades:

1. **Dia do Ouvidor (25/03/2023):** Evento conjunto com Ouvidorias da Justiça e da Mulher e o Museu do TJPA.
2. **Dia das Mães (13/05/2023):** Ação conjunta com o Comitê de Ação Social e Cidadania, Ouvi-

Casa de Justiça e Cidadania levou serviços para ações sociais

UCHÔA SILVA

dorias da Justiça e da Mulher/TJPA e Secretaria de Articulação e Cidadania do Estado do Pará (SEAC) na Escola Municipal Santana do Aurá

3. **Centro de Referência de Educação Infantil** "Professor Orlando Bitar" (20/05/2023): Participação em ação social promovida pela Coordenadoria do TERPAZ.

4. **"Efetivando Direitos" (17/06/2023):** Ação social na Praça da Bandeira, promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

5. **Ação no Distrito de Mosqueiro (12/08/2023):** Realizada em parceria com a Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Seção Pará).

Visitas institucionais 2023

- **Usinas da Paz (Icuí e Cabanagem):** Em parceria com a Ouvidoria Judiciária e da Mulher, houve busca por possíveis parcerias e divulgação dos serviços da Casa de Justiça e Cidadania.
- **Centros de Reclusão (Santa Izabel e Marituba):** 11 visitas para coleta de assinaturas de pais reclusos em termos de reconhecimento de paternidade.

Projeto Pai Presente - CNJ/TJPA (2024)

- Reconhecimentos Voluntários de Paternidade: 29
- Entregas de Reconhecimentos aos Genitores: 30

Visitas institucionais 2024

- Centros de Reclusão (Santa Izabel, Marituba e Ananindeua): 7 visitas para coleta de assinaturas de pais reclusos.

Ações sociais 2024

1. **Dia da Mulher (10/03/2024):** Casa de Justiça e Cidadania em parceria com a Ouvidoria Judiciária e da Mulher participaram de evento do Governo do Pará/TERPAZ, na Praça da República, com serviços voltados ao público feminino, como distribuição de cestas básicas, atendimento médico, estética e reconhecimento voluntário de paternidade.
- **Destaques:** caminhada organizada pela Coordenadoria de Saúde do TJPA, apresentação da Banda do Corpo de Bombeiros e shows de artistas locais.

2. **Atendimento às Pessoas Idosas (09/11/2024):** Realizado em parceria com o 4º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), NUPEMEC e o Comitê das Pessoas Idosas do TJPA, promoveu orientações sobre direitos e canais de atendimento para idosos.

Perspectivas futuras

Com o Acordo de Cooperação Técnica com a FABEL em fase de consolidação, a Casa de Justiça e Cidadania planeja ampliar seus serviços e fortalecer sua missão de oferecer acesso à Justiça e cidadania para todos os paraenses, reafirmando seu compromisso com a promoção da cidadania e a solução pacífica de conflitos.

AIRTON NASCIMENTO

Ação social ofertou diversos serviços a idosos(as)

CIDADANIA

Comitê atua na promoção de direitos da pessoa idosa

Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa destaca inovações e parcerias que reforçam o acesso à Justiça e à cidadania no biênio

Em conformidade com a Resolução nº 520/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) instituiu, por meio da Portaria nº 567/2024, o Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa. A iniciativa integra o Planejamento Estratégico do TJPA para garantir os direitos fundamentais e aperfeiçoar a gestão da Justiça criminal.

Para divulgar a criação do Comitê Gestor, memorandos foram enviados às áreas internas do TJPA, como NUPEMEC, Escola Judicial e Ouvidoria. Órgãos externos, como Defensoria Pública, Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa e Ministério Público Estadual também foram comunicados por meio de ofícios e e-mails enviados. De acordo com o princípio da transparência, foi criada uma página no portal do TJPA com informações sobre o Comitê, além de um e-mail de contato para demandas: comitê.pessoaidosa@tjpa.jus.br.

Plataforma "Pessoa Idosa em Foco" oferece análises detalhadas e indicadores para processos envolvendo idosos(as), reforçando a transparência e a eficiência

Cartilha prestou esclarecimentos a idosos(as) sobre seus direitos

AIRTON NASCIMENTO

Página dedicada ao Comitê de Atenção à Pessoa Idosa

FONTE: PORTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

Ação social levou emissão de documentos a idosos(as)

AIRTON NASCIMENTO

Plataforma "Pessoa Idosa em Foco"

Lançada em 27 de setembro de 2024, em parceria com a Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas, a plataforma "Pessoa Idosa em Foco" apresenta dados atualizados sobre processos envolvendo pessoas idosas. Atualizado continuamente, o painel possui visibilidade dos casos pendentes, paralisados, casos novos, sentenças, decisões, bem como os processos baixados relacionados à pessoa idosa. A ferramenta também calcula o tempo médio entre a distribuição e a decisão das medidas judiciais, promovendo análises quantitativas e qualitativas, conforme determinação da Portaria TJPA nº 567/2024.

Projeto "Cidadania em Ação"

Em 9 de novembro de 2024, o Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa organizou o evento "Cidadania em Ação: Respeito e Justiça à Pessoa Idosa", em parceria com o NUPEMEC, Ouvidoria Judiciária, Coordenadoria dos Juizados Especiais e 4º CEJUSC. Realizado na Igreja Santuário Nossa Senhora da Conceição Aparecida, o projeto teve como objetivo promover cidadania e acesso a serviços essenciais.

A programação incluiu atendimento jurídico gratuito, assistência médica, orientações odontológicas, prática de exercícios físicos e emissão de documentos. Entre os destaques, o pedagogo e Doutor em Psicologia Renan Mota Dias proferiu a palestra "Qualidade de Vida e Saúde Mental da Pessoa Idosa", contando com a presença de desembargadores(as), juízes(as) e servidores(as).

ATENÇÃO À VÍTIMA

CEAV integra atendimento humanizado e inclusivo

Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais ampliou parcerias e realizou mais de 350 acolhimentos

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) encerra a gestão com fortalecimento de suas políticas de atendimento humanizado. Alinhado à Resolução nº 386/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Resolução nº 13/2022 do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o CEAV promoveu ações para garantir os direitos fundamentais e humanos das vítimas e seus familiares, considerando aspectos sociais, psicológicos, pedagógicos e jurídicos.

Foram realizados 357 atendimentos, incluindo 163 presenciais e 101 retornos

Atendimento humanizado e inclusivo

O CEAV deu atenção especial às especificidades de grupos mais vulneráveis, incluindo crianças, mulheres, imigrantes, pessoas em situação de rua, comunidades quilombolas, indígenas, refugiados(as), pessoas LGBTQIAPN+, com deficiência física ou transtornos mentais. No período, foram realizados 357 acolhimentos, distribuídos em:

- **163 atendimentos** presenciais;
- **92 atendimentos** via WhatsApp;
- **1 atendimento** via e-mail;
- **101 retornos** / acompanhamentos.

Parcerias estratégicas

A assinatura de 12 Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com instituições como o Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública e Fundação PARAPAZ, Secretaria Estratégica de Articulação e Cidadania (SEAC); Secretaria de Estado de Justiça (SEJU); Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); Secretaria de Saúde Pública

CEAV foi instalado na Comarca de Santarém

DIVULGAÇÃO

(SESPA), Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Centro Universitário FIBRA, Universidade da Amazônia (UNAMA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a fim de fortalecer as ações transversais e articulações interinstitucionais. Essas parcerias ampliaram o acesso a serviços fundamentais, promovendo um atendimento mais eficaz e integrado às vítimas de crime e ato infracional.

Ações e mobilizações

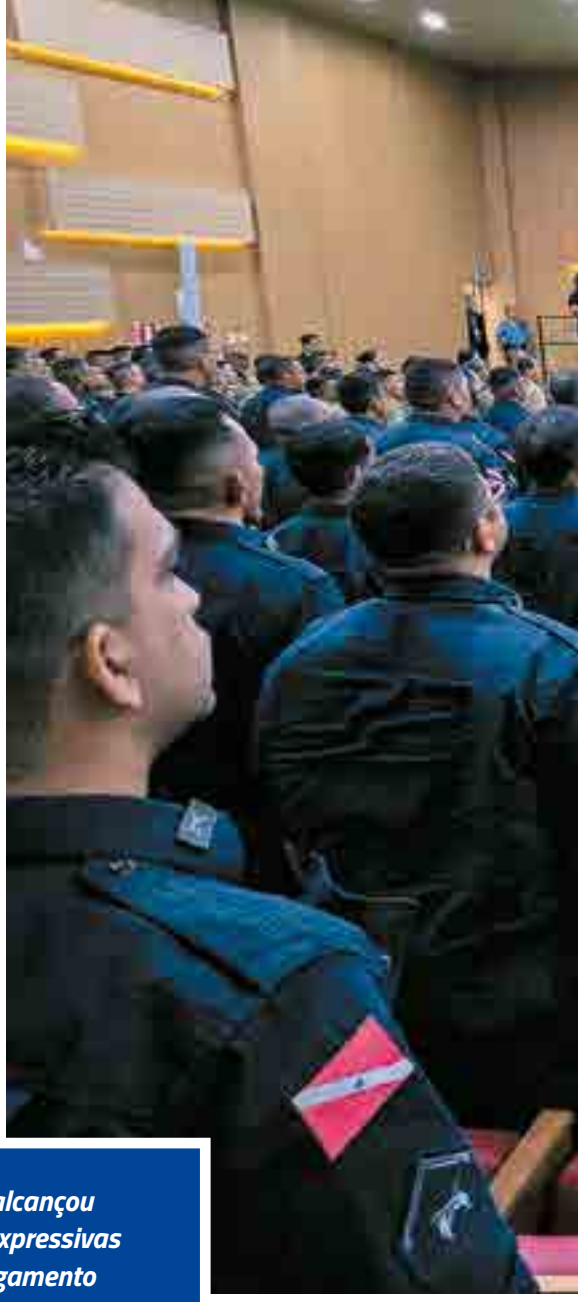
Durante o biênio, o CEAV participou de eventos como o "Maio Laranja", voltado à conscientização e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Outras iniciativas incluíram palestras, mobilizações de divulgação e reuniões estratégicas, como as realizadas com o Ministério dos Direitos Humanos com o objetivo de conhecer o funcionamento, protocolos e inserção para os possíveis direcionamentos das vítimas ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Capacitação e valorização de servidores(as)

Os(as) servidores(as) do CEAV participaram de cursos promovidos pela Escola Judicial do TJPA, aprimorando suas competências e agregando maior valor ao atendimento. Essa capacitação contínua reforçou a qualidade e a eficiência na acolhida às vítimas.

CEVID reforça políticas públicas e amplia parcerias no biênio

Avanços possibilitam proteção das mulheres e enfrentamento à violência doméstica



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) desempenhou um papel central na promoção de políticas públicas e no combate à violência contra mulheres, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A CEVID estruturou suas ações em três eixos principais: Judicial, Policial e Comunitário, alcançando resultados significativos.

TJPA alcançou metas expressivas no julgamento de casos de feminicídio e de violência doméstica

Eixo Judicial: capacitação e agilidade processual

O Eixo Judicial é voltado à proposição de medidas de aprimoramento do aparelho judiciário na política de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher; bem como ao auxílio à formação de servidores(as) e magistrados(as) que atuam na área; recebimento e encaminhamento de dados, sugestões e reclamações

- **Capacitação de Profissionais:** Foram promovidos 37 cursos pela Escola Judicial, totalizando 1.492 concluintes, com formações voltadas a direitos humanos, gênero e interseccionalidade. A realização dos cursos atende à Resolução nº. 492/023, que estabelece as diretrizes do protocolo que institui a obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas nessas áreas.
- **Grupos Reflexivos:** Formados(as) cerca de 90 servidores(as) para atuar nos Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica (GRHAV), implementados em Abaetetuba, Castanhal, Canaã dos Carajás, Soure e Salvaterra.
- **Projeto "Mudando a História":** Realização de seminários

Projetos como "Mudando a História" e "Mãos à Obra" destacam-se no enfrentamento à violência contra a mulher e na promoção da conscientização social

ÉRIKA MIRANDA

nas Comarcas de Redenção, Soure e Salvaterra, com o lançamento da Ação Meninas e Mulheres para o Marajó, em parceria com o CNJ. O objetivo é a formação com perspectiva de gênero da magistratura paraense, incluindo os(as) integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e rede de atendimento à mulher do Estado do Pará.

- **Seminário Mudando a História:** Uma Vida Sem Violência: Os 30 anos da Convenção de Belém do Pará, nos dias 6 e 7 de junho de 2024, contaram com a participação de palestrantes a nível nacional. O projeto foi realizado na Comarca de Redenção, em junho de 2024, e em agosto, nas Comarcas de Soure e Salvaterra, junto ao lançamento da Ação Meninas e Mulheres para o Marajó, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e várias instituições do Estado do Pará que visa a orientar a população do Arquipélago do Marajó sobre os meios de enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de apoiar magistrados(as), servidores(as) na celeridade processual, com o apoio do Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS).
- **Estudo de viabilidade:** Foi realizado um estudo de viabilidade para criação e/ou redefinição de competências de Varas Especializadas em Violência Doméstica e criação de Vara de Proteção (Medidas Protetivas),
- **Nova Vara Especializada:** Criação da 4ª Vara de Violência Doméstica de Belém em 8 de março de 2024.
- **Comitês:** A CEVID integra, desde 2019, o Comitê Deliberativo de Participação Feminina e em 2024 passou a integrar o Programa Manas, cujos objetivos são

prevenir, orientar e apoiar magistradas, servidoras, colaboradoras e estagiárias que compõem o Poder Judiciário estadual nas situações de violência doméstica e familiar, garantindo um ambiente de trabalho saudável e seguro para todas.

- **Monitoramento da Meta 8 do CNJ:** TJPA atingiu 123,95% de crumprimento nos casos de violência doméstica (ações penais e medidas protetivas de urgência) e 130,77% nos casos de feminicídio em 2023. Em 2024, esses índices foram de 107,28% e 100,90%, respectivamente.

- **Justiça pela Paz em Casa:** Durante os anos de 2023 e 2024, foram realizadas seis Semanas Nacionais da Justiça pela Paz em Casa, que têm como objetivo principal a realização de esforço concentrado no julgamento dos processos de violência doméstica, além da realização de eventos para a prevenção e conscientização pelo fim da violência. A CEVID, assim como algumas Comarcas do interior realizam, em paralelo, diversas ações como seminários, palestras em escolas e obras, círculos de diálogo com servidores(as), entre outros.

Formação integra as atividades da Semana da Justiça pela Paz em Casa

RICARDO LIMA

Eixo Policial: integração com a segurança pública

O Eixo Policial visa a promover a aproximação entre Poder Judiciário e a área de segurança pública, inclusive por meio de convênios e parcerias, a fim de trabalhar na prevenção e possibilitar a aproximação dos juizados com as delegacias e com o sistema de segurança pública, com o intuito de garantir celeridade e qualidade na prestação jurisdicional às mulheres em situação de violência doméstica.

- **Expansão do Programa Patrulha Maria da Penha:** Implantado em 2015 e renovado em 2024, pelo Acordo de Cooperação Técnica nº038/2019, o programa agora abrange 18 Comarcas, capacitando mil profissionais da rede de atendimento.
- **Formação de Policiais e Guardas Municipais:** Treinamentos para agentes de segurança e toda rede de atendimento à mulher das Comarcas participantes, promovendo maior eficiência na proteção das mulheres. Já foram formadas aproximadamente mil pessoas da rede de atendimento.

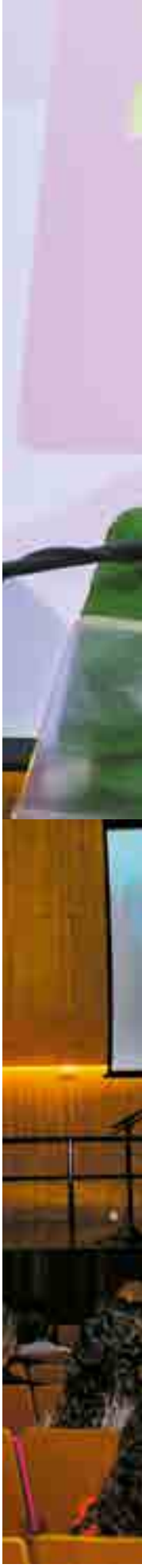
Eixo Comunitário: articulação e conscientização

O Eixo Comunitário visa a promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não governamentais. Além disso busca possibilitar a integração, inclusive por meio de convênios e parcerias, do Judiciário com as áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação, a fim de trabalhar na prevenção e propor melhorias para a prestação jurisdicional.

- **Políticas Públicas:** Em 2023, a CEVID passou a integrar a Câmara Técnica Interinstitucional de Gestão das Políticas Públicas para as Mulheres, da Secretaria de Estado das Mulheres, compondo o Eixo do sistema de Justiça, junto com o Ministério Público, Defensoria Pública, OAB/PA e Procuradoria da Mulher da ALEPA.
- **Projeto "Mãos à Obra":** Desde 2016, mais de 7 mil trabalhadores da construção civil de Belém e Região Metropolitana foram alcançados com ações de enfrentamento à violência contra a mulher do Projeto "Mãos à Obra: trabalhadores pelo fim da violência contra a mulher".
- **Judiciário na Escola:** Realizado em parceria com a Secretaria de Educação, o projeto voltado à conscientização de alunos(as) e professores(as) de escolas públicas da rede estadual de ensino sobre violência de gênero foi incluído na Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, e ampliado para 18 cidades do arquipélago, tendo sido realizado nos municípios de Soure e Salvaterra.
- **Programa Manas:** Focado em prevenir e apoiar mulheres do Poder Judiciário estadual em situações de violência doméstica.

Comissão promove proteção de magistradas e servidoras no aprimoramento de medidas de segurança

Ações priorizaram o enfrentamento à violência doméstica e a implementação de medidas preventivas e corretivas de segurança no âmbito institucional



ÉRIKA MIRANDA

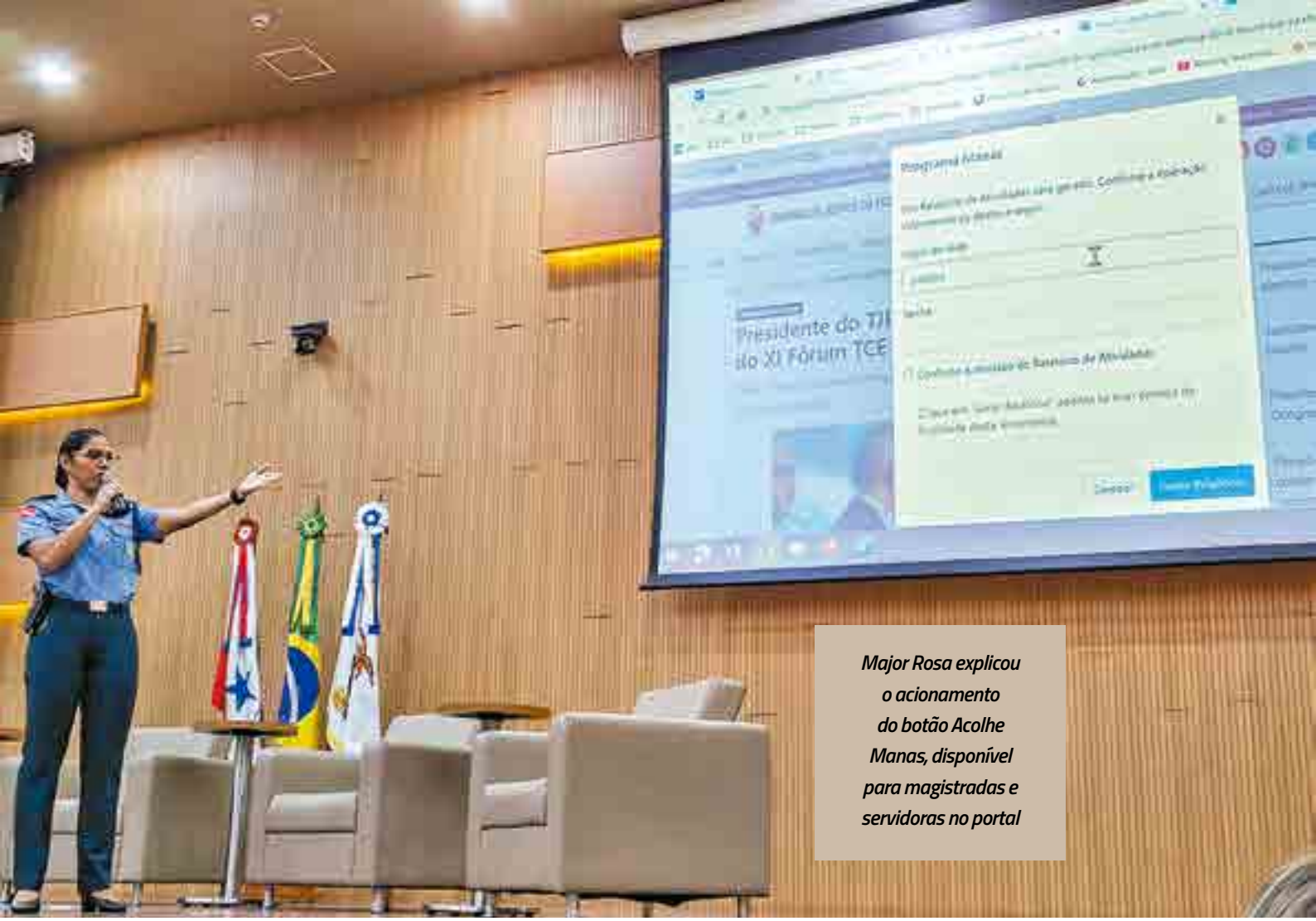
A Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) desempenhou um papel fundamental no biênio, focando na proteção de magistradas, servidoras e colaboradoras. Suas ações priorizaram o enfrentamento à violência doméstica e a implementação de medidas preventivas e corretivas de segurança.

> ***Com 64 ocorrências atendidas e 11 reuniões ordinárias realizadas no biênio, a comissão reforçou sua atuação estratégica***

Destaques do biênio

- **1º Encontro de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento de Violência Doméstica praticada contra Magistradas e Servidoras do Poder Judiciário do Estado do Pará:**
- Realizado em 21 de junho de 2024, contou com 560 participantes (295 presenciais e 265 on-line, incluindo acessos internacionais de Portugal).
- Lançamento do Botão Acolhe Manas, uma ferramenta integrada ao portal do TJPA, criada para comunicação rápida em situações de violência doméstica.
- Lançamento do Protocolo Integrado e Programa Manas:
- O Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança Voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica Praticada Contra Magistradas e Servidoras, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi instituído pela Portaria nº 2836/2024-GP, como meio de fortalecer a rede de apoio às mulheres no Judiciário em atendimento à Recomendação CNJ nº 102/2021.
- O documento apresenta formas de violência abrangidas pela Lei Maria da Penha, medidas preventivas e permanentes, além de um fluxo de atendimento interno.

Presidente do TJPA, desª. Maria de Nazaré Gouveia, discursou na abertura do 1º Encontro de Prevenção e Medidas de Segurança



Major Rosa explicou o acionamento do botão Acolhe Manas, disponível para magistradas e servidoras no portal

Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de segurança voltado ao enfrentamento de violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras e Programa Manas

O Protocolo Integrado apresenta as formas de violência doméstica, sendo cinco: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral previstas na Lei Maria da Penha (11.304/06).

O documento apresenta ainda as medidas implementadas pelo protocolo, que englobam todas as formas de violência abrangidas pela Lei 11.304/06, e que foram divididas em medidas preventivas, medidas específicas e medidas permanentes.

Dentre as medidas preventivas, foram tratadas as medidas informativas e divulgados os canais de informação (externos e internos), os canais de apoio e o canal virtual, denominado botão Acolhe Manas.

Já as medidas específicas apresentadas no documento visam a minimizar qualquer situação de ameaça contra a magistrada, servidora, colaboradora e estagiária do TJPA e foram distribuídas em três momentos.

Existem ainda as medidas permanentes, que contemplam a necessidade de minimizar a prática da violência doméstica, levando ao conhecimento das vítimas, em especial às magistradas, servidoras, colaboradoras e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Pará, de que não estão sozinhas e que podem contar

com o irrestrito apoio do TJPA, para que fatos dessa natureza sejam reprimidos.

No Protocolo também há um fluxo de atendimento com o objetivo de esclarecer como se dá a tramitação interna, na eventualidade de ocorrer alguma forma de violência doméstica e familiar contra magistrada, servidora e colaboradora do Poder Judiciário Paraense.

● **Segurança Personalizada:**

● No biênio foram aplicadas 4 medidas de escolta presencial a magistradas e 12 medidas de trabalho remoto, abrangendo 11 magistradas e 1 servidora.

Estatísticas de ocorrências e reuniões

● **Ocorrências Registradas:**

● Total de 64 casos de violência doméstica contra magistradas e servidoras registrados entre fevereiro de 2023 e novembro de 2024.

● **Reuniões Ordinárias:**

● 11 encontros realizados (6 em 2023 e 5 em 2024) para monitorar e aprimorar ações de segurança.

Ocorrências

PERÍODO	OCORRÊNCIAS
De 2/2/2023 a 31/12/2024	**29**
De 31/12/2024 a 9/11/2024	**35**
Total	**64**

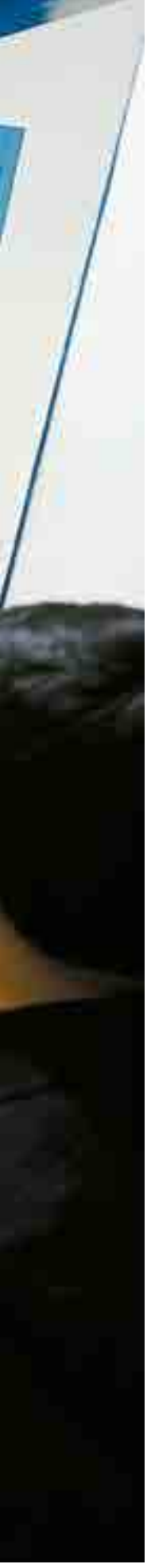
Reuniões ordinárias

REUNIÕES	2023	2024	QUANTIDADE
Reuniões Ordinárias	**6**	**5**	**11**

Medidas de segurança

MEDIDA DE SEGURANÇA	ESCOLTA PRESENCIAL	TRABALHO REMOTO
Magistrados (as)	**4**	**11**
Servidores (as)	**0**	**1**
Total	**4**	**12**

CEIJ tem atuação nas questões de medidas socioeducativas



RICARDO LIMA

CEIJ promove avanços em adoção, socioeducação e proteção a crianças e adolescentes

Coordenadoria assegura direitos fundamentais de crianças e adolescentes, com ações que fortalecem a proteção social e a eficiência na gestão judicial

CEIJ: principais resultados e iniciativas do biênio 2023-2025

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) destacou-se por avanços importantes em diversas áreas, com foco na proteção, adoção, socioeducação e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Acordo com SENAI, SESI e VALE garante capacitação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade

Iniciativas para a convivência familiar e adoção

- **Campanha de Entrega Voluntária:** Em parceria com a Coordenadoria de Imprensa, foi realizada campanha anual sobre a entrega voluntária de crianças recém-nascidas para adoção, que teve como público-alvo mulheres e famílias que pretendem entregar recém-nascido para adoção, profissionais da rede de atendimento, magistrados(as) e servidores(as) que atuam na área da infância e juventude. Foram elaborados materiais como cartazes, folders e guias de orientação. Mais de 10 mil itens foram distribuídos em Comarcas de todo o Estado, com previsão de ampliação até o primeiro semestre de 2025.

Além disso, o material impresso foi distribuído, inicialmente, para as Varas com competência em Infância e Juventude de Belém (1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Distritos de Icoaraci e Mosqueiro), Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel, Paragominas, Dom Eliseu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Ulianópolis, Santarém, Monte Alegre, Redenção, Xinguara, Parauapebas, Abaetetuba, Tailândia, Moju, Igarapé-Miri, Breves, Portel, Soure e Salvaterra.

Já foram distribuídos mais de 3,5 mil cartazes às usuárias e famílias; 2,5 mil cartazes aos(às) profissionais, 3 mil folders Entrega Voluntária (Famílias)

e mil Guias de Orientação aos profissionais. As unidades judiciárias das Comarcas do interior, ainda não contempladas, têm previsão de receber os materiais impressos até o primeiro semestre de 2025. Fonte: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/CEIJ/pg.xhtml?pg=239243&mn=2

- **Cursos sobre Adoção e Entrega Voluntária:** A CEIJ propôs e organizou formações voltadas para magistrados(as) e servidores(as) para o desenvolvimento de competências na temática da adoção e da entrega voluntária de recém-nascidos para adoção. As formações foram propostas à Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA), como o curso de entrega protegida para adoção que teve duas turmas, dentre outros cursos sugeridos por meio de projetos apresentados à EJPA.
- **Projeto SNA em Dia:** A CEIJ realizou ações para orientar a utilização e a correta alimentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), a fim de otimizar os serviços prestados aos(às) jurisdicionados(as), em particular o acesso ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes. Três ciclos anuais de monitoramento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento foram realizados, garantindo informações atualizadas e seguras sobre os casos no Estado e ações para orientar a utilização e a correta alimentação do sistema e realização de consultas periódicas no SNA para verificar inconsistências e/ou necessidade de verificação/confirmação/atualização de dados.

Socioeducação e reinserção social

- **Central de Vagas da FASEPA:** Permite monitoramento e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade, internação provisória e internação sanção do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, evitando superlotação e assegurando um atendimento adequado aos(às) adolescentes.

A Central visa a qualificar a forma de ingresso de adolescentes no Sistema Estadual e Distrital de Atendimento Socioeducativo, de acordo com a capacidade projetada de atendimento de cada unidade, como forma de monitorar a superlotação das Unidades Socioeducativas. O público-alvo é formado por adolescentes internados(as) provisoriamente, em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado e em internação-sanção.

A CEIJ participa e fomenta ações, em parceria com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, a fim de monitorar/acompanhar a execução e o funcionamento da Central de Vagas, por meio de reuniões e emissão de relatórios. Também, atua de forma cooperativa com o Poder Executivo para garantir a criação, implementação e acompanhamento da execução da Central de Vagas nos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo, entre outros.

- **Programa de Pós-Medida:** Apoio a jovens e adolescentes em transição após cumprimento de medidas socioeducativas, promovendo autonomia e cidadania em suas comunidades de origem.

Projeto Porto Seguro leva círculos de diálogos às escolas públicas

- **Acordo de Cooperação "Novos Caminhos":** Em parceria com SENAI, SESI e VALE, garantiu capacitação profissional para 22 jovens em situação de vulnerabilidade, com validade de 30 meses.

Capacitação e combate à violência

- **Depoimento Especial:** Formatação de cursos para capacitar entrevistadores(as) em depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme a Lei 13.431/2017.
- **Parcerias Interinstitucionais:** Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e publicação da Resolução Conjunta nº 01/2022, que estabelece diretrizes para execução da Central de Vagas no âmbito do Poder Executivo, disciplinando os procedimentos administrativos e judiciais para ingresso, movimentação e transferência dos(as) adolescentes internados(as) provisoriamente, em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado e em internação-sanção.
- Em 2024, a CEIJ encaminhou expediente à Presidência, solicitando a adequação dos plantões do Judiciário para atender às Resoluções nº. 367/2021 e nº. 01/2022, do Estado do Pará acerca do acesso de juízes(as) ao Sistema CNACL e Sistema de Antecedentes Infracionais.
- **Projeto "Judiciário na Escola":** Ampliação do programa para 18 cidades do Marajó, conscientizando sobre violência de gênero em escolas.

CEIJ atua na formação do corpo funcional e da rede de atendimento infanto-juvenil

Inovações tecnológicas e comunicação

- **Nova Home Page da CEIJ:** Organizada por áreas como proteção, socioeducação e combate à violência, oferece acesso facilitado a materiais e orientações ao conteúdo disponibilizado pela Coordenadoria. A apresentação e composição da CEIJ se encontram em fácil acesso. As áreas – organizadas em proteção, socioeducação, combate à violência, projetos e campanhas - também podem ser facilmente encontradas no site, conferindo maior dinamicidade à disposição das informações. Página: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/CEIJ/
- **Aprimoramento no Atendimento Digital:** Aperfeiçoamento do canal de comunicação digital com magistradas, magistrados, servidoras e servidores do TJPA da área de Infância e Juventude (plataforma Microsoft Teams). Os ramais da Coordenadoria da Infância passaram a ser vinculados aos perfis dos(as) servidores(as), conforme indicado em seu site. Todos os(as) servidores(as) receberam equipamentos, como headsets, para maior eficiência em reuniões e atendimentos.
- Acompanhamento e levantamento do quantitativo de adolescentes atendidos(as) pelo Programa de Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa (Pós-Medida).

- O programa visa a acompanhar adolescentes e jovens, por adesão voluntária, na transição do encerramento da medida socioeducativa (fase conclusiva) e em até um ano após o cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade, fornecendo apoio social com perspectivas de garantir o exercício pleno da cidadania, da autonomia e do protagonismo no seu município de origem.
- O público-alvo são adolescentes e jovens em pós-cumprimento de medida socioeducativa: "FIQUE DE BOA NO SEU MUNICÍPIO". Entre os procedimentos adotados , temos: a publicação do Termo de Cooperação Técnica nº 051/2022, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará e o Ministério Público do Estado do Pará. No referido documento o TJPA se responsabiliza pela divulgação do Programa e seus respectivos serviços a juízes(as) do Estado do Pará, onde estes estão ou venham a ser implantados; sugerir e disponibilizar informações, por meio dos juízes das Varas da Infância e Juventude, do Programa aos adolescentes e jovens no momento da extinção de sua medida socioeducativa de internação e semiliberdade; monitorar e subsidiar o processo de formulação e implementação do Programa
- **Programa Novos Caminhos no Pará:** A celebração de acordo de cooperação técnica nº 42/2024 , em 19 de agosto de 2024 entre setores governamentais e não-governamentais, para a execução do Programa Novos Caminhos no Estado do Pará, objetiva a previsão de vagas para cursos de profissionalização e encaminhamento para a empregabilidade de adolescentes prestes a completar 18 anos, sob medida de proteção de acolhimento e em situação de vulnerabilidade, sem perspectiva de colocação familiar.

O documento foi firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PA), Serviço Social da Indústria (SESI/PA), e a empresa VALE S.A, para promover a inclusão social e a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade, contando com 22 vagas e prazo de vigência de 30 meses.

- Apresentação de proposta de cursos de formação inicial e continuada sobre depoimento especial de crianças e adolescentes à Escola Judicial do Estado do Pará.
- As formações tiveram por objetivo capacitar os(as) participantes a realizar entrevista de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, de maneira qualificada, de acordo com os critérios legais e com os protocolos mais relevantes. Tendo tido como público-alvo preferencialmente servidores(as) do quadro efetivo do TJPA das áreas de pedagogia, psicologia, serviço social e direito, que atuem ou estejam em vias de atuar como entrevistadores(as) de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência nas salas de depoimento especial do Estado do Pará, de acordo com a Lei 13.431/20217.

Mais de 12 mil materiais foram produzidos no âmbito do TJPA

Conteúdos circularam em diferentes plataformas e versam sobre as atividades e serviços oferecidos ao público pelo Judiciário paraense

A Coordenadoria de Cerimonial organizou eventos nacionais, como a Cúpula do Judiciário e a Semana Solo Seguro, além de assegurar o acolhimento de romeiros do Círio

O Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) desempenhou um papel fundamental na comunicação institucional, contribuindo de maneira decisiva para os resultados positivos alcançados pela gestão 2023-2025. Com a missão de promover uma comunicação eficaz e acessível, o departamento desenvolveu uma série de iniciativas que contribuíram para ampliar o acesso à Justiça, além de aumentar a visibilidade das ações do Judiciário paraense, fortalecendo a transparência e a interação com os públicos interno e externo.

No biênio, foram produzidos 12.723 matérias jornalísticas e produtos de comunicação, entre os quais materiais audiovisuais e vídeos com recursos de acessibilidade e peças gráficas para as redes sociais digitais. A produção diária de matérias jornalísticas e conteúdos de Comunicação sobre o Poder Judiciário do Pará é a principal atribuição do Departamento de Comunicação. O trabalho é publicado em diferentes plataformas, mídias e meios de comunicação.

A atuação do Departamento de Comunicação do TJPA está dividida em comunicação externa e interna, abrangendo diversas plataformas e mídias. Entre suas atribuições, exercidas por meio da Coordenadoria de Imprensa, está a produção diária de matérias jornalísticas acerca das atividades do Poder Judiciário para os portais externo e interno e para a Web Rádio Jus; assessoria de imprensa; monitoramento de conteúdo veiculado na imprensa; produção de conteúdos audiovisuais, sendo alguns com recursos de acessibilidade; peças gráficas para serem utilizados em redes sociais digitais e listas de transmissão do Whatsapp e Telegram; projeto e produção de conteúdo para campanhas internas

Equipe da Coordenadoria de Imprensa do Departamento de Comunicação

UCHÔA SILVA

ou demandadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); produção, diagramação e editoração de publicações especiais; cursos de capacitação em comunicação; além de gestão de risco e crise em comunicação. Já a Coordenadora de Cerimonial é responsável pelo planejamento e pelo gerenciamento de eventos internos e externos.

Coordenadoria de Imprensa

A Coordenadoria de Imprensa, em particular, destacou-se pela produção e distribuição de mais de 4.700 matérias em 2023 e 2024, entre notícias espontâneas (demandas pela imprensa) e provocadas (sugeridas pela coordenadoria), com um número expressivo de publicações positivas, somando mais de 1 mil matérias. Este trabalho foi fundamental para aumentar a visibilidade do Judiciário, promover o acesso à informação, para a construção de uma imagem institucional positiva do TJPA diante da opinião pública.

Matérias e fotos para o Portal

2024

- Notícias Publicadas no Portal: **2.093**
- Portal Externo: **967**
- Portal Interno: **64**
- Ambos: **1.062**

2023

- Notícias Publicadas no Portal: **1.983**
- Portal Externo: **864**
- Portal Interno: **108**
- Ambos: **1.011**

Web Rádio Jus

- A agência Radioweb produziu e disponibilizou **667 Rádio Releases** sobre assuntos de interesse do Tribunal de Justiça do Pará entre os dias 01 de janeiro e 30

AIRTON NASCIMENTO

Personagens, como Jurandir e Jaciara, auxiliam na compreensão do dia a dia do Judiciário paraense

de dezembro de 2024. Os Rádio Release foram hospedadas no portal da Agência Radioweb para as **2.200 emissoras** AM e FM afiliadas.

Exposição no meio rádio

- Os 667 Rádio Release registraram **32.455 aproveitamentos** em rádios comerciais, comunitárias e educativas. Considerando o tempo médio de 2 minutos por matéria, a cobertura obteve **1.082 horas** de exposição dos assuntos no universo de emissoras.

Alcance da cobertura

- As 667 matérias alcançaram **1.583 rádios** localizadas em **1.160 municípios**.

Mídia espontânea

- Considerando a exposição de 1082 horas obtida pelos 667 Rádio Release e transformando este tempo na mídia tradicional do meio rádio - Spot de 30 segundos – o TJPA obteve **129.840 inserções** neste formato.

- Esta exposição, a um valor de R$ 40,00 por Spot, representa uma mídia espontânea de **R$ 5.193.600,00** ante o valor investido nos serviços.

- Em 2023, foram **251 reportagens e notas,** com **4.867 acessos** e aproveitamentos por outras rádios (comercias, comunitárias e educativas).
- Além da produção de conteúdo para os meios digitais e tradicionais, o departamento também se empenhou na criação de materiais audiovisuais e gráficos, incluindo recursos de acessibilidade, como legendas, libras e audiodescrição. Foram produzidos **230 vídeos** em 2023 e **276** em 2024, totalizando mais de **500** durante o biênio.

Acessibilidade

Matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível

- Descrição de imagens: **400**
- Texto sonoro (transcrição textual): **2.029**

Manifestações públicas

- Sessões do Tribunal Pleno com Libras: **96**
- Vídeos com Legenda: **348**
- Audiodescrição: **94**

- Também no biênio 2023-2025, a comunicação com o

público externo ganhou reforço com a criação do "Minuto do Judiciário", que veiculou mais de **60 edições** nas mídias sociais um resumo das principais ações da semana; e com a criação de canais oficiais do TJPA no Telegram e no Tik Tok.

Comunicação Interna

O trabalho de comunicação interna também teve relevância, com a produção de conteúdos voltados para os(as) servidores(as) do TJPA, além da exibição de vídeos informativos em cerca de 200 monitores espalhados por shoppings e outros espaços públicos, por meio da TVER.

Produção de 171 vídeos

A Comunicação do TJPA, por meio da Coordenadoria de Imprensa, também desenvolveu várias ações, em parceria com a comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para divulgar de dezembro de 2023 a dezembro de 2024 a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) e suas aplicações disponíveis, como o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB), o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER), o Domicílio Eletrônico e o Banco Nacional De Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). Foram desenvolvidos conteúdos específicos para o público interno e externo, por meio do uso de ferramentas como mala direta, listas de transmissão do WhatsApp, mídias sociais, circuito interno de televisão, além de matérias nos Portais e na Web Rádio Jus. Também merece ser mencionado o apoio a campanhas nacionais, como para a promoção da adoção e a prevenção e o combate à violência de gênero.

A Coordenadoria de Imprensa também atuou na capacitação de magistradas e magistrados, promovendo cursos sobre comunicação institucional, relacionamento com a imprensa e mídias sociais, assim como a realização do primeiro curso voltado para profissionais de imprensa, com foco no fortalecimento do diálogo e na diminuição de ruídos.

Mais de 60 episódios do Minuto do Judiciário foram gravados e veiculados nas redes sociais oficiais

UCHÔA SILVA

FOTOS: AIRTON NASCIMENTO E UCHÔA SILVA

Papo Justo é apresentado pelo des. Pinheiro Centeno, com execução da Coordenadoria de Imprensa e apoio da Web Rádio Jus

FOTOS: UCHÔA SILVA

Coordenadoria de Cerimonial

Outro destaque foi a atuação da Coordenadoria de Cerimonial, que organizou eventos de grande porte sediados pelo Poder Judiciário do Pará, como a Cúpula do Judiciário, o XII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), o 3º Encontro dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário e a reunião de Fóruns Nacionais de Justiça Juvenil, da Justiça Protetiva e do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça.

Eventos que ocorrem anualmente, como a Semana Solo Seguro, Semana Justiça pela Paz em Casa e Semanas da Conciliação também contaram com o trabalho do Cerimonial do TJPA, que garantiu o acolhimento de milhares de romeiros durante o Círio de Nazaré nos anos de 2023 e 2024, em uma operação que ocorre tanto na sede do TJPA, em Belém, quanto em Ananindeua. Em 2024, os postos de acolhimento localizados na sede do TJPA e no Fórum de Ananindeua somaram cerca de 67.548 atendimentos, realizados por 268 voluntários na sede e 74 no Fórum de Ananindeua. Essas ações evidenciam a capacidade do departamento de lidar com grandes eventos e proporcionar uma comunicação eficiente e de qualidade para o público.

- Eventos realizados: mais de **300**
- Correspondências gerais: mais de **17 mil**
- Entrega de Convites: mais de **4.500**
- Layouts/Certificados/Produções Gráficas: mais de **3.700**

UCHÔA SILVA

Linguagem Simples

A adoção de uma comunicação mais compreensível foi um dos pilares que contribuíram para os bons resultados alcançados pela gestão do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) durante o biênio 2023-2025. A implementação da Linguagem Simples, uma iniciativa do Poder Judiciário Brasileiro por meio do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, movimento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que conta com a adesão do TJPA, teve um papel fundamental para aproximar o Judiciário do Pará da população, tornando a comunicação com a sociedade mais clara, transparente e inclusiva.

A normativa tem o objetivo de adotar práticas que garantam uma linguagem acessível e direta na produção das decisões judiciais e em toda a comunicação institucional. A simplificação da linguagem não se limita à clareza, mas também pressupõe a acessibilidade, com o uso de recursos como Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição.

Uma das principais iniciativas do TJPA para implementar essa nova abordagem foi a criação da série de animação "Seu Processo em Linguagem Simples", produzida pela Coordenadoria de Imprensa. Com personagens como Jaciara e Jurandir, a série explica de forma

Equipe da Coordenadoria de Cerimonial do Departamento de Comunicação

leve e descontraída os procedimentos e termos jurídicos, tornando o complexo universo do Judiciário mais compreensível para todos(as) os(as) cidadãos(ãs). As animações contaram com diversos episódios e foram distribuídas nas redes sociais do Tribunal, alcançando um grande público.

Além disso, o Departamento de Comunicação implementou uma série de ações para disseminar a linguagem simples, como o uso de resumos de notícias no portal do TJPA, facilitando o acesso à informação para a população. O Departamento de Comunicação também desenvolveu materiais educativos, como o Guia Prático de Linguagem Simples, cartilhas e manuais digitais, distribuídos por canais como WhatsApp e o circuito interno de TV.

A adesão do TJPA ao Pacto Nacional e a implementação dessas ações refletem o compromisso do Tribunal em tornar a Justiça mais próxima de todos e todas, consolidando a gestão 2023-2025 como um marco de inovação no Poder Judiciário do Pará.

Presidente do TJPA recebeu o Selo Linguagem Simples 2024 na sede do STF, em Brasília

JEOVANA MIRANDA

Selo Linguagem Simples 2024

Essas ações culminaram na premiação do TJPA como um dos 48 órgãos do Judiciário brasileiro a receberem o Selo Linguagem Simples 2024, uma certificação inédita concedida pelo CNJ. A premiação reconheceu o empenho do Tribunal em tornar a Justiça mais acessível e transparente, especialmente por meio da simplificação das decisões judiciais e das comunicações institucionais.

O TJPA inscreveu mais de 15 iniciativas nas categorias de simplificação da linguagem, capacitação, articulação institucional e uso de tecnologia da informação, que foram avaliadas com base em cinco eixos principais. A diversidade de iniciativas e a aderência ao movimento de simplificação da comunicação foram determinantes para a conquista do selo.

- **Eixo 1 -** O Departamento de Comunicação desenvolveu diversos materiais para simplificar a linguagem no Tribunal, incluindo o Guia Prático de Linguagem Simples para listas de transmissão via WhatsApp e a série de vídeos e cards digitais "Pratique a Linguagem Simples" para o circuito interno de TV e WhatsApp. Também criou a Cartilha Digital de Linguagem Simples, que está disponível no portal do TJPA.
- **Eixo 3 -** O Departamento de Comunicação criou diversas iniciativas voltadas para a conscientização da linguagem simples, como a série de animações "Seu Processo em Linguagem Simples", os cards digitais para redes sociais "Bora Simplificar" e "Desenrolando o Direito", além de um jogo virtual interativo para stories no Instagram.
- **Eixo 4 –** O Departamento de Comunicação e a Secretaria de Informática implementaram recursos tecnológicos para disponibilização de resumos de textos em linguagem simples nas matérias jornalísticas do portal do TJPA, além de um recurso de texto sonoro, permitindo que as pessoas ouçam os conteúdos das matérias diretamente no site.
- **Eixo 5 –** O Departamento de Comunicação foi

responsável pela criação de uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará), que resultou no uso da Web Rádio Jus para a veiculação de conteúdos jornalísticos em linguagem simples, tornando as informações mais acessíveis ao público.

- O TJPA firmou um acordo com o STJ para disponibilizar o Glossário Jurídico do Tribunal nas matérias jornalísticas, facilitando a compreensão de termos jurídicos mais complexos.

Além das animações e materiais informativos, o TJPA firmou parcerias com outros órgãos, como o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), para ampliar o alcance das iniciativas de comunicação simples. Um exemplo disso foi a utilização da Web Rádio Jus, que transmite conteúdos em linguagem acessível, e o glossário jurídico disponibilizado em matérias jornalísticas, facilitando a compreensão de termos complexos.

O Selo Linguagem Simples é mais do que um reconhecimento: é um incentivo à continuidade e ampliação dessas práticas, que têm transformado a comunicação do Judiciário em uma ferramenta de inclusão social e transparência.

Com a implementação dessas ações, o Departamento de Comunicação do TJPA contribuiu diretamente para o fortalecimento da imagem institucional da Justiça paraense e para o êxito da gestão 2023-2025, consolidando a transparência, a acessibilidade e a eficiência como pilares essenciais do trabalho do Judiciário no Estado.

TJPA e TRE do Pará firmaram Acordo de Cooperação Técnica para compartilhamento da Web Rádio Jus. Por meio da parceria, o TRE do Pará passa a utilizar os serviços da Web Rádio Jus, veículo de comunicação institucional do TJPA, para veiculação e divulgação de conteúdo jornalístico institucional, ampliando a audiência e capilaridade da rádio institucional

ÉRIKA MIRANDA

PREVENÇÃO AO ASSÉDIO

Comissões asseguram ambiente de trabalho saudável

Iniciativas reforçam o compromisso do TJPA com a ética, a inclusão e a proteção no ambiente de trabalho

As Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação nos 1º e 2º Graus consolidaram ações estratégicas no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), alinhadas às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Criadas em 2021, as Comissões desempenharam um papel crucial no combate a práticas nocivas no ambiente de trabalho, promovendo acolhimento, orientação e iniciativas de conscientização.

Ações educativas e mobilização

Entre os destaques do período estão a reformulação do site das Comissões, a publicação de uma cartilha de apoio e a organização de diversos webinários sobre temas relevantes, como diversidade, racismo e saúde mental no trabalho.

As comissões também promoveram a campanha educativa "Semana de Mobilização Nacional contra o Assédio e Discriminação" que incluiu a divulgação de pesquisas e incentivos à capacitação de gestores em temas relacionados. Durante a semana, foi lançada a Pesquisa sobre Assédio e Discriminação, e divulgada nos meses de maio e junho de 2024.

Além disso, foi criado um espaço físico exclusivo para acolhimento e escuta de vítimas, ampliando o acesso ao suporte necessário. A alta gestão do TJPA também reafirmou seu compromisso com o combate às práticas abusivas, por meio da divulgação de uma Carta de Compromisso, fortalecendo a cultura de respeito e inclusão no TJPA.

Mais de 30 acolhimentos realizados em 15 Comarcas, com sigilo e suporte psicossocial

Campanhas educativas e webinários promoveram conscientização para milhares de colaboradores

RICARDO LIMA

Escutas e acolhimentos

De agosto de 2023 a novembro de 2024, foram realizadas 31 escutas em 15 Comarcas, com total sigilo e encaminhamentos variados, incluindo solicitação de apoio psicossocial, contatos com a Corregedoria e Justiça Restaurativa, além da verificação de viabilidade de movimentação de servidores(as) em situação de risco. As Comarcas envolvidas incluem Belém, Santarém, Marabá, entre outras, demonstrando o alcance estadual das iniciativas.

Participação nacional

As Comissões também representaram o TJPA em encontros nacionais, como o Encontro das Comissões de Assédio e Discriminação realizado em novembro de 2024 em Brasília, promovendo a troca de experiências e boas práticas no enfrentamento dessas questões.

O trabalho das Comissões de Prevenção reafirma o compromisso do TJPA com a construção de um ambiente de trabalho ético, inclusivo e acolhedor, contribuindo para uma Justiça mais humanizada e eficiente

Encontro com pais e responsáveis de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

GMF atua na ressocialização e na proteção de direitos

Biênio trouxe incrementos em ressocialização, políticas antimanicomiais e melhorias na gestão criminal

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Estado do Pará (GMF) protagonizou avanços significativos. Focado na garantia de direitos fundamentais e na modernização da Justiça criminal, o grupo realizou ações de impacto em diversas frentes.

Ressocialização e proteção de direitos

A implementação do Escritório Social, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi um dos destaques. O escritório apoia egressos(as) do sistema penitenciário com acompanhamento presencial e virtual, e, após sua inauguração em Belém, chegou a Marabá em maio de 2023.

A ação atende a dispositivos legais e regulamentares, como a resolução nº307/2019/CNJ e o Termo de Cooperação Técnica Nº16/2020 firmado entre Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e CNJ, com foco na aplicação da política em atenção à pessoa egressa dos Sistema Penitenciário.

Projeto de biometria em unidades prisionais do Estado garantiu emissão de documentos e eficiência nas audiências de custódia

Na área da saúde mental, o GMF criou o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA). A iniciativa substitui o modelo de internação em hospitais psiquiátricos por

uma rede psicossocial humanizada e integrada à sociedade.

O objetivo é implementar e executar políticas públicas voltadas à saúde mental que seguem princípios antimanicomiais, por meio da realização de reuniões para articulação de desinstitucionalização dos(as) pacientes psiquiátricos(as) e a promoção de cuidados baseados na comunidade.

Outro marco foi o acompanhamento das ações de Identificação Civil e Emissão de Documentos e coleta de biometria para pessoas privadas de liberdade, em parceria com o Núcleo de Identificação Civil e Emissão de Documentos (NID) do Programa Fazendo Justiça CNJ/PNUD.

A ação facilita a emissão de documentos essenciais, promovendo cidadania desde as audiências de custódia.

Gestão eficiente do sistema carcerário

O GMF também priorizou a fiscalização das condições sanitárias nas unidades prisionais e monitorou os pedidos de providências, mensalmente, por meio do sistema CNIEP (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos). A proteção à maternidade foi outra pauta relevante, com atualização de dados no site do CNJ sobre quantitativo e condições de grávidas e lactantes no sistema carcerário, além de realizar a fiscalização dos prazos de internação provisória resultantes de medidas socioeducativas, em parceria com a SEAP, Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FASEPA), Defensoria Pública e Ministério Público.

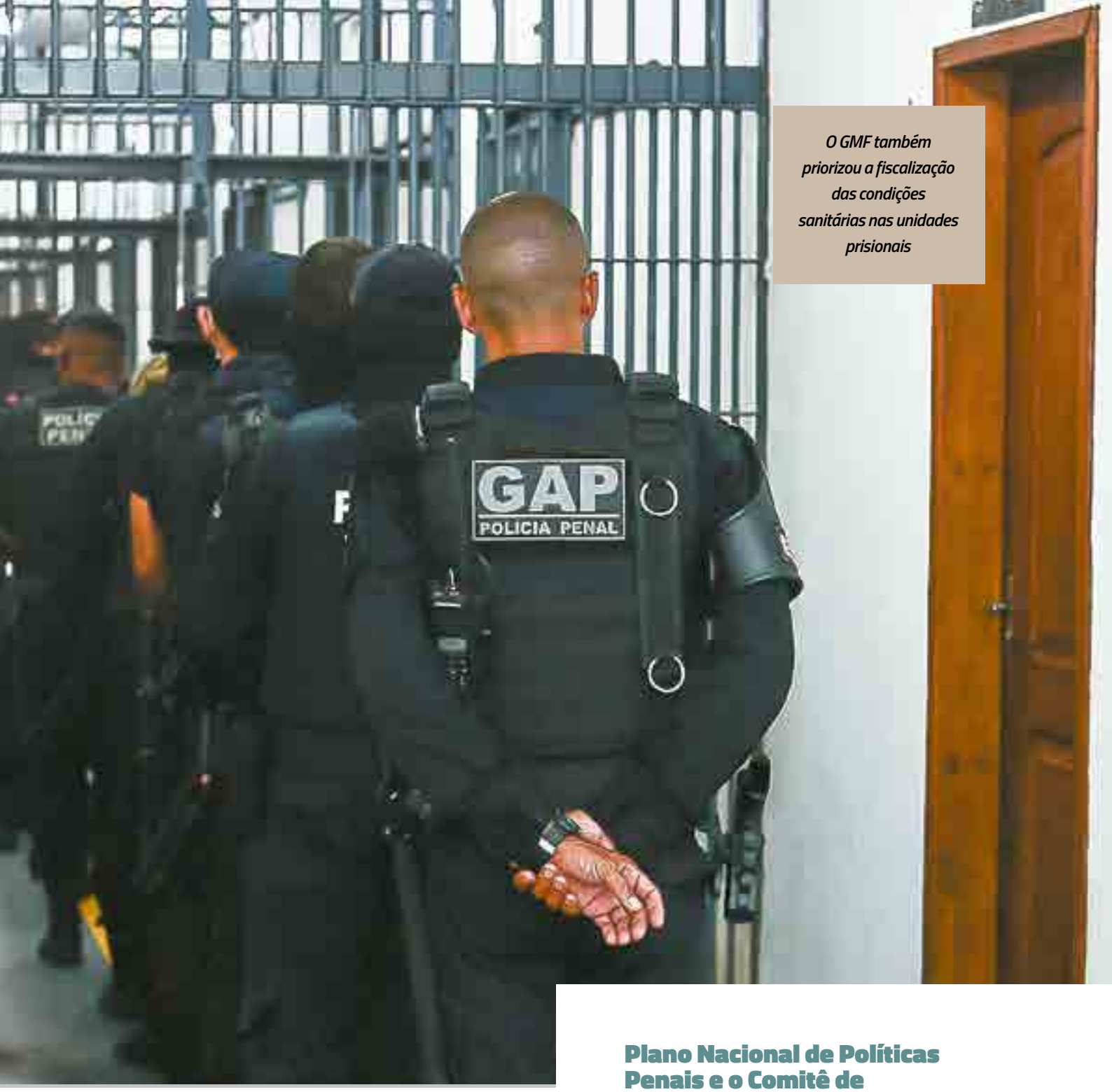
Para enfrentar a superlotação prisional, o GMF avança nas discussões com os órgãos do sistema de Justiça para a implementação da Central de Regulação de Vagas (CRV) nas Comarcas de Belém, Marabá e Santarém. Reuniões interinstitucionais definiram metodologias inovadoras para otimizar recursos e melhorar a gestão de vagas.

Ferramentas para modernizar a Justiça

Com foco na transparência, o GMF criou painéis de dados para monitorar presos provisórios e incidentes pendentes de julgamento. Esses recursos facilitam consultas, dão transparência e aprimoram a gestão criminal no TJPA.

UCHÔA SILVA

Além disso, o saneamento do sistema BNMP 2.0 garantiu uma convergência de 100,88% entre os registros do TJPA e da Secretaria de Administração Penitenciária, consolidando a precisão das informações sobre o sistema carcerário estadual. A medida foi necessária para a migração à nova versão do sistema, que passou a se chamar Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões.



O GMF também priorizou a fiscalização das condições sanitárias nas unidades prisionais

Mutirões e articulação estratégica

Outro destaque foi a coordenação e acompanhamento dos Mutirões de Processos Penais e medidas para sanear o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Além disso, foi disponibilizado um painel de transparência para divulgar dados dos mutirões em tempo real.

Plano Nacional de Políticas Penais e o Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Prisional

Uma minuta de portaria foi encaminhada a órgãos externos para indicação de representantes para compor grupo interinstitucional. O grupo será responsável pela implementação do Plano Estadual/Distrital de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Penitenciário, em cumprimento à decisão do STF na ADPF nº 347.

Ressocialização e inclusão transformam pessoas privadas de liberdade

Com 7.331 beneficiados em dois anos, o programa promove capacitação, reinserção social e geração de oportunidades no Pará

O Programa Começar de Novo (PCN), iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consolidou ações afirmativas que impactaram diretamente a reinserção social de pessoas apenadas e egressas do sistema prisional do Pará. Atuando nos eixos de Proteção Social, Capacitação Profissional e Inclusão Produtiva, o programa beneficiou mais de 7.300 participantes com iniciativas voltadas para o trabalho, qualificação e cidadania.

Capacitação e oportunidades

Entre as ações de destaque, o PCN promoveu o curso de formação em inteligência emocional, capacitando 4.080 custodiados em 45 unidades prisionais. Além disso, egressos(as) participaram de cursos profissionalizantes, como qualificação em informática e pigmentação labial, em parceria com instituições como SEBRAE e Escola Judicial do Pará (EJPA).

Já no Papo di Rocha, os apenados-voluntários narraram suas histórias e os reflexos negativos da prática delitiva em suas vidas, com foco na prevenção à criminalidade.

Outro marco foi o Projeto PCN Qualificação Pai D'égua, que ofereceu formação de condutores e emissão gratuita de CNH a 100 egressos, em colaboração com o DETRAN. Simultaneamente, 40 egressos foram contratados por empresas terceirizadas do TJPA, como TBF e Amazon Clean.

4.807 pessoas privadas de liberdade qualificadas em inteligência emocional entre 2023 e 2024

Projetos transformadores

O Projeto Conquistando a Liberdade promoveu

Mais de 7.330 pessoas foram beneficiadas pelo programa

a reinserção social de apenados em atividades remuneradas, incluindo serviços gerais, reparo de móveis e pintura, possibilitando a remição de pena pelo trabalho. O projeto também gerou impacto social com rodas de conversa, em que voluntários narraram experiências de superação e os impactos negativos da prática delitiva.

Parcerias interinstitucionais fortaleceram o programa, com renovação de acordos com SEAP e TRE, além de novos acordos de cooperação técnica, como o com a Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e DETRAN. Reuniões em 2023 e 2024 ampliaram a rede de apoio, incluindo órgãos como IBAMA, Banpará, Museu Paraense Emílio Goeldi e SEURB.

Também promoveu integração das ações do PCN às do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA) de modo que o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do Estado do Pará (PRAÇAÍ) passará a ser executado pelo CEIMPA, de maneira cooperativa com o PCN, o GMF e demais órgãos envolvidos, mediante Termo de Cooperação a ser celebrado em 2025, cujo documento se encontra em fase de elaboração pela equipe.

O PCN em números

- **400 cadastros** realizados para vagas de trabalho.
- **40 egressos** contratados para terceirizadas do TJPA.
- **300 encaminhamentos** a redes de serviços.
- **7331 beneficiados** pelas ações do programa.

Programa reforça o compromisso com a ressocialização e inclusão de pessoas privadas de liberdade

UCHÔA SILVA

Com um plano de trabalho reestruturado previsto para 2025, o Programa Começar de Novo reforça o compromisso com a ressocialização e inclusão produtiva, construindo um futuro mais justo e igualitário para egressos do sistema penal no Pará.

Dados de produção

Realização de Cadastros para vagas de trabalho	**400**
Atualização de Cadastros	**300**
Encaminhamentos a Rede de Serviços	**300**
Atendimento a Familiares de Egressos Cadastrados	**70**
Entrevistas para seleção Convênio Tribunal de Justiça	**180**
Entrevistas para seleção Convênio Tribunal Eleitoral	**30**
Encaminhamento de Bolsistas ao Tribunal de Justiça	**30**
Encaminhamento de Bolsistas ao Tribunal Eleitoral	**04**
Entrevistas de desligamento Convênio TJPA	**25**
Entrevistas de desligamento Convênio TRE/PA	**04**
Atendimento/Acompanhamento de Bolsistas Convênio TJPA	**700**
Atendimento/Acompanhamento de Bolsistas Convênio TRE	**20**
Atendimento de familiares de Bolsistas	**75**
Participação de egressos do sistema penal (PCN) em Cursos promovidos pelo PCN com parceiros eventuais ou permanentes (ACT) na EJPA e no FCRI	**500**
Participação de Bolsistas em reuniões nos postos	**180**
Participação de Bolsistas em Rodas de Conversa	**120**
Egressos selecionados e encaminhados para terceirizadas do TJPA	**100**
Egressos contratados por empresas terceirizadas do TJPA	**40**
Pessoas privadas de liberdade qualificadas no curso de formação em inteligência emocional	**4.080**
Reuniões interinstitucionais para renovação de ACT e celebração de novos ACT	**30**
ACT renovados	**02**
Novos ACT (1 publicado e 2 em trâmites finais para celebração/publicação)	**03**
Postos ocupados - bolsa ressocialização – ACT PCN e SEAP (previsto: 96/mês)	**50**
Postos ocupados - bolsa ressocialização – ACT PCN e TRE (previsto: 4/mês)	**03**
Atendidos em curso de qualificação – ACT PCN e Instituto Ambient (previsto: 50/mês)	**100**
Atendidos em atendimento médico – parceria com a SESMA	**60**
Qualificados em cursos de curta duração – parceria com o SEBRAE	**100**
Egressos beneficiados com curso de formação de condutores e CNH Pai D'Égua – parceria com o DETRAN (ACT) – previsão: 100/semestre	**100**
TOTAL de egressos beneficiados pelas ações do PCN – 2023/2024	**7.331**

Projeto "Arquivo Novo" avança para otimizar a gestão documental com prédio próprio

UCHÔA SILVA

Modernização e sustentabilidade direcionam atividades da Comissão de Avaliação Documental

A atuação da CPAD reflete o compromisso com a eficiência e a inovação

A Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) encerrou o biênio com importantes avanços na modernização da gestão documental, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e eficiência administrativa. Com um trabalho pautado pela transparência e inovação, a CPAD contribuiu para fortalecer a relação institucional do Judiciário com a sociedade e garantir maior agilidade na prestação jurisdicional.

Mais de 27 mil processos descartados em conformidade com a LGPD e normas do CNJ

Destaques do período

- Prêmio CNJ de Qualidade: Entre as principais realizações, a CPAD alcançou 100% da pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, analisando e aprovando quatro Editais de Eliminação de Documentos ao longo do biênio, sendo dois em 2023 e mais dois em 2024.
- Publicação da Listagem de Eliminação de Documentos - LED no DJE: A publicação da Listagem de Eliminação de Documentos (LED) no Diário da Justiça Eletrônico representou um marco importante para a transparência e a organização documental.
- Atualização sistema ATOM: permitiu maior difusão de documentos em fase permanente e fornecer elementos de descrição em vários níveis, facilitando o acesso ao acervo histórico do TJPA.
- Composição da CPAD: A estruturação da equipe da CPAD, conforme previsão na Resolução CNJ n. 324/2020, agora com a cessão de um arquivista pela UFPA, reforçou a capacitação técnica e a eficiência das atividades realizadas.
- Capacitação: Participação dos membros da CPAD em cursos sobre Gestão Documental;
- Boas Práticas: comunicação constante com CPADs de outros Tribunais para troca de experiências e participação como membro integrante da CPAD do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - PRONAME/CNJ;

Inovação e sustentabilidade

- Projeto Arquivo Novo: Em andamento, o projeto promete revolucionar a gestão documental com a implantação de um sistema de gestão documental (SIGAD) em um prédio próprio, seguindo as normativas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).
- Site CPAD: Outro avanço significativo foi o desenvolvimento do site da CPAD, ampliando a transparência sobre o descarte documental e as atividades da Comissão.

Indicadores e desafios

Os números impressionam: 17.269 processos triados e 32.046 avaliados, com o descarte de 27.679 processos no período 2023/2024.

A fiscalização de contratos e convênios garantiu a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às normativas do CNJ, consolidam boas práticas administrativas.

Por outro lado, algumas áreas indicam melhorias futuras, tais como o desafio da implementação de novas funcionalidades no sistema LIBRA, adaptando-o para atender às diretrizes da gestão documental; e a oportunidade de expansão do PJE-ARQ para gestão documental de processos eletrônicos, discutida em reunião técnica com membros da CPAD do TJDFT.

Perspectivas para 2025

Com a criação do cargo de arquivista e a perspectiva de sua nomeação em concurso público, a CPAD planeja intensificar suas ações. Para o próximo ano, são prioridades a atualização da Tabela de Temporalidade, a mudança para um prédio adequado, o treinamento contínuo da equipe e o aumento da quantidade de membros da CPAD para avançar na gestão documental dos processos eletrônicos e realização da próxima eliminação de documentos/processos no início de 2025, garantindo a continuidade do progresso na gestão documental.

UCHÔA SILVA

Arquivo Regional de Belém com o acervo documental do Judiciário

Presidente do TJPA participa da programação do Dia do Riso

ÉRIKA MIRANDA

Resgate histórico conecta passado e presente

Ações culturais, eventos e projetos reforçam a relação entre o Judiciário e a sociedade no biênio

A Comissão de Gestão da Memória (CGM) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará apresentou um panorama das ações realizadas entre 2023 e 2024, com foco no fortalecimento das relações institucionais do Judiciário com a sociedade e na preservação do patrimônio histórico.

Entre os destaques do período, está a conquista do Prêmio CNJ de Memória pelo segundo ano consecutivo (ano-base 2023), reconhecendo a Exposição Virtual "150 anos" realizada em parceria com outros Tribunais de Justiça do sesquicentenário. A CGM também marcou presença em eventos nacionais como o II Bibliomemojus, no Rio de Janeiro, e o IV ENAM, em São Paulo, promovendo diálogos sobre história e memória no âmbito do Judiciário.

Além disso, a Comissão lançou um perfil próprio na rede social Instagram, ampliando a visibilidade de projetos como o "Museu Criança" e o "Podcast Memória Viva". As ações também incluíram parcerias com instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará), a Secretaria Estadual de Cultura e a Universidade Federal do Pará, consolidando iniciativas como a "Semana dos Museus" em 2023 e a "Primavera dos Museus" em 2024.

Projetos inovadores, como o "Dia do Riso" e a série "Perfil dos Magistrados", continuam em andamento, reafirmando o compromisso da CGM em preservar e divulgar o legado histórico do TJPA, enquanto promove a aproximação entre o Judiciário e a população paraense.

> ***TJPA conquistou Prêmio CNJ de Memória pelo segundo ano consecutivo***

Atualização do Portal da Memória conferiu mais visibilidade às biografias dos (as) desembargadores(as) e as demais notícias ligadas à memória;

Participação dos membros em cursos sobre Gestão da Memória: Curso "Constituição de 1824: 200 anos de permanências e rupturas", em novembro de 2024;

A comissão prestou apoio ao webinário "Justiça, Resistências e Memórias, realizado pela Escola Judicial e Museu Judiciário, no dia 26/11/2024, das 9 às 12h. Além disso, teve participação na Comissão Especial dos 150 anos e no evento de culminância, em fevereiro de 2024.

Estudantes premiados no concurso de redação do projeto Justiça na Escola

AIRTON NASCIMENTO AIRTON NASCIMENTO

SÚMULA E REVISTA

Comissão atua na publicação de jurisprudências e em projetos de educação e cultura

Ações reforçam o acesso à informação e à preservação cultural no Judiciário paraense

Sob a liderança do Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, a Comissão de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará destacou-se por ações e iniciativas que reforçaram o acesso à informação e a preservação cultural no Judiciário paraense.

Prevista no artigo 53 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, compete à comissão manifestar-se sobre edição, alteração ou cancelamento de súmula, superintender a edição e a circulação da "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça", superintender a organização de índices e fichários de jurisprudência e legislação, orientar e inspecionar os serviços de biblioteca, sugerindo as providências necessárias ao seu funcionamento, opinar sobre aquisições e permutas de obras, supervisionar empréstimo de obras, supervisionar o serviço de jurisprudência e pesquisa e manter na biblioteca um serviço de documentação que sirva de subsídio à história do Tribunal.

A Comissão de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista reúne-se mensalmente, em datas definidas por seus membros. No biênio 2023/2025, a composição da Comissão foi definida através da Portaria nº 1151/2023-GP, de 16 de março de 2023, sob a Presidência do Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, sendo composta pelos membros, Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, Desembargadora Ezilda Pastana Mutran e, pelos servidores, Will Montenegro Teixeira, Diretor do Departamento de Comunicação, Paulo Roberto Pequeno de Paiva, Chefe da Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudência, Elaine Cristina Fernandes Ribeiro, Chefe da Divisão de Biblioteca e Mônica Raiol de Moraes, Analista Judiciária, Secretária da Comissão.

Projeto de restauração contempla 250 obras raras do TJPA

Após a publicação da portaria, os trabalhos foram estruturados com atribuições para o desenvolvimento das ações específicas, como publicação de duas revistas on-line, implementação de projetos destacados pela Divisão de Biblioteca.

Após as primeiras reuniões, foram aprovadas deliberações, como:

- Publicação de artigos referentes aos 150 anos do TJPA e dos Temas Livres no primeiro e segundo semestre de 2024;
- Publicação de acórdãos referentes aos anos de 2023 e 2024 e da retrospectiva de acórdãos anteriores;
- Publicação da Revista on-line nos meses de julho, agosto e dezembro de 2024;
- Lançamento Perfil dos Magistrados, em janeiro de 2025.

Entre as conquistas, a Revista do TJPA, ano 78, nº 121, lançada em maio de 2024, comemorou os 150 anos do Tribunal, celebrados em 02/02/2024. A publicação, que reuniu jurisprudências atualizadas e artigos de especialistas está disponível para download e apresenta jurisprudências atualizadas do TJPA, além de artigos de pesquisadores(as), professores(as), membros do Judiciário e estudantes, sobre os mais diversos temas do Direito. Além disso, há uma seção dedicada exclusivamente aos Acórdãos.

Disponível em: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Publicações/409333-revista-do-tjpa.xhtml Versão Eletrônica: v.78, n.121(2024).

Biblioteca

A Divisão de Biblioteca se destacou pela implementação de projetos inovadores:

A Biblioteca Digital do Poder Judiciário do Pará aderiu ao Consórcio BDJur do STJ, ampliando o acesso ao acervo jurídico.

A restauração de 250 obras raras e o uso da tecnologia RFID para controle bibliográfico marcaram avanços significativos na modernização do setor.

Além disso, o Projeto Justiça na Escola envolveu estudantes com temas como responsabilidade das plataformas digitais e democracia, premiando seis alunos de escolas locais em concurso de redação. Em 2024 houve ampliação do Projeto, com a inclusão da Escola Lauro Sodré. Um concurso de redação com o tema "A responsabilidade das plataformas de tecnologia no enfrentamento às fake news e seus efeitos sobre a democracia", promovido pelo projeto, entregou prêmios. Foram premiados seis alunos das Escolas Albanizia de Oliveira Lima, Cordeiro de Farias e Lauro Sodré.

A série "Perfil dos Magistrados" também teve continuidade, homenageando magistrados aposentados e falecidos com publicações em formato digital e físico. Essas iniciativas fortalecem a memória institucional do TJPA, promovendo um Judiciário mais conectado com a sociedade.

A Divisão de Biblioteca também lançou a exposição e o seminário comemorativo dos 150 anos do TJPA e organizou o Concurso Estadual de Redação em celebração a essa data.

Iniciativas como essas promovem o acesso ao conhecimento, fortalecendo a cidadania e consolidando a preservação cultural.

UCHÔA SILVA

Simulação de Tribunal do Júri pelo projeto "Justiça na Escola"

Museu e Documentação Histórica

Divulgação da escolha de quatro perfis dos Magistrados. A escolha dos Perfis foi aprovada na Sessão do Pleno de 17 de maio de 2023, com os homenageados Ary da Mota Silveira e Calistrato Alves de Mattos (falecidos) e Dahil Paraense de Souza e Marta Inês Antunes Lima (aposentadas), este último em fase de aprovação por uma das magistradas aposentadas (Marta Inês Antunes Lima), com previsão de publicação no Museu "Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes" com data definida para o lançamento.

O Departamento possui uma grade de programação para o Lançamento da Série Perfil dos Magistrados (edições 33 a 36), em Formato Digital (Nato Digital), Impresso – 50 unidades e Audio/QR Code (Youtube).

Esse lançamento depende de dados passíveis de coleta e acompanhamento pela Comissão, eis que o diagnóstico adequado depende, sobretudo, de informações de familiares (falecido) e do próprio homenageado (aposentado), representando um fluxo integrado e de segurança dos dados pessoais dos noticiantes, a fim de trazer a confiabilidade almejada.

Aula inaugural do MBA em Gestão e Inovação no Poder Judiciário realizada pela Fundação Getúlio Vargas

Escola Judicial inova em formação do corpo funcional

Capacitação e tecnologia educacional fortalecem a qualidade dos serviços judiciais

RICARDO LIMA

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (EJPA) efetivou seu papel como referência em capacitação e inovação. Com a realização de 414 cursos e eventos, a instituição impactou mais de 6 mil participantes internos e 6 mil externos, promovendo educação de qualidade e alinhada às tendências e regulamentações atuais.

Em 2023 foram realizados 180 cursos e eventos e em 2024, até o mês de outubro, 234 cursos e eventos, nas mais diversas temáticas, tanto as exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como as demandadas pelas unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário e pela Corregedoria Geral de Justiça.

Entre as capacitações realizadas estão incluídos cursos autoinstrucionais, regulares, congressos, seminários, palestras e webinários, totalizando 5.893 horas-aula e alcançando 190 magistrados(as), o que equivale a 71.32% e 2.640 servidores(as), equivalendo a 59.17% que participaram de ao menos uma das ações formativas, números que demonstram a ampliação da oferta de cursos e eventos atualizados com as tendências e mudanças legislativas.

O público externo também marcou presença nas ações da EJPA com 2.916 participantes em 2023 e 3.477 em 2024.

> ***Mais de 400 cursos e eventos realizados, impactando 71% de magistrados(as) e 59% de servidores(as)***

Destaques em inovação

O lançamento do Painel de Indicadores Educacionais, desenvolvido com inteligência artificial, marcou um avanço na transparência e eficiência da gestão educacional. A nova Plataforma Virtual de Aprendizagem trouxe recursos pedagógicos modernos, centralizando informações e otimizando procedimentos.

O curso de pós-graduação lato sensu em Direito Processual Civil representou um compromisso contínuo da instituição em proporcionar educação jurídica de alta qualidade

Painel de indicadores educacionais

Este recurso representa um marco importante na modernização da gestão educacional da Escola Judicial. Desenvolvido com tecnologia de ponta e utilizando inteligência artificial do Power BI, o painel oferece uma visão abrangente e acessível dos indicadores educacionais essenciais.

Tal instrumento serve como uma base de dados dinâmica, proporcionando transparência e acesso público a informações cruciais sobre o desempenho educacional da instituição. A integração da inteligência artificial no Power BI amplifica a capacidade da Escola Judicial de analisar dados de maneira mais eficiente e extrair insights valiosos para embasar decisões estratégicas.

Nova plataforma virtual de aprendizagem

Os avanços tecnológicos e a necessidade de aprimorar a eficiência e eficácia das atividades educacionais e administrativas impulsionaram a EJPA a adquirir um novo Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Pedagógica, incluindo um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Essa iniciativa busca centralizar informações, automatizar procedimentos burocráticos, aprimorar a comunicação institucional, oferecer recursos pedagógicos

UCHÔA SILVA

inovadores, e garantir conformidade com regulamentações, resultando em uma gestão mais eficiente e uma experiência educacional mais integrada e eficaz.

Capacitações relevantes

Cursos e eventos sobre temas como inteligência artificial, novas leis de licitações e governança pública destacaram-se, assim como o MBA em Gestão e Inovação no Poder Judiciário, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, com 50 magistrados(as) e servidores(as) inscritos(as).

- O acesso à Justiça, enquanto direito fundamental do ser humano, foi uma temática de destaque em 2024, com a realização do I Congresso Internacional: Desafios Contemporâneos no Acesso à Justiça, que debateu formas de garantia e estratégias inovadoras para a melhoria do acesso à Justiça no Brasil, tanto às unidades judiciárias como a todo sistema de Justiça. O evento contou com a participação de diversos órgãos e entidades como: Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Organizações Não Governamentais, Agências Governamentais e representantes de organizações internacionais.
- O fortalecimento da cultura da inovação no Poder Judiciário do Estado do Pará e a atenção antecipada às políticas regulamentadas pelo CNJ, com vistas à melhoria dos serviços prestados pelo Tribunais, têm norteado as formações na EJPA, que vem desenvolvendo ações que despertam e promovem o conhecimento de ideias e ferramentas inovadoras, estimulando magistrados(as) e servidores(as) à busca de soluções criativas para superação de desafios e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- A retomada da interiorização das atividades educacionais presenciais foi uma meta alcançada pela Escola Judicial nesse biênio, iniciando pela Comarca de Santarém, com vistas a aproximação com o nosso público-alvo e definição de demandas específicas e necessárias ao desenvolvimento de atividades e competências para a melhoria da prestação jurisdicional.
- A EJPA realizou 20 formações durante o biênio, voltadas à temática inteligência artificial, reforçando o seu compromisso com o fortalecimento da cultura da inovação no Poder Judiciário. A integração de temas como este, assim como metodologias ágeis vêm permitindo o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes dentro do contexto jurídico e têm provocado a necessidade de (re)discutir instrumentos e ferramentas compatíveis com a gestão judicial, voltadas a aprimorar a eficiência processual, agilizar a análise de processos e orientar a tomada de decisões contribuindo, ainda, para modernização e inovação no Poder Judiciário
- A EJPA realizou diversos cursos e eventos sobre a nova Lei de Licitações, como Planejamento e Governança nas Contratações Públicas, Planejamento de Compras Públicas e o webinário Inovações da Nova Lei de Licitações para as Contratações Sustentáveis, que também atendem às disposições contidas na Resolução CNJ 347/2020. Em parceria com outros órgãos,

a EJPA também realizou o talk show "A Nova Lei de Licitações", evento que contou com dois dos maiores especialistas sobre o tema no Brasil: os advogados e professores Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes.

Reconhecimento nacional

O Projeto Decola EJPA! foi finalista no Prêmio Judiciário Exponencial, destacando a inovação aplicada à formação de magistrados(as) e servidores(as). A iniciativa foi listada na categoria "Projetos", na subcategoria Escolas de Magistratura e Judiciais. O prêmio busca reconhecer e incentivar iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no Ecossistema de Justiça e destaca cases de sucesso e profissionais com perfil empreendedor em suas instituições, em duas categorias: pessoas e projetos/iniciativas.

Educação de excelência

Com foco em especializações, a EJPA ofereceu cursos como o de Direito Processual Civil e Inovações Jurídico-Penais, alinhados às metas da Agenda 2030 da ONU. Mais de 60 participantes foram capacitados para atender às diretrizes internacionais de direitos humanos.

RICARDO LIMA

Cursos de pós-graduação

- Quarenta e oito Oficiais de Justiça concluíram o curso de Especialização em Execução de Ordens Judiciais, oferecido pelo Centro Universitário Mario Pontes Jucá, representando um marco significativo no comprometimento da Escola Judicial em oferecer programas educacionais de excelência para os profissionais do Judiciário. Os formandos agora possuem um conjunto avançado de habilidades e conhecimentos especializados que os prepara para enfrentar os desafios complexos no campo de atuação dos Oficiais de Justiça.
- O Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito Processual Civil, coordenado pelo juiz de direito Agenor de Andrade, representou um compromisso contínuo da instituição em proporcionar educação jurídica de alta qualidade. Os 31 concluintes, sendo um desembargador e uma desembargadora, 13 magistrados(as) e 16 servidores(as) do Poder Judiciário Paraense tiveram a oportunidade de aprender com um corpo docente de renome, composto por especialistas eminentes no campo do Processo Civil que trouxeram contribuições valiosas aos participantes.
- A área penal foi contemplada com o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Inovações Jurídico-penais e Sistema de Justiça que ofertou subsídios, aos(às) 60 participantes, para atuação objetiva na área criminal com atendimento às diretrizes legais nacionais e internacionais relacionadas à efetivação de direitos humanos no âmbito das práticas punitivas. Tudo em

EJPA sediou Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação

consonância com as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que busca promover o acesso universal à Justiça e a construção de instituições responsáveis e eficazes.

- Encontra-se em andamento o MBA em Gestão e Inovação no Poder Judiciário, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, proporcionando aos 50 alunos(as) inscritos, magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário, o aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais, por meio da utilização dos avanços tecnológicos e sociais para dinamizar o papel do jurisdicionado na construção de uma Justiça ágil, moderna e efetiva.

Curso para servidores(as) requisitados(as)

O Curso Noções de Direito Processual Civil e Penal, realizado em 2023 foi dedicado aos servidores(as) requisitados de outras esferas administrativas do Estado e estagiários(as) sem formação acadêmica jurídica que desempenham funções essenciais nas Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Pará.

No total, 43 alunos(as) concluíram o curso e a cerimônia de entrega dos certificados foi um momento marcante, com a presença da Diretora Geral da Escola, Desembargadora Celia Regina Lima Pinheiro, que enalteceu a importância do evento e ressaltou o comprometimento da instituição em alcançar a totalidade de servidores(as) e promover a excelência na prestação jurisdicional.

CPAI e NPAI impulsionam recursos de acessibilidade

Reformas em Fóruns, capacitações internas e ações comunicacionais consolidam as ações

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e o Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão (NPAI) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) impulsionaram ações estratégicas e pioneiras ao longo do biênio 2023-2025, construindo um Judiciário mais acessível e inclusivo.

- **Ampliação da CPAI:** A composição da comissão foi alterada pela Portaria nº 4638/2023-GP, incluindo mais quatro integrantes na mesma, assegurando representatividade de diferentes deficiências, após eleição direta entre magistrados(as) e servidores(as);
- **Ampliação do NPAI:** o NPAI foi reestruturado pela Portaria nº 4207/2023-GP, passando a contar com mais três servidores(as), totalizando quatro, sendo um com dedicação específica;
- **Institucionalização das ações de acessibilidade no PPA 2024-2027:** o NPAI, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças e com a Escola Judicial, incluiu, pela primeira vez, no PPA do TJPA, recursos específicos para a contratação/reforço de ações, abrangendo: aquisição de produtos, obras e serviços voltados à promoção da acessibilidade; elaboração de material informativo relativo aos direitos das pessoas com deficiência e formação continuada de profissionais no tema.

14 Fóruns reformados para garantir acessibilidade física, com obras em andamento até 2025

Acessibilidade física

Reformas e acessibilidade física: Foram reformados 14 fóruns, que receberam adaptações como rampas, banheiros acessíveis e vagas privativas para pessoas com deficiência. Além disso, 135 cadeiras de rodas foram distribuídas em Comarcas na capital e no

644 pessoas capacitadas em cursos e oficinas sobre inclusão e acessibilidade

interior. Modernizações incluíram a instalação de elevadores e plataformas em prédios como a nova Escola Judicial.

- **Elaboração de Projetos e realização de obras:** após reuniões com o a CPAI e o NPAI, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura definiu os prédios alvos de intervenções, priorizando aqueles que não contavam com elementos de acessibilidade. Assim foram contemplados 14 fóruns com wc acessível, rampas, circulações com pelo menos 1,0 m de largura e vaga privativa para pessoa com deficiência. Ainda estão em andamento os serviços para os fóruns de Salvaterra, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Santa Maria do Pará, Rondon do Pará e Faro, com previsão de finalização das obras para janeiro de 2025;
- **Aquisição/Modernização de Elevadores e Plataformas Elevatórias:** A Secretaria de Engenharia e Arquitetura adquiriu 10 elevadores e/ou plataformas verticais para os seguintes imóveis: Nova Escola Judicial, Edifício-Sede, Justiça Militar e Casa Amarela 1, onde está sediada a Ouvidoria Agrária. Todos já instalados, exceto 4 elevadores do Edifício-Sede com previsão de instalação até o fim de janeiro de 2025;
- **Aquisição de Cadeiras de Rodas:** a partir de solicitação da CPAI, foram adquiridas 135 cadeiras de rodas, para atender às Comarcas do Poder Judiciário, todas foram distribuídas na Região Metropolitana de Belém e nas Comarcas do interior.
- **Capacitações e formação inclusiva:** Iniciativas formativas alcançaram 644 participantes, com destaque para o "Projeto Comarca Inclusiva," que realizou 13 oficinas regionalizadas. Cursos como o de avaliação biopsicossocial de pessoas com deficiência reforçaram o preparo dos públicos interno e externo.

Projeto "Comarca Inclusiva: Valorização da Diversidade e Atendimento à Pessoa com Deficiência": total de 13 oficinas realizadas

Atividades formativas voltadas prioritariamente para o público interno

- **"Projeto Comarca Inclusiva: Valorização da Diversidade e Atendimento à Pessoa com Deficiência":** Foram realizadas 10 oficinas, com 295 concluintes, totalizando 8 Comarcas contempladas, pois os eventos são regionalizados. Três oficinas foram concluídas até o dia 19 de dezembro, em diferentes Comarcas, no total de 13 oficinas realizadas.

Também foram realizadas as oficinas: "Linguagem Simples no Âmbito das Turmas Recursais do Poder Judiciário do Estado do Pará" e "Linguagem Simples no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará - Formação Inicial" com público total de 57 participantes.

Além disso, foram implementados 2 cursos: "Curso Atualização em Transtorno do Espectro Autista e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade" e "Curso de Avaliação Biopsicossocial de PcD com IFBRA". E 2 webinários, quais sejam: "Diálogos que inspiram: construindo um ambiente de trabalho inclusivo e acessível" e "Talk Show do autismo: valorize as capacidades e respeite os limites - Abril Azul".

- **Cota para pessoas com deficiência em contratos de terceirização:** Institucionalização mediante articulação entre a CPAI, o NPAI e a Secretaria de Administração (SEAD), de exigência de percentual mínimo de pessoas com deficiência, para atuar nos contratos que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra;

Acessibilidade comunicacional e difusão de direitos: O NPAI elaborou um guia de linguagem simples, ampliou a tradução em Libras e implementou melhorias no portal institucional para navegação acessível. Palestras e eventos destacaram direitos das pessoas com deficiência, fortalecendo o compromisso do TJPA com a inclusão.

- **Elaboração da Política de Promoção dos Direitos dos Magistrados(as), Servidores(as), Profissionais Terceirizados(as) e Estagiários(as) com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará:** O Grupo de Trabalho elaborou um fluxo de atendimento para atender às necessidades específicas deste público, além de trabalhar na proposta de avaliação biopsicossocial da deficiência, de modo a atender à legislação em vigor.
- **Elaboração de Pesquisa sobre a realidade do público interno com deficiência:** O estudo, extenso e minucioso, buscou ouvir todo o público interno com deficiência, abrangendo os seguintes aspectos: condições de acessibilidade às ferramentas de Tecnologias de Informação (TI); acessibilidade comunicacional; acessibilidade física; relações interpessoais e atendimento especializado.

Acesso à informação

- Melhorias das condições de acessibilidade comunicacional:
- Publicação do Guia de Linguagem Simples, elaborado pelo Departamento de Comunicação, com a consultoria do NPAI;
- Ampliação da disponibilidade de tradução/interpretação de LIBRAS em 25%;

Por parte da SECINFO, mediante diagnóstico elaborado pelo NPAI, foi feito o aprimoramento das condições de acessibilidade no portal do TJPA, tais como: melhoria das condições de uso exclusivamente via teclado, mediante simplificação do acesso às diferentes áreas/telas e manutenção dos recursos de acessibilidade ativos acerca da mudança de páginas web, a exemplo da ampliação de fonte.

- **Avaliação das condições de acessibilidade comunicacional no TJPA:** O NPAI realizou esta atividade, que abrangeu a navegação nos principais softwares/aplicativos; melhor compreensão das informações veiculadas, além da comunicação interpessoal e eventos;
- **Apoio a outros setores do TJPA para promoção do acesso à informação:** O NPAI fez a transcrição para o Sistema Braille da identificação do ponto de coleta de materiais recicláveis, implementado pela Coordenadoria de Gestão Sustentável, também iniciou consultoria ao Departamento de Documentação e Informação sobre acessibilidade no Museu do Judiciário.
- **Exigência de fluência em LIBRAS para profissionais terceirizados:** Institucionalização mediante articulação do NPAI com a SEAD, de exigências contratuais relativas à fluência em LIBRAS.

Difusão de direitos

- **Palestras e outras atividades formativas:** o NPAI realizou palestras e outras atividades formativas em 9 eventos organizados por setores do TJPA, pelo Governo do Estado, organizações públicas e pela sociedade civil, abrangendo os seguintes temas relacionados às pessoas com deficiência: Acessibilidade; Acesso à Justiça; Ações voltadas às Pessoas com Deficiência desenvolvidas pelo TJPA; Papel da Pedagogia; Planejamento e Controle Social de Políticas Públicas; e Principais direitos.

Essas ações, alinhadas à Resolução CNJ nº 401/2021 e iniciativas próprias do TJPA, reafirmam o compromisso da gestão com a construção de um Judiciário mais justo e inclusivo para todos.

Mais de 16 mil serviços ordinários realizados anualmente entre 2023 e 2024

Capacitações e serviços militares marcam atuação estratégica

Compromisso da Coordenadoria Militar com a segurança do Judiciário paraense consolida sua atuação como eixo fundamental no suporte técnico-operacional da Instituição

UCHÔA SILVA

A Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (CMTJ) apresentou resultados expressivos no cumprimento de sua missão durante o biênio 2023-2025. As atividades executadas englobaram capacitações, segurança institucional e suporte técnico-operacional.

Entre os destaques, estão as formações de agentes, incluindo o I Curso Internacional de Segurança de Autoridades em 2024, que capacitou 50 profissionais em parceria com o Ministério Público e a Escola Judicial. Além disso, palestras sobre saúde mental e performance sob estresse reforçaram o bem-estar e a performance dos 600 agentes participantes ao longo de 2023. A Coordenadoria promoveu também estágios de Segurança de Autoridades e Direção Tática para 115 agentes.

Em números, a CMTJ realizou um total de 38.824 serviços ordinários por militares em 2023, 64 postos e 272 militares. Já em 2024 foram 39.942 serviços por militares, em 66 postos e 281 militares, abrangendo expedientes, dedicação exclusiva e escalas de guarda.

No âmbito extraordinário, foram conduzidas 789 missões em 2023, e 594 em 2024, contemplando escoltas de magistrados(as); segurança patrimonial e de autoridades; vistoria técnica; curso de brigada de incêndio; poda de árvore; UNINTEL (relatórios/boletins informativos e outros); CFTV (instalação/manutenção de CFTV e arco detector de metal) e manutenção de sistemas de monitoramento.

115 agentes capacitados em Estágios de Segurança e Direção Tática em 2023

No biênio 2023-2025, as principais atividades desenvolvidas e os respectivos resultados foram:

ANO	CURSO / CAPACITAÇÃO	CONCLUINTES	PARCEIROS
2023	Estágios de Segurança de Autoridades e Direção Tática	**115 agentes**	CMTJ / CPSI / EJPA
2023	Palestra sobre Saúde Mental	**300 agentes**	CMTJ / CIAP-PMPA
2023	Palestra "Combat Mindset" Performance sob Estresse	**300 agentes**	CMTJ
2024	I Curso Internacional de Segurança de Autoridades em 2024	**50 agentes**	CMTJ / MPPA / EJPA

ÉRIKA MIRANDA

Ano 2023

Serviços ordinários

TIPO DE ESCALAS	Nº DE POSTOS	Nº DE SERVIÇOS POR POSTOS	Nº DE MILITARES	Nº DE SERVIÇOS POR MILITARES
Expediente (8h)	**22**	**4.928**	**88**	**19.712**
Dedicação Exclusiva	**24**	**5.376**	**32**	**6.496**
Guarda (24h)	**18**	**5.976**	**152**	**12.616**
TOTAL	**64**	**16.280**	**272**	**38.824**

Serviços extraordinários

MISSÕES	Nº DE MISSÕES
Segurança de Autoridades (Escolta de Magistrados(as)/Eventos Externos)	**179**
Segurança Patrimonial (Guarda de Fóruns em Construção)	**24**
Vistoria Técnica/Curso de Brigada de Incêndio / Poda de Árvore	**58**
UNINTEL (Relatórios/Boletins Informativos e outros)	**442**
CFTV (Instalação/Manutenção de CFTV e Arco Detector de Metal)	**86**
TOTAL	**789**

Corrida e Caminhada Militar celebraram os 20 anos da Coordenadoria Militar

Ano 2024

Serviços ordinários

TIPO DE ESCALAS	Nº DE POSTOS	Nº DE SERVIÇOS POR POSTOS	Nº DE MILITARES	Nº DE SERVIÇOS POR MILITARES
Expediente (8h)	**24**	**5.400**	**92**	**20.700**
Dedicação Exclusiva	**23**	**5.175**	**32**	**6.525**
Guarda (24h)	**19**	**6.156**	**157**	**12.717**
TOTAL	**66**	**16.731**	**281**	**39.942**

Serviços extraordinários

MISSÕES	Nº DE MISSÕES
Segurança de Autoridades (Escolta de Magistrados(as))	**105**
Segurança Patrimonial (Guarda de Fóruns em Construção)	**7**
Vistoria Técnica/Curso de Brigada de Incêndio/Poda de Árvore	**56**
UNINTEL (Relatórios/Boletins Informativos e outros)	**422**
CFTV (Instalação/Manutenção de CFTV e Arco Detector de Metal)	**4**
TOTAL	**594**

AÇÃO SOCIAL

Comitê transforma vidas pela cidadania

Projetos voltados à educação, apoio alimentar e inclusão social impactam crianças, adolescentes e suas famílias no Aurá

O Comitê de Ação Social e Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), coordenado pelo desembargador Leonardo de Noronha Tavares, promoveu iniciativas que garantem direitos fundamentais e impactam diretamente na qualidade de vida da comunidade.

Projetos "Ler Para a Vida" e "Acreditar no Amanhã" incentivaram leitura e reforço escolar, com formação crítica e autonomia

Destaques dos projetos

- **Projeto Acreditar no Amanhã:**
  - Focado na melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santana do Aurá.
  - Ações continuadas incluíram:
    - Doação de 230 cestas básicas e kits de higiene para famílias assistidas;
    - Reforço alimentar e escolar, com a contratação de duas professoras para turmas do 1º ao 5º ano;
    - Fornecimento de materiais escolares completos e vale-transporte para alunos(as) da Escola Salesiana do Trabalho;
    - Contribuição com compra de material de construção para a reforma da Escola em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém.

- **Projeto Ler Para a Vida:**
  - Incentivo à leitura, com foco no desenvolvimento da interpretação e produção textual, formando cidadãos críticos e autônomos.

Ações do Comitê melhoram a qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias

ÉRIKA MIRANDA

Atividades realizadas em 2024

- **Eventos Beneficentes:**
  - Bingo, shows beneficentes e bazar permanente para arrecadação de fundo;
  - Ação Cultural Natalina: distribuição de presentes e refeições para alunos assistidos.
- **Parcerias Estratégicas:**
  - Com Escola Salesiana do Trabalho, Governo do Estado (SEDUC e ParáPaz), NUPEMEC, AMEPA e outros, fortalecendo o alcance das ações.

Programação natalina do Comitê para a comunidade escolar do Aurá

ÉRIKA MIRANDA

Projeto leva materiais informativos orientando a prevenção de violências

RICARDO LIMA

Projeto garante uma década de proteção e educação

São 10 anos de ações voltadas à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, com impacto direto em quase 7 mil pessoas

Idealizado pela 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, que tem como titular a juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, em 2014, e institucionalizado conforme Portaria nº 4291/2014-GP, o projeto "Minha Escola, Meu Refúgio" alcançou um marco significativo ao completar 10 anos de existência em 2024.

Coordenada pela juíza Mônica Fonseca, a iniciativa tem como foco a prevenção e o combate aos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, promovendo palestras, rodas de conversa e workshops em escolas, comunidades e instituições parceiras.

As reuniões são voltadas a professores(as), educadores(as), além de pais e/ou responsáveis, visando a instrumentalizá-los na prevenção e no combate aos crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes a partir de atividades preventivas, que auxiliem na identificação de sinais de violência nos alunos(as), bem como orientem acerca dos procedimentos a serem adotados em casos de suspeita e/ou constatação de maus-tratos.

Ao compreender a importância de sensibilizar e instrumentalizar a sociedade em geral para identificar e notificar situações de violência contra crianças e adolescentes, o projeto leva palestras às comunidades escolares e diferentes instituições que compõem a rede de proteção infantojuvenil.

> ***Atividades foram ampliadas para Breves, Soure e Cachoeira do Arari, no arquipélago marajoara em 2023***

A partir de experiências verificadas nos casos em tramitação na 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, em que foi constatado que a maioria dos crimes sexuais contra esse público é praticada por familiares, chegou-se à percepção de que, no ambiente escolar, os(as) alunos(as) estabelecem vínculos de confiança e afeto com professores(as), sendo possível identificar sinais de mudança de comportamento,

indicativas de que alunos e alunas podem ter sido vítimas de violência.

Em 2023, o projeto impactou mais de 2.200 pessoas, com atividades realizadas em municípios como Breves, Soure e Cachoeira do Arari, na região do Marajó. Essas ações levaram conhecimento e capacitação a educadores, pais e profissionais da saúde e segurança pública, reforçando a rede de proteção infantojuvenil.

Além das intervenções locais, o projeto distribuiu materiais educativos, como cartilhas sobre identificação de sinais de abuso, prevenção e escuta especializada. Parcerias com instituições como o Instituto Liberta, responsável pela confecção das cartilhas que são disponibilizadas durante as visitas e rodas de conversa, fortaleceram a divulgação de informações e o alcance das atividades.

Desde 2014, o "Minha Escola, Meu Refúgio" já sensibilizou quase 7 mil pessoas, consolidando-se como um modelo de ação integrada entre o Judiciário, educadores e a sociedade civil na luta contra a violência sexual infantil.

Por meio de parcerias, o projeto tem conseguido ampliar cada vez mais suas atividades junto a outros agentes da rede de proteção, a saber, profissionais da saúde e da segurança pública.

Nesse sentido, o fortalecimento de cooperações com a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC/Belém), Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/Pa), bem como a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua (SEMED/Ananindeua) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), por meio do programa TerPaz, é fundamental para ampliar a abrangência e o alcance do projeto, objetivando conclamar a sociedade como um todo a atuar como agente de proteção de nossas crianças e adolescentes.

Detalhamento das atividades desenvolvidas no projeto – 2023

DATA	AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALCANÇADO
19/01/2023	Palestra "O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes" – Jornada Pedagógica	EMEIF DUAS IRMÃS e EMEIF ALDA EUTRÓPIO	**47** educadores
23/01/2023	Palestra "Como as famílias podem atuar na prevenção e combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes"	EMEIF SANTANA DO AURÁ	**39** pais e/ou responsáveis
08/03/2023	Trilha Formativa – "Prevenção e respostas às violências na primeira infância"	Parceria UNICEF, SEMEC – BELÉM, TJPA, MP e PARAPAZ	**80** educadores, psicólogos e assistentes sociais
24/03/2023	Palestra "Como enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes"	SEMED – Ananindeua, TERPAZ e TJPA	**160** educadores – **88** escolas representadas.

DATA	AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALCANÇADO
27/04/2023	Roda de Conversa "Crianças também se protegem"	EEEF PROFª ROSALINA ALVARES SILVA CRUZ	**53** crianças
05/05/2023	Roda de Conversa "Prevenção e combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes"	EEETEPA PROF. ANÍSIO TEIXEIRA	**300** adolescentes
12/05/2023	Webinário Parentalidade Positiva como ferramenta de prevenção e combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes	Escola Judicial Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa – Modalidade EaD.	**196** participantes
15/05/2023	Roda de Conversa "Crianças também se protegem"	EMEIF COMANDANTE KLAUTAU	**150** crianças
17/05/2023	Mobilização de enfretamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	Entrada do Fórum Cível da Comarca de Belém	Cerca de **100** participantes entre servidores, funcionários e usuários do sistema de Justiça
18/05/2023	Mobilização de enfretamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	Entrada do Fórum Criminal da Comarca de Belém	Cerca de **100** participantes entre servidores, funcionários e usuários do sistema de Justiça
18/05/2023	Mesa Redonda: "Abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: o que podemos fazer para prevenir?"	Auditório Desembargador Wilson Marques, do Fórum Criminal de Belém	**40** participantes entre professores e coordenadores pedagógicos
19/05/2023	Palestra "Prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes"	CMREI Valdete Pinto – Ananindeua	**25** participantes entre professores, coordenadoras pedagógicas e pais/responsáveis
21/05/2023	Ação Maio Laranja	Parceria MP, DEFENSORIA, TJPA, SESPA, SEASTER, SEDUC, CÁRITAS-BELÉM	Mais de **100** pessoas alcançadas com materiais informativos
23/05/2023	Seminário "Descortinando a violência: um olhar para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes" – CABANAGEM	Parceria TJPA, SEDUC, SEGUP/ TERPAZ – USINA DA PAZ / CABANAGEM	**200** participantes entre assistentes sociais, comunidade local e alunos do curso de Serviço Social.

DATA	AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALCANÇADO
25/05/2023	Roda de conversa "Crianças também se protegem" USINA DA PAZ – TERRA FIRME	EMEF Solermo Moreira, EEEFM Brigadeiro Fontenelle e EEEFM Mário Barbosa - Parceria TJPA, SEDUC, SEGUP/TERPAZ	**50** crianças e adolescentes
26/05/2023	Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes – Faça Bonito – UsiPaz Antônia Corrêa / MARITUBA	ERPAZ – USINA DA PAZ / MARITUBA	**80** pessoas, entre professores e professoras, gestores de escola, conselheiros(as) tutelares e membros da comunidade
26/05/2023	Roda de conversa "Crianças também se protegem"	EEIEF BARÃO DO RIO BRANCO	**123** crianças
30/05/2023	Workshop "Projeto Minha Escola, Meu refúgio" para Educadores	Palestra voltada prioritariamente aos profissionais da educação dos municípios de Breves, Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço – Região do Marajó	**95** participantes: - **83** professores - **10** bombeiros militares - **1** policial militares -**1** marinheiro
31/05/2023	Workshop "Projeto Minha Escola, Meu refúgio" para integrantes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS) da Base Fluvial Antônio Lemos – Breves, e COMUNIDADE LOCAL	Palestra voltada prioritariamente aos profissionais que atuam na Base Fluvial Antônio Lemos – Breves.	**40** participantes entre educadores, policiais civis e militares, enfermeiros e líder comunitário
23/06/2023	Conferência Municipal de Assistência Social	Universidade da Amazônia	Aproximadamente, **100** participantes
12/08/2023	Workshop "Projeto Minha Escola, Meu refúgio – Ação Prevenção por todo o Pará – MOSQUEIRO	Ação Social – parceria MP, TJPA, DEFENSORIA, SEMA, SEGUP, dentre outros.	Aproximadamente, **50** participantes.
20/09/2023	Workshop "Projeto Minha Escola, Meu refúgio – Ação Prevenção por todo o Pará" – SOURE	Escola Dagmar Gonçalves – Soure / Marajó	**42** profissionais da educação Participação de duas representantes do Ministério da Educação: Fernanda Deise e Ana Carolina Santana
21/09/2023	Workshop "Projeto Minha Escola, Meu refúgio – Ação Prevenção por todo o Pará" – CACHOEIRA DO ARARI	Escola Municipal Adaltino Paraense – Cachoeira do Arari / Marajó	**40** participantes entre professores (as), coordenadores (as) pedagógicos (as) e conselheiros (as) tutelares

Detalhamento das atividades desenvolvidas no projeto – 2024

DATA	AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ALCANÇADO
17/01/2024	Palestra "O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes" – Jornada Pedagógica	Escola Municipal Gilvania Márcia Barros	**20** educadores
15/05/2024	Palestra "Prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes"	EMEI FRANCISCO DE ASSIS	**40** pessoas – educadores e familiares.
22/05/2024	Roda de Conversa "Crianças também se protegem"	EMEIF IDA DE OLIVEIRA	**60** crianças
29/05/2024	Palestra "Como enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes"	SEMED – Ananindeua, TERPAZ e TJPA	**40** alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI.
14/08/2024	Palestra "Paternidade afetiva e legal na contemporaneidade"	Hospital Dom Vicente Zico	**40** pessoas – funcionários e pacientes.

Em 2023, o "Minha Escola, Meu Refúgio" visitou o município de Breves, incluindo a Base Fluvial Antônio Lemos, e também esteve nos municípios de Soure e Cachoeira do Arari, que fazem parte do arquipélago marajoara, região que demonstra a urgente necessidade de políticas públicas e ações articuladas entre diferentes setores da sociedade e do poder público, com o objetivo de proteger as crianças e adolescentes vítimas de violências que violam sua dignidade sexual.

Municípios visitados pelo projeto: Breves, Soure e Cachoeira do Arari. Nas atividades em Breves, foram alcançados educadores dos municípios de Afuá, Anajás, Termo de Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço.

Números do projeto

Em 2023, cerca de 2.210 pessoas participaram das atividades e eventos, de modo que, no período de 2014 até 2023, 6.797 pessoas foram impactadas por alguma atividade realizada pelo projeto e, consequentemente, sensibilizadas a atuar na prevenção e no enfrentamento aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes até 2023. Em 2024, o número alcançado de pessoas foi de 200.

CCIAM aprimora eficiência no apoio à magistratura

Central registra avanços em comunicação e suporte a magistrados(as)

Conclusão de 232 atendimentos aos sistemas auxiliares da Justiçae envio de 3.281 comunicados personalizados a magistrados(as)

Criada pela Resolução nº 007/2007-GP e instituída oficialmente pela Lei nº 6.983/2007, a Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura (CCIAM) passou por transformações significativas ao longo dos anos, sendo renomeada em 2015 para refletir melhor seu propósito e ampliando seu escopo de atuação. Originalmente denominada Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura, foi alterada para Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura (CCIAM) pela da Lei nº 8.320/2015 e pela Resolução nº13/2021 do TJPA estando vinculada administrativamente à estrutura orgânica da Presidência. Com estrutura funcional situada no edifício-sede, tem como atribuições apoiar operacional e administrativamente a atuação dos(as) magistrados(as), visando a fornecer subsídios que os(as) auxiliem no desempenho da função judicante.

A Central foi liderada pelo juiz Sílvio Cesar dos Santos Maria, com o apoio dos(as) servidores(as) Carla Christine Paraense de S. Marcos dos Santos, Natália Tuma da Ponte Silva, Diêgo Felipe Nascimento e Maria Luzia de Araújo Silva.

A CCIAM realiza predominantemente o gerenciamento dos sistemas auxiliares de Justiça, bem como a gestão do cadastro eletrônico dos profissionais inscritos no Cadastro Eletrônico de Auxiliares da Justiça e de Órgãos Técnicos ou Científicos do Poder Judiciário do Estado do Pará, conforme art. 4º, §1º, da Resolução nº 14/2024. Além disso, também direciona comunicados relevantes e avisos de Portarias referentes a magistrados(as) de forma personalizada.

Principais Resultados em 2024

- **Atendimentos e Suporte:** Foram realizados 232 atendimentos aos sistemas auxiliares da Justiça pela Central de Serviços, representando aumento de 81,25% em comparação ao ano anterior.
- **Comunicados Personalizados:** Mais de 3.281 comunicados foram direcionados a magistrados(as), garantindo uma comunicação direta e eficiente.
- **Gerenciamento de Cadastros:** O CAPJus registrou

Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da Justiça

Gerenciamento de cadastros de profissionais auxiliares da Justiça cresceu

321 gerenciamentos de cadastros de profissionais auxiliares da Justiça, registrando um crescimento na oferta de respostas aos demandantes, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento dos sistemas auxiliares de Justiça (Central de Serviços) e dos cadastros de profissionais auxiliares da Justiça (CAPJus), na ordem de 81,25% e 188,89% respectivamente. Esse crescimento é resultante do aumento na comunicação entre a Central, os(as) Magistrados(as), os(as) profissionais e órgãos técnico-científicos interessados em atuar como auxiliares da Justiça que, no decorrer do período, tomaram maior conhecimento acerca do apoio que a CCIAM pode oferecer.

Métodos de Comunicação Integrados

Os serviços da CCIAM foram oferecidos por meio de canais como e-mail, Teams, WhatsApp, Central de Serviços e o sistema CAPJus, otimizando o acesso às informações e melhorando a experiência de usuários(as). A distribuição de headsets para servidores(as) também contribuiu para maior eficiência em reuniões e atendimento.

As atividades da CCIAM em 2024 foram alinhadas aos macrodesafios definidos no Planejamento Estratégico do TJPA: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. O aumento na comunicação entre magistrados(as), profissionais auxiliares e órgãos técnico-científicos reforçou a eficiência da prestação jurisdicional e destacou a relevância da CCIAM como suporte operacional.

PORTA DE ENTRADA

Comitê orçamentário prioriza primeiro grau

Trabalho consiste em garantir concretude às resoluções do CNJ sobre distribuição de recursos e atenção prioritária à porta de entrada do Judiciário

O Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Pará foi reconduzido pela Portaria nº 1120/2023-GP, tendo em sua formação 8 membros titulares e 8 membros suplentes, eleitos pela votação direta de magistrados(as) e servidores(as) e pela indicação do Tribunal Pleno, além da representação dos órgãos de classe: Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA), Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Pará (SINDJU), Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Pará (SINDOJUS) e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Pará (SINJEP).

A atuação do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau foi para construir proposições às Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2023 e 2024 ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2007. As propostas encaminhadas pelo Comitê à Presidência foram resultados das discussões entre seus membros, a partir de dados e relatórios encaminhados pelas unidades administrativas, bem como da experiência e atuação jurisdicional e administrativa de seus integrantes. Com o decorrer do período de gestão do Comitê, foi possível perceber que as sugestões do Comitê foram materializadas em ações da Presidência, a exemplo: revisão do PCCR; implementação de mecanismos de incentivo para lotação de magistrados(as) e servidores(as)

O comitê auxilia na estruturação e na implementação de medidas para melhorar os serviços judiciários no primeiro grau

Atendimento em Trairão: comitê zela pela prioridade ao 1º Grau de jurisdição, a porta de entrada do Judiciário

em Comarcas de difícil provimento; elaboração de estudos de ampliação do trabalho remoto; ampliação dos serviços de limpeza e conservação dos Fóruns; ampliação do uso de Inteligência Artificial (IA) no Judiciário paraense; e ampliação dos investimentos de acessibilidade nos Fóruns. Como a atuação do Comitê pautou-se no diálogo e no intuito de contribuir com a gestão orçamentária e financeira do TJPA, foram promovidos encontros virtuais com o Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças, Secretário de Informática e Secretária de Gestão de Pessoas, a fim de cumprir seu objetivo de priorização do 1º Grau, interagindo com as unidades executoras do Plano de Gestão.

EXPEDIENTE

Coordenação editorial
Departamento de Comunicação

Supervisão editorial
Will Montenegro

Edição de textos
Andrea Cordeiro
Vanessa Vieira
Saulo Sisnando
Will Montenegro

Edição e texto final
Will Montenegro

Edição de arte
Airton Nascimento

Fotografias
Airton Nascimento
Érika Miranda
Ricardo Lima
Uchôa Silva
Will Montenegro

Revisão geral
Paula Diocesano
Will Montenegro

Revisão linguística
Laïs Zumero

Apoio administrativo
Regina Silva

Supervisão técnica

Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística
Fábio Djan Oliveira de Lima - Diretor
Jéssica de Bosi e Araújo
Luciana da Costa Souza

Coordenação técnica

Coordenadoria de Gestão Estratégica
Luciana Sá Fernandes - C oordenadora
Alcimar Martins Júnior
Kelly Regina Lima de Lima
Fabianne Cabral Pinto de Almeida
Francisco Alexandre Lima

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO PARÁ
1874
NON SIBI
AD JUSTITIA
SEMPER FIDELIS